



**Maria Isabel de Jesus  
Dias Ferreira**

**Comemorações em Aveiro no Estado Novo: 1940 –  
1962.**



**Maria Isabel de Jesus  
Dias Ferreira**

**Comemorações em Aveiro no Estado Novo: 1940 –  
1962.**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestrado em Estudos Portugueses, realizada sob a orientação científica do Dr. António Nuno Rosmaninho Rolo, Professor Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

## **o júri**

presidente

**Prof. Dr. Telmo dos Santos Verdelho**  
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro.

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Isabel da Conceição João**  
Professora Auxiliar da Universidade Aberta.

**Prof. Dr. António Nuno Rosmaninho Rolo**  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro.

## agradecimentos

Um interesse especial e antigo nutrido pela cultura portuguesa no seu duplo aspecto histórico e popular, coadjuvado pelo desejo de conhecer melhor a história de Aveiro, norteou esta abordagem ao movimento comemoracionista aveirense sob o Estado Novo. Ligada, por formação, às Letras e por profissão ao ensino, foi-nos grato enveredar por um domínio científico novo mas acarinhado desde há muito como centro de interesse.

O objectivo da atenção dedicada à história local passou pela vontade de compreender a cidade e a região mas ao mesmo tempo pela certeza que a leitura da nossa memória histórica permite apreender o contexto e as acções presentes.

Quando se iniciou o trabalho, não se suspeitava da sua interdisciplinaridade que nos obrigou a conciliar campos de investigação diversos como o histórico, o político, o social, o simbólico, a nível nacional e local, num período particularmente interessante da história contemporânea portuguesa. Nunca fomos dominados pela monotonia da investigação.

Agradecemos aos Profs. António Nuno Rosmaninho e Luís Oliveira Andrade as interessantes perspectivas da História, novas para nós, apresentadas nas aulas de Culturas e Civilizações e Cultura Portuguesa Contemporânea do Mestrado de Estudos Portugueses. Ao primeiro, ficámos a dever o imprescindível apoio no momento inicial de desânimo, próprio de um trabalho de investigação exigente; ao segundo, o entusiasmo com que nos incentivou a caminhar pela área da memória histórica.

Apesar das limitações e fragilidades deste trabalho, inteiramente da nossa responsabilidade não obstante a presença sempre disponível e os comentários sempre prontos do Prof. Nuno Rosmaninho, é nosso desejo dedicar este estudo, como sentida homenagem, à memória de quem orientou os primeiros passos de forma amistosa e, partindo, deixou a Universidade de Aveiro mais pobre. Queremos reiterar a mais profunda gratidão ao Prof. Nuno Rosmaninho, que prontamente aceitou acompanhar-nos na prossecução do nosso projecto.

Agradecemos aos Srs. Francisco da Encarnação Dias e Carlos da Rocha Leitão, ao Dr. Mário Gaioso Henriques e ao Dr. Alberto Souto que generosamente nos clarificaram informações e apoiaram pressupostos atinentes às comemorações de 1962; agradecemos à Dra. Clara Serôdio que nos facilitou o acesso aos arquivos locais e ao Dr. José António Rebocho, do Museu de Aveiro, que nos facultou materiais pouco divulgados.

Endereçamos um agradecimento particular aos nossos pais e irmãos, pelo incondicional afecto; à amiga Tília Calado, pelo livre acesso ao espólio do seu pai; ao Carlos, pela companhia incansável no nosso périplo por arquivos e bibliotecas; ao Nando e ao Paulo, pelo apoio na edição. Finalmente, ao Alexandre, à Marina, à Sarah, à Sonia, ao Thomas e ao David, pedimos desculpa pelo nosso défice de atenção. Sentiremos o prejuízo minorado se o nosso testemunho lhes conseguir incutir o gosto pelo saber e pela compreensão do que nos rodeia bem como pelo esforço intelectual que essa tarefa demanda.



**palavras-chave**

Comemorações, identidade nacional, Estado Novo, propaganda política, Aveiro, José Estêvão.

**resumo**

O presente trabalho propõe-se divulgar as formas usadas pelo Estado Novo na propaganda dos seus princípios politico-ideológicos e na definição da identidade nacional e local, através da análise de manifestações comemoracionistas aveirenses.

Partindo do estudo do contributo de Aveiro para as Comemorações Centenárias de 1940, tentámos provar o impacto ideológico da manifestação áurea da doutrina do regime na província, numa cidade arredada do programa celebrativo. Nas comemorações do Milenário de Aveiro, em 1959, e do Centenário da morte de José Estêvão, em 1962, demonstrámos que os estereótipos apregoados pelo regime perduraram e que a ingerência do poder político central foi uma constante quando a cidade, num movimento de oposição, quis afirmar os seus valores liberais e a sua aspiração democrática. O trabalho pretende dar uma nova abordagem aos centenários estadonovistas, deixando uma leitura que pode servir para a reflexão dos actos comemorativos presentes.

**keywords**

Commemoration, national identity, Estado Novo, Political propaganda, Aveiro, José Estêvão.

**abstract**

The present work intends to reveal the forms used by the Estado Novo in the propaganda of its political/ideological principles and in the definition of the national and local identity, through the analysis of the commemorative manifestations in Aveiro.

Starting with the study of the contribution of Aveiro for the centenary commemorations of 1940, we try to prove the ideological impact of the main manifestation of the regime's doctrine in the province, in a city left apart from the program of the celebrations. In the millenary commemoration of Aveiro, in 1959, and the centenary of the death of José Estêvão, in 1962, we demonstrate that the stereotypes proclaimed by the regime remained and that the interference of the central political authority was a constant in a time that the city, in a movement of opposition, wanted to affirm its liberal values and its democratic aspirations. The work pretends to give a new approach to the centenaries of the Estado Novo and presents a vision that can help to understand the present commemorative acts.

## ÍNDICE GERAL

<b>ÍNDICE ICONOGRÁFICO .....</b>	<b>4</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>

### I

#### **A participação aveirense nas comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração em 1940**

1. A preparação dos festejos: um período de renovação .....	13
1.1. A recepção turística .....	13
1.2. O plano das Obras Públicas .....	15
1.3. A recuperação patrimonial.....	17
2. As comemorações oficiais de 1940 .....	18
2.1. Inauguração e Encerramento .....	19
2.2. As comemorações da Fundação da Nacionalidade em Guimarães .....	20
2.3. A passagem apoteótica do Chefe do Estado em Aveiro .....	23
2.4. As exposições .....	25
2.4.1. A Exposição Histórica do Mundo Português .....	25
2.4.2. A nau «Portugal» .....	28
2.4.3. A Exposição dos Primitivos Portugueses .....	33
2.5. Os congressos .....	35
2.6. Os cortejos .....	37
2.7. As festas provinciais .....	39
2.7.1. A Exposição de Ourivesaria e o Cortejo do Trabalho em Coimbra .....	40
2.7.2. O VII Congresso Beirão em Viseu .....	42
2.7.3. A Exposição Etnográfica do Douro Litoral e II Feira das Colheitas.....	43
3. Iniciativas nacionais de entidades particulares.....	44
3.1. A Semana das Colónias .....	44
3.2. A corrida ciclista “Flores de Portugal” .....	45
3.3. Os cruzeiros da Independência .....	47
3.4. Homenagem às casas centenárias portuguesas .....	48
4. As manifestações comemorativas na cidade de Aveiro .....	49
4.1. A Feira de Março .....	49
4.2. A festa de Santa Joana Princesa .....	51
5. O reflexo dos ideais políticos das comemorações centenárias em Aveiro .....	54
5.1. O culto do passado áureo.....	54
5.2. Em busca da “alma nacional” .....	56
5.2.1. A essência católica .....	57
5.2.2. A cultura popular rural .....	58
5.2.3. A vocação universalista e a missão civilizadora .....	59

5.3. O contributo aveirense em polémicas nacionais.....	61
5.3.1. Causa e momento histórico da independência nacional .....	62
5.3.2. A revisão política da história .....	64
5.3.3. A questão dos Painéis de S. Vicente .....	65
5.4. A autocelebração do regime .....	68
5.5. A nau Portugal e o mestre Mónica: sínteses da ideologia centenária.....	69
6. A ideologia política e a afirmação identitária de Aveiro.....	73
6.1. A ria .....	74
6.2. As cerimónias religiosas.....	75
6.3. A pesca .....	77
6.4. A radiografia do distrito em «Molho de Escabeche» .....	78
7. A adesão às festas centenárias e à sua ideologia em Aveiro .....	81

## II

### **As comemorações do Primeiro Milenário da Existência Histórica de Aveiro e do Segundo Centenário da sua Elevação a Cidade**

1. Um Estado Novo com sinais de fragilidade .....	92
2. A génese das comemorações .....	94
2.1. Os eventos comemorados .....	94
2.2. Um contributo do Governo: a estátua de João Afonso de Aveiro.....	96
2.3. O Mastro do Milenário .....	98
3. O programa das comemorações de 1959.....	99
3.1. Uma festa para todos .....	100
3.2. As exposições .....	102
3.3. O êxito dos cortejos .....	104
3.4. O lugar da História .....	108
3.5. As inaugurações.....	111
3.6. A iconografia .....	112
3.7. As excursões.....	114
4. A afirmação de uma identidade regional.....	115
4.1. O povo .....	116
4.2. A região .....	117
4.2.1. A predominância da ria e a vocação marítima .....	117
4.2.2. A economia pujante .....	118
4.2.3. O progresso irreversível .....	120
5. As comemorações locais ao serviço da propaganda política nacional .....	122
5.1. A jornada de fervor patriótico .....	122
5.2. A dimensão nacional e nacionalista das comemorações .....	125
6. Algumas reacções à orientação ideológica e política dos festejos .....	128

### III

#### As comemorações do Centenário da Morte de José Estêvão Coelho de Magalhães

1. Homenagens estevanianas anteriores .....	133
1.1. José Estêvão e a sua relação com a cidade de Aveiro .....	133
1.2. Uma rememoração periódica.....	137
1.2.1. A inauguração da estátua em 1889 .....	137
1.2.2. O centenário do nascimento em 1909 .....	141
1.2.3. O primeiro centenário do Movimento Liberal de Aveiro em 1928.....	145
2. As comemorações do centenário da morte em 1962 .....	149
2.1. Os motivos da homenagem .....	149
2.2. O programa .....	150
2.2.1. Uma comissão oficial nomeada.....	150
2.2.2. Uma comemoração concelhia.....	152
2.2.3. A sessão solene e os discursos.....	153
2.2.4. As manifestações populares pouco participadas .....	157
2.2.5. O sucesso da exposição biobiblioiconográfica.....	159
2.3. O painel de José Estêvão .....	160
3. A instrumentalização política das comemorações.....	162
3.1. A oposição abafada.....	163
3.2. A cor política de José Estêvão.....	165
3.3. A releitura do ideário político estevaniano.....	166
3.4. A desmitificação do “mito” José Estêvão.....	169
3.5. Um programa supostamente cumprido.....	171
4. Algumas reservas à orientação dos festejos .....	173
4.1. A acção isolada de Eduardo Cerqueira.....	173
4.2. A ausência lastimável de Alberto Souto.....	176
4.3. A intervenção de Vale Guimarães .....	178
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>181</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>188</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>201</b>

## ÍNDICE ICONOGRÁFICO

Figura 1: “A Broa” – Cortejo Distrital Regional Folclórico, Etnográfico e de Trabalho realizado para o encerramento da “Feira- Exposição” a 23/4/1939. Imagoteca Municipal de Aveiro. ....	19
Figura 2: Cortejo de oferendas, em Guimarães- 04/06/1940. Arquivo de Fotografia de Lisboa – CPF/MC, nºSNI/RP/01- 4006/53978. ....	22
Figura 3: Recepção ao Chefe do Estado [durante a sua viagem para Guimarães], em Aveiro - 03/06/1940. Arquivo de Fotografia de Lisboa – CPF/MC, Fundo “O Século”, (a) - nºSEC/AG/01-075/1757 <sup>o</sup> ; (b) - nºSEC/AG/01-075/1758O. ....	24
Figura 4: Fotografia da Porta da Fundação da Exposição do Mundo Português. José Augusto França, “1940, Exposição do Mundo Português”, Colóquio Artes, nº45,2ª série, Junho de 1980, págs. 34-47. ....	25
Figura 5: Exposição do Mundo Português. Centro Regional - tipo de varina - 1940. Arquivo de Fotografia de Lisboa – CPF/MC, nºSNI/DO/06-01M/01417a. ....	26
Figura 6: Exposição do Mundo Português. Secção “Vida Popular” - aspecto interior - 1940. Arquivo de Fotografia de Lisboa – CPF/MC, nºSNI/DO/06-01M/0109. ....	27
Figura 7: A nau “Portugal” na doca privativa da Exposição do Mundo Português - 19/08/1940. Arquivo de Fotografia de Lisboa – CPF/MC, Fundo “O Século”, nºSEC/AG/01-076/2617O . ....	30
Figura 8: Nau «Portugal» - antecâmara da Sala do Ouro. NOGUEIRA, Salvador de Sá, Nau Portugal. In: Arquivo do Distrito de Aveiro, vol.III, Aveiro, 1941, p.21. ....	30
Figura 9: Posição em que ficou a nau «Portugal» momentos depois de ter sido lançada à água. (a) Fotografia obtida na própria tarde do desastre. NOGUEIRA, Salvador de Sá, Nau Portugal. In: Arquivo do Distrito de Aveiro, vol.III, Aveiro, 1941, p.9; (b) A Nau Portugal na ria – Gafanha, 7/7/1940, Imagoteca Municipal de Aveiro. ....	32
Figura 10: Esboços dos Carros da Agricultura, da Indústria Nacional e da Pesca. RODRIGUES, Vasco e SÉRGIO, Octávio (Dir.), Memória e Descrição do Grande Cortejo do Trabalho: 1140-1640-1940. Porto, Editor Hernani Carregal, 1940. ....	39
Figura 11: Custódia da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Capa do Boletim Informativo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, Aveiro, nº17, 1º trimestre 2004. ....	40
Figura 12: Um grupo de raparigas da Murtosa com os seus trajes pitorescos. O Século Ilustrado, nº133, 20/7/1940, p.4. ....	41
Figura 13: “Flores de Portugal” – David Silva, o vencedor da etapa Vila Franca de Xira - Lisboa. De 20/05/1940 a 03/06/1940. Arquivo de Fotografia de Lisboa – CPF/MC, Fundo “O Século”, nºSEC/AG/01-075/1938O . ....	46
Figura 14: Ciclistas da prova “Flores de Portugal” depondo flores no castelo de Guimarães– 04/06/1940. Arquivo de Fotografia de Lisboa – CPF/MC, unda “O Século”, nºSEC/AG/01-075/1781O . ....	46
Figura 15: Cruzeiro de Oliveira de Azeméis, Parque de La-Salette. Setembro 2005. ....	48
Figura 16: Pórtico de entrada da Feira de Março em Aveiro, em 1940, Diário de Notícias, 25/3/1940, p.1. ....	51
Figura 17: (a) Retrato da Princesa Santa Joana do Museu de Aveiro, in: Portugal- Dicionário histórico (versão electrónica), artigo “Santa Joana”. Disponível em <a href="http://www.arqnet.pt/dicionario/joana_santa.html">http://www.arqnet.pt/dicionario/joana_santa.html</a> . Acesso em 20/03/2006. (b) Santa Joana nos Painéis de Nuno Gonçalves. Fotografia de 25/2/2006. . ....	67
Figura 18: Cartazes comemorativos do Duplo Centenário. In: REIS, António (Dir.), Portugal Contemporâneo (1926-58). Vol. IV, Lisboa, Alfa, 1990, pp. 213, 214. ....	71
Figura 19: (a) Cartaz comemorativo do Duplo Centenário, ibidem, p. 329. (b) A nau na carreira, na Gafanha da Nazaré, Concelho de Ilhavo, pouco antes de ser lançada à água. NOGUEIRA, Salvador de Sá, Nau Portugal. In: Arquivo do Distrito de Aveiro, vol.III, Aveiro, 1941, p.6. ....	72
Figura 20: A Irmandade do “Senhor Jesus do Bendito”, com sede na Igreja Paroquial da freguesia da Vera-Cruz, saíndo do templo, em 1 de Janeiro de 1921, e preparando-se para, encorporada, ir proceder à entrega dos ramos. Imagoteca Municipal de Aveiro. ....	76

Figura 21: <i>Uma vista de Aveiro tirada do edifício do Governo Civil para o Canal das Pirâmides. Arquivo do Distrito de Aveiro, vol.VI, 1949, p.142.</i>	76
Figura 22 : <i>Laura Albuquerque nos papéis da Empilhadeira e da Tricana moderna, e Virgínia Calisto no papel da Tricana antiga, em “O Molho de Escabeche”. O Democrata, nº1669, 22/02/1941, p.2-3.</i>	80
Figura 23: (a) <i>Cartaz do Rancho de Vindimadeiras na Exposição do Mundo Português, Diário de Notícias, 21/10/1940, p.3;</i> (b) <i>Rancho de Vindimeiras de Anadia. 19/10/1940 - Arquivo de Fotografia de Lisboa – CPF/MC, Fundo “O Século”, nºSEC/AG/01-077/31070</i>	84
Figura 24: <i>Mastro do Milenário. Arquivo fotográfico de O Correio do Vouga</i>	99
Figura 25: <i>Postal com as iluminações nocturnas pelo Milenário. Colecção de Túlia Calado</i>	102
Figura 26: <i>Festas do Milenário – Procissão de Santa Joana a 28/6/1959. Imagoteca Municipal de Aveiro</i>	105
Figura 27: <i>“O Carro Distrital, que encerrava o Cortejo Distrital, foi uma síntese sugestiva dos povos aveirenses, representados pelos mais característicos trajes dos diversos concelhos”, in: Litoral, Aveiro, nº249, 1/8/1959, p.3.</i>	107
Figura 28: <i>A representação de Ovar no Cortejo dos Municípios – um documentário da vida dos pescadores vareiros. Foto de Resende. Litoral, Aveiro, nº250, 8/8/1959, p.1.</i>	107
Figura 29: <i>Cortejo Distrital a 29/7/1959 – (a) Carro do Grémio do Sal e (b) Carro da Fábrica Ramada de Ovar. Imagoteca Municipal de Aveiro</i>	108
Figura 30: <i>Primeira página do Litoral, Aveiro, nº244, 27/6/1959, dedicada a Santa Joana Princesa</i>	109
Figura 31: (a) <i>Cartaz “ Mil Anos de Aveiro”. Contra-capla do Catálogo da Exposição Industrial nas Comemorações do Milenário. Aveiro, Lusitânia, Julho 1959. Festas do Milenário de Aveiro, Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro.</i> (b) – <i>Caricatura do cartaz das Festas do Milenário, Hipólito Andrade. Litoral, Aveiro, nº233, 11/4/1959, p.7.</i>	113
Figura 32: <i>Postal Alegórico do Milenário, com aposição do selo comemorativo de um escudo e do carimbo do 1º Dia de Circulação, editados pelos CTT. Colecção de Túlia Calado</i>	113
Figura 33: <i>Vinheta com a reprodução do cartaz da primeira Exposição Filatélica de Aveiro. Colecção de Túlia Calado.</i>	114
Figura 34: <i>Tricana. Litoral, Aveiro, nº243, 20/6/1959, p.7.</i>	116
Figura 35: <i>Vista aérea da Exposição Industrial do Distrito de Aveiro, no Rossio. Catálogo da Exposição Industrial nas Comemorações do Milenário. Aveiro, Lusitânia, Julho 1959. Festas do Milenário de Aveiro, Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro.</i>	119
Figura 36: <i>Concurso Pecuário. Litoral, Aveiro, nº246, 11/7/1959, p.5.</i>	120
Figura 37: (a) <i>Lota do porto de pesca costeira inaugurada a 5/7/1959. Programa da inauguração das obras exteriores do porto de Aveiro e das instalações do porto de pesca”. Festas do Milenário de Aveiro, Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro.</i> (b) <i>Obelisco na Barra inaugurado a 5/7/1959. Foto de 28/03/2006</i>	121
Figura 38: <i>Chegada do Senhor Presidente da República no Canal Central. Festas do Milenário, Imagoteca Municipal de Aveiro</i>	123
Figura 39: <i>“O Senhor Presidente da República após a sessão de boas vindas dirige-se aos aposentos no Hotel Arcada”. Festas do Milenário, Imagoteca Municipal de Aveiro</i>	124
Figura 40: <i>A população de Aveiro na Ponte Praça, saudando Sua Ex.cia o Presidente da República. Imagoteca de Aveiro.</i>	124
Figura 41: (a) <i>Estátua de João Afonso de Aveiro, no Rossio. Foto de Janeiro de 2006.</i> (b) <i>Estátua de João Gonçalves Zarco, da autoria do escultor Francisco Franco. Disponível em <a href="http://www.cm-funchal.pt/cidade/nucleos_historicos/se/mapa/outro/15_goncalves_zarco.htm">http://www.cm-funchal.pt/cidade/nucleos_historicos/se/mapa/outro/15_goncalves_zarco.htm</a>. Acesso em 22/3/2006.</i>	126
Figura 42: <i>Símbolo do Clube dos Galitos, na fachada da sede, Praça Joaquim de Melo Freitas, em Aveiro . Foto de 29/03/06.</i>	129
Figura 43: <i>Caricatura alusiva à entrada do Sport Clube Beira-Mar na 2ª Divisão, Litoral, Aveiro, nº242, 13/06/1959, p.1.</i>	131

Figura 44: Casa onde nasceu José Estêvão a 26 de Dezembro de 1809, na Rua dos Mercadores. Foto de 29/03/2006. ....	134
Figura 45: Membros da Comissão da Inauguração da estátua de José Estêvão: João da Maia Romão (Presidente, professor do liceu); Pedro António Marques (Tesoureiro); Domingos José dos Santos Leite (Secretário); Manuel da Rocha, proprietário; Anselmo Ferreira, negociante; Manuel Homem de Carvalho Cristo, mestre de obras; Francisco Rodrigues da Graça, mestre de obras; José Joaquim Gonçalves da Caetana, negociante; António de Sousa, mestre de obras; José Maria de Carvalho Branco, proprietário (deixou de acompanhar os trabalhos desde Outubro de 1880). In: O Povo de Aveiro, nº399, 11/8/1889, p.3 .....	139
Figura 46: (a) Estátua de José Estêvão, no exterior da Assembleia da República, Lisboa. Foto de 25/2/2006. (b) Estátua de José Estêvão, na Praça da República, em frente à Câmara Municipal de Aveiro. Foto de 15/01/2005 .....	141
Figura 47: Obelisco em memória dos aveirenses que lutaram pela Liberdade, da autoria de Ernesto Korrodi, erigido na Praça Melo Freitas pelo Clube dos Galitos e inaugurado a 26/12/1909, por ocasião do centenário do nascimento de José Estêvão. Foto de 15/01/2005.....	144
Figura 48: (a) Projecto do Monumento à Liberdade. Diário de Notícias, 15/5/1928, p.1.; (b) Trecho da Avenida Dr. Lourenço Peixinho onde, com toda a solenidade e ante milhares de pessoas, foi lançada, em Maio de 1928, a primeira pedra (indicada por uma seta) do Monumento à Liberdade. Comissão Promotora das Comemorações do Aniversário da Revolução Liberal de 16 de Maio de 1828, 16 de Maio de 1828 . Aveiro, Tip. Lusitânia, 1956, p.19 .....	146
Figura 49: Primeira página do suplemento ao nº 22378 do “Diário de Notícias”, de 16 de Maio de 1928, comemorativo do Centenário do Movimento Liberal de 1828 .....	148
Figura 50: O êxito das comemorações do Centenário da Revolução Liberal em Aveiro. Diário de Notícias, 19/5/1928, p.6.. .....	148
Figura 51: Homenagem a José Estêvão no primeiro centenário da sua morte. Imagoteca Municipal de Aveiro .....	153
Figura 52: Homenagem a José Estêvão no centenário da sua morte. Praça da República, Aveiro. Imagoteca de Aveiro. ....	157
Figura 53: Painel mural com a representação de José Estêvão, no Tribunal de Aveiro, da autoria de Martins Barata. Foto de Dezembro de 2005.....	160



## INTRODUÇÃO

A consciência alargada da identidade nacional vem-se consolidando desde o século XIX, afirmando-se com características diferentes até aos nossos dias. Estas subordinam-se à instauração das sucessivas ordens políticas e económicas que requerem, sempre, novas formas de interiorização e de legitimação do poder, as quais perpassam pela criação de uma nova opinião pública imbuída dos valores e das ideias que as alicerçam.

A partir do século XIX, nomeadamente com a vitória do liberalismo em 1834, inicia-se um processo de construção de uma identidade nacional baseado no enaltecimento e na divulgação da História pátria<sup>1</sup>. Com a valorização da memória nacional, pretendeu-se nacionalizar as consciências. Os nomes de heróis do nosso património histórico foram elevados a símbolos nacionais com o surto das comemorações centenárias<sup>2</sup>. A elas, associaram-se a arte em geral e a escultura em particular, para elas próprias se tornarem historiográficas<sup>3</sup>. Os centenários fizeram desabrochar monumentos e estatuária urbana<sup>4</sup> com a intenção de evocar grandes exemplos, normalmente ligados à história liberal, que formassem o povo e as gerações futuras<sup>5</sup>.

Sob o Estado Novo, a imagem identitária nacional criada foi o fruto de um forte nacionalismo político que visou sedimentar uma nova memória colectiva baseada numa leitura diferente da História pátria e num patriotismo exacerbado. A intenção era “esconjurar” a «desordem» instituída, o «caos» económico e social e a «perda» de uma identidade aglutinadora<sup>6</sup>. Por isso, não se pretendia invocar todo o percurso histórico da

---

<sup>1</sup> Luís Reis Torgal, *História da História em Portugal: Sec. XIX-XX*. Vol.1, Temas e Debates, SIG, Lisboa, 1998, p.48. O culto da história transformou-se “numa das mais fortes manifestações culturais dos meados do séc. XIX”.

<sup>2</sup> A voga dos centenários também agitava outros países europeus. A palavra centenário, na acepção de festa celebrada para comemorar o decurso de cem anos, aparece pela primeira vez num suplemento do Dicionário de Littré, em 1877. In: Pierre Nora, (dir), *Les Lieux de Mémoire*. Vol.3 (Les France), Paris, Gallimard, 1984-1993, p.982.

<sup>3</sup> José – Augusto França, *A Arte Portuguesa de Oitocentos*. Lisboa, Biblioteca Breve, vol.28, Série Artes Visuais, 1992, p.43.

<sup>4</sup> Sérgio Carneiro de Campos Matos, *Memória e Nação: Historiografia Portuguesa de Divulgação e Nacionalismo (1846-1898)*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p.519. Segundo este autor, o surto da estatuária urbana à memória de grandes homens iniciou-se em Portugal com o monumento a Camões, cuja primeira pedra foi colocada em Junho de 1862 e só seria inaugurado em 1867.

<sup>5</sup> A par dos centenários de datas históricas consagradas, como a morte de Afonso Henriques (1885), da descoberta do Caminho Marítimo para a Índia (1897-1898), destacaram-se o Marquês de Pombal (1882), a instituição das Misericórdias pela rainha D. Leonor (1898), Almeida Garrett (1899) ou Alexandre Herculano (1910), entre outros.

<sup>6</sup> Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p.11.

pátria mas alguns períodos seleccionados, desembaraçando o passado das épocas de decadência. O nacionalismo fundou-se, entre outros parâmetros, na veneração dos feitos ancestrais dos heróis mitificados e exigiu a definição do que se considerava verdadeiramente português. Eram os actos da Reconquista, dos Descobrimentos, dos momentos áureos da nossa história mas também as expressões do viver campesino, valorizando-se o povo, pobre mas feliz e uno na sua diversidade.

O Estado Novo deu continuidade ao culto das celebrações como forma de exaltar os seus princípios ideológicos e de representar a ordem social restabelecida e a identidade nacional coesa. Os fins políticos e doutrinários são notórios na Exposição Documentária do I Congresso da União Nacional em 1934, na comemoração do Ano X da Revolução Nacional em 1936, na participação nas Exposições Internacionais de Paris em 1937, de Nova Iorque e de S. Francisco em 1939. Mas é comumente aceite que o auge da propaganda patriótica foi atingido com as comemorações nacionais do Duplo Centenário da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência em 1940, as quais pretenderam celebrar o todo histórico da nação portuguesa.

A nível político, estas comemorações assinalaram, de forma apoteótica, o apogeu do regime de Salazar e ficaram como o marco da sua viragem. Quatro anos mais tarde, o Estado Novo atravessaria a primeira crise política, desencadeada pelo fim da II Guerra Mundial e corporizada nas reivindicações da oposição democrática. No panorama das comemorações centenárias portuguesas, o Duplo Centenário ofuscou todos os eventos anteriores e não foi possível retomar festejos oficiais tão significativos<sup>7</sup>. A sua importância intui-se da multiplicidade de abordagens que proporcionou. Já foram objecto de estudo as opções estéticas e ideológicas da sua grandiosa Exposição do Mundo Português, realizada em Belém<sup>8</sup>, bem como as suas tendências arquitectónicas<sup>9</sup>. Nela, foi ainda abordada a questão da interpretação da história e as suas significações simbólicas no quadro político do Estado Novo<sup>10</sup>, como processo de legitimação do discurso e da acção política. Já foi analisado o lugar da memória da Restauração de 1640 nas realizações do seu amplo

---

<sup>7</sup> Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, (dir), *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p.164.

<sup>8</sup> Margarida Acciaiuoli, *op. cit.*

<sup>9</sup> Teresa de Jesus da Costa Pinto, *A Exposição do Mundo Português-1940 e as suas Arquitecturas*. Lisboa, Tese de Mestrado da Universidade Lusfada, 1999.

<sup>10</sup> Luís Cunha, *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*. Porto, Edições Afrontamento, 2001.

programa comemorativo<sup>11</sup>. A generalidade destes estudos centra-se nos actos comemorativos fulcrais, decorridos normalmente em Lisboa. Porém, numa comemoração que se quis de propaganda nacional e apelou, insistentemente, ao envolvimento de todos os portugueses, introduzindo números comemorativos em várias cidades, que obrigaram as autoridades a uma autêntica peregrinação de norte a sul do país, parece-nos que falta uma referência às comemorações provinciais e ao seu efeito em termos políticos e culturais.

Com este trabalho, é nosso intuito estudar o contributo aveirense para as comemorações centenárias de 1940 e aferir o seu impacto ideológico na cidade. Pode esta empresa causar alguma estranheza dado que Aveiro se encontrava concomitantemente excluída do programa comemorativo e afastada de Lisboa, centro incontestado das realizações mais significativas. Na verdade, também se iniciou esta pesquisa com algum receio, na incerteza do terreno que se pretendia desbravar e que se poderia revelar infértil. Contudo, as apreensões rapidamente se desvaneceram porque Aveiro, a despeito de estar arredada do programa, não só colaborou como marcou uma forte presença nestas festas patrióticas.

A participação aveirense foi de tal forma expressiva que justificou outro propósito: fazer um estudo crítico e diacrónico de outras comemorações específicas, não cíclicas, realizadas em Aveiro, sob a égide do Estado Novo, a fim de avaliar o saldo da propaganda de 1940 na província, aferindo a durabilidade da imagem criada e veiculada no duplo centenário. Para alcançar este objectivo, será necessário provar que a orientação politico-cultural das comemorações centenárias promovidas pelo poder central em 1940 contaminou as comemorações regionais e que a imagem estereotipada da sociedade portuguesa e a mundividência definidas pelo Estado Novo se imiscuíram na cidade da ria.

Para o efeito pretendido, a dissertação assenta no estudo do Primeiro Milenário da existência histórica da cidade de Aveiro e do Duplo Centenário da sua elevação a cidade, em 1959, e do Centenário da Morte de José Estêvão, em 1962.

Foram escolhidas estas comemorações por serem excepcionais no calendário comemorativo aveirense. Erigiram-se assim em “momentos particulares de acentuação de discursos e práticas, constituindo-se em momentos privilegiados em que a sociedade se enfrenta consigo própria, com as suas crenças, valores e expectativas”<sup>12</sup>. Considera-se

---

<sup>11</sup> Luís Oliveira Andrade, *História e Memória – A Restauração de 1640: do Liberalismo as Comemorações Centenárias de 1940*. Coimbra, Edições MinervaCoimbra, 2001.

<sup>12</sup> Luís Cunha, op. cit. p.19.

ainda que não foram apenas momentos festivos e culturais fugazes, mas fazem parte do nosso património histórico ao mesmo título que os monumentos ou os documentos históricos. Como eles, estas comemorações converteram-se, pela sua amplitude ou intencionalidade política e ideológica, em “pontos de cristalização”<sup>13</sup> da memória da nossa História local e nacional, ou, segundo Pierre Nora, em *lugares de memória*<sup>14</sup>, dignos de estudo. As comemorações são uma memória histórica, funcional e simbólica já que nelas se congregam a história rememorada das personalidades e acontecimentos evocados, a vontade eminentemente pedagógica de os libertar do esquecimento e a história comemorada.

Por outro lado, os actos festivos de 1959 inserem-se no movimento historiográfico inicial das comemorações centenárias, que também marcou o Duplo Centenário de 1940, podendo facilmente dar continuidade aos seus cânones historicistas e endoutrinadores. Procurar-se-á detectar o investimento na legitimação dos valores politico-ideológicos do poder de Salazar. Recordam-se nomeadamente as ideias-chave da glorificação do passado áureo dos Descobrimentos, da busca de uma “alma nacional”, que o Estado Novo definira católica e de essência popular e rural, e da afirmação da supremacia portuguesa no porvir da história universal. Quanto ao centenário estevaniano, celebrado três anos mais tarde, parece oferecer à cidade a ocasião de proclamar valores liberais, gritantemente incompatíveis com o sistema político vigente. O estudo dedicado a esta comemoração justifica-se pelo facto de a sua simples celebração poder indiciar o fracasso da propaganda nacionalista em Aveiro, decorridos vinte e dois anos sobre a campanha propagandística emblemática do Estado Novo. Mas foi fácil demonstrar que a comemoração estevaniana mais não foi que uma infrutífera tentativa de sacudir os estereótipos veiculados durante décadas pelo forte dispositivo de propaganda nacionalista do Estado. Permite-nos avaliar a interferência do poder político na vida local, que não hesitou em centralizar a organização dos festejos, arredando toda e qualquer intenção de expressão democrática, ou condenando-o a à clandestinidade.

Assim, ao longo do trabalho, embora tenha sido necessário o estudo dos programas de cada acto comemorativo e a evocação das realidades históricas que se desejaram comemorar, interessou-nos menos os acontecimentos em si próprios que a sua construção

---

<sup>13</sup> Josefina Cuesta Bustillo (Ed.), *Memoria e Historia*, «Ayer», 32, Marcial Pons, Madrid, 1998, p.32.

<sup>14</sup> Pierre Nora, (dir), *Les Lieux de Mémoire*. Vol.1 (La république), Paris, Gallimard, 1984-1993, pp.24-42.

no tempo e a forma como foi transmitida, movendo-nos sobretudo a vontade de desentranhar a verdade simbólica que perpassou nas festas comemorativas escolhidas. Pois, é certo que o campo da história comemorada é mais permeável às apropriações ideológicas e políticas do que a história vivida ou a história rememorada<sup>15</sup>.

Em última análise, desejámos contribuir para um tratamento diferente da história, complementando estudos já realizados e descodificando os aspectos históricos, ideológicos, políticos e culturais de três fragmentos simbólicos da construção da nossa identidade local e nacional, na certeza de que o interesse pelo passado não deixa de reflectir as preocupações do presente.

---

<sup>15</sup> Mona Ozouf, “célébrer, savoir et fêter », *Le Débat*, nº57, nov.-déc. 1989, p.19, in : Maria Isabel João, *Memória e Império – Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, FCT, 2002, p.714.

## I

### A PARTICIPAÇÃO AVEIRENSE NAS COMEMORAÇÕES DO DUPLO CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO E DA RESTAURAÇÃO EM 1940

Na nota oficiosa da Presidência do Conselho de Março de 1938, Salazar apresenta sucintamente o esboço de um programa dos festejos comemorativos dos centenários de 1399-1940 e sublinha que “as comemorações centenárias são, acima de tudo, grande festa nacional, festa para todos os portugueses do Mundo e em que todos podem e devem colaborar de maneira efectiva.” Salazar acrescenta ainda que “se todos para elas contribuem, todos devem ter sua parte na alegria que criem”<sup>1</sup>. De forma clara, afirma que os festejos, “como grande festa de família, não interessam só à capital; a província, as ilhas, todos os domínios têm de participar nela”<sup>2</sup>. António Ferro voltaria a reiterar a necessidade do envolvimento de todo o país, ecoando o apelo de Salazar alguns meses depois, a 17 de Junho de 1938, na “Carta Aberta aos Portugueses de 1940”<sup>3</sup>. Para ele, “Os operários das comemorações de 1940 (...) devem ser todos os portugueses – homens, crianças, mulheres!” e enfatiza que “Todos, mas todos (podem) ser úteis quanto mais não seja pelo (seu) trabalho interior, pela fé que (souberem) transmitir!”. Ninguém se deveria sentir excluído das festas mas todos teriam que aprender “a trabalhar na sombra, na massa, no anonimato. Só assim se conseguem os grandes conjuntos nacionais, a orquestração duma raça, o coral de todo um povo!...”

Deste modo, sabemos que a província foi convocada e que as comemorações logravam nela uma projecção contemplada, desde os primórdios da concepção do projecto, no relatório submetido ao presidente do Conselho pela comissão nomeada particularmente para formular sugestões sobre a realização das comemorações de 1399-1940. Sugeria-se a constituição de subcomissões nas principais terras da província, a quem incumbiria apresentar à Comissão Executiva a elaboração dos programas locais, e esperava-se que elas

---

<sup>1</sup> *Independência de Portugal 1139-1640-1940: nota oficiosa da Presidência do Conselho*. Lisboa, Comissão Nacional dos Centenários, Editorial Império Lda, 1938, p.26.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p.9.

<sup>3</sup> Artigo publicado nesse dia no *Diário de Notícias*.

“se empenhassem por que as feiras e romarias locais revestissem maior brilho e animação durante os dois anos”<sup>4</sup>.

Porém, em Setembro de 1939, a Europa entrava em guerra, o que obrigou a rever o programa celebrativo<sup>5</sup>. Contrariamente ao que afirmou António Ferro, ele não foi apenas expurgado “daqueles números puramente festivos, sem justificação na hora grave, séria, que o mundo principiava a viver”<sup>6</sup>. Os acontecimentos internacionais levaram inevitavelmente a que ele tivesse de ser “reduzido no tempo e no espaço”<sup>7</sup>, suprimindo-se algumas manifestações que não prescindiam da presença estrangeira, tornada então impossível, ou expurgando-se outras que viram o orçamento reduzido devido à adaptação da economia ditada pelo conflito internacional. As comemorações nas províncias não podiam deixar de ser afectadas pela revisão das dotações inicialmente atribuídas<sup>8</sup>.

Pretendemos pois, nesta parte do nosso trabalho, demonstrar como participaram os aveirenses, convocados, como todos os portugueses, a colaborar nas festas de 1940 quer fossem chamados quer não à sua realização objectiva pela Comissão Nacional dos Centenários, numa conjuntura internacional em que surgiram prementes necessidades de ordem económica, imprevistas aquando da publicação da nota oficiosa e da expressão da vontade comemorativa.

## 1. A preparação dos festejos: um período de renovação

### 1.1. A recepção turística

Antes da celebração das comemorações, e numa altura em que não eram previsíveis os acontecimentos bélicos na Europa, como forma de preparar “a nossa casa para (...) acolher” os “muitos estrangeiros”<sup>9</sup> que visitariam Portugal, foi intenção do presidente do

---

<sup>4</sup> Extracto do relatório apresentado ao Sr. Presidente do Conselho, in: Arquivo CNC da Torre do Tombo, Comissão Nacional dos Centenários, Cx 14 – Pº 6 – 1938, p.6.

<sup>5</sup> Chegaram a existir quatro programas, cuja reformulação foi estudada por Luís Oliveira Andrade na sua obra *História e memória – a Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*. Coimbra, edições Minerva Coimbra, 2001, pp.228-240.

<sup>6</sup> António Ferro, *Panorama dos Centenários: 1140-1640-1940*. Lisboa, SNI, 1949, p.15.

<sup>7</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 21/ 12/1939.

<sup>8</sup> Foram suprimidos, entre outras manifestações, o Congresso das Corporações no Porto, a Festa do Mar em Lagos e Sagres, reduzida a uma missa campal e à Bênção do Mar, e a Exposição do Barroco, no Porto.

<sup>9</sup> *Independência de Portugal 1139-1640-1940: nota oficiosa da Presidência do Conselho*. Lisboa, Comissão Nacional dos Centenários, Editorial Império Lda, 1938, p.13.

Conselho adoptar várias medidas na capital mas também no resto do país, e das quais Aveiro usufruiu.

Foram criadas duas brigadas de técnicos, uma para o Norte do país e outra para o Sul, dirigidos pelos serviços de turismo do Secretariado Nacional de Propaganda, para percorrer as hospedarias do país inquirindo das suas possibilidades e estudando as condições precisas para garantir uma hospedagem suficiente aos naturais e estrangeiros que se deslocassem a Portugal durante as festas programadas para 1940. Visitaram em especial os hotéis situados nos percursos nacionais, com uma função orientadora, dando sugestões que visavam melhorá-los e embelezá-los<sup>10</sup>, com o fornecimento de gravuras decorativas e objectos de arte popular. A brigada técnica do Norte esteve em Aveiro e anotou alguns melhoramentos a introduzir no Hotel Arcada. Tratava-se de “dar às salas de visitas e estar do Arcada um conforto e melhor decoração”<sup>11</sup>.

A nível nacional, foi ainda decidido criar pousadas que deviam, pelo menos algumas, serem concluídas até ao mês de Agosto por forma a produzir efeito ainda no período festivo das comemorações. Foram “inteligentemente distribuídas por locais pitorescos, de onde se (desfrutassem) panoramas deslumbrantes” e pretendiam resolver “alguns problemas que tanto (tinham) dificultado ou mutilado o natural prazer de viajar”<sup>12</sup>. Numa definição de António Ferro, a pousada devia ser um “pequeno hotel despretenso, arquitectado e decorado ao gosto da região, modesto mas acolhedor”<sup>13</sup>. Exteriormente, seriam casas de arquitectura regional, mobiladas e decoradas, no seu interior, com as mesmas preocupações regionalistas. A primazia dada às singularidades etnográficas também se verificaria na gastronomia, sendo oferecidos, em cada pousada, os pratos locais, vistos como as “imagens culinárias dos próprios recursos da província ou do lugar” que permitiriam fugir “à monótona estandardização”<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> “Pelo País – Duas brigadas de turismo vão estudar o melhoramento do aspecto dos hotéis”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, n.º 471, 6/4/1940, p.1.

<sup>11</sup> Carta do SPN à Câmara Municipal de Aveiro, assinada por José d’Athayde e datada de 4/5/1940. Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro- Correspondência da Comissão de Iniciativa e Turismo 1939/1940.

<sup>12</sup> “As Primeiras Pousadas de Turismo”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 4/5/40, p.1.

<sup>13</sup> *Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo*. Lisboa, Edições SNI, 1948, pág. inumeradas.

<sup>14</sup> *Ibidem*.



Foram escolhidas sete zonas<sup>15</sup> e o distrito de Aveiro foi contemplado com a construção da Pousada de Santo António, no Vale do Vouga<sup>16</sup>, que serviria a região entre Aveiro e Viseu. Foi da autoria do arquitecto portuense Rogério de Azevedo e decorada pelo pintor Carlos Botelho. Construída em tijolos, com uma entrada em arcada, dispunha de cinco quartos, uma “afável” sala de estar, uma sala de jantar com uma varanda coberta, em semicírculo, e um pátio arrelvado e atijolado<sup>17</sup>. No seu interior, reinava uma profusão de “azulejos, muitas faianças regionais, candeeiros e lampiões de ferro forjado, cortinas de cretones floridos, mobiliário amável e confortável, velhas gravuras encaixilhadas”<sup>18</sup>. Esta pousada, projectada no programa das comemorações centenárias, apenas seria inaugurada em 24 de Setembro de 1942<sup>19</sup>. Mas era compromisso do Secretariado de Propaganda Nacional concluir a obra que lhe fora confiada para transformar Portugal na “Casa de Repouso duma Europa combalida, fatigada e doente, (no) seu jardim em flor, (na) sua mais bela Pousada”<sup>20</sup>.

## 1.2. O plano das Obras Públicas

No âmbito das comemorações oficiais, pretendia-se ainda levar a cabo ou concluir um plano de obras públicas que desse realce à obra do Estado Novo em 1940 ou que, nessa data, permitisse, pelo menos, visionar a grandeza da obra do regime. Em Lisboa, as realizações foram de grande vulto<sup>21</sup>. Houve a vontade de mostrar o ano de 1940 e as

---

<sup>15</sup> S. Martinho do Porto, Santiago do Cacém, S. Brás de Alportel, Marão, Vale do Vouga, Serra da Estrela, Elvas. As pousadas, incluídas no programa das comemorações centenárias, foram construídas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Ministério das Obras públicas, sob orientação pessoal do eng. Duarte Pacheco. Ver: António Ferro, *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa, SNI, 1949, p.70.

<sup>16</sup> Situava-se no lugar de Serém, freguesia de Macinhata, concelho de Águeda e encontra-se actualmente em obras de remodelação.

<sup>17</sup> *Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo*. Lisboa, Edições SNI, 1948, pág. inúmeras.

<sup>18</sup> Ibidem.

<sup>19</sup> Em 1940, foram iniciadas as obras mas as pousadas viriam a ser concluídas nos anos seguintes. Em 1940, apenas foi inaugurada a Estalagem do Lidador, em Óbidos, arvorada em “exemplo vivo”, antes da inauguração das sete pousadas, da forma como se desejava adaptar aos princípios orientadores das mesmas alguns hotéis ou pensões já existentes.

<sup>20</sup> “A Estalagem do Lidador”, *O Primeiro de Janeiro*, Porto, nº225, 17/8/1940, pp.1, 4.

<sup>21</sup> Foram anunciadas no ponto 7 da nota oficiosa de 1938: Acabamento das obras de restauração do Palácio, jardim e parque de Queluz; Acabamento da Casa da Moeda; Obras do anexo do Museu das Janelas Verdes; Construção da auto-estrada para Cascais; Construção do Estádio; Libertação definitiva da Torre de Belém; Conclusão das obras no Palácio de S. Bento; Resolução do problema do Parque Eduardo VII e construção de um palácio de exposições; Reparações no Teatro de S. Carlos; Impulso ao parque florestal de Monsanto e

comemorações como o fruto “triunfal, esplêndido, indiscutível” do “esforço construtivo e reconstrutivo do Governo de Salazar, tenazmente prosseguido nos primeiros catorze anos da Revolução”<sup>22</sup> por todo o país. Para dar visibilidade à obra realizada pelo poder político desde 1926<sup>23</sup>, foi criada a publicação patriótica *Portugal-1940*.

Em Aveiro, também se realizaram ou encetaram várias obras públicas integradas neste plano nacional de propaganda. Limitar-nos-emos a salientar algumas, que considerámos significativas.

Dada a vocação marítima da cidade, a população ligada à actividade pesqueira foi a primeira contemplada. Segundo o periódico local *O Democrata*, a assistência aos pescadores havia sido tão descuidada que os bairros piscatórios “eram agrupamentos anárquicos de casebres, sujos, infectos, minúsculos, obrigando os habitantes a uma promiscuidade deplorável”<sup>24</sup>. Foi necessária a intervenção do Estado Novo para se notarem, neste capítulo, “aspectos de notável grandeza”, com o início da construção dos primeiros bairros no ano de 1940 em Aveiro, bem como na Figueira da Foz, Viana do Castelo, Peniche e Vila do Conde.

Foi finalmente atendida a reivindicação aveirense de um novo mercado municipal. Era considerado, pelo mesmo periódico, uma obra de “absoluta necessidade” para “uma nova etapa no progresso de Aveiro” e que obrigou a “muitos anos de aturado trabalho por parte da câmara presidida pelo Dr. Lourenço Peixinho”<sup>25</sup>. As obras, a cargo do engenheiro Moreira de Sá, iniciaram-se a 29 de Abril de 1940, no antigo ilhote do Côjo, alegremente anunciadas com “repiques do carrilhão municipal, foguetes e morteiros”<sup>26</sup>. Prevvia-se a sua conclusão para Maio do ano seguinte.

Para prevenir e reprimir a mendicidade nas ruas, em Junho de 1940, em virtude do disposto no Decreto-Lei n.º 30389 de 20 de Abril, o Governo Civil de Aveiro referiu a criação de um Albergue Distrital para o qual a câmara contribuiu com dois mil escudos de

---

arborização da encosta marginal do Tejo; Construção dos novos Hospitais-Escolares; Impulso nas obras de novos bairros económicos; Ligação radiofónica de Portugal e do seu Império.

<sup>22</sup> António ferro, *Panorama dos Centenários-1140-1640-1940*. Lisboa, Edições SNI, 1949, p.32.

<sup>23</sup> Este álbum, constituído essencialmente por fotografias, dava uma vista de conjunto da obra salazarista num intuito de propaganda pura. Ver: Margarida Acciaiuoli, op.cit., p.220.

<sup>24</sup> “Bairros para Pescadores”, *O Democrata*, Aveiro, nº 1620, 16/3/1940, p.2.

<sup>25</sup> “Aveiro vai ter o seu mercado”, *O Democrata*, Aveiro, nº 1627, 4/5/1940, p.1.

<sup>26</sup> Ibidem.

despesas de instalação e quatro mil para a sua manutenção no ano seguinte<sup>27</sup>. É evidente que, a par da pretensão de resolver o aspecto social do problema, foi ainda confessado o interesse em cuidar da imagem que se oferecia do país perante as visitas do estrangeiro.

### 1.3. A recuperação patrimonial

No plano das Obras Públicas, mas a ele anterior já que fora impulsionado desde 1929 com a criação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, ocupava um lugar de destaque uma vasta operação que visava a restauração e valorização de monumentos históricos. Em Aveiro, beneficiaram dessa intervenção emblemática o Castelo da Feira e o Museu.

A história do Castelo, considerado um dos “melhores conservados e dos mais interessantes e característicos exemplares de arquitectura militar medieval”, integrou momentos significativos da história da nação, desde os primórdios da nacionalidade até aos tempos modernos<sup>28</sup>. Foi classificado como Monumento Nacional em 16 de Junho de 1910, após a extinção da Casa do Infantado. Mas, como muitos outros monumentos, sofreu grandes danos causados pelo fogo que o devastou em 1722, as inclemências do tempo, e o abandono a que foi votado. Em 1909, apareceu a Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira, que empreendeu alguns melhoramentos. Porém, o aspecto actual da fortaleza ficou a dever-se às importantes obras de restauro efectuadas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, de 1935 a 1944<sup>29</sup>.

Quanto ao Museu de Aveiro, antigo Convento de Jesus, edificado no século XV e considerado Monumento Nacional em 1911<sup>30</sup>, a sua parte monumental e artística encontrava-se em “estado ameaçante de ruína (...) por efeito da fragilidade dos materiais e estragos dos últimos invernos” e corria “grave risco”<sup>31</sup>.

---

<sup>27</sup> Acta da sessão ordinária da Câmara Municipal de Aveiro de 27 de Junho de 1940. O Decreto-Lei determinava que em todas as cidades sedes de distrito se criassem albergues, na dependência dos comandos distritais da Polícia de Segurança Pública, com a colaboração do público.

<sup>28</sup> Jorge Larcher, “Castelos de Portugal”, *Revista dos Centenários*, Lisboa, nº8, 1939, pp.25-28.

<sup>29</sup> Dirigidas pelo arquitecto Baltasar de Castro, as obras permitiram a desobstrução e reconstrução de parapeitos e merlões, a demolição do paço dos Condes da Feira, dos quais foi pertença até 1700, e desaterros, a reconstrução de muralha, cisterna, pavimentos e cobertura da capela.

<sup>30</sup> O Museu foi fundado para abrigar peças de arte recolhidas em casas e comunidades religiosas de todo o país, incluindo Lisboa, dissolvidas ou encerradas com a extinção das ordens religiosas.

<sup>31</sup> “Museu de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, Vol. 3, 1937, p.85.

Foram iniciadas as obras que se enquadravam no plano de recuperação dos Monumentos de Portugal. Os trabalhos mais urgentes foram iniciados em 1935, pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, para reparação e consolidação da parte monumental e artística do edifício. O projecto foi mandado elaborar por Duarte Pacheco, quando ministro das Obras Públicas, atendendo às solicitações do director do Museu, e levado a cabo sob orientação do arquitecto Baltasar de Castro<sup>32</sup> para uma realização em cinco anos, que culminaria, portanto, em 1940.

Estas obras públicas monumentais, principiadas, continuadas ou terminadas em 1940, deviam constituir, também em Aveiro, “a nova fisionomia da Pátria renascida”<sup>33</sup>, fruto de “14 anos de fé e de trabalho” sem os quais as comemorações e a sua Exposição “não teria(m) sido possí(veis) nem sequer imaginada(s)”<sup>34</sup>.

## 2. As comemorações oficiais de 1940

Os actos festivos de 1940 ocorreram de 2 de Junho a 2 de Dezembro e centraram-se essencialmente em Lisboa, com a Exposição do Mundo Português. Alguns actos programáticos, porém, destinavam-se a ser celebrados na província<sup>35</sup>, mas é certo que, como claramente o afirmou o Sport Club Beira-Mar, “Aveiro não se (encontrava) inserida no programa oficial das festas”<sup>36</sup>. Contudo, a sua participação e os seus contributos para a realização dos festejos foram paradoxalmente significativos, tendo marcado presença em quase todas as manifestações oficiais.

Já anteriormente, em 1939, Aveiro correspondera ao apelo de Salazar levando a cabo uma “Feira-Exposição Distrital”, em substituição da tradicional e importante “Feira de Março”, que se celebrava de 25 de Março a 20 de Abril, para “patentear, de forma clara,

---

<sup>32</sup> Procedeu-se “ao emadeiramento total do coro de cima, reforço de todas as paredes, libertação do campanário das obras incorrectas e prejudiciais, impermeabilização de paredes, vedação e renovação dos telhados e janelas (...), erguido e fortificado o pavimento do coro superior que (formava) o tecto do coro inferior ou sala do túmulo de Santa Joana, (...) levantados todos os forros artísticos, cadeiral, talha dourada”, as velhas madeiras apodrecidas foram substituídas por placas de cimento armado, as colunas partidas e inclinadas foram recompostas, aprumadas e refeitas, foi construída uma galeria de acesso à Capela da Senhora do Rosário e o átrio para a nova escadaria. In: *ibidem*, pp.85-86.

<sup>33</sup> António Ferro, *Panorama dos Centenários: 1140-1640-1940*. Lisboa, Edições SNI, 1949, p.32.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p.23.

<sup>35</sup> Foram programadas romagens patrióticas a Braga, ao Porto, a Coimbra, e constavam do programa as festas provinciais do Ribatejo, do Algarve, da Beira Alta e da Beira Baixa, do Baixo Alentejo, de Trás-os-Montes e do Alto Douro.

<sup>36</sup> “A Primeira Semana das Comemorações Centenárias”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº 479, 1/6/40, p.3.

as manifestações de actividade e de desenvolvimento do comércio e indústria do distrito”<sup>37</sup>. Nesse ano, o município ofereceu gratuitamente os terrenos para os vários *stands* bem como a energia eléctrica necessária à sua iluminação. O ministro do Interior fora convidado a estar presente e a Feira-Exposição encerrou a 23 de Abril, excepcionalmente, com o grandioso Cortejo Distrital Regional, Folclórico, Etnográfico e de Trabalho. Era pois natural que, em 1940, Aveiro continuasse a celebrar o calendário oficial dos festejos patrióticos.



*Figura 1: Cortejo Distrital Regional Folclórico, Etnográfico e de Trabalho realizado para o encerramento da “Feira-Exposição”, em 1939.*

## 2.1. Inauguração e Encerramento

Por imposição superior, a inauguração das comemorações dos centenários, a 2 de Junho, foi assinalada na cidade de Aveiro da mesma forma que em todas as cidades de Portugal e do Império: com um Te-Deum, presidido pelo arcebispo-bispo, na Sé, e com uma sessão solene na câmara municipal, “unindo, no mesmo sentimento de Pátria, os

---

<sup>37</sup> “Na cidade de Aveiro”, *O Século*, Lisboa, 1/1/1939.

portugueses dispersos pelo Mundo”<sup>38</sup>. Na câmara municipal, a sessão solene foi presidida pelo governador civil, secretariado pelo presidente da câmara, Lourenço Peixinho, e pelo comandante militar. Foram feitas alocações pelo presidente da câmara, que pôs em relevo os feitos históricos dos portugueses e pelo Dr. Querubim Guimarães<sup>39</sup>, que focou a continuidade histórica da nacionalidade e a emancipação lusitana da tutela espanhola<sup>40</sup>.

Era inevitável que o programa oficial das comemorações nacionais voltasse a convocar o país para o encerramento das festas, a 2 de Dezembro. À semelhança do que sucedera na inauguração, ele deu-se na Câmara Municipal de Lisboa e previa “à mesma hora, sessões solenes em todas as câmaras da Metrópole e do Império, Embaixadas, Legações e Consulados portugueses”<sup>41</sup>.

## 2.2. As comemorações da Fundação da Nacionalidade em Guimarães

Este processo oficial de envolvimento da província nas cerimónias centenárias verificou-se ainda nas comemorações da Fundação, em Guimarães, a 4 de Junho. A Portaria 9519 de 10 de Maio de 1940 determinava que a bandeira de Afonso Henriques fosse hasteada nos “castelos medievais portugueses que mais importante papel desempenharam na história da Fundação e da Conquista”, com as autoridades locais, a Mocidade Portuguesa e o povo reunidos em volta do monumento, à mesma hora em que seria hasteada na torre do Castelo de Mumadona pelo Chefe de Estado. O sinal seria dado pela Emissora Nacional. A Portaria 9509 de 19 de Abril de 1940 obrigava ainda a que a bandeira da Fundação fosse hasteada simultaneamente em todos os estabelecimentos públicos de Portugal e colónias e em todos os consulados e embaixadas. Ambas as portarias indicavam que deviam simultaneamente repicar os sinos em todas as igrejas, e, em todo o território, subiriam foguetes e haveria uma salva de artilharia em todas as

---

<sup>38</sup> *Programa Oficial das Comemorações Nacionais, Ano de 1940*. Lisboa, 3ª edição (definitiva), Secção de Propaganda e Recepção, Editorial Império, pp. 5-6. Previa um Te-Deum na Sé patriarcal e em todas as Sés, colegiadas e velhas igrejas matrizes de Portugal e do Império. À tarde, determinava uma sessão solene na Câmara Municipal de Lisboa, em que discursava Sua Excelência o Presidente da República; à mesma hora, solenidades em todas as Câmaras Municipais da Metrópole e das Colónias, e nas Embaixadas, Legações e Consulados de Portugal.

<sup>39</sup> Director do jornal aveirense *O Correio do Vouga*.

<sup>40</sup> “As celebrações comemorativas da Fundação da Nacionalidade”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº 480, 8/6/40, p.3.

<sup>41</sup> *Programa Oficial das Comemorações Nacionais, Ano de 1940*. Lisboa, 3ª edição (definitiva), Secção de Propaganda e Recepção, Editorial Império, 1940, pp.22-23.

guarnições militares e navios de guerra. Era o desejo de criar um “minuto supremo de profunda comunhão nacional”<sup>42</sup>. Nesse momento, Salazar pôde apregoar que “por todo o Portugal do continente, das ilhas, do ultramar, em terras hospitaleiras de todas as partes do Mundo, milhões de portugueses se (recolhiam), de alma ajoelhada diante (do) castelo (de Guimarães), e (comungavam) nos mesmos sentimentos de devoção, de exaltação, de fé”<sup>43</sup>. Para Henrique Galvão, Guimarães conseguiu “o milagre de juntar em uníssono, à mesma hora e pelo mesmo motivo profundo, todos os corações portugueses de todas as partes do mundo”<sup>44</sup>.

Em Aveiro, não havia castelo nem navios de guerra, mas o Sport Club Beira-Mar, inspirado em versões iniciais do Programa Calendário das festas nacionais de 1940<sup>45</sup>, organizou uma parada dos alunos das escolas, Mocidade e Legião Portuguesa, bombeiros, colectividades e outras entidades locais, pelas onze horas, na Avenida Central. Concentraram-se em frente ao Monumento dos Mortos da Grande Guerra, na ausência de outro monumento ligado à Fundação da nacionalidade, onde assistiram à retransmissão por altifalantes do discurso do presidente do Conselho, e ao hastear da bandeira da Fundação e da bandeira nacional, com toque de clarins e continência, toque dos sinos da cidade e estrealajar de “muitos foguetes”<sup>46</sup>. Foram pronunciadas alocações patrióticas pelo arcebispo-bispo de Aveiro, pelo professor José Maria Gaspar e por António Cristo, membro da direcção do clube. A população aveirense correspondeu ao apelo à comunhão espiritual lançado pelas entidades políticas, juntando-se à volta do monumento, nos passeios da avenida e nos prédios fronteiros ao local e ouvindo a missa campal e o discurso pronunciado em Guimarães “no maior silêncio”<sup>47</sup>. *O Correio do Vouga* considerou esta iniciativa de “grande valor e significado justamente por se não tratar duma comemoração oficial”<sup>48</sup>.

---

<sup>42</sup> António Ferro, *Panorama dos Centenários: 1140-1640-1940*. Lisboa, Edições SNI, 1949, p.18.

<sup>43</sup> *Discursos dos Centenários: um Livro de Interesse Histórico*, 1140-1640-1940. Lisboa, EPAL, 1940, p.47.

<sup>44</sup> *Publicação Comemorativa das Festas Centenárias da Fundação de Portugal*. Porto, ed. lit. Alfredo Guimarães, 1940, p.7.

<sup>45</sup> O Programa Calendário de 5 de Maio de 1939 previa, para além das solenidades mencionadas no programa final, que altifalantes, nos monumentos de arquitectura militar contemporâneos da fundação da nacionalidade, transmitissem o discurso do chefe do Governo. Nessa versão primitiva, as solenidades de Guimarães estavam previstas para o dia 7 de Maio de 1940.

<sup>46</sup> “As celebrações comemorativas da Fundação de Nacionalidade”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº 480, 8/6/1940, p.3.

<sup>47</sup> Ibidem.

<sup>48</sup> Ibidem.

As solenidades de Guimarães englobavam ainda um “cortejo nacional das flores”, que pretendia mais uma vez envolver toda a nação. Em Aveiro, o Sport Club Beira-Mar, entre outras entidades, recolheu as flores ofertadas pelo público nos estabelecimentos de ensino e na sua sede até 3 de Junho e encarregou-se de as remeter para Guimarães<sup>49</sup>. As flores de Aveiro, como as flores de todo o império, carregadas por cerca de cinco mil mulheres representantes de todos os rincões da nação, foram lançadas junto das muralhas do Castelo de Guimarães, constituindo assim a “maior consagração desta festa centenária”<sup>50</sup>.



*Figura 2: Cortejo de oferendas, em Guimarães.*

Como prolegómenos às festividades do dia 4 de Junho, a cidade de Aveiro foi presenteadada com outro acto festivo: a passagem do general Carmona na estação de caminhos-de-ferro.

<sup>49</sup> “Comunicado do Sport Club Beira-Mar”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº 479, 1/6/1940, p.3.

<sup>50</sup> “As Comemorações do Duplo Centenário”, *O Primeiro de Janeiro*, Porto, nº 142, 5/7/1940, p.1.



### 2.3. A passagem apoteótica do Chefe do Estado em Aveiro

O Chefe do Estado foi alvo de uma “grandiosa manifestação”<sup>51</sup>, “uma formidável apoteose como jamais se registou em Aveiro”<sup>52</sup> na sua viagem para as cerimónias em Guimarães. A estação tinha sido ricamente adornada, com junco no chão, bandeiras e flores, e milhares de pessoas acorreram a saudar o Chefe do Estado, ocupando todo o comprimento do cais bem como os próprios tejadilhos das carruagens estacionadas na gare. Todas as autoridades civis e militares<sup>53</sup> estavam presentes, acompanhadas pelo general Fernando Borges, comandante da Primeira Região Militar, Trigo Negreiros, governador civil do Porto e uma guarda de honra formada por uma companhia de Infantaria 10. Quando o comboio entrou na estação, as três bandas de música da cidade executaram o hino nacional e os clarins tocaram o sentido. O Chefe do Estado desceu do comboio para cumprimentar as personalidades, deu a volta à estação, por entres aclamações constantes e entusiásticas. O governador civil seguiu no comboio presidencial para Guimarães.

Estava assim ensaiado o fervor patriótico que se desejava que vibrasse no dia seguinte, à mesma hora, em todo o império e ao longo dos seis meses de eventos comemorativos.

Nos pontos 8, 9 e 10 da nota oficiosa de Março de 1938, Salazar definiu claramente uma estrutura tripla das festividades comemorativas que devia assentar em três grandes áreas de realizações: exposições, congressos e cortejos. Aveiro marcou presença ou colaboração em todas estas manifestações. Embora nos seja impossível enumerar todos os contributos, quer por falta de documentação precisa quer por não nos mover uma preocupação exaustiva, limitar-nos-emos a dar alguns exemplos probatórios mais significativos.

---

<sup>51</sup> “Comemorações – Em Aveiro”, *Diário de notícias*, Lisboa, nº 26695, 4/6/1940, p.2.

<sup>52</sup> “As Comemorações do Duplo Centenário – Em Aveiro”, *O Primeiro de Janeiro*, nº152, 4/6/1940, p.3.

<sup>53</sup> Câmaras Municipais do distrito, com os seus estandartes, magistrados das várias comarcas, comissões da União Nacional, funcionalismo, oficiais do Exército e da Armada, clero, Legião e Mocidade Portuguesa, colectividades locais com as suas bandeiras, academia, corporações de bombeiros, ranchos, sindicatos, as crianças das escolas, o corpo docente do Liceu José Estêvão, e governador Civil, José Almeida Azevedo.



(a)



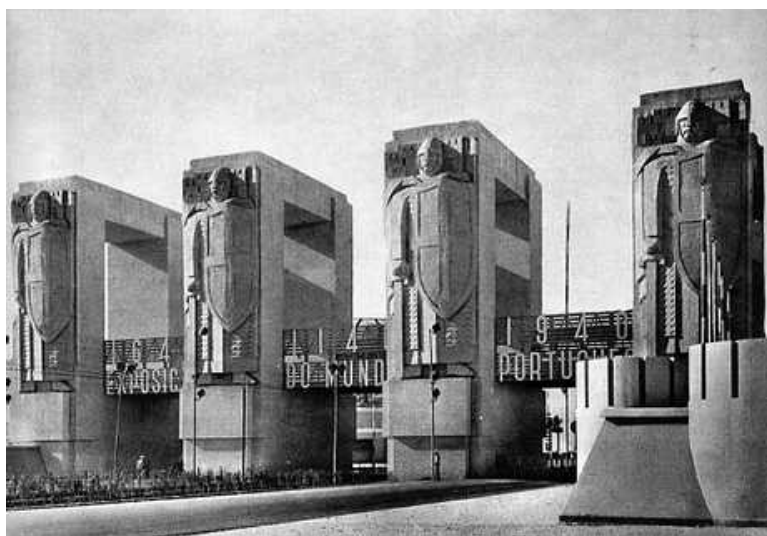
(b)

*Figura 3: Recepção ao Chefe de Estado [durante a sua viagem para Guimarães], em Aveiro.*

## 2.4. As exposições

O programa comemorativo definitivo de 25 de Maio de 1940 previa três grandes exposições: a Exposição de Flores na Tapada da Ajuda, a Exposição Histórica do Mundo Português e a Exposição dos Primitivos Portugueses.

### 2.4.1. A Exposição Histórica do Mundo Português<sup>54</sup>



*Figura 4: Fotografia da Porta da Fundação da Exposição do Mundo Português.*

Pela sua essência, é sobretudo no Centro Regional, “expressão mais facilmente compreensiva e sedutora”<sup>55</sup> que substituiu a original designação de Secção Etnográfica Metropolitana, que se deve procurar a presença e colaboração mais notável de Aveiro. Com efeito, o Centro era constituído pelas “Aldeias Portuguesas” e pela “Secção da Vida Popular”: a primeira realização era um conjunto de aldeamentos simbólicos que abrangia representações de casas populares de todas as nossas províncias e ilhas adjacentes<sup>56</sup>; a segunda, formada por um conjunto de pavilhões era “um admirável documento das

<sup>54</sup> Da responsabilidade de Augusto de Castro, brotou em Belém, no terreno entre o Mosteiro dos Jerónimos e o Tejo, e foi inaugurada a 23 de Junho. Acabou por vingar a designação reduzida para Exposição do Mundo Português. Ver: Luís Oliveira Andrade, op. cit. p.222.

<sup>55</sup> “O Discurso de António Ferro”, *O Diário de notícias*, Lisboa, nº26724, 3/7/1940, p.2. O Centro Regional foi organizado pelo SPN, traçado pelo arquitecto Jorge Segurado, com a colaboração de Sales Viana e de Tomás de Melo.

<sup>56</sup> *Roteiro do Centro Regional da Exposição do Mundo português: realização do Secretariado de Propaganda Nacional*. Lisboa, Sociedades Astória Lda., 1940.

actividades portuguesas”<sup>57</sup>. António Ferro avisa que “não se trata de um cenário de Revista”, de “figurantes” mas de todo um “pequeno povo que trabalha e canta nos umbrais das suas casas”, de “camponeses, autênticos filhos da terra”<sup>58</sup>. Tratava-se pois do retrato etnográfico genuíno da província, no qual Aveiro não podia deixar de estar representado.



*Figura 5: Exposição do Mundo Português. Centro Regional - tipo de varina.*

Assim, o *Roteiro do Centro Regional*, na apresentação que faz das Aldeias Portuguesas e nomeadamente da Beira Litoral, refere as “marinhas de sal de Aveiro e [a] grandeza da Ria”, as “areias movediças (...) que inspiraram Júlio Dinis no conto da Sereia” e “as casas de madeira, os «palheiros» de evocações pré-históricas” dessa região, embora ela fosse representada na Exposição por duas casas visitáveis<sup>59</sup>. A sua recordação viva terá sido mais acentuada no Pavilhão do Mar e da Terra da Secção da Vida Popular.

<sup>57</sup> “Comemorações Centenárias – O Centro Regional da Exposição do Mundo português”, *A República*, Lisboa, nº3432, 2/7/1940, pp.4-5. A Secção da Vida Popular era formada pelos pavilhões Prólogo, Ourivesaria, Da Terra e Do Mar, Artes e Indústrias, Doçarias.

<sup>58</sup> “O Discurso de António Ferro”, *O Diário de notícias*, Lisboa, nº26724, 3/7/1940, pp.1-2.

<sup>59</sup> Animavam ainda esta região-miniatura as oficinas de um barbeiro, um jogueiro, um cesteiro, um filigraneiro, uma tecedeira de colchas e atalhados da região coimbrã de Almalaguês.



*Figura 6: Exposição do Mundo Português. Secção “Vida Popular” – aspecto interior.*

Na parede que ostentava os mais variados tipos de embarcações, não podiam estar ausentes os “barcos moliceiros”, recordados nas palavras inaugurais de Augusto de Castro<sup>60</sup>, nem podia a cidade portuária deixar de estar mencionada, no solo, no gráfico indicativo das zonas piscatórias do país<sup>61</sup>. Viera ainda da sua região a procissão típica de São Paio da Torreira para ilustrar, ao lado de algumas verónicas, rosários e ex-votos, a alma religiosa dos pescadores.

A presença do distrito lagunar esteve ainda patente na Secção Colonial<sup>62</sup>, nos trabalhos de Fausto Sampaio, natural de Anadia, o qual, segundo Henrique Galvão, vinha contribuir para a tão desejada formação, ainda que incipiente, de uma Escola de Arte Colonial Portuguesa, que considerava poder “ser também uma escola de Arte Nacionalista”<sup>63</sup>. Com Jorge Barradas, que pintou São Tomé numa curta estada na ilha, Fausto Sampaio vinha colmatar a lacuna incompreensível instalada na arte portuguesa, privada de inspiração ultramarina e da intervenção das colónias. Com parte dos seus trabalhos na Exposição do Mundo Português, Fausto Sampaio dava “o primeiro e grande valioso documentário artístico do Império” e enchia simultaneamente de um enorme orgulho, que retribuía com um sentimento de apreço e admiração, a terra que o vira nascer<sup>64</sup>.

<sup>60</sup> “As aldeias portuguesas e os pavilhões da Vida Popular”, *O Diário de Notícias*, Lisboa, nº26724, 3/7/1940, pp.1-2.

<sup>61</sup> *Guia da Exposição do Mundo Português*. Lisboa, oficinas gráficas Neogravura, 1940, pág. inumeradas.

<sup>62</sup> Foi coordenada por Henrique Galvão, com o apoio dos arquitectos Gonçalo de Mello Breyner, Vasco Palmeiro e António Lino.

<sup>63</sup> *Exposição do Mundo Português – Secção Colonial*. Pref. Henrique Galvão, Lisboa, oficinas gráficas Neogravura, 1940, pág. inumeradas.

<sup>64</sup> Gervásio Ribeiro, Joaquim Cruz, *Bairrada nas Festas dos Centenários de Portugal*. Anadia, Tip.Comercial, 1940, pág. inumeradas.

#### 2.4.2. A nau «Portugal»

Apesar de ter sido a última inauguração da série dos centenários, a 8 de Setembro, a nau Portugal foi uma das grandes atracções da Exposição, já que cerca de três milhões de portugueses que acorreram a Belém, entre Junho e Dezembro de 1940, se deliciaram com este símbolo da epopeia marítima nacional<sup>65</sup> intimamente ligado a Aveiro.

Era a reconstituição de um galeão português da carreira da Índia do século XVII, que Augusto de Castro afirmava, com orgulho, “escrupulosamente feita sobre obras nacionais – desde as crónicas de Garcia de Resende e o «Livro das Armadas» até aos estudos de Lopes de Mendonça, de Quirino da Fonseca, à «História da Colonização Portuguesa» de Malheiro Dias e Roque Gameiro”<sup>66</sup>. Outros elementos informativos se foram buscar às obras “La Roérie” de Carl Laughton, de Laird Clowers, director-conservador do Museu de Londres, aos museus navais de Paris e de Greenwich e serviram ao comandante Quirino da Fonseca e ao professor Martins Barata para a concepção do projecto, dirigido e coordenado por Leitão de Barros. A sua construção foi cometida ao mestre Manuel Maria Bolais Mónica, construtor naval de Aveiro, por ser a “cidade berço dos nossos melhores carpinteiros navais, através da história”<sup>67</sup>.

O estaleiro de Manuel Maria Mónica localizava-se na Gafanha da Nazaré, no lugar chamado Cale da Vila. Com a realização desta réplica histórica, o mestre desviava-se da sua actividade tradicional – a construção de navios destinados à pesca do bacalhau – abrindo a empresa à concretização de novos modelos<sup>68</sup> e à concepção de uma das maiores embarcações de madeira até então construídas em estaleiros navais portugueses. Ele era considerado por ser um “consumado carpinteiro de machado”, pela sua larguíssima prática de construção naval de madeira, pelo seu sentido “atávico” para este trabalho, que o

---

<sup>65</sup> Maria Filomena Mónica, “Exposição do Mundo português”, in: António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*. Vol.VII, Porto, 1999, pp.710-711.

<sup>66</sup> “A Última Inauguração da Exposição do Mundo Português”, *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 26791, 8/9/1940, p.1.

<sup>67</sup> “A Nau Portugal”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 21/4/1940, p.1. Entre 1916 – data em que o mestre inicia a sua actividade de construção de navios em madeira na Gafanha da Nazaré – e 1940, Manuel Maria Bolais Mónica construiu quarenta e sete navios, lugres, traineiras ou batelões, promovendo o crescimento da frota bacalhoeira de Aveiro. In: António Vítor Nunes de Carvalho, *Os Estaleiros Mónica: da aurora ao ocaso da construção naval em madeira na Gafanha da Nazaré 1889 – 1981*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Dissertação de Mestrado em História Económica e Social Contemporânea, 2003, pp.288-295.

<sup>68</sup> António Vítor Nunes de Carvalho, op. cit. p.96. No período da II guerra, para além da nau Portugal, nos estaleiros Mónica, construíram-se três draga-minas para a marinha inglesa (1941-42) e o cargueiro a motor Marianela (1944), a maior embarcação em madeira até então concretizada em Portugal.

tornaram “verdadeiro mestre da especialidade”<sup>69</sup>. Estas qualidades, que lhe permitiam suprir as deficiências da preparação técnica<sup>70</sup>, herdou-as de sua família simples, que transmitia às sucessivas gerações as “especiais aptidões para este mister”, edificando uma “verdadeira dinastia de construtores navais de madeira”<sup>71</sup>. Foi atribuído grande mérito ao mestre da Gafanha que, “sem nunca ter visto modelo capaz, executou em todas as minúcias a grandiosa obra”<sup>72</sup>.

A nau Portugal, com as suas mil e trezentas toneladas e os seus cinquenta metros de comprimento, era “um barco monstro de madeiras”<sup>73</sup>. A sua elegância advinha da curvatura do convés, dos recortes da proa e da popa, do conjunto da mastreação e braceamento das vergas e, em última análise, dos trabalhos artísticos espantosos em talha dourada, aproveitada dos “depósitos e entulhos das obras dos monumentos nacionais”<sup>74</sup>. A imprensa aveirense retratou pormenorizadamente o navio. Todo ele era rico de talha e de ouro e caracterizava-se pelo escudo real nacional do fim dos seiscentos, com escultura decorativa de grandes dimensões e lanternas em ferro com altura de quatro metros e meio cada uma. O castelo da proa, com cerca de doze metros de altura, estava revestido de ouro e encimado por uma coroa real amparada por dois anjos escultóricos e figuras de vitórias empunhando fachos. Por fim, estava artilhada com quarenta e oito peças em bronze vivo, fundidas nas fábricas do Estado por modelos de museu. O seu interior prolongava a visão magnífica e luxuosa do exterior, com profusão de damascos, tapeçarias, arcas, cofres, bronzes, vitrais, talha e ferraria<sup>75</sup>. Abrigou a Exposição do Ouro, organizada sob os auspícios do Banco de Portugal, com o concurso da Casa da Moeda, de forma a apresentar quase todas as moedas portuguesas de ouro desde os primitivos morabitanos de D. Sancho I ao último lavramento regular do ouro efectuado no reinado de D. Luís, destacando-se as peças da época dos Descobrimentos<sup>76</sup>.

---

<sup>69</sup> Salvador de Sá Nogueira, op.cit. pp.5-32. Trata-se da sua conferência proferida na sede da Ordem dos Engenheiros a 23 de Novembro de 1940, a propósito do “salvamento” da nau.

<sup>70</sup> Eduardo Cerqueira, “Aveiro e os seus pretextos de atracção durante o ano”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 24/3/1940, p.11.

<sup>71</sup> Salvador de Sá Nogueira, op.cit. p.14. Os irmãos António, João e Benjamin lavoravam na Figueira da Foz.

<sup>72</sup> “Nos estaleiros navais da Gafanha foi ontem lançada à água a nau «Portugal», que se voltou”, *O Primeiro de Janeiro*, Porto, nº185, 8/7/1940, p.1.

<sup>73</sup> Ibidem.

<sup>74</sup> “A Nau Portugal”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 21/4/1940, p.1. Abraão de Carvalho foi o mestre entalhador.

<sup>75</sup> “A Nau Portugal”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº 494, 14/9/1940, pp.1-2.

<sup>76</sup> Pedro Batalha Reis, *A Exposição do Ouro a Bordo da Nau Portugal*. Lisboa, 1947, separata dos nºs 28 e 29 da *Revista Municipal*, p.6.

Esteve ainda patente a Exposição de Diamantes, com os mais belos exemplares colhidos pela Companhia dos Diamantes de Angola, e fizeram-se representar a Companhia Nacional e Colonial de Navegação, o Instituto do Vinho do Porto, a Real Companhia e a Vista Alegre com caixas e arcas de louça antiga.

A coberta principal albergou uma evocação da “Ala dos Mercadores”, com a exposição de tapeçarias, jóias, pratas, antiguidades, marfins, tecidos orientais em arcas da Índia. Nos porões, foram instaladas duas adegas e à proa um luxuoso restaurante, que serviu de sala de recepção oficial para várias delegações estrangeiras.



*Figura 7: A nau “Portugal” na doca privativa da Exposição do Mundo Português.*



*Figura 8: Nau «Portugal» – antecâmara da Sala do Ouro.*



## O bota-abaixo desastroso

Estava previsto o lançamento à água para o dia 7 de Julho, com a benção da nau pelo arcebispo de Aveiro, e a sua chegada à Exposição do Mundo Português no dia 14. Deslocaram-se à Gafanha autoridades de Lisboa, do Porto, de Coimbra, representantes da Comissão dos Centenários, governador civil de Aveiro e representantes das instituições locais para assistirem ao momento glorioso da entrada da nau na ria. Porém, após o deslize suave pela carreira, a embarcação adornou para estibordo, virou-se e projectou “centenas de pessoas” que seguiam a bordo, socorridas prontamente por várias embarcações que se encontravam a assistir<sup>77</sup>. Ao mesmo tempo que dava conta do desastre, reduzido a um “lamentável incidente”<sup>78</sup> ou a um “pequeno acidente”<sup>79</sup>, e discutia as suas causas<sup>80</sup>, a imprensa sugeria que seria possível pôr o barco a flutuar “brevemente”<sup>81</sup>, talvez ainda dentro de essa semana<sup>82</sup> ou, no pior dos cenários, “dentro de 15 dias”<sup>83</sup>. Mas as obras de reflutuação, contrariando todas as estimativas e vontades, foram longas e penosas<sup>84</sup> e a nau Portugal apenas transpôs a barra de Aveiro no dia 18 de Agosto, rebocada pelo “Cabo Espichel”, atracando finalmente na doca de Belém no dia 2 de Setembro, quase dois meses depois do desastre. A inauguração, que se desejou brilhantíssima, deu-se a 7 de Setembro, com marinheiros do “Sagres” trajando à moda do século XVII e executando exercícios nas vergas do galeão. Para favorecer o afluxo do maior número possível de pessoas, o comissariado da Exposição decretou esse dia “dia popular” de forma a permitir a entrada a preço reduzido<sup>85</sup>.

---

<sup>77</sup> “Nos Estaleiros Navais da Gafanha, foi ontem lançada à água a nau «Portugal», *O Primeiro de Janeiro*, Porto, nº185, 8/7/1940, p.1. O governador civil de Aveiro informou o ministro do Interior que esta notícia era infundada “porquanto a bordo seguiam apenas doze operários”. In: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo do Ministério do Interior, correspondência recebida, Maço 513 – NT3.

<sup>78</sup> “A Nau Portugal virou-se ao entrar na água e vai ser posta de novo a flutuar”, *Diário da Manhã*, Lisboa, nº3304, 8/7/1940, p.6.

<sup>79</sup> “A Nau Portugal”, *Diário de Notícias*, Lisboa, nº26729, 8/7/1940, p.1.

<sup>80</sup> Este acontecimento gerou uma contenda quase nacional explanada em: António Vítor Nunes de Carvalho, op. cit. p.102-106.

<sup>81</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, nº185, 8/7/1940, p. 1.

<sup>82</sup> *A República*, Lisboa, nº3438, 8/7/1940, p. 5.

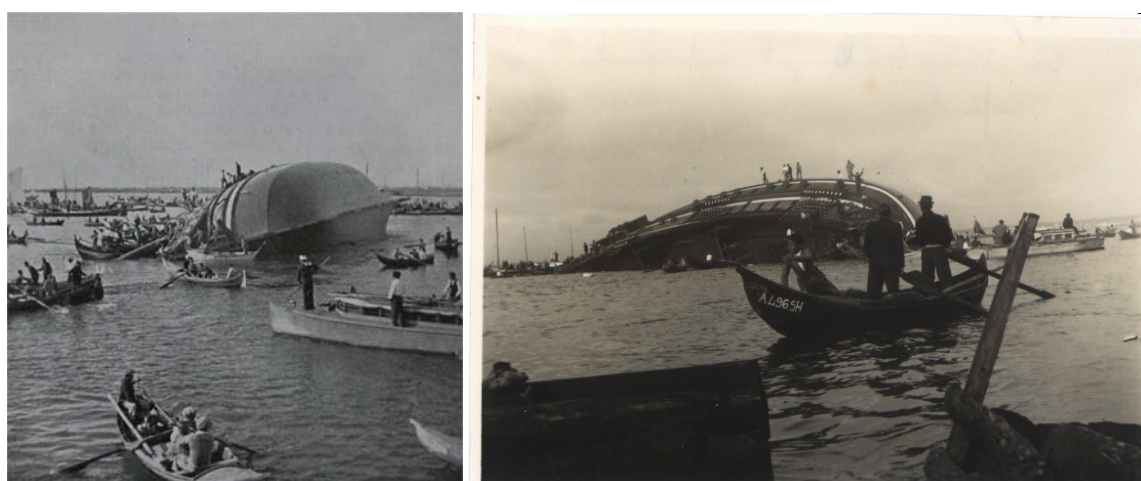
<sup>83</sup> *Diário de Notícias*, Lisboa, nº26729, 8/7/1940, p.1.

<sup>84</sup> Foram levadas a cabo pelo engenheiro Salvador de Sá Nogueira, administrador-geral do Porto de Lisboa, que as descreveu minuciosamente, numa conferência feita na Ordem dos Engenheiros a 23 de Novembro de 1940, e posteriormente publicada com o título “Nau Portugal” na revista *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, Vol VII, 1941, pp.5-32.

<sup>85</sup> “A Inauguração da nau Portugal na Exposição do Mundo Português”, *Diário de Notícias*, Lisboa, nº26789, 6/9/1940, p.2. Os preços dos bilhetes de entrada na Exposição do Mundo português variavam entre os 5

A nau Portugal, aliada ao Padrão das Descobertas, tinha por objectivo “estabelecer a ligação da Exposição ao Tejo”<sup>86</sup>. Na Exposição do Mundo Português, era o “pavilhão que faltava – o pavilhão do mar”<sup>87</sup>, explicou Augusto de Castro, no dia da inauguração, e destinava-se simultaneamente a receber e homenagear as representações estrangeiras.

Depois do encerramento da Exposição, previa-se que a nau ficasse exposta no Porto e, capacitada para navegar em rotas oceânicas depois de equipada com motores<sup>88</sup>, ela serviria possivelmente para cruzeiros de propaganda do Estado. O jornal *A República* sugeriu ainda, em Agosto, o aproveitamento do galeão para a instalação de um museu naval português<sup>89</sup>. Curiosamente, o destino da nau foi traçado por um forte temporal que, em Janeiro de 1941, quebrou os cabos e a encalhou à entrada da doca, destruindo todas as expectativas. Em Julho desse ano, foi vendida à Companhia Comercial de Navegação, que usou o seu casco para transporte a reboque e depósito de mercadorias. As talhas douradas foram expostas e vendidas<sup>90</sup>.



(a)

(b)

**Figura 9: Posição em que ficou a nau «Portugal» momentos depois de ter sido lançada à água.**

---

escudos (dias de inaugurações e Grandes Festas), os 2,50 (Entrada geral) e os 1,50 (Dias Populares e excursões para cima de 200 pessoas).

<sup>86</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo CNC, Caixa 23, processo 14.

<sup>87</sup> “A Inauguração da nau Portugal”, *Diário de Notícias*, Lisboa, nº26791, 8/9/1940, p.6.

<sup>88</sup> *Guia da Exposição do Mundo Português*. Lisboa, oficinas gráficas Neogravura, 1940, pág. inumeradas.

<sup>89</sup> “Uma sugestão”, *A República*, Lisboa, nº3481, 20/8/1940, p.3.

<sup>90</sup> António Vítor Nunes de Carvalho, op. cit. p.107.

### 2.4.3. A Exposição dos Primitivos Portugueses

Para consagrar o regime, o Estado Novo procurou criar uma nova imagem de Portugal, através do plano das Obras Públicas e da Exposição do Mundo Português, mas estendendo também a sua influência a todos os domínios da cultura portuguesa com a mobilização de arquitectos, decoradores e outros artistas. Na área da pintura, Salazar programou a “Exposição de Arte Portuguesa” e, já que era a Fundação que se celebrava, determinou que se restringisse aos primitivos, na certeza que “seriam uma autêntica revelação para nacionais e estrangeiros”<sup>91</sup>. Indicou o local apropriado – o anexo ao Museu de Arte Antiga – e preconizou o início imediato dos trabalhos de restauro.

O Museu dispunha de uma já considerável colecção, à qual vieram juntar-se outras tábuas oriundas de todos os pontos do país, perfazendo um total de mais de seiscentas obras, entre as quais se seleccionaram e restauraram as trezentas e quarenta expostas na Exposição dos Primitivos Portugueses. Das duzentas que vieram da província, quase todas foram sujeitas a um tratamento para integrarem a exposição<sup>92</sup>.

Do acervo do Museu Regional de Aveiro, foi para Lisboa o quadro vulgarmente conhecido por *Retrato da Princesa Santa Joana*, obra que pertencera ao antigo Convento de Jesus. A tábua quatrocentista apresenta, rigorosamente de frente, a infanta Joana, filha de D. Afonso V e irmã de D. João II, envergando as vestes da moda real, pelo que deverá ter sido tomado, originariamente, antes da sua entrada no convento. O rosto “é bastante idealizado” mas “o vestuário e as jóias são minuciosa e fielmente reproduzidos”<sup>93</sup>. A princesa, de cabelos caídos sobre os ombros, ostenta um toucado de fios de ouro, ornado com pedras preciosas e, na mão direita, apoiada no golpeado do corpete, um anel com um rubi que se julga ser a jóia que deixou em testamento ao seu irmão<sup>94</sup>. Segundo Flório de

---

<sup>91</sup> *Independência de Portugal 1139-1640-1940: nota oficiosa da Presidência do Conselho*. Lisboa, Comissão Nacional dos Centenários, Editorial Império Lda, 1938, p.20. Salazar informou que “para a parte decorativa acessória poderiam figurar obras de outras épocas”.

<sup>92</sup> Durante dois anos, Fernando Mardel e os seus colaboradores entregaram-se a um trabalho intensivo que “permitiu fixar a tinta, nivelar e ligar as pranchas desconjuntadas, desinfectá-las do caruncho, reintegrar as pinturas na composição e cor primitivas e dar (...) o ambiente de uma moldura própria”, in: Reinaldo dos Santos, *Os Primitivos Portugueses, 1450-1550*. Lisboa, Academia Nac. de Belas Artes, 1940, p.5.

<sup>93</sup> Flório de Vasconcelos, *A Arte em Portugal*. 2ª ed.. Lisboa, 1975, p.73.

<sup>94</sup> Comemorações Nacionais de 1940. *Exposição de Os Primitivos Portugueses: 1450-1550 – Catálogo Guia*. 2ª ed., Bertrand, Lisboa, 1940, p.11.

Vasconcelos, este retrato constituiria o primeiro busto da pintura portuguesa, “depois do retrato de D. João I – se este é português”<sup>95</sup>.

O quadro levantou, bem antes do projecto comemorativo declarado em 1938, o problema dos restauros, desencadeando uma troca de artigos acrimoniosos entre Adolfo Faria de Castro e Alberto Souto, no semanário *O Povo de Aveiro*.

A obra, em madeira de carvalho, foi restaurada por Luciano Freire e novamente tratada por Fernando Mardel em 1936. Também foi radiografada por Roberto de Carvalho e Pedro Vitorino, cujas análises revelaram ter sido repintada ao longo do tempo, introduzindo-se alterações das linhas do rosto, diferente expressão da boca e factura artificial do cabelo<sup>96</sup>. Contudo, no que toca à restauração de 1936, Alberto Souto garante não ter interferido na figura da filha de D. Afonso V: apesar do “estado deplorável” em que se encontrava o quadro, apenas foi tratado e encaixilhado<sup>97</sup>. Posição contrária assumia Faria de Castro, para quem os derradeiros restauradores procederam a um “deficiente” trabalho. Teriam inculcado não somente um fundo “verde-azeitona”<sup>98</sup> mas sobretudo “uma assimetria facial, pintando de ruivo o cabelo, cujas pinceladas rudes contrastam singularmente com a delicadeza de traço, [a] firmeza de contorno e [a] acentuada pormenorização do soberbo diadema, de ornato meticuloso”. Esta opinião seria fortemente refutada por Luís Reis Santos que negou as alterações citadas e reiterou o talento e o saber de Fernando Mardel na “limpeza” que fizera da tábu<sup>99</sup>.

Este retrato voltaria a levantar celeuma quanto à sua autoria. Desde 1927, Alberto Souto, então director do Museu de Aveiro, vinha sustentando a tese de que seria da autoria de Nuno Gonçalves. Contudo, o *Catálogo-Guia* da Exposição de Os Primitivos Portugueses informa que “o retrato da Princesa Santa Joana parece ser cópia de um original perdido. Segundo Joaquim de Vasconcelos, (a quem se deve a descoberta e a primeira publicação do retrato em 1895, aquando da sua visita ao ainda Convento de Jesus de Aveiro), o quadro é um retrato autêntico pintado por um mestre português da segunda metade do século XV, porém, de técnica diversa da de Nuno Gonçalves. Na opinião de José de Figueiredo, a pintura é cópia de um retrato executado por Nuno Gonçalves”. Certo

---

<sup>95</sup> Flórido de Vasconcelos, op.cit., p.73.

<sup>96</sup> Faria de Castro, “Um Restauro”, *O Povo de Aveiro*, Aveiro, nº436, 19/4/1936, p.1.

<sup>97</sup> Alberto Souto, “Museu de Aveiro”, *O Povo de Aveiro*, Aveiro, nº434, 5/4/1936. O autor refere que o caruncho minava o quadro, tinha tinta estalada e em alguns pontos o aparelho à vista.

<sup>98</sup> Adolfo Faria de Castro, “Restauros”, *O Povo de Aveiro*, nº439, Aveiro, 10/5/1936.

<sup>99</sup> Luís Reis Santos, “O retrato de Santa Joana, *O Povo de Aveiro*, Aveiro, nº441, 24/5/1936, p.3.

é que ele foi exposto na sala da Escola de Nuno Gonçalves, integrado na colecção dos Mestres não identificados<sup>100</sup>.

Esta tábua seria por fim uma peça fundamental na violenta e longa contenda sobre a identidade das personagens dos Painéis de S. Vicente, que por motivos de coerência estrutural remetemos para uma parte posterior deste trabalho.

## 2.5. Os congressos

Tiveram grande relevo nas comemorações centenários os Congressos do Mundo Português<sup>101</sup>, com centenas de participantes, entre os quais se contaram alguns nomes de Aveiro ou do seu distrito.

Alberto Souto assumiu a presidência da primeira secção do I Congresso do Mundo Português, realizado no Porto. António Gomes da Rocha Madahil, professor na Universidade de Coimbra, natural de Ílhavo, trouxe “elementos novos ou pouco conhecidos para a História de Portugal”, para a segunda secção do IV Congresso do Mundo Português<sup>102</sup>, ao transcrever parte de um documento da Universidade de Coimbra<sup>103</sup>, ao participar a nota inédita “Os primeiros missionários que entraram na China” e ao apresentar duas comunicações. Uma, intitulada “O 1.º mês da Restauração, contado em carta inédita de João Pinto Ribeiro a Vasco Andrade, de 4 de Janeiro de 1641”, dava conta dos principais sucessos do movimento restauracionista; a outra contribuiu “Para a história da Evangelização portuguesa no Congo, no século XVI”. Salienta-se ainda o Dr. Serafim Leite, historiador da Companhia de Jesus, natural de S. João da Madeira, escolhido para presidente da segunda secção do Congresso Luso-Brasileiro de História.

O Congresso das Ciências da População decorreu na Universidade do Porto, com sessão inaugural a 12 de Setembro<sup>104</sup>. Aveiro teve como congressista o seu arcebispo-

---

<sup>100</sup> Estava ladeado pelas obras *Ecce Homo* e *Retrato de Nuno Álvares Pereira*.

<sup>101</sup> Contaram-se nove congressos, da iniciativa e organização da Comissão Nacional dos Centenários e funcionaram em simultâneo em Lisboa, Porto e Coimbra, por secções e temas, de 1 a 13 de Julho, com abertura solene no Palácio da Assembleia Nacional presidida por Oliveira Salazar.

<sup>102</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo CNC, Caixa 21, Processo 14 - VII/E/30 (10).

<sup>103</sup> “Relacion de la entrada del Ducal de Bragança y del de Barcelos su hijo en esta corte a besar las manos a su Magestad en 17 de Enero de 1581”.

<sup>104</sup> Como forma de reduzir as despesas necessárias ao equilíbrio financeiro das comemorações, o Governo indicou que se poderia dispensar este Congresso das Ciências da População. Realizou-se por insistência da Comissão Executiva do Congresso que informou “já terem sido efectuadas todas as operações essenciais

bispo, D. João Evangelista de Lima Vidal, com a comunicação “Influência do factor moral e religioso no desenvolvimento da população”. Aí afirmou a unidade do matrimónio como “poderosa construção social” e recriminou o “grande abalo” que lhe causaram os “costumes e as legislações do divórcio”, os quais atentaram à sua característica fundamental: a indissolubilidade. Revoltou-se contra o divórcio, “lama e morte que se deita às almas”, por permitir a destruição de lares necessários ao crescimento saudável do ser humano; insurgiu-se veementemente contra “os produtos mortais da natalidade”, que se vendem na farmácia e drogarias com “a mesma criminosa indiferença” com que se apregoam “o óleo de bacalhau, a soda ou o rícino”; e proclamou a necessidade da força do factor moral ou religioso no desenvolvimento da população<sup>105</sup>.

O arcebispo-bispo de Aveiro voltaria a ter protagonismo momentos antes da sessão solene de abertura do Congresso Colonial, a 11 de Novembro, em Lisboa, na Sociedade de Geografia, mas como vítima de um atentado.

Nas palavras de Manuel Murias<sup>106</sup>, o arcebispo de Aveiro fora “um dos mais entusiastas e ilustres colaboradores na preparação do Congresso Colonial e, como antigo bispo de Angola e Congo, teria sido um contributo valioso nesse encontro “pelas suas altíssimas virtudes, pelo seu passado de missionário zelosíssimo e de estudioso dedicado dos mais altos problemas de colonização”<sup>107</sup>. No entanto, a sua participação foi impossibilitada pelo atentado que sofreu no momento em que os últimos convidados, com quem tinha aguardado a chegada do Presidente da República, davam ingresso na Sala Portugal da Sociedade de Geografia.

A sala já se encontrava repleta e poucos se deram conta que Amadeu Ferreira da Piedade “sacou, inesperadamente, debaixo do sobretudo, de uma faca de grandes dimensões” e feriu, “com rapidez indescritível”<sup>108</sup>, o arcebispo e Óscar Carmona Silva e Costa, neto do Presidente, que viera em seu auxílio.

---

desse acto cultural” no momento da comunicação central. In: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo CNC, Caixa 23, processo 14 – VII/E/31 (6), pp.3-4.

<sup>105</sup> João Evangelista de Lima Vidal, “Influência do factor moral e religioso no desenvolvimento da população”, *Extracto das Actas do Congresso Nacional de Ciências da População*. Vol. II. Porto, Imprensa Portuguesa, 1940, pp.3-6.

<sup>106</sup> Secretário-geral dos Congressos do Mundo Português.

<sup>107</sup> “O Congresso Colonial manifestou o seu profundo, doloroso e indignado sentimento pelo crime”, *O Primeiro de Janeiro*, Porto, nº312, 13/11/1940, p.3.

<sup>108</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cópia do relatório da 4ª Divisão da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, datado de 12 de Novembro, Fundo do Ministério do Interior, Maço 513 – Processo 4 – NT390.

As vítimas foram conduzidas ao Hospital S. José onde o seu estado foi considerado de “extrema gravidade” devido a perfurações intestinais que as colocaram “entre a vida e a morte”<sup>109</sup>. A convalescença do arcebispo seria longa e apenas regressaria a Aveiro em Janeiro, onde foi acolhido de forma jubilosa.

O criminoso foi interrogado na sede da PVDE e o seu acto suscitou uma onda nacional de repulsa provinda dos mais variados meios: políticos, religiosos ou sociais<sup>110</sup>. A diocese de Aveiro vibrou “com a maior indignação e mágoa ao saber-se do bárbaro atentado” contra o seu “venerando Antístite”<sup>111</sup>, fazendo *O Correio do Vouga* eco de todas as manifestações de solidariedade públicas ou privadas. Este acto criminoso chocou tanto mais a opinião pública quanto se tratava de uma ocorrência já banida, pelos discursos de propaganda política, dos hábitos portugueses desde a instauração da estabilidade em 1926. Ele foi apaixonadamente seguido pela imprensa que divulgou o historial pormenorizado de “O Piedade”, como ficou conhecido o agressor, e o evoluir do inquérito policial que concluiu tratar-se “dum homem atacado da mania da perseguição”<sup>112</sup>.

## 2.6. Os cortejos

Falta-nos averiguar da participação ou presença aveirense na terceira grande peça festiva do programa das comemorações: os cortejos.

Eram dois os que Salazar apontou na nota oficiosa: o “Cortejo do Mundo Português, por assim dizer apoteose da Exposição e do Congresso do mesmo nome”, a decorrer em Lisboa, e o “grande cortejo do trabalho”<sup>113</sup>, reservado para o Porto. Estes

---

<sup>109</sup> “Criminoso acto dum dementado”, *O Primeiro de Janeiro*, Porto, nº312, 13/11/1940, p.1.

<sup>110</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo do Ministério do Interior, Maço 513 – Livro 4 sect.DS/L – NT390. Inúmeros telegramas foram dirigidos ao Ministério do Interior, provenientes de todas as zonas do país, das mais variadas entidades públicas, privadas ou individuais, para exprimir a maior repulsa pelo “cobarde atentado”(Câmara Municipal de Abrantes, telegrama nº585), pela “bárbara agressão” (Câmara Municipal de Condeixa, telegrama nº378), pelo “atraíçoeiro atentado” (Bombeiros Voluntários de Óbidos, telegrama nº367), entre outros.

<sup>111</sup> “O Atentado contra o Venerando Bispo de Aveiro – Horas de Angústia”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº503, 16/11/1940, p.1.

<sup>112</sup> “O Atentado na Sociedade de Geografia”, *O Primeiro de Janeiro*, Porto, nº313, 14/11/1940, p.5. Apresentava-o como “o tipo perfeito de «perseguidor perseguido», cuja imaginação psicótica levava a andar frequentemente armado para se defender das “mais rocambolescas e maquiavélicas manobras que o procurariam vitimar”.

<sup>113</sup> *Independência de Portugal 1139-1640-1940: nota oficiosa da Presidência do Conselho*. Lisboa, Comissão Nacional dos Centenários, Editorial Império Lda, 1938, pp.22-23.

desfiles apelaram ao país inteiro e Aveiro respondeu afirmando a sua especificidade em ambos.

O Grande Cortejo Imperial do Mundo Português, assim designado no programa das festividades mas conhecido como o Cortejo do Mundo Português, realizou-se a 30 de Junho, composto por três grandes partes: a História ou o “Portugal de Ontem”, o “Portugal de Hoje” e o “Portugal de Amanhã”. É indubitavelmente na segunda parte, constituída pelo desfile das “vinte e uma províncias de Portugal, com seus trajes, seus carros e instrumentos de trabalho, seus produtos regionais, suas cantigas, etc...”<sup>114</sup> que se deve procurar o contributo da cidade da ria. Marcou presença com carros de trabalho da Vila da Feira, varinas de Ovar, mulheres da Murtosa e Marnotos, um carro de bois da Murtosa, tricanas de Aveiro e Ílhavo, salineiros e salineiras, um grupo de Sever do Vouga<sup>115</sup>, afirmando a imagem etnográfica de um distrito ligado simultaneamente ao mundo campesino e ao mar.

O Grande Cortejo do Trabalho veio a realizar-se a 5 de Julho, no Porto<sup>116</sup>. Salazar indicava em 1938 que “desfilariam representantes de todas as actividades económicas, Sindicatos, Grémios, Casas do Povo , (...) realizando-se em mais larga escala o que já se fez em Braga, Barcelos, Guimarães e este ano se projectava em Viana do Castelo”<sup>117</sup>. Segundo José Luís Brandão de Carvalho, realizador oficial do cortejo, ele “foi um documentário vivo das possibilidades da Nação” e por isso “patenteou indelevelmente aos olhos de nacionais e estrangeiros a vitalidade e pujança do País nas várias manifestações do seu esforço e do seu apego às actividades profissionais”<sup>118</sup>. Nele tomaram parte trinta e oito carros alegóricos e mais de cinco mil trabalhadores<sup>119</sup>, abrindo com o Carro do Trabalho, ladeado por raparigas representantes de todas as províncias de Portugal,

---

<sup>114</sup> Silva Tavares, *Ronda de Glória – Comentário ao Roteiro do Cortejo do Mundo Português*. 2ªed. Porto, Livraria Civilização-Editora, 1940, p.96. Contavam-se as onze províncias da metrópole mas também a Madeira, os Açores, Cabo Verde, a Guiné, S. Tomé, Angola, Moçambique, Índia, Macau e Timor.

<sup>115</sup> *Cortejo do Mundo Português – Roteiro, 1940*. Concepção e realização de Henrique Galvão, Lisboa, Oficina Gráfica dos Artistas, 1940.

<sup>116</sup> Júlio Dantas explicou que a escolha para o desfile recaiu sobre a cidade do Porto porque “conquistou justo renome de metrópole do trabalho nacional”. Ver: Vasco Rodrigues e Octávio Sérgio (dir.), *Memória e Descrição do Grande Cortejo do Trabalho: 1140- 1640- 1940*. Porto, Hernani Carregal, 1940, pág. inúmeras.

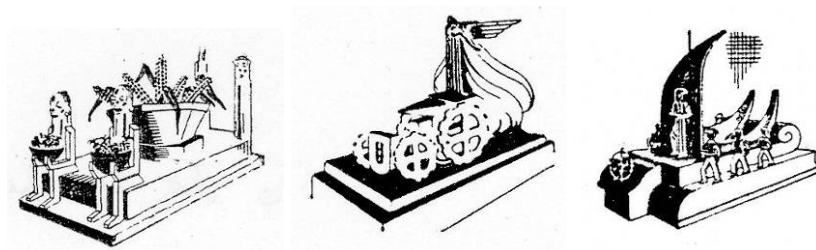
<sup>117</sup> *Independência de Portugal 1139-1640-1940: nota oficiosa da Presidência do Conselho*. Lisboa, Comissão Nacional dos Centenários, Editorial Império Lda., 1938, p.23.

<sup>118</sup> “O Cortejo do Trabalho”, *O Primeiro de Janeiro*, Porto, nº183, 6/7/1940, p.1.

<sup>119</sup> Estava dividido em três grandes sectores – Agricultura, Comércio, e Indústria – e ainda nos sub-sectoros Transportes e Comunicações.



seguindo-se-lhe as bandeiras dos Grémios, Casas do Povo, Casa dos Pescadores<sup>120</sup>. O Carro da Agricultura Nacional também ia acompanhado de trabalhadores rurais de cada província. No Carro da Cortiça, apareciam tiradores e o Grupo Flor dos Corticeiros, da Vila da Feira, enquanto no carro “Pesca” desfilava um grupo de moliceiros e outro de marnotos, de Aveiro, e grupos de pescadores do bacalhau<sup>121</sup>.



*Figura 10: Esboços dos carros da Agricultura Colonial, da Indústria Nacional e da Pesca.*

Para além de ter participado nestas três grandes vertentes do programa oficial, Aveiro colaborou ainda nas festas provinciais.

## 2.7. As festas provinciais

Reportando-nos novamente ao programa oficial de Maio de 1940 das comemorações nacionais, aparecem mencionadas as festas provinciais do Algarve, do Baixo Alentejo, em Beja, da Beira Alta, em Viseu, do Ribatejo, em Santarém. Mas outras manifestações locais foram ainda integradas nas festividades representando em toda a legitimidade “parte importante das festas comemorativas”<sup>122</sup>. Em Coimbra, manteve-se a realização de uma exposição de ourivesaria<sup>123</sup>.

<sup>120</sup> Nessa altura, estavam já criadas as Casas dos Pescadores de Afurada, Aguda, Aveiro, Buarcos, Cascais, Funchal, Lisboa, Nazaré, Peniche, Portimão, Póvoa do Varzim, Sesimbra, Setúbal, Viana do Castelo, Vila do Conde e Matosinhos. Ver: Vasco Rodrigues e Octávio Sérgio (dir.), *op.cit.*

<sup>121</sup> “Grande Cortejo do Trabalho”, *Diário de Notícias*, Lisboa, nº26725, 4/7/1940, p.2. Eram ainda acompanhados por pescadores da Póvoa do Varzim e Esposende e por sargaceiros da Apúlia.

<sup>122</sup> *Independência de Portugal 1139-1640-1940: nota oficiosa da Presidência do Conselho*. Lisboa, Comissão Nacional dos Centenários, Editorial Império Lda., 1938, p.22.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p.21. Salazar propunha que “por iniciativa de subcomissões da província ou de outros organismos competentes, poderiam ainda realizar-se pequenas exposições acessórias e locais”.

### 2.7.1. A Exposição de Ourivesaria e o Cortejo do Trabalho em Coimbra

Esteve patente no Museu Machado de Castro e reuniu duzentas e quarenta peças notáveis, raras e valiosas em ouro e prata dos séculos XV a XVII, expostas em trinta e cinco vitrines. Do distrito de Aveiro, foram recolhidas treze peças pertencentes à Irmandade de Santa Mafalda de Arouca, ao Museu Regional de Aveiro, às igrejas paroquiais de Cacia, Esgueira, Rocas<sup>124</sup>, S. Pedro de Aradas, Cedrim, Ílhavo e Misericórdia de Aveiro. Tratava-se essencialmente de relicários, cálices, custódias e cruzes processionais. Virgílio Correia, director do Museu Machado de Castro e presidente da Comissão Organizadora da Exposição, chegou a deslocar-se a Aveiro para procurar cofres da pertença da Santa Casa, que averiguou não existirem, e decidiu levar uma custódia, do século XVII, “por ser um objecto de grande valor artístico e muito antigo”<sup>125</sup>.



***Figura 11: Custódia da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro.***

<sup>124</sup> Da igreja de Rocas, na serra do Arestal, escolheu-se uma cruz processional de prata, exibida em 1882 na Exposição Distrital de Aveiro e já então apreciada por Joaquim de Vasconcelos como um “belo trabalho do primeiro terço do século XVII. In: António da Rocha Madahil, “A Cruz Processional de Prata, da Igreja de Rocas”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, Vol.V, nº19, 1939, pp.209-212.

<sup>125</sup> Arquivo da Santa Casa da Misericórdia, Livro das Actas das Sessões da Mesa da Santa Casa 1936-1947, Acta da sessão ordinária de 14 de Julho de 1940, pp. 47-49. A esta Santa Casa, a Comissão Nacional dos Centenários pedira uns cofres de prata para figurar na Exposição mas foi informada da sua inexistência por se ter procedido à sua venda, referenciada em acta de 21 de Novembro de 1880, pp.15-16.



*Figura 12: Um grupo de raparigas da Murtosa com os seus trajes pitorescos, no Cortejo do Trabalho em Coimbra.*

Em Coimbra, por ocasião das Festas da Rainha Santa, integrada nos festejos comemorativos dos centenários da Fundação e da Independência, realizou-se ainda o Cortejo do Trabalho, a 13 de Julho, em que Aveiro marcou uma presença brilhante.

Do distrito aveirense, fizeram-se representar, para além da capital, Águeda, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, Vagos e Vale de Cambra, com raparigas do respectivo concelho, envergando o traje regional<sup>126</sup>. Estarreja destacou-se pelos seus carros de lacticínios e tecelagem e pelos seus ranchos típicos, notáveis pelo seu movimento constante. Aveiro alcançou “lugar de relevo” nesse cortejo, com um carro “lindíssimo, vendo-se em primeiro plano as figuras do Comércio, Indústria e Trabalho, tendo ao centro o escudo da cidade, encimado por uma águia”<sup>127</sup>. De lado, o carro ostentava os escudos das várias câmaras do distrito. A Junta da Província da Beira

<sup>126</sup> Em resposta à solicitação da Câmara Municipal de Aveiro para designar uma rapariga que integrasse o cortejo, Arouca mostrou-se indisponível por dificuldades financeiras e S. João da Madeira por alegar não haver já nem trajes regionais próprios nem ouro usado para adornos. In: Correspondência da Câmara Municipal de Aveiro, cartas datadas de 8 e 6 de Julho de 1940, respectivamente.

<sup>127</sup> “O Cortejo do trabalho”, *O Primeiro de Janeiro*, Porto, nº191, 14/7/1940, p.2. A montagem do carro foi da autoria de Francisco Nunes da Maia Júnior, saldado pela Comissão Municipal de Turismo com a importância de mil e quinhentos escudos. In: Acta da sessão ordinária da CMA de 26 de Setembro de 1940, p.22.

Litoral expressou os agradecimentos à Câmara de Aveiro por ter colaborado de “forma brilhante” e por ter simultaneamente mostrado a boa vontade em “bem servir a Nação e o Estado Novo, prestando-lhe a sua leal cooperação”<sup>128</sup>.

### 2.7.2. O VII Congresso Beirão em Viseu

Embora possa parecer paradoxal, Aveiro viria ainda a participar nas festas provinciais da Beira Alta, enviando uma delegação ao VII Congresso Beirão, constituída pelo presidente da câmara, Lourenço Peixinho, pelo presidente da Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro, coronel Gaspar Ferreira, pelo director do Museu, Alberto Souto, e pelo director de *O Correio do Vouga*, Querubim Guimarães. A sessão solene de abertura correspondeu à sessão inaugural das comemorações centenárias da província da Beira Alta. Nele, podiam participar “todos os homens bons das actuais Beiras”<sup>129</sup>, numa organização esforçada da Casa das Beiras, representada por Júlio César, secretário-geral do Congresso, “para que o ano áureo de Portugal não passasse sem uma elevada demonstração do melhor e mais completo esforço pessoal dos Beirões pró-terra-nostra”<sup>130</sup>. Foram apresentadas sessenta e seis teses sobre os mais variados interesses das Beiras.

A questão capital de Aveiro era o seu porto de mar e sobre este tema foram apresentadas três teses. O Coronel Gaspar Ferreira discursou sobre a conclusão das obras do porto; Querubim Guimarães, sobre o aproveitamento da ria para um viveiro-modelo que funcionaria ao mesmo tempo como escola profissional de pesca; e Domingos Pepulim, sobre a construção da estrada marginal da ria. Foram todas aprovadas por unanimidade<sup>131</sup>.

Afonso de Melo defendeu uma quarta tese ligada a Aveiro: o “Povoamento Florestal da Bacia Hidrográfica do Rio Vouga”. Alegou que, no plano de povoamento florestal<sup>132</sup>, devia dar-se prioridade às bacias hidrográficas dos rios que desaguam em

---

<sup>128</sup> Correspondência da Câmara Municipal de Aveiro, carta da Junta de Província da Beira Litoral, datada de 23 de Julho de 1940, assinada por Bissaya Barreto.

<sup>129</sup> *Regulamento do VII Congresso Beirão*. Viseu, tip. Notícias de Viseu, 1940, artigo 1.

<sup>130</sup> “A Capital da Beira Alta”, *O Primeiro de Janeiro*, Porto, nº255, 16/9/1940, p.1. Já tinham ocorrido Congressos Beirões em 1921, 1922, 1928, 1932, 1937 e 1939.

<sup>131</sup> “Congresso Beirão”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº496, 28/9/1940, p.2.

<sup>132</sup> A Lei nº1971 de 15 de Junho de 1938, sobre o povoamento florestal da metrópole portuguesa, previa, em primeiro lugar, o revestimento de todas as dunas entre 1939 e 1943, para o que foi autorizado o dispêndio de cerca de vinte e sete mil contos. Em 1940, já se podia verificar a fixação das areias nos concelhos de Espinho, Ovar, Estarreja, Murtosa, Aveiro, Ílhavo, Vagos, Mira e Cantanhede, tornadas novas fontes de riqueza.

portos de mar, pelo interesse que oferece o revestimento silvícola das encostas na regularização da extravasão das areias e no aumento dos caudais dos rios, evitando desta forma “os malefícios dos mouchões e bancos de areias “<sup>133</sup> carregados pelas águas fluviais. Para ele, a prioridade deveria mesmo recair sobre o rio Vouga por ter sido “permanentemente esquecido”, ao passo que do rio Mondego já se ocupavam os serviços responsáveis, e por lançar as suas águas na extensa ria, única via marítima de acesso a um porto de inegável importância económica. As consideráveis extensões de terrenos baldios nas serras do Caramulo, das Talhadas, da Arada e de Montemuro, varridos pela acção da erosão, atulhavam perniciosamente o leito do rio, prejudicando a fertilidade dos campos e a navegabilidade do rio e da ria. Propôs que o Congresso Beirão representasse ao Governo, no âmbito da Lei nº1971, “durante o primeiro período quinquenal que se seguisse, a instalação, pelo menos, das circunscrições florestais com sedes previstas em Oliveira de Frades, Viseu e Moimenta da Beira”<sup>134</sup>.

### 2.7.3. A Exposição Etnográfica do Douro Litoral e II Feira das Colheitas

Por fim, ao distrito de Aveiro, foi ainda pedida colaboração para a Exposição Etnográfica do Douro Litoral e II Feira das Colheitas, inauguradas no Palácio de Cristal do Porto, a 15 de Setembro de 1940, e integradas nas festas centenárias.

Foi solicitado à Câmara Municipal de Aveiro que promovesse a participação de proprietários aveirenses, com os seus produtos e gados, bem como das diferentes indústrias agrícolas e pecuárias da região, “auxiliando, facilitando e directamente promovendo a (sua) vinda” ao certame, que devia dar “uma visão panorâmica, ampla, curiosa e instrutiva da vida agrícola – base da prosperidade nacional”<sup>135</sup>. Na exposição etnográfica figuraram instrumentos de lavoura e das actividades rurais e seus produtos<sup>136</sup>, provenientes de

---

<sup>133</sup> Afonso de Melo, *Povoamento Florestal da Bacia Hidrográfica do Rio Vouga*, Viseu, tip. Notícias de Viseu, 1940, pp.5-10.

<sup>134</sup> Idem, ibidem, p.11. Preconizava que se arborizassem prioritariamente duas grandes áreas, com sedes em Oliveira de Frades e Viseu e em Moimenta da Beira e no Buçaco, perfazendo uma área de cerca de 58000 hectares.

<sup>135</sup> Correspondência da Câmara Municipal de Aveiro, carta de António Augusto Esteves Mendes Correia, presidente da Câmara Municipal do Porto, datada de 29 de Julho de 1940.

<sup>136</sup> Hernani da Costa (org), *A Exposição Etnográfica do Douro Litoral e II Feira das Colheitas: Livro Oficial*. Porto, Hernani Carregal, 1940. Estiveram expostos foices, enxadas, cofilhos, pás, mantas, colheres...

Arouca, Canelas e Vila da Feira, bem como registos do Senhor dos Enfermos, de S. Bartolomeu e da rainha Santa Mafalda, de Arouca.

Aveiro foi ainda oficialmente convidada a visitar, em excursão, a II Feira das Colheitas, pelo que, para o efeito, a Câmara Municipal de Aveiro providenciou condições para uma viagem em comboio especial<sup>137</sup>.

Esta foi a intervenção de Aveiro, integrada nas manifestações oficiais das comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da soberania portuguesa em 1940. Mas a sua colaboração também se verificou em iniciativas particulares de âmbito nacional, lançadas por entidades diversas de cidadãos que procuraram corresponder, nesse ano, à mobilização patriótica exortada pelos organismos oficiais.

### 3. Iniciativas nacionais de entidades particulares

#### 3.1. A Semana das Colónias

Como em anos anteriores, a Sociedade de Geografia de Lisboa promoveu a Semana das Colónias, de 9 a 16 de Junho, que tinha como objectivo tornar “cada vez mais conhecidos os nossos méritos de colonizadores e as nossas riquezas e possibilidades ultramarinas”. Mas, nesse ano, apelou ao valioso concurso das câmaras municipais para conciliar a sua jornada de propaganda dos valores coloniais com o espírito patriótico do ano áureo dos centenários. Em Aveiro, a Semana das Colónias foi celebrada no Liceu José Estêvão com uma exposição patente ao público dos trabalhos que para ela os alunos executaram e com a organização de sessões culturais destinadas aos alunos, consubstanciadas essencialmente em palestras subordinadas a temas que evidenciavam o esforço dos portugueses no ultramar. Intervieram não só os professores Alexandre Barbas, José Gomes Bento e Assis Maia com as comunicações “ A colonização de Angola, sob o espírito de Afonso de Albuquerque”, “ o Acto Colonial”, “O Império Português – a Cruz e a Espada”, mas também Fernandes da Graça, aluno do 7º ano, com uma alocução sobre “Mouzinho de Albuquerque”<sup>138</sup>.

---

<sup>137</sup> Livro de actas da Câmara Municipal de Aveiro, acta da sessão ordinária de 26 de Setembro de 1940, p.22.

<sup>138</sup> “Liceu de José Estêvão », *O Povo de Aveiro*, Aveiro, nº636, 9/6/1940, p.2.

### 3.2. A corrida ciclista “Flores de Portugal”

Esta iniciativa, da autoria do semanário *O Século* com a colaboração da Emissora Nacional, consistia em ligar simbolicamente Ourique a Guimarães através de uma prova ciclista no duplo intento desportivo e patriótico de mobilizar a população desportiva para as comemorações de 4 de Junho, em Guimarães, marcando o término da prova para essa data e recolhendo pelo caminho, com a constituição de comissões locais de senhoras, as flores ofertadas pelas populações que se destinavam a juncar a estrada que conduzia ao Castelo de Guimarães, na cerimónia oficial<sup>139</sup>.

A prova desportiva teve início em Ourique no dia 22 de Maio, com a partida dos cinquenta e quatro estradistas representantes de todos os distritos<sup>140</sup> e o seu percurso previa atravessar o distrito de Aveiro com o final de uma jornada em Oliveira de Azeméis, vila que recebeu os ciclistas com o maior entusiasmo. A população afluíu “em peso” para acolher os primeiros corredores com “trovoadas de aplausos”, palmas e vivas “ensurdecedores”, ao som das marchas da Banda de S. João de Loureiro, das salvas de morteiros e girândolas de foguetes. Alfredo de Andrade, em nome do município, felicitou *O Século* pela iniciativa e Oliveira de Azeméis “vibrou de fervor patriótico” quando foram entregues as flores aos representantes do jornal<sup>141</sup>. A passagem da caravana em Lisboa também ficou marcada pelo nome de Aveiro graças à vitória “galhardamente” disputada pelo aveirense David Silva, na última volta à pista do estádio do Lumiar onde a recepção foi como sempre “entusiástica”<sup>142</sup>.

Na chegada a Guimarães, junto à meta, Henrique Galvão, na qualidade de director da Emissora Nacional, elogiou a organização da prova e, verbalizando o que a população manifestara efusivamente ao longo desses doze dias, declarou que “quer desportiva, quer patrioticamente, a iniciativa do Século (mereceu) o aplauso dos portugueses”<sup>143</sup>.

---

<sup>139</sup> “A caravana da prova ciclista «Flores de Portugal»”, *O Século*, Lisboa, nº20891, 18/5/1940, p.1.

<sup>140</sup> A Câmara Municipal de Aveiro, através do correspondente do jornal *O Século*, subsidiou a compra de três equipamentos para três ciclistas representantes do distrito. Foram eles José de Oliveira Santiago, Constantino da Costa Ladeira e David Silva. In: Acta de sessão ordinária da Câmara de 23 de Maio de 1940, p.2.

<sup>141</sup> “A corrida ciclista «Flores de Portugal»”, *O Século*, Lisboa, nº20906, 2/6/1940, pp1-2.

<sup>142</sup> ““Os ciclistas que disputam a prova «Flores de Portugal» tiveram ontem, no estádio do Lumiar, uma recepção entusiástica”, *O Século*, Lisboa, nº20900, 2/6/1940, p.8.

<sup>143</sup> “Terminou a corrida «Flores de Portugal», *O Século*, Lisboa, nº20908, 4/6/1940, p.1. Essa derradeira prova foi ganha por António Jacinto. Por equipas, foram classificadas, nos primeiros lugares, Lisboa, Coimbra, Faro, Santarém e Aveiro.





*Figura 13: “Flores de Portugal” – David Silva, o vencedor da etapa Vila Franca de Xira - Lisboa.*



*Figura 14: Ciclistas da prova “Flores de Portugal” depondo flores no Castelo de Guimarães.*



### 3.3. Os cruzeiros da Independência

A campanha dos cruzeiros da Independência foi lançada pelo padre Moreira das Neves em 1938, com um apelo ao microfone da Emissora Nacional para que as freguesias levantassem “no local mais conveniente da terra, um cruzeiro de pedra” com a inscrição “VIII Centenário da Independência e IV da Restauração de Portugal – 1940”, que ficasse “a lembrar às gerações do futuro a celebração do Duplo Centenário”<sup>144</sup>. Esse ano áureo ficaria assim registado para a prosperidade não apenas nas actas dos congressos e nas reportagens dos jornais mas sobretudo “na nossa própria paisagem”, feito memória de pedra, com a dupla função de levar de uma forma garantida as comemorações às freguesias mais recônditas e rurais do país, para fazer renascer o nacionalismo pátrio, e de enaltecer a missão cristã e a vocação civilizadora do país, consolidando o conceito de “Portugal-Império”.

Essa exortação radiofónica tomou mais tarde a forma de um artigo jornalístico publicado a 31 de Dezembro de 1939 no jornal *Novidades*<sup>145</sup> e foi apoiada na sua propaganda por elementos da Acção Católica Portuguesa e pela Rádio-Renascença, a qual promoveu algumas palestras sobre o assunto, conseguindo deste modo congregar simpatia e grande entusiasmo. No distrito de Aveiro, foram erigidos cruzeiros na Gafanha da Encarnação, em Válega, Esmoriz, Mealhada, Sepins e Oliveira de Azeméis, entre outros, inaugurados em sessões patrióticas e muito concorridas, normalmente com a colaboração das juntas de freguesias, organismos e associações locais e com a presença indispensável das novas gerações enfileiradas na Mocidade Portuguesa.

---

<sup>144</sup> Moreira das Neves, “Uma cruz basta para dizer, na história quem é Portugal”, *Revista dos Centenários*, Lisboa, Comissão Nacional dos Centenários, nº14, Fevereiro 1940, pp.11-12.

<sup>145</sup> Este artigo foi galardoado com o primeiro prémio do concurso de artigos sobre as comemorações de 1940 publicados na imprensa portuguesa.



*Figura 15: Cruzeiro de Oliveira de Azeméis – Parque de La-Salette.*

#### 3.4. Homenagem às casas centenárias portuguesas

Os actos de homenagem ao comércio e à indústria portugueses, através das suas casas centenárias, foram promovidos pela Associação Comercial de Lisboa, Associação Comercial do Porto, Associação Industrial Portuense e Associação Industrial Portuguesa, para celebrar, dentro das comemorações dos Centenários Nacionais, “o esforço dos mercadores e fabricantes” de outrora “na grandeza da nação, durante os oito séculos da sua história”<sup>146</sup>, citados por Salazar como cooperadores dos descobridores e missionários desde a primeira hora, e cujos herdeiros legítimos, os comerciantes e industriais da contemporaneidade, eram chamados, como todos os portugueses, a intervirem na evocação ímpar do esplendor da pátria. O governo tomou parte no acto de consagração rendido às casas do comércio e da indústria de Portugal e do império com mais de cem anos de existência, numa sessão de distribuição de diplomas comemorativos, a 29 de Novembro de 1940, e num banquete que decorreu no dia seguinte, no salão de festas do Pavilhão de Honra da Exposição do Mundo Português, sob a presidência do ministro da Economia,

---

<sup>146</sup> “Homenagem ao Comércio e Indústria Centenários de Portugal”, *O Primeiro de Janeiro*, Porto, nº324, 25/11/1940, p.1.

Rafael Duque. Aveiro esteve bem representada pela Fábrica da Vista Alegre, fundada em 1824 por José Ferreira Pinto Basto, a qual foi destacada pelo seu progresso acentuado e pela sua crescente exportação para vários países da Europa, América e África, atestando o aperfeiçoamento atingido nos seus produtos, que se tornavam assim “uma das mais honrosas manifestações da indústria portuguesa”<sup>147</sup>.

#### 4. As manifestações comemorativas na cidade de Aveiro

Aveiro não foi destino de nenhuma romagem oficial nem palco de festividades integradas no calendário comemorativo. Contudo, em 1940, podemos destacar dois grandes eventos com profunda tradição na cidade que foram celebrados de modo especial e atingiram uma dimensão festiva inusitada, procurando responder, ainda que de forma oficiosa, ao apelo de Salazar quando afirmara que festas ou manifestações patrióticas e cívicas faziam “parte importante das festas comemorativas”, mesmo que não incluídas no programa<sup>148</sup>, ou quando se manifestara a vontade que “feiras e romarias locais revestissem maior brilho e animação”<sup>149</sup> no ciclo comemorativo 1938-1940.

##### 4.1. A Feira de Março

Esta feira secular<sup>150</sup>, que na altura soía decorrer no Rossio, apresentou novidade no seu formato com a montagem de um conjunto de *stands* diferentes dos do ano anterior e com o pavilhão municipal, utilizado pela segunda edição, mas desta vez decorado, no seu interior, com dados estatísticos do valor económico do distrito. Nesse ano, foi antecipada de um dia para aproveitar as solenidades do domingo de Páscoa, tendo a inauguração

---

<sup>147</sup> Nuno Marques da Costa, *Mais de Cem Anos de Honestidade e Trabalho*. Lisboa, Editorial Império, 1940, pág. inúmeras.

<sup>148</sup> *Independência de Portugal 1139-1640-1940: nota oficiosa da Presidência do Conselho*. Lisboa, Comissão Nacional dos Centenários, Editorial Império Lda, 1938, p.23.

<sup>149</sup> Extracto do relatório apresentado ao Sr. Presidente do Conselho, in: Arquivo CNC da Torre do Tombo, Comissão Nacional dos Centenários, Cx 14 – Pº 6 – 1938, p.1.

<sup>150</sup> Foi criada por provisão do rei D. Duarte em 1444 para atender a uma petição da vila subscrita pelo seu irmão D. Pedro. In: Dulce Alves Souto, *Origens de uma Feira Secular*. Aveiro, Museu Regional de Aveiro, 1958, Separata de *O Correio do Vouga*, nº 1398, pp.5-8.

ocorrido a 24 de Março, com muita animação e concorrência, justificadas pelas duas procissões da Ressurreição<sup>151</sup>.

A feira-exposição fora publicitada através de um cartaz da autoria de Júlio Sobreiro e atraiu “milhares de pessoas”, não só do distrito mas também de vários pontos do país, que apreciaram as utilidades para venda, se espalharam pelo recinto das diversões e descobriram, no espaço destinado à exposição, um apreciável certame das indústrias locais<sup>152</sup>. Esta feira, desde 1936, vinha perdendo o seu cariz puramente mercantil para adquirir “um ar mais civilizado”, mais consentâneo com o que a época exigia. Restringiu-se a um recinto praticamente fechado com um pórtico-fachada de amplas proporções voltado para o centro da cidade, introduziu a exposição e as atrações, para se tornar paulatinamente num “pretexto” para visitar Aveiro, para “vir de longada à capital do distrito ou à cidade da ria celebrada”<sup>153</sup>. Era um cartaz das actividades económicas regionais e do turismo local incipiente.

Nos dois compartimentos laterais do pórtico de entrada da feira, instalaram-se os serviços da Comissão Municipal de Turismo. Num dos lados, funcionou o escritório de informações e, no outro, foram expostas algumas aguarelas de Manuel Tavares, artista aveirense, miniaturas de vários tipos de barcos da ria e da pesca costeira e algumas peças de escultura cerâmica da Fábrica Aleluia. No torreão, os altifalantes lançavam propaganda sonora e música. No fundo do recinto, o amplo pavilhão municipal serviu de casa de chá onde, todas as noites, uma orquestra dirigida pelo violonista aveirense João Lé deu um concerto. Nas paredes interiores, por iniciativa da câmara municipal, os dados estatísticos reflectiam um distrito densamente povoado, e procediam à avaliação do valor económico da região, afirmando a sua supremacia nacional não somente da pesca do bacalhau, com quarenta por cento da produção total, como ainda da indústria de lacticínios, somando esta uma totalidade de produção superior à de todos os outros distritos reunidos.

---

<sup>151</sup> “A Feira de Março em Aveiro foi ontem inaugurada”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 25/3/1940, pp.1, 5.

<sup>152</sup> Ibidem, p.1. Compareceram a Empresa Industrial de Chapelaria, de S. João da Madeira; Fábrica de fundição «Alba», de Albergaria-a-Velha; Fábrica de porcelanas da Vista Alegre; Centro Vidreiro do Norte de Portugal, de Oliveira de Azeméis; Empresa de Lacticínios «Pinheiro Manso», de Vale de Cambra; fábrica de fiação, da Arrancada do Vouga; espumantes das caves de Monte Crasto, de Anadia; da fábrica de serração e carpintaria mecânica da Viúva de Jaime Rodrigues, de Aveiro; dos espumantes Neto Costa, de Anadia; da fábrica de Chapelaria António Henriques, Lda, de S. João da Madeira.

<sup>153</sup> Eduardo Cerqueira, “Curiosidades do Passado Aveirense”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol. XIII, nº52, Aveiro, 1947, p. 306.



*Figura 16: Pórtico de entrada da Feira de Março em Aveiro.*

No dia 25, dia tradicional da abertura da feira, deu-se a também já acostuada, pitoresca e singular “feira dos barcos”, vindos de todos os recantos da ria concentrar-se no canal central. Era dentro dessas embarcações tradicionais - moliceiros, mercantéis ou bateiras - e sobre a ria, que se faziam as compras e vendas, “num mercado com o mais acentuado carácter regional”<sup>154</sup>.

A feira terminou a 13 de Abril, com um fogo-de-artifício preso e de ar que “agradou pela sua quantidade e qualidade”<sup>155</sup>.

#### 4.2. A festa de Santa Joana Princesa

Não obstante as entidades políticas e religiosas aveirenses nunca terem integrado esta festa na comemorações centenárias nacionais, preferindo apresentá-la como a acção de graças, bastante tardia, pela restauração da diocese<sup>156</sup>, que ocorrera quase dois anos antes, em Agosto de 1938, ela sofreu algumas alterações nesse ano distinto e foi festejada de forma diferente.

<sup>154</sup> “A Feira de Março em Aveiro foi ontem inaugurada”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 25/3/1940, pp.1, 5.

<sup>155</sup> “Feira de Março”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº473, 20/4/1940, p.3.

<sup>156</sup> “As Festas em honra de Santa Joana”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº482, 22/6/1940, pp.1-2. A diocese fora extinta em 1882 e Aveiro passou a pertencer à diocese de Coimbra.

Apesar de se comemorar o dia 12 de Maio, consagrado ao aniversário da morte da padroeira da diocese de Aveiro, as festividades não só se prolongaram inusitadamente por três dias como foram transferidas para 16 de Junho, mais de um mês depois, sob o pretexto de se fugir assim “ao inconveniente de celebrar a festa no dia de Pentecostes”, que nesse ano era coincidente, e de se ficar simultaneamente “menos aperto e [com] mais liberdade para grandes peregrinações a Fátima a 13 de Maio”<sup>157</sup>. Outra justificação houve no entanto, na edição de 6 de Abril de *O Democrata*, semanário republicano de Aveiro, que apresentou esta data como facilitadora da vinda à cidade do cardeal patriarca de Lisboa, Manuel Gonçalves Cerejeira. Certo é que as festas passaram assim a decorrer dentro das datas do programa oficial dos centenários e que o *Diário de Notícias* as considerou como o maior contributo da cidade para as comemorações nacionais. Esta afirmação não se estranha dada a presença do cardeal que a elas presidiu e lhes conferiu deste modo uma desusada imponência, de tal forma que a imprensa local de cariz clerical não hesitou em anunciar que, se as festas se desenrolassem como se desejava, “o caso (seria) tão falado, salvas as devidas proporções do quadro, como a embaixada de D. Manuel à corte de Leão X”<sup>158</sup>. Apelou, atempadamente, para que todos os diocesanos se comprometessem a contribuir para as festas, que se desejavam “esplendorosas”, honrando a padroeira com a ornamentação zelosa dos altares e com a escolha criteriosa das flores, das vozes mais harmoniosas do coro, dos instrumentos e das partituras, recordando a convicção de que “quem bem canta, reza duas vezes”<sup>159</sup>.

Foram três dias de “rara beleza espiritual”<sup>160</sup>, baseados num programa intenso. Iniciava com uma missa campal na Avenida das Tílias, do Parque Infante D. Pedro, e com uma peregrinação ao túmulo da princesa; no dia seguinte, prosseguia com um cortejo que acompanhou o cardeal da igreja da Vera Cruz à Sé Catedral, onde presidiu a um pontifical soleníssimo segundo o rito da capela Sixtina, e com a tradicional procissão de Santa Joana, considerada nesse ano “a mais grandiosa que Aveiro (houvera) presenciado”<sup>161</sup>; encerrava com um sarau em que Damião Peres, professor da Universidade de Coimbra, conferenciou

---

<sup>157</sup> “A Festa de Santa Joana”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº470, 30/3/1940, p.1.

<sup>158</sup> Ibidem.

<sup>159</sup> “Culto de Santa Joana Princesa – as festas deste ano”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº471, 6/4/1940, p.1.

<sup>160</sup> “As festas em honra de Santa Joana”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº482, 22/6/1940, p.1.

<sup>161</sup> Ibidem, p.2.

sobre a princesa santa, e em que cantaram artistas aveirenses e a “Schola Cantorum” do Seminário dos Olivais<sup>162</sup>.

É de realçar ainda que, em 1940, o feriado municipal instituído era o dia 16 de Maio, em memória da malograda revolução liberal de 1828 e do primeiro grito de liberdade levantado em Aveiro<sup>163</sup>, e é sabido que esta data republicana desagradava ao Governo central<sup>164</sup>. Com a celebração das festas religiosas no domingo 16 de Junho, o feriado municipal ficou assim silenciado nesse ano. As entidades camarárias, lideradas pelo mesmo Dr. Lourenço Peixinho que, a 20 de Fevereiro de 1930<sup>165</sup>, deliberou escolher o dia 16 de Maio para feriado municipal, forçadas agora a encarar o 12 de Maio “como que as festas da cidade”, viram “assim a obrigação (...) de a elas se associar”<sup>166</sup>, subsidiando-as e oferecendo um banquete ao cardeal no salão da casa do parque.

Sem presunção a um estudo exaustivo, difícilíssimo de conseguir numa área pouco investigada, pensamos sem embargo ter logrado demonstrar que a cidade de Aveiro, sem nunca ter apresentado um programa que a inserisse no calendário das festas nacionais comemorativas dos centenários da Fundação e da Restauração da independência portuguesa, não deixou de marcar a sua presença em quase todos os momentos oficiais ou iniciativas particulares. Mas, mais do que reconstituir os acontecimentos históricos, interessa-nos agora discernir o seu significado simbólico como indicador da absorção da ideologia política salazarista a nível local. Motiva-nos objectivar que, em Aveiro, perpassaram alguns dos ideais nacionalistas basilares do poder político, fazendo eco dos debates nacionais levantados por ocasião dos festejos e convergindo na mesma exaltação que as efemérides serviam.

---

<sup>162</sup> “As festas à Princesa Santa Joana”, *Diário de Notícias*, Lisboa, nº26709, 18/6/1940, p.4. Joana Tavares de Melo e João Lé, de Aveiro, tocaram solos de piano e violino .

<sup>163</sup> Ana Clara Correia, *História e Comemoração- Aveiro e a memória da Revolução de 16 de Maio*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2005, texto policopiado, pp.10-19. Em Aveiro, as autoridades foram depostas pelos oficiais do Batalhão de Caçadores 10, populares e figuras da causa liberal, e foi jurada fidelidade e obediência a D. Pedro IV e à rainha D. Maria II. Com a vitória de D. Miguel, esta participação revolucionária custaria a vida a quatro mártires aveirenses, enforcados e degolados no Porto a 7 de Maio de 1829.

<sup>164</sup> Idem, *ibidem*, p.23. Em 1950, um ofício do Governo considerou claramente essa data imprópria e contrária à lei para fixar o feriado municipal, forçando a Câmara Municipal de Aveiro a optar definitivamente pela data de 12 de Maio, em 1953.

<sup>165</sup> Livro de actas da Câmara Municipal de Aveiro, sessão ordinária de 20 de Fevereiro de 1930.

<sup>166</sup> Livro de actas da Câmara Municipal de Aveiro, sessão ordinária de 23 de Maio de 1940, p.99.

## 5. O reflexo dos ideais políticos das comemorações centenárias em Aveiro

Como todo o regime político instalado, o Estado Novo visava a sua legitimação através de processos de domínio político que divulgassem as suas linhas orientadoras de acção e fossem intencionalmente geradores de um pensamento de unidade nacional. No âmbito deste trabalho, fugindo da dimensão histórica das comemorações, porventura já estudada, dar-se-á primazia aos discursos e à dimensão simbólica das festividades como categorias universais de interpretação de um momento histórico e de produção de sentido nas relações sociais. Em 1940, a excepionalidade dos festejos, quer pelo seu carácter irrepetível e intenção de participação nacional efectiva, quer pela singularidade de modificações introduzidas em comemorações tradicionais e cíclicas, fez dos actos comemorativos “momentos particulares de acentuação de discursos e práticas, constituindo-se em momentos privilegiados em que a sociedade se (enfrentou) consigo própria, com as suas crenças, valores e expectativas”<sup>167</sup>. Os discursos oficiais, pela repetição dos seus arquétipos, e as comemorações, muito embora primordialmente radicadas em Lisboa, de forma imagética e simbólica, foram dando configuração e impondo uma identidade nacional baseada em conceitos estereotipados que se tornavam em verdades indiscutíveis e disseminadas até nas zonas mais afastadas da capital.

### 5.1. O culto do passado áureo

A ordem discursiva salazarista, com a celebração do nascimento da nação e do seu octocentésimo ano de existência, valorizava a antiguidade do país, conferindo-lhe mesmo o estatuto de “caso raro ou único na Europa e em todo o Mundo, sobretudo se para a definição da identidade política se exigir o mesmo povo, a mesma nação, o mesmo Estado”<sup>168</sup>. Este fragmento da nota oficiosa de Março de 1938 foi citado nos discursos do Dr. Lourenço Peixinho, presidente da Câmara de Aveiro, e do Dr. Querubim Guimarães, proferidos na sessão solene de 2 de Junho de 1940 em Aveiro<sup>169</sup>, e neles também foi, por

---

<sup>167</sup> Luís Cunha, *A Nação nas Malhas da sua Identidade: o Estado Novo e a construção da Identidade nacional*. Porto, ed. Afrontamento, 2001, p.19.

<sup>168</sup> *Independência de Portugal 1139-1640-1940: nota oficiosa da Presidência do Conselho*. Lisboa, Comissão Nacional dos Centenários, Editorial Império Lda, 1938, p.7.

<sup>169</sup> Lourenço Peixinho e Querubim Guimarães, *No Limiar dos Centenários*. Aveiro, tip. Minerva Central, 1940, pp.1, 4.



duas vezes, reiterada a ideia de uma continuidade de vida autónoma, no decorrer de oito séculos, apresentada como digna de causar “espanto”. Tratava-se de instalar o culto do passado, movimento iniciado em meados do século XIX, para conseguir o apuramento da essência da nação, revelado na sua memória ou, melhor, numa interpretação oficial, e consequentemente circunstancial, da sua história. Como claramente teve presente Querubim Guimarães, rememorar as duas datas que Portugal celebrava consistia tão somente em “fazer passar diante dos (...) olhos a história da Nação, desde os primeiros vagidos da independência (...) até ao limiar de épocas contemporâneas”<sup>170</sup>, salientando no entanto os episódios gloriosos da epopeia lusitana e relegando para as profundezas do esquecimento os desaires e épocas de decadência ou optando pela sua referência apenas quando esta servia, por contraste, para pôr em relevo as qualidades de um povo persistente, valoroso e audaz que sempre soube derrotar os inimigos, quer fosse nacional mas corrupto, quer fosse castelhano ou francês liberal. Fazendo eco, em Aveiro, do discurso oficial, os dois oradores relembram os momentos áureos da Independência, da Restauração, dos Descobrimentos, sem olvidar a evocação das grandes figuras heróicas a eles associadas, tornadas exemplos expostos ao olhar do povo na Exposição do Mundo Português em Belém. O passado devia marcar o presente pela veneração pública de heróis e santos então redivivos sob múltiplas formas de expressão como o cortejo cívico, a exposição, a conferência pública, a publicação de números especiais de jornais e o surto de monumentos públicos, mormente estatutários, em Lisboa mas também nas principais capitais da província, a fim de vulgarizar o seu valor moral e político na consciência popular<sup>171</sup>.

A celebração da época dos Descobrimentos, entre todas destacada como “o maior acto da História”<sup>172</sup> da humanidade, realizado pelos portugueses, foi conseguida em Aveiro de forma um tanto forçada através da princesa Santa Joana. Esta figura foi obviamente evocada pela sua santidade e ligação à cidade, mas Querubim Guimarães não deixou de frisar que “bastaria, se maior prestígio ela não tivera (...), a vida da Princesa desenrolar-se no quadro inicial da nossa expansão no mundo, (...) bastaria tratar-se da filha do Africano” para justificar a conferência que Damião Peres pronunciou durante as festas da padroeira da cidade. As circunstâncias da época em que viveu ofereciam “um quadro propício para

---

<sup>170</sup> Querubim Guimarães, *ibidem*, p.4.

<sup>171</sup> Sobre a importância da estatutária nas comemorações, ver: Sérgio Carneiro de Campos Matos, *op.cit.* pp.519-524.

<sup>172</sup> “Discurso do Senhor Presidente da República”, in: *Discursos dos Centenários: um Livro de Interesse Histórico, 1140-1640-1940*. Lisboa, EPAL, 1940, p.9.

evocações admiráveis”<sup>173</sup>. A princesa foi ainda dada em exemplo por sobressair, em contraste, a sua “santa pobreza e a casta humildade das maiores renúncias conhecidas” numa época “tão presa às grandezas da terra”<sup>174</sup>. A imprensa local, imbuída da orientação ideológica conferida ao passado pelo poder político, informa que ela renunciou ao trono, desprezou as honras e vaidades do mundo e que “a sua vida é (...) um exemplo formosíssimo; a lição de que devemos seguir, acima de tudo e contra tudo o apelo de Deus” e de que ninguém seria verdadeiramente grande “senão pelo sofrimento e pela renúncia”<sup>175</sup>, numa cópia da imagem do Condestável pintada pelo discurso oficial em que era inseparável a heroicidade da sua santidade.

## 5.2. Em busca da “alma nacional”

No Estado Novo, as comemorações centenárias serviram-se da história como de um instrumento para melhor compreensão do presente, ideologicamente orientada, valorizando um conjunto de acontecimentos passados e apontando a acção de santos e heróis como exemplos a seguir, acreditando ao mesmo tempo que eles eram a manifestação da grandeza da alma nacional, que os governos democrático-liberais e a abertura ao estrangeiro haviam procurado destruir, mas que importava revitalizar, em busca da definição e consolidação da identidade nacional.

É interessante constatar que, em Aveiro, através de Santa Joana, ecoava a preocupação política de definir e apurar o conceito de “alma nacional”, e se reclamava a intenção de para ela contribuir, apesar da cidade se encontrar arredada do programa nacional das comemorações. Se, nessa altura, ainda não se vislumbrava nenhum herói aveirense digno dos festejos nacionais, recordava-se que nem somente nos heróis se alicerçava uma pátria. A alma portuguesa também incarnava incontestavelmente nos seus santos e “não a (honrou) menos a Princesa Santa Joana”<sup>176</sup> que S. Francisco Xavier, João de Brito ou outros santos confirmados do regime. Tão pouco menos heróico foi o seu contributo para a iluminação da alma portuguesa do que as acções de D. Afonso V, seu pai, D. João II, seu irmão, ou outros membros da galeria de heróis nacionais. Na verdade,

---

<sup>173</sup> “O solene Pontifical e a Procissão”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº482, 22/6/1940, pp.2,3.

<sup>174</sup> Ibidem.

<sup>175</sup> Pinheiro Torres, “Santos de Portugal”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº481, 15/6/1940, p.2.

<sup>176</sup> Idem, ibidem.

lembrava-se quão longa e difícil fora a busca de santidade por parte da princesa Joana, vendo-se obrigada a travar uma luta contra seu pai e seu irmão, que se opuseram à sua reclusão e impediram que professasse.

### 5.2.1. A essência católica

A referência católica, na qual se enquadra a veneração da princesa Santa Joana, foi uma nota permanente na definição de identidade nacional delineada por Salazar, numa relação privilegiada mas ao mesmo tempo claramente separada que o poder manteve com a instituição católica. Desde os primórdios do projecto festivo dos centenários, foi abertamente reconhecido que a nação nascera à sombra da Igreja e que, na sua caminhada intensa e gloriosa de oito séculos, o missionário cotejou sempre o soldado, o navegador, o lavrador, devendo-se-lhe tributar a mesma importância na expansão e construção da grandeza de Portugal pelo seu esforço evangelizador dos povos nativos. Assim como Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque foram escolhidos pelo poder político como arautos ilustres da expansão e da conquista da Índia, assim João de Brito era o símbolo oficial do esforço missionário de Portugal. Barradas de Oliveira, num artigo publicado em *Novidades*, preconizava o levantamento de uma estátua em Lisboa e a sua canonização breve. Em Aveiro, *O Correio do Vouga*, como porta-voz da posição católica local, abraçou esta causa qualificando-a de “verdadeiramente nacional”, de “simpática e patriótica cruzada”, colocando as suas colunas à sua inteira disposição e empenhando-se na divulgação da biografia e da acção missionária do distinto membro da Companhia de Jesus<sup>177</sup>, convicto de que “o Santo (era) o herói máximo”<sup>178</sup> que se (devia) enaltecer nessas comemorações. Mas, se foi evidente a participação das entidades religiosas nas comemorações e a dimensão religiosa das mesmas, não menos transparente foi a posição do poder político face à Igreja ao definir exactamente um mês antes do início dos festejos as suas relações. A Concordata, assinada a 7 de Maio de 1940, veio estipular que “o Estado vai abstrair-se de fazer política com a Igreja, na certeza que a Igreja se abstém de fazer política com o Estado”<sup>179</sup>, legitimando a separação dos poderes<sup>180</sup>.

---

<sup>177</sup> “A propósito dos Centenários – Beato João de Brito”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº461, 20/1/1940, p.1.

<sup>178</sup> Pinheiro Torres, “Santos de Portugal”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº481, 15/6/1940, p.2.

<sup>179</sup> Luís Cunha, op.cit., p.13.

### 5.2.2. A cultura popular rural

O Estado Novo configurou uma identidade nacional que pretendia servir, em primeiro lugar, uma política ruralista, e que havia sido preparada dois anos antes com a promoção dos valores das “aldeias mais portuguesas de Portugal”, cuja representante máxima, vencedora do concurso, fora Monsanto. Em 1940, apesar de intimamente ligada ao mar, Aveiro colaborou nos centenários fazendo a divulgação de concelhos mais retirados da sede do distrito e das suas actividades ligadas ao mundo campesino. A Vila da Feira participou na II Feira das Colheitas com o envio de produtos agrícolas, alfaias, espécimes da raça bovina arouquesa. Armando Leça percorreu os recantos mais campestres do distrito, acompanhado pelo etnógrafo Alberto Souto, para integrar, no seu *Cancioneiro Musico-Popular*, modas populares, algumas julgadas então esquecidas, que ressurgiram em Esmoriz, Ovar, Estarreja, Bom Sucesso, e em Castelões e Rocas, freguesias recônditas de Vale de Cambra e Sever do Vouga. Mais de metade das canções da Beira Litoral foram recolhidas no distrito de Aveiro<sup>181</sup>. Era ao mesmo tempo a valorização do povo como repositório dos valores portugueses ao longo dos oito séculos de história, o único que, protegido do progresso, os soube preservar na tradição e que agora era a fonte onde se deviam ir beber. As tradições populares campesinas deviam, por conseguinte, inspirar as vivências do presente e, arvoradas em modelo claramente estereotipado do mundo rural, deviam servir para a orientação cultural do país e para a inspiração artística.

Subjacente a esta concepção da identidade nacional, permanecia outra característica que residia na crença de aspectos genuinamente portugueses de valor que haviam sido contaminados pela abertura ao estrangeiro e por políticas anti-nacionais e que importava agora reabilitar. Tratava-se de reaprender a ser português e a valorizar as características próprias, muitas delas emanantes do mundo rural. Foi o que se procurou fazer, por exemplo, na área do turismo, inspirando-se nas características arquitecturais e decorativas dos elementos locais para as pousadas e outras acções promovidas nesse domínio. Em Aveiro, foi violentamente repudiado, pelos serviços de turismo do Secretariado da

---

<sup>180</sup> Manuel Braga da Cruz, ao definir a política religiosa do Estado Novo como uma “separação concordatada”, refuta a sua dimensão de “clericalismo” ou de “nacional-catolicismo”.

<sup>181</sup> Armando Leça, *Cancioneiro Músico-Popular*. Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, pp.30, 68- 72.

Propaganda Nacional, o aparecimento, em páginas publicitárias, da qualificação da cidade como a “Veneza de Portugal” ou da Costa Nova como a “Biarritz portuguesa”, na convicção agora inaceitável de que a toponímia estrangeira acrescentasse renome às localidades nacionais. Criticava-se esta prática de “carunchosa muleta” e preconizava-se o desenvolvimento do país dentro de um sentido nacionalista, na certeza de que existia “em casa prata de sobra para render como ouro”<sup>182</sup>.

### 5.2.3. A vocação universalista e a missão civilizadora

Num discurso político dirigido essencialmente para o interior da nação, existia uma especificidade portuguesa que a distinguia das restantes nações e conferia a Portugal uma dupla missão. Por um lado, Portugal sendo uma nação multirracial e pluricontinental tinha uma função civilizadora a desempenhar junto dos povos que integravam o seu império; por outro lado, era chamado a orientar o mundo europeu desnorteado e em conflito, indicando o caminho a seguir para alcançar a ordem e a paz.

*O Correio do Vouga*, ao associar-se à exaltação nacional da figura do “Xavier português”, o beato João de Brito, assimilava a missão histórica do povo português, proclamada pelo regime e vista aqui na sua dimensão de divulgação da fé através da expansão do império. Era a aceitação tácita da apregoada unidade imperial e da vocação universalista de um povo que, apesar de diminuto em número e em meios, projectou a sua acção religiosa, económica e cultural na Europa, em África, na Índia, na China, no Japão e na América. Esta presença portuguesa no mundo, aliada à sua capacidade civilizadora nas alocuções de Salazar<sup>183</sup>, foi ilustrada em Lisboa no enorme “Pavilhão dos Portugueses no Mundo”, e foi recorrente em Aveiro nos discursos locais.

Tanto o presidente da câmara, Lourenço Peixinho, como Querubim Guimarães, na sessão solene da abertura das comemorações na Câmara Municipal de Aveiro, sublinharam

---

<sup>182</sup> Carta assinada por Tavares de Almeida, chefe dos serviços de turismo, dirigida ao presidente da Comissão Municipal de Turismo de Aveiro em 16/9/1940. Esta comparação com estâncias estrangeiras seria considerada por António Ferro como um “ênfatuamento que ou revela ignorância absoluta do sentido das proporções ou lamentável subserviência em face do estrangeiro que, muitas vezes, nem sequer é melhor do que o nacional”. In: António Ferro, *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa, SNI, 1949, p.84.

<sup>183</sup> Oliveira Salazar afirmava que o “génio português”, para além de ter desvendado mundos, era sobretudo capaz de “criar em seu seio princípios norteadores da acção universal, irradiar fochos de luz que iluminem o mundo”. In: *Discursos dos Centenários: um Livro de Interesse Histórico, 1140-1640-1940*. Lisboa, EPAL, 1940, p.48.

o “orgulho” de pertencer a um “povo civilizador” que durante oito séculos serviu de “fermento lusíada” quando comunicou a outros povos “a (sua) própria alma, a(sua) fé, a (sua) língua, os (seus) sentimentos, os (seus) costumes”. Foi repetida a paradigmática ideia de Portugal “desvendar o mundo ao Mundo”, e de ter criado uma “obra admirável, quando (fez) nascer para a vida do mundo esse Brasil de maravilha”<sup>184</sup>. Foi afirmado que o país persistia ainda, em 1940, em “continuar, nas suas vastas possessões a obra civilizadora e missionária que iniciou no século XV”, e que faria ainda “desabrochar para a vida do mundo e da civilização (...) novos Brasis a testar no futuro o nosso valor de colonizadores”, ecoando e repetindo de seguida a nota oficiosa em que Salazar proclamava a “vitalidade do povo português e do seu engenho criador”<sup>185</sup>. Nessa linha, Querubim Guimarães, como director de *O Correio do Vouga*, jornal da diocese local, também não podia deixar de recordar que a Concordata celebrada com a Santa Sé consagrava a evangelização missionária portuguesa ao longo dos séculos, ao reconhecer nomeadamente o Padroado Português em terras asiáticas, e legitimava assim à Nação “uma soberania espiritual que se (estendia) para além dos (...) próprios territórios”<sup>186</sup>. Quanto ao Acto Colonial, ele era “a expressão jurídica” da “unidade imperial”.

Sucede que, com a alteração da conjuntura internacional, as comemorações assumiram, nos discursos oficiais nacionais e aveirenses, outra dimensão, desta feita pedagógica, ao revestiram uma acepção de “lição” para a Europa do presente. Esse epíteto foi frequentemente usado, aparecendo em vários artigos de António Ferro publicados no *Diário de Notícias*. Em Junho de 1938, as comemorações são apresentadas na *Carta Aberta aos Portugueses de 1940* como “a ocasião excepcional de ensinar à terra convulsa, agitada, revolucionada a firmeza do solo que pisamos”, numa afirmação da constância da configuração das fronteiras nacionais e da ausência de ambição invasora de outras nações. Depois da declaração da guerra, em Fevereiro de 1940, António Ferro esclarece que os centenários são “o momento de dar uma lição à Europa e ao Mundo!”<sup>187</sup>. Enquanto os outros povos pegavam em armas, Portugal devia preparar-se “para festejar com serenidade, com aprumo” os oito séculos de história, “demonstrando em plena guerra a (sua) paz, demonstrando que Portugal (era) o farol da Europa, o rochedo seguro no fragor da

---

<sup>184</sup> Lourenço Peixinho e Querubim Guimarães, *No Limiar dos Centenários*. Aveiro, tip. Minerva Central, 1940, pp.2, 8-10.

<sup>185</sup> Lourenço Peixinho, *ibidem*, pp.4-10.

<sup>186</sup> Querubim Guimarães, *ibidem*, p.7.

<sup>187</sup> António Ferro, “Faltam quatro meses”, *Diário de Notícias*, 8/2/1940, p.1.

tempestade”<sup>188</sup>. Cinco meses mais tarde, o cenário de festa era visto não como um atentado à dor que assolava a restante Europa mas como um contributo “para ajudar as nações em guerra a suportar (esse) novo dilúvio”, traduzindo-se para elas “em candeia na distância, em luz de farol, em clarão de esperança”. Portugal apontava ao exterior a direcção certa do caminho que se devia trilhar. Internamente, as festividades constituíram “uma lição admirável” ao provarem, pela resposta entusiástica do povo ao repto que lhe fora lançado, a justeza de não as ter adiado<sup>189</sup>.

Esta dimensão pedagógica dos festejos e a sua justificação em tempo de guerra perpassou nos discursos locais. Para Lourenço Peixinho, a evocação das datas históricas devia processar-se “com todo o orgulho”, servindo deste modo para destacar Portugal que soube manter-se afastado “do tremendo vendaval de insânia que sobre a Europa caiu”, “retemperando assim (...) o seu patriotismo”<sup>190</sup>. Quanto a Querubim Guimarães, a “lição de sempre, de ontem e de hoje” foi efectivamente dada pelo povo português e residia na impossibilidade de sufocar a independência de um povo, quando é guiado pelo “Direito e a Moral”, e quando nele “palpita o sentido superior de uma missão (...), ou vive a certeza de uma consciência nacional que a força das armas é impotente para dominar”. Ambos reiteraram os estereótipos veiculados pelos discursos propagandistas oficiais, facilitando a sua absorção junto da comunidade local. Não se tratava tanto de preconizar a modernização do país mas de insuflar ânimo nos portugueses, ao reclamar a continuação de um lugar de destaque na construção da história da humanidade, que Portugal ocupara no século XV, com a epopeia marítima. Em última análise, o poder reivindicava uma unidade incondicional em torno do Estado e uma adesão incontestada à acção política que seguia.

### 5.3. O contributo aveirense em polémicas nacionais

A criação destes contornos da essência da alma portuguesa, divulgada nos discursos e comemorações, baseou-se ainda em polémicas nacionais, que tiveram repercussões em Aveiro. Serão agora tidos em conta os exemplos do problema da independência do país, do

---

<sup>188</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>189</sup> Idem, “Lição dos Centenários”, *Diário de Notícias*, 30/6/1940, p.1.

<sup>190</sup> Lourenço Peixinho e Querubim Guimarães, *No Limiar dos Centenários*. Aveiro, tip. Minerva Central, 1940, p5.

processo revisional da sua história e da contenda dos painéis de São Vicente, pelo reflexo relevante que alcançaram em Aveiro.

### 5.3.1. Causa e momento histórico da independência nacional

A admiração perante a formação da nacionalidade portuguesa, caso único na Europa, aparece expressa na génese das comemorações. Na nota oficiosa, Salazar salienta a singularidade da nação pela definição das suas fronteiras “quase desde o princípio” da sua existência e pela capacidade única de afirmar a sua independência do resto da Península Ibérica mantendo-as quase intactas ao longo de oito séculos. Os motivos que determinaram esta independência apaixonaram numerosos estudiosos da época, suscitando as mais variadas teses, e o problema foi amplamente lembrado em Aveiro por Querubim Guimarães, no seu já citado discurso. Posições houve que defendiam factores históricos, geográficos, climatéricos, políticos, para a autonomia portuguesa. Em Aveiro, Querubim Guimarães perfilhou a tese do mar, sustentada a nível nacional por Gonçalves Pereira, Amorim Girão e Hernâni Cidade, entre outros, atribuindo-lhe “toda a razão de ser da nossa existência” e o nosso “lugar tão alto na civilização do mundo”<sup>191</sup>. Ele marcara o nosso “rumo do Atlântico” e “o nosso destino universalista”.

Mas neste distrito, para além da discussão das causas da independência, seria sobretudo levantada a questão do seu berço. Enquanto a fundação da nação foi comemorada no Castelo de Guimarães, considerado por Salazar o lugar histórico “onde primeiro bateu, com o coração do primeiro rei, o coração de Portugal”<sup>192</sup>, o feirense Vaz Ferreira, apresentando uma tese contrária, reclamava um lugar de destaque nas comemorações centenárias para o Castelo da Feira, por ter sido “onde nasceu Portugal”<sup>193</sup>.

---

<sup>191</sup> Lourenço Peixinho e Querubim Guimarães, *No Limiar dos Centenários*. Aveiro, tip. Minerva Central, 1940, p14. Querubim Guimarães cita Oliveira Boleo e a teoria da cultura dolménica própria da faixa ocidental da Península; as obras *Portugal ex-nihilo*, de Mendes Correia e *Como nasceu Portugal* de Damião Peres que defendem respectivamente os factores geográficos e a vontade forte de Afonso Henriques como causas determinantes da independência; António Sérgio e a sua explicação pela estrangeirização da costa ocidental da península; Vasco de Carvalho e Luís Vieira de Castro pela influência da ordem de Cluny; Amorim Girão e a diversidade de circunstâncias, de clima, etc; Gonçalves Pereira, Hernâni Cidade e outros com o mar como factor principal da autonomia.

<sup>192</sup> Oliveira Salazar, “Discurso pronunciado no dia 4 de Junho em Guimarães”, in: *Discursos dos Centenários: um Livro de Interesse Histórico, 1140-1640-1940*. Lisboa, EPAL, 1940, p.49. A determinação do facto histórico que marcou a independência de Portugal nunca ficou bem resolvida, apesar de se ter optado por 1140 por coincidir com 1640 e 1940. Ver: Luís Oliveira Andrade, op.cit., pp.200-204.

<sup>193</sup> Vaz Ferreira, *Onde nasceu Portugal foi no Castelo da Feira*. Coimbra, Tip. Gráfica, 1940.



Valendo-se de estudos históricos anteriores, defendeu que o Portugal autónomo nasceu não na vitória de S. Mamede mas no movimento revolucionário de 1128 que a ela conduziu e que conseguiu efectivamente a libertação da suserania leonesa. Essa revolta dos ricos homens de entre Minho e Vouga terá partido da Terra de Santa Maria<sup>194</sup>, com o seu centro no Castelo da Feira, tendo sido por conseguinte o primeiro a rebelar-se a favor do infante D. Afonso Henriques e a iniciar o movimento de que resultou a independência da nação em Guimarães. Com Vaz Ferreira, a batalha de S. Mamede era apresentada como consequência da autonomia portuguesa nascente e não como a sua causa ou início. Quanto a Guimarães, era a cidade berço de D. Afonso Henriques, último reduto da soberania de D. Teresa e alvo do levantamento de 1128, mas nega-se que Portugal lá tivesse nascido. Com esta tese, o seu autor integrava Aveiro na discussão nacional sobre o nascimento da independência portuguesa mas singularizava-a, nesse momento histórico, pela reivindicação inédita do papel preponderante desempenhado pelo Castelo da Feira na implantação da autonomia nacional que, obviamente, não lhe foi concedido no âmbito do programa das comemorações centenárias.

Esta posição periclitaria definitivamente em face de estudos posteriores. O professor Rui de Azevedo viria mostrar que a carta de couto de S. Vicente de Fragoso, no condado de Neiva, outorgada por D. Afonso Henriques e que comprovaria que o Castelo da Feira foi furtado a D. Teresa, não pode ser de 1127, como afirma Alexandre Herculano, mas é de data posterior à batalha de S. Mamede em 1128<sup>195</sup>. Ficou assim abalada a fonte documental em que Vaz Ferreira assentava a sua tese da rebelião do jovem infante contra a sua mãe.

---

<sup>194</sup> Era formada por territórios correspondentes aos actuais concelhos de Cambra, Feira, Oliveira de Azeméis e Ovar, grande parte dos de Arouca e Espinho e as freguesias de Grijó e Sandim. Quando D. Afonso Henriques se separou da mãe, terá sido acolhido em Terra de Santa Maria, único local onde os castelos de Neiva e da Feira se pronunciaram por ele. In: "Castelo da Feira", *Revista dos Centenários*, nº 16, Lisboa, 1940, p.14.

<sup>195</sup> Nas obras "A Chancelaria Régia portuguesa nos séculos XII e XIII", "Primórdios da Chancelaria de Afonso Henriques" e o "Livro de Chancelaria de D. Afonso II de Portugal (1217-1221)", Rui de Azevedo aprofundou os estudos da nossa chancelaria em tempos condaís e régios.

### 5.3.2. A revisão política da história

Esta polémica da interpretação da história insere-se na questão mais vasta da sua revisão, debatida a nível nacional, num tempo em que ela se tornou assumidamente um instrumento político para a compreensão e definição do destino da pátria. Procedeu-se como nunca a uma releitura dos acontecimentos históricos que possibilitasse o seu aproveitamento ideológico num desígnio político de intervenção o que, porém, não passou incólume em Aveiro. O projecto revisionista procurava claramente superar a matriz liberal e republicana herdada nas obras historiográficas de Alexandre Herculano, Pinheiro Chagas e Oliveira Martins, substituindo-as pelas Histórias Gerais de Portugal de Damião Peres e Fortunato de Almeida e pela imposição de um livro único - o *Compêndio de História de Portugal*, de António Mattoso - para o ensino liceal<sup>196</sup>. Estas obras, política e ideologicamente contaminadas, viraram do avesso a narrativa liberal, reabilitando todos os monarcas, sobretudo desde D. João III, que tinham sido condenados pelo seu absolutismo e fanatismo religioso. A reabilitação de D. João IV, que fora apresentado como um “pusilânime”, um “indeciso”, um “tímido”, um “medroso”, um “monarca antipático e funesto”, é levada a cabo por António Mattoso no seu artigo “Os falsificadores de D. João IV”<sup>197</sup>, pouco antes das comemorações da época brigantina, ao empenhar-se na rectificação dessa memória alegadamente falsificada pela “historiografia liberal, romântica e fantasista” com o uso de uma terminologia considerada “criminosa” e “caluniadora”<sup>198</sup> por não respeitar a verdade histórica com o intuito óbvio de denegrir a dinastia da Bragança. Todos estes atributos são desmontados com a descrição elogiosa do seu reinado e das decisões que tomou, aparentemente hesitantes, mas justificadas pela “cautela”, “prudência” e “segurança de ânimo”, que lhe valeram o estatuto de “segundo fundador da Pátria Portuguesa”<sup>199</sup>.

Em Aveiro, este artigo desencadeou uma resposta no jornal local *O Povo de Aveiro*, por parte do seu proprietário, o panfletário republicano Homem Cristo, que alargou a crítica à globalidade da obra. Homem Cristo, não obstante aceitar as críticas de António

---

<sup>196</sup> Luís Oliveira Andrade, op. cit., pp.155-170.

<sup>197</sup> António Mattoso, “Os falsificadores de D. João IV”, *Revista dos Centenários*, Lisboa, nº21, 1940.

<sup>198</sup> António Mattoso, “Os falsificadores de D. João IV”, *Revista dos Centenários*, Lisboa, nº21, Set.1940, pp.1-14. Este artigo foi transcrito, com o mesmo título, em *O Povo de Aveiro*, Aveiro, nº654, 10/11/1940, p.1. A celebração da época brigantina, a terceira das comemorações nacionais, decorreu de 10 de Novembro a 2 de Dezembro.

<sup>199</sup> Ibidem, p.14.

Mattoso, insurgiu-se contra a sua posição porque praticava “o mesmo erro e o mesmo atentado” que ele apontava aos falsificadores republicanos quando, no seu *Compêndio de História*, “(dizia) as mais tremendas heresias contra os representantes do regime liberal”<sup>200</sup>. Acusou-o de citar fontes com pouca autoridade histórica e de transmitir informações erróneas sobre o Marquês de Pombal, quando lhe atribuiu a ruína das pescarias do Algarve, ou sobre as invasões francesas, ao sobrevalorizar o heroísmo luso na derrota napoleónica, ou ainda sobre D. João VI, cuja fuga para o Brasil, vergonhosa para um, foi convertida pelo outro em acto patriótico de alto alcance político<sup>201</sup>. Mas o panfletário aveirense foi mais longe na denúncia da imposição de uma história oficial e da subversão da verdade a que obrigou quando questionou as próprias opções históricas celebradas nos centenários. Não compreendeu o injusto silêncio a que o programa comemorativo nacional votou o Conde D. Henrique, apresentado por Alexandre Herculano como iniciador da obra de fundação da nacionalidade do seu filho Afonso Henriques. Não hesitou em avançar uma explicação política, baseada no facto de ter sido originário do país da Revolução de 1789 e berço da liberdade. Se aceitava a exaltação do padre António Vieira e do beato João de Brito, também reclamava a exaltação do Marquês de Pombal, por ter sido o reconstrutor de Lisboa. Ao entrar nesta polémica nacional sobre o projecto político de revisão da história, o republicano aveirense denunciava as hipocrisias, as intolerâncias e os interesses facciosos como inimigos do interesse geral e do progresso da nação e preconizava o respeito por todos os partidos e as opiniões sinceras, ainda antes do endurecimento político do regime.

### 5.3.3. A questão dos Painéis de S. Vicente

Finalmente, Aveiro entrou noutro debate nacional de grande envergadura, que se prendia com a afirmação de uma especificidade portuguesa mas, desta feita, na área artística. Desde o final do século XIX, imbuído de fervores nacionalistas, tinha-se vindo a querer provar a existência de uma escola portuguesa de pintura por entre a produção artística dos séculos XV e XVI que demarcasse os seus painéis das influências italiana e

---

<sup>200</sup> Homem Cristo, “Os falsificadores de D. João IV”, *O Povo de Aveiro*, Aveiro, nº654, 10/11/1940, p.1.

<sup>201</sup> “Os falsificadores de D. João IV”, *O Povo de Aveiro*, Aveiro, nº656, 24/11/1940, pp.1,3; “História e Historiadores”, *O Povo de Aveiro*, Aveiro, nº661, 29/12/1940, pp.1,2; “Os falsificadores da História”, *O Povo de Aveiro*, Aveiro, nº663, 12/1/1941, p.1.

flamenga. A controvérsia atingiu o seu auge com a descoberta, em 1882, de um enigmático políptico no Convento de S. Vicente por Joaquim de Vasconcelos e com a interpretação que dele fez. A “questão dos painéis”, como assim ficaria conhecida esta polémica, atribuídos a Nuno Gonçalves, prolongou-se pelo século XX, concentrando o esforço do estudo da pintura portuguesa, e culminou com a Exposição dos Primitivos Portugueses que, juntando tantos quadros dispersos pelo país e expondo-os no Museu Nacional de Arte Antiga, vinha finalmente dar como insofismável a existência de uma escola portuguesa de pintura, fundada em torno de Nuno Gonçalves.

A longa celeuma artística procurava desvendar o enigma da autoria, do simbolismo e da identidade das personagens representadas no conjunto dos seis painéis. A interpretação pioneira dada por Joaquim de Vasconcelos, que atribuía os painéis ao culto de S. Vicente, não resolveu pacificamente a exegese do políptico que passou a prender as atenções, a nível nacional, de Virgílio Correia, José de Figueiredo, Reinaldo dos Santos ou José Saraiva e a suscitar inúmeras opiniões. Na intrincada contenda, foi ainda protagonista o aveirense Alberto Souto, na qual entrou em 1927, com um dado novo. Estava convicto que o retrato de Santa Joana Princesa não só era obra original de Nuno Gonçalves, como já foi referido, mas era sobretudo “uma das chaves do grande enigma dos painéis”<sup>202</sup>. Começou por centrar a sua intervenção na certificação da identidade da figura feminina ajoelhada à frente de um dos dois painéis principais, o chamado do Infante, para esclarecer a intencionalidade da obra. Alberto Souto procedeu à comparação dessa figura com o retrato da Santa Joana do Museu de Aveiro, autorizada por se atribuir ao mesmo autor. Fundamentando-se nas suas semelhanças<sup>203</sup>, identificou-a como sendo a mesma infanta D. Joana, filha de D. Afonso V, antes da sua entrada para Odivelas, o que lhe permitiu concluir que o santo, a cuja volta se produz o ajuntamento representativo de toda a nação, seria uma pessoa da família reinante, deitando por terra a tese vicentina de José de Figueiredo e firmando a tese fernandina de José Saraiva. O retrato viria assegurar que “o juvenil cavaleiro do Paineiro do Infante é o príncipe D. João, mais tarde D. João II, irmão da retratada; (...) que a Menina-Senhora ajoelhada no mesmo painel é ela própria e não sua

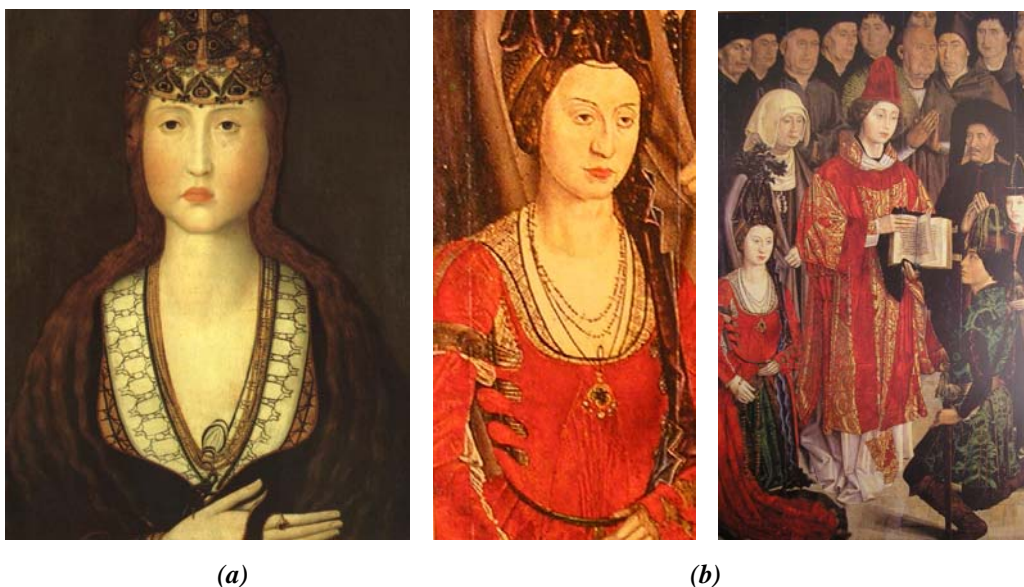
---

<sup>202</sup> Alberto Souto, “O retrato da Princesa Santa Joana e o grande enigma dos «painéis de S. Vicente»”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.23, nº92, 1957, p.272.

<sup>203</sup> A semelhança fisionómica entre o retrato de Santa Joana e o cavaleiro-moço do políptico (a forma arredondada da cara, a tez branca e rosada, as sobrancelhas ralas, os cabelos castanho-dourados), e a presença do anel com rubi haviam já sido notadas por José de Figueiredo que concluiu porém tratar-se da Rainha, sua mãe, a figura feminina ajoelhada.

mãe” e que o “santo” é D. Fernando, o mártir de Tânger, representado com “as feições dos sobrinhos reais e o ar de família que eles apresentavam”<sup>204</sup>. Com esta interpretação baseada na comparação do quadro aveirense e das tábuas de S. Vicente, a intencionalidade da obra tornava-se clara para Alberto Souto. Estes painéis, certamente encomendados a Nuno Gonçalves por D. Afonso V, perpetuariam a memória do seu tio-avô e do resgate das suas relíquias ao mesmo tempo que preparariam a opinião e a igreja para a sua beatificação.

Aveiro participava assim numa das contendas mais apaixonantes da história da arte portuguesa, procurando resolver o enigma nacional da identidade das personagens e do simbolismo do monumento pictórico emblemático do Estado Novo, à luz da figura história mais célebre de Aveiro e da obra que a imortalizou. Era a colaboração local num processo político e nacional de afirmação da portugalidade no domínio da arte, pondo em evidência a fecundidade e a originalidade da pintura portuguesa quinhentista. Era também o seu contributo publicístico, ainda que inconsciente, para a imagem milagrosa de um regime que, mais uma vez, e desta feita na área artística, pretendia difundir o retrato de um país em ressurgimento. A Exposição dos Primitivos Portugueses, ao mesmo tempo que vinha finalmente apaziguar a contenda artística, afirmava a obra ímpar do Estado na regeneração do país, já que disponibilizara os meios para permitir “a salvação” das tábuas nacionais, quer estivessem expostas quer não, a sua inventariação e o avanço no estudo da história da arte.



**Figura 17: Retrato de Santa Joana do Museu de Aveiro (a) e no Painel do Infante de Nuno Gonçalves (b).**

<sup>204</sup> Alberto Souto, “O retrato da Princesa Santa Joana e o grande enigma dos «painéis de S. Vicente»”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.23, n.º92, 1957, pp.271- 301.

#### 5.4. A autocelebração do regime

Se é certo que as comemorações pretextavam celebrar uma certa história pátria e o valor universal e eterno de Portugal na sua missão civilizadora no mundo, não é menos evidente a sua intenção de celebrar o presente através da exaltação das obras e dos homens do regime. Para António Ferro, os catorze anos de trabalho da Revolução Nacional permitiram o ressurgimento de Portugal, fazendo com que a aura conquistada no século XVI e perdida nos séculos seguintes por políticas qualificadas de anti-nacionais já não pesasse tanto sobre o presente, de tal forma que “1940 chegava a parecer-(lhe) (...) a soma ideal de 1140 mais 1640...”<sup>205</sup>. Não era apenas o passado que se pretendia exaltar mas “o Portugal de Carmona e Salazar”. Aliás, António Ferro interpretou a participação activa e entusiástica do povo português como outra lição: a prova incontestável de que a nação, nessa “hora de incertezas, (confiava) cegamente nos grandes chefes do seu renascimento”<sup>206</sup>. Foi constantemente lembrada a importância de Salazar no ressurgimento português, ao idealizar as comemorações e ao dotar a nação dos meios materiais indispensáveis à sua consecução.

Em Aveiro, a celebração do regime verificou-se essencialmente na recepção apoteótica ao Chefe do Estado na sua viagem para as festas da Fundação em Guimarães, já descrita neste trabalho, e na veneração dedicada ao cardeal patriarca de Lisboa que presidiu às festas de Santa Joana. A imprensa local retratou-o como “a mais alta e ao mesmo tempo a mais doce encarnação da Pátria”<sup>207</sup>, como “um dos maiores portugueses (desse) momento histórico em que Portugal se distinguia no meio de tanta ansiedade e confusão, pertencendo-lhe, na grande obra de renovação espiritual que no país (alastrava), aquele quinhão de glória que a história (assinalaria)”<sup>208</sup>. Foi recebido na estação de comboio de forma efusiva por uma multidão “em delírio”, com “uma chuva de flores” e “com toda a gente agarrada à mão dele para lhe beijar o anel”<sup>209</sup>, mas também pelas autoridades civis, militares e judiciais, pelas Mocidade e Legião Portuguesas, pelas representações de todas as câmaras municipais do distrito, associações, convidados e duas bandas de música, que o acompanharam em denso e apoteótico cortejo até à câmara municipal. Aí, o presidente

---

<sup>205</sup> António Ferro, *Panorama dos Centenários: 1140-1640-1940*. Lisboa, SNI, 1949, p.12.

<sup>206</sup> Idem, “Lição dos Centenários”, *Diário de Notícias*, 30/6/1940, p.1.

<sup>207</sup> “O Senhor Patriarca em Aveiro”, *Correio do Vouga*, nº 482, 22/6/1940, p.1.

<sup>208</sup> “Em honra de Santa Joana Princesa”, *Correio do Vouga*, nº 481, 15/6/1940, p.1.

<sup>209</sup> “Bemvindo”, *ibidem*.

considerou “esse dia como um dos maiores da (...)história”<sup>210</sup> da cidade e a sua visita uma “honra tão grande que nenhuma outra a (excedia)”, nem a do Chefe do Estado realizada poucos anos antes<sup>211</sup>. A simples presença desta figura “venerável” contribuiu para “iluminar de maior luz a auréola resplandecente de santidade da (...) princesa”<sup>212</sup> e não deixou de proporcionar uma saudação ao Chefe do Estado e ao presidente do Conselho, dirigida pelo governador civil durante o banquete oferecido pela câmara municipal ao ilustre convidado, por terem alicerçado a obra do Estado Novo nos valores espirituais que, nessa ocasião, se encontravam representados na pessoa do patriarca da Igreja Católica. Esta última foi finalmente saudada pelo presidente da câmara, por ser “uma parte deste Portugal fidelíssimo” à sua fé desde o início da sua história, que nesse ano se comemorava, e por continuar a desempenhar o nobre papel de “sentinela vigilante da civilização cristã”. Assim, em 1940, as festas dedicadas à princesa Santa Joana tornaram-se em jornada de veneração do cardeal Cerejeira e simultaneamente de exaltação da política vigente e dos valores ideológicos do seu projecto comemorativo, com os quais o patriarca não discordava.

### 5.5. A nau Portugal e o mestre Mónica: sínteses da ideologia centenária

Todo este ideário político que expressava a identidade da cultura portuguesa, naquilo que se julgava ser a sua missão e a sua autenticidade, foi sintetizado na nau Portugal e no seu construtor aveirense, o mestre Mónica, que, transformados em símbolos nacionais, serviram para valorizar o regime.

Nela, “tudo (era) português,”<sup>213</sup> desde o plano às folhas de ouro, à artilharia saída da fábrica Braço de Prata, à talha, ao trabalho executado por artistas e artífices portugueses. Ela foi fruto da antiga tradição portuguesa de construção naval em madeira, e constituía assim a prova “que era indispensável fazer, da permanência admirável do instinto popular das (...) artes do Mar”. Ela era por conseguinte a merecida homenagem ao “Povo, tesouro abençoado de história, depositário maravilhoso da continuidade da Raça, a

---

<sup>210</sup> “A recepção nos Paços do Concelho”, *O Correio do Vouga*, nº 482, 22/6/1940, p.2.

<sup>211</sup> “O Banquete”, *ibidem*.

<sup>212</sup> “As festas em honra de Santa Joana”, *O Correio do Vouga*, nº 482, 15/6/1940, p.1.

<sup>213</sup> Augusto de Castro, *A Exposição do Mundo Português e a sua Finalidade Nacional*. Lisboa, [s.n.], 1940, p. 191.

que, pela primeira vez, em três ou quatro séculos, se (prestava) nacionalmente justiça”. A nau conciliava de forma exemplar a erudição técnica, a qualidade artística e o instinto das artes da construção náutica conservado intacto no povo. Ela adquiria, paradoxalmente, uma feição “rural, primitiva” pela talha que ornava o casco e tinha “um sabor nacional inconfundível” pelo “seu gosto típico e ingénuo” que a distinguia da talha espanhola ou italiana<sup>214</sup>. Evocando as glórias marítimas passadas, a nau foi um elemento propagandístico omnipresente nos cartazes e discursos oficiais.



*Figura 18: Cartazes comemorativos do Duplo Centenário.*

Ela era a alegoria de «Portugal»<sup>215</sup>, relembrando a missão civilizadora e universal de um país “que foi, ele próprio, caravela do Mundo” no passado e pretendia continuar a sê-lo no futuro. Construída “numa ocasião em que tantas nações se (dedicavam) quase exclusivamente a lançar ao mar poderosas unidades de guerra”<sup>216</sup>, ela indicava o rumo a

<sup>214</sup> Ibidem.

<sup>215</sup> A nau devia chamar-se primitivamente Salazar mas o nome foi alterado para «Portugal» por vontade do presidente do Conselho.

<sup>216</sup> “A nau Portugal inaugura-se hoje às 18.30”, *Diário de Notícias*, Lisboa, nº26790, 7/9/1940, p.1.



seguir. Ela servia finalmente a glorificação do regime político e da sua figura máxima. Foi-lhe atribuído como “piloto” e “guia” o próprio presidente do Conselho, “reincarnação dos grandes capitães”, cujas “mãos fortes” e “espírito” conduziam na “nova jornada, a simbólica barca, de que este galeão, mais do que uma reconstrução arqueológica, (era) a reconstrução ideal”<sup>217</sup>. Portugal tinha, finalmente, encontrado um chefe capaz e estava assim pronto a partir para novos destinos, sob os auspícios da cruz de Cristo, como nos velhos tempos.



(a)



(b)

**Figura 19: (a) Cartaz comemorativo do Duplo Centenário; (b) A nau Portugal na Gafanha da Nazaré.**

A nau foi mais um contributo para a polémica sobre os factores que motivaram a independência de Portugal. Na Exposição do Mundo Português, ela consubstanciava, segundo Augusto de Castro, que se apoiava nas teorias atlânticas de alguns autores, as honras devidas ao mar por ter sido “essência” da identidade nacional e “fonte espiritual (...) da universalidade”. Segundo esta visão, os portugueses seriam devedores do mar Atlântico porque ele teria sido a fonte de inspiração da sua epopeia, da sua projecção

<sup>217</sup> Augusto de Castro, *A Exposição do Mundo Português e a sua Finalidade Nacional*. Lisboa, [s.n.], 1940, p. 187.

imperial para ocidente. Mais do que isso, “o Mar foi ainda a (...) independência”, “uma das razões da (...) existência” da nação. Ele foi por fim “um símbolo de juventude, porque (foi) um símbolo de perpétua renovação” de Portugal<sup>218</sup>.

A existência da nau ultrapassava assim a mera razão arqueológica de revivescência da Lisboa seiscentista e da sua senda nos mares do oriente para revestir um significado espiritual. Ela era a síntese dos valores ideais da consciência nacional que as comemorações centenárias em geral, e a Exposição do Mundo Português em particular, onde ela ocupou um lugar de destaque, se propunham ressuscitar. Concentrava a expressão, que se desejava eterna, da alma portuguesa.

Os valores ideológicos do regime eram ainda incarnados no retrato do mestre Mónica traçado por Augusto de Castro no discurso de inauguração da nau. O comissário-geral da Exposição do Mundo Português sublinhava mais uma vez a supremacia da rusticidade, o valor do trabalho e da pobreza feliz ao qualificar os estaleiros da Gafanha, de onde saiu a nau, de “quase rústicos”, “batidos pelos ventos das salinas da ria”. Era de facto o palco de uma exigente “faina de sol a sol”, protagonizada por “mãos rudes de artífices portugueses”, que não obstante a sua rudeza, conseguia ser uma faina “amorosa”. No mestre deste estaleiro foi feita mais uma vez a apologia da cultura popular humilde mas valiosa: ele era “tipo do povo, com a sua boina azul, sua face tisonada de arrais, seu andar balouçado de embarcação”. Contudo não deixava de ser nobilitado por se parecer a uma “figura arrancada às tábuas de Nuno Gonçalves e à azáfama dos remolares, dos calafates, dos mestres e oficiais das cartas dos estaleiros quinhentistas”<sup>219</sup>. À semelhança do que acontecera com a nau, ele foi transformado na alegoria de dois pilares basilares da ideologia salazarista: o nobre exemplo do passado consubstanciado no período histórico dos Descobrimentos e a inquestionável existência de uma autenticidade portuguesa cujo paradigma artístico foram os Painéis de S. Vicente.

Neste contexto de afirmada renovação do país, era natural que a vontade de valorizar a acção do Estado não se ficasse pelos discursos, pela criação de símbolos, pelos artigos jornalísticos, pela Exposição de Belém ou outras iniciativas em que todo o país participasse. O que se queria era convencer os portugueses que, nesta “nova Renascença”, eles eram capazes de trabalhar para o ressurgimento de um país novo porque eram detentores de uma fé e de uma alma “onde há sempre tesoiros escondidos”. Pretendia-se

---

<sup>218</sup> Augusto de Castro, *ibidem*, pp. 194-197.

<sup>219</sup> *Ibidem*, pp.191-192.

que desenvolvessem um esforço que fosse “milagroso”, capaz de superar as dificuldades convertendo os seus braços em “varinhas de condão”<sup>220</sup>. Não é pois de surpreender que se procurasse, a nível local, criar uma imagem nova das próprias terras, que correspondesse à matriz nacionalista da identidade nacional propagandeada e que para ela colaborasse. Esta atitude foi incentivada e orientada por Salazar quando, na nota oficiosa, deu relevante importância ao domínio do turismo e determinou que se resolvessem um certo número de problemas relativos “à facilidade de circuitos turísticos, à vida nas cidades ou nos locais mais apetecidos e apetecíveis, pelo interesse artístico, da paisagem ou de quaisquer características regionais”<sup>221</sup>. Era chegada a altura de cada terra valorizar o que de melhor tinha, arvorando-se o turismo em meio de difusão da imagem de um país feliz consigo próprio.

#### 6. A ideologia política e a afirmação identitária de Aveiro.

Em 1940, embora afastada da ribalta pública a que outras terras foram projectadas por estarem integradas no programa dos centenários, Aveiro, alinhada no discurso oficial, não deixou de procurar afirmar a sua especificidade, valorizando as suas tradições. Foi publicada informação em vários órgãos de comunicação social para difundir a sua melhor imagem além das fronteiras do distrito. Ainda antes do início da inauguração das comemorações nacionais, Aveiro ocupou uma página do *Diário de Notícias* e, em Agosto, a primeira página de *O Século*. A análise que se segue centrar-se-á nestes dois artigos de Eduardo Cerqueira e Aurélio Costa, pelo claro intuito de propaganda turística que revestiram e por se dirigirem a um público alargado e não seleccionado. Difícil seria também descurar a fantasia regional “Molho de Escabeche”, pelo êxito sensacional que obteve tanto em Aveiro como em Lisboa, onde o afamado Grupo Cénico do Clube dos Galitos<sup>222</sup> exibiu a radiografia que efectuara da região.

---

<sup>220</sup> António Ferro, *Panorama dos Centenários: 1140-1640-1940*. Lisboa, SNI, 1949, p.13.

<sup>221</sup> *Independência de Portugal 1139-1640-1940: nota oficiosa da Presidência do Conselho*. Lisboa, Comissão Nacional dos Centenários, Editorial Império Lda, 1938, p.13.

<sup>222</sup> O Grupo já tinha tradição teatral na capital por ter logrado um extraordinário sucesso com a revista “Ao Cantar do Galo”, em Junho de 1937, no Coliseu dos Recreios.

## 6.1. A ria

Em 1940, a ria e a sua beleza natural são uma referência constante do cartaz turístico aveirense. Ela confere à cidade singularidade, beleza e “um especial interesse” como centro da vasta região que abrange: a ria espraia-se de Ovar a Mira. A sua paisagem é “única e cheia de carácter”. Oferece a luz como “um motivo de beleza primacial”, já que, sendo nesta cidade por natureza mais clara, os seus inúmeros canais a tornam “mais luminosa”<sup>223</sup>. Agosto é a quadra do ano em que a ria se apresenta “no máximo da sua beleza” porque as suas águas, então tranquilas, possibilitam um espectáculo único, ao passar no mesmo dia “por várias tonalidades, do verde, do azul, do rubro dos poentes que retratam”<sup>224</sup>, e que não se repetem.

A própria cidade integra-se nesta paisagem “formosíssima” e “peculiar”. Ela própria é “luminosa”, “espalha-se na ria, presa nos seus braços, invadida pelas suas águas e aureolada pela sua luz”<sup>225</sup>. A simbiose verifica-se ainda nas actividades económicas que proporciona. Destaca-se a faina das marinhas que embeleza a paisagem com as suas pirâmides de sal e encanta com as suas “cenar admiráveis cheias de colorido e de vigor da árdua labuta dos marnotos”, “essa raça de homens que constitui, por assim dizer, o verdadeiro fundo étnico da população”<sup>226</sup>. Faz-se o aproveitamento etnográfico desta actividade, integrada como nenhuma nas condições da natureza, descrevendo os diferentes trabalhos nas salinas, os trajes do marnoto e da salineira e nomeando as diversas alfaia utilizadas.

Destaca-se, por fim, o valor económico da indústria do sal na economia da região. Ela empregava mais de oitocentos marnotos e moços e a produção anual elevava-se a cerca de sessenta mil toneladas, com um valor que podia ultrapassar os três mil e quinhentos contos. Por conseguinte, da qualidade das safras dependiam o comércio e toda a vida da cidade. As safras boas reflectiam-se nas próprias cerimónias religiosas que, nesses anos,

---

<sup>223</sup> Aurélio Costa, “Os segredos da ria de Aveiro e os seus encantos”, *O Século*, Lisboa, nº20986, 21/8/1940, p.1.

<sup>224</sup> Ibidem.

<sup>225</sup> Eduardo Cerqueira, “Aveiro: terra de belezas sem par que a formosa ria beija docemente”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 24/3/1940, p.11.

<sup>226</sup> Aurélio Costa, “Os segredos da ria de Aveiro e os seus encantos”, *O Século*, Lisboa, nº20986, 21/8/1940, p.1.

eram “mais luzidas porque os marnotos - mordomos cheios de aprumo (...) - em grande parte as custeavam”<sup>227</sup>.

A ria e as suas marinhas de sal eram, em 1940, os encantos da paisagem de Aveiro bem como o seu aspecto pitoresco e o seu desafogo económico. Só a influência exercida pela Exposição do Mundo Português explica que, numa cidade, se valorizasse essencialmente paisagens bucólicas e actividades ligadas ao mundo agrícola.

## 6.2. As cerimónias religiosas.

Outro pretexto apresentado para atrair os forasteiros a Aveiro, durante todo o ano, eram as cerimónias religiosas. Destacavam-se as típicas cerimónias das “entregas dos ramos”, que permitiam a renovação das quatro principais irmandades existentes na cidade<sup>228</sup>. Os mordomos, vestidos de opas de seda encarnada e empunhando os garridos ramos de flores artificiais, percorriam as ruas da cidade num cortejo misto de religioso e de profano, acompanhados de uma banda de música e de muito povo. Dirigiam-se às igrejas paroquiais ou à porta da residência dos novos “parceiros” para lhes entregar, solene e festivamente, o imprescindível ramo que os fazia entrar na irmandade.

Mas Aveiro caracterizava-se por outras inúmeras procissões religiosas ao longo do ano, trazendo à rua a afirmação da sua fé. Eram as procissões de quarta-feira de Cinzas, as duas dos Passos – uma em cada freguesia -, quatro na Semana Santa, a da princesa Santa Joana, em Maio, e as romarias das praias da região em Setembro: S. Paio na Torreira, Senhora da Saúde na Costa Nova, e Senhor dos Navegantes na Barra. “Dado por temperamento a cultivar as exterioridades”<sup>229</sup>, o aveirense não confinava ao templo as manifestações da sua crença. Os cortejos religiosos eram caracterizados como “soleníssimos e reverentes”, e o aveirense estava “seguro de não deslustrar, antes realçar com o seu bom gosto e garboso aprumo, qualquer solenidade em que (interviesse)”. Por isso, as procissões em Aveiro eram “peculiares” e justificavam a atracção de numerosos

---

<sup>227</sup> Ibidem, p.4.

<sup>228</sup> Salientavam-se as irmandades do S.S. das freguesias de Vera-Cruz e da Glória, a do Senhor do Bendito, e a do Senhor Jesus Crucificado, que celebravam as principais festividades litúrgicas da cidade. Os cortejos destas confrarias realizavam-se respectivamente a 26 e 27 de Dezembro, no dia de Ano-Bom e no primeiro domingo de Janeiro. Ver: André dos Reis, “Costumes de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol.VI, 1940, pp.155-159.

<sup>229</sup> Eduardo Cerqueira, “Aveiro e os seus pretextos de atracção durante o ano – bosquejo dum calendário turístico”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 24/3/1940, p.11.



forasteiros pela sua “luzida compostura” e “inexcedível pompa”<sup>230</sup>. Elas eram apresentadas como já afamadas por aí se realizarem com “desusada imponência”<sup>231</sup>.



*Figura 20: A Irmandade do “Senhor Jesus do Bendito”, preparando-se para proceder à entrega dos ramos.*



*Figura 21: Uma vista de Aveiro para o Canal das Pirâmides.*

---

<sup>230</sup> Ibidem.

<sup>231</sup> André dos Reis, op.cit.,p.156.

### 6.3. A pesca

Aveiro era realçado, no *Diário de Notícias*, como o primeiro porto bacalhoeiro português, uma vez que a sua frota pescava mais de quarenta por cento da produção nacional, contribuindo assim, em larga escala, para a economia portuguesa. Possuía ainda uma dúzia de “secas”, “que as condições climatéricas da ria (tornavam) as melhores do país”<sup>232</sup>.

Entre as várias empresas que se dedicavam à pesca do bacalhau, era referida a de Ribaus e Vilharinhos, com sede na Gafanha da Nazaré. Destacava-se por ser “uma empresa de gente da «arte»”, que congregava homens do mar conhecedores de “todos os segredos da indústria”<sup>233</sup> e dos perigos da pesca longínqua. A empresa possuía dois lugres em actividade - os Navegante II e Navegante III - dotados de uma seca “excelente”, que davam trabalho a trezentas e vinte pessoas, influenciando assim para o progresso da economia regional, à custa de grandes esforços e espírito de iniciativa.

Foram finalmente valorizados os estaleiros navais do mestre Maria Mónica, “afamados entre os primeiros do País”<sup>234</sup>, por vários motivos. Por um lado, eram notáveis o trabalho e a competência do mestre. Por outro lado, dos seus estaleiros, já haviam saído mais de vinte embarcações de crescente tonelagem e complexidade que “(acompanhavam), ano a ano, a evolução da técnica”. Nesse ano, o mestre Mónica tinha em construção o “Navegante IV” e o desafio de uma obra única: a nau Portugal. Esta encomenda representava não tanto uma honra ou o reconhecimento das suas qualidades<sup>235</sup> mas sobretudo “(consagrava) os seus estaleiros como os melhores do País”<sup>236</sup>. Nesta evocação de uma personagem marcante da região era sublinhada mais uma vez, ecoando os valores nacionalistas propagandeados, a sua faceta de “bom patriota” e o valor da sua “honrada actividade” para o desenvolvimento da sua terra e do país em geral.

---

<sup>232</sup> “A empresa Ribaus & Vilharinhos honra a indústria bacalhoeira da região”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 24/3/1940, p.11.

<sup>233</sup> Ibidem.

<sup>234</sup> Os estaleiros navais do mestre Manuel Maria Mónica, afamados entre os primeiros do País”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 24/3/1940, p.11.

<sup>235</sup> O reconhecimento do trabalho do mestre Mónica fora feito em Abril de 1936 com a atribuição da medalha de ouro de “Mérito Industrial e Agrícola” por Teotónio Pereira, ministro do Comércio, aquando do bota-abixo do lugre «Brites».

<sup>236</sup> Os estaleiros navais do mestre Manuel Maria Mónica, afamados entre os primeiros do País”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 24/3/1940, p.11.

#### 6.4. A radiografia do distrito em «Molho de Escabeche»

Com este título profundamente local, o «Molho de Escabeche» foi uma revista levada à cena no Teatro Aveirense pelo Grupo Cénico do Clube dos Galitos, em Junho de 1940 e constituiu um marco na cultura aveirense. Era uma fantasia regional, como se subintitulava, que absorveu muitas das características da ideologia política veiculada nesse ano de comemorações e alcançou um êxito sensacional e unanimemente reconhecido nos vários órgãos da imprensa local e nacional.

Em primeiro lugar, procurou retratar Aveiro e o seu distrito, prolongando a inquietação nacional de reaprender a ser português, através da busca de características genuínas que o tempo e a modernidade tinham alegadamente atropelado. Os artistas, todos aveirenses, suscitaram admiração porque todos eram amadores, “gente de trabalho que sabe ser alegre, povo que gosta de educar-se sorrindo”<sup>237</sup>. Além disso, o que mais seduziu, tanto em Aveiro como em Lisboa, onde a peça foi representada em Dezembro no Coliseu dos Recreios, foi “a graciosidade dos quadros regionais, cem por cento portugueses”<sup>238</sup>. Era uma peça “sadia e fresca”, diferente das que Lisboa habitualmente via, porque conservava um gosto original, “como água colhida da nascente que ainda não sofreu as torturas civilizadas do engarrafamento”<sup>239</sup>. Tratava-se de uma sucessão de vinte seis quadros musicados<sup>240</sup> onde apareceram as barricas de ovos moles e a “vendedeira da gare”, os moliceiros, a ria e o mar, a gente de Aveiro, de Ílhavo, de Ovar, da Murtosa, os moliceiros e os xailes, as vindimas da Bairrada, os pastores da serra da Freita ou a apanha do moliço. Eram evocadas mais uma vez as festas litúrgicas tradicionais da entrega dos ramos, do Carnaval, da romaria de S. Paio da Torreira. No contexto das comemorações centenárias, não faltaram obviamente as alusões à nau Portugal. Foi sobremaneira valorizada a figura da tricana aveirense, com a menção à sua beleza, “ao seu andar todo harmonia”, à elegância do seu trajar típico baseado sobretudo no porte do xaile de merino de franjas pretas. Em suma, o “Molho de Escabeche” ultrapassou a dimensão de

---

<sup>237</sup> “O «Molho de Escabeche»”, *O Democrata*, Aveiro, nº1660, 21/12/1940, p.2. A sua concepção devia-se também inteiramente a homens aveirenses. A música era de João Lé, o poema de António José Flamengo e de Luís Carlos Regala.

<sup>238</sup> Artur Inês, “Molho de Escabeche”, *A República*, in: *O Democrata*, Aveiro, nº 1661, 28/12/1940, p.3.

<sup>239</sup> “O «Molho de Escabeche»”, *O Democrata*, Aveiro, nº1660, 21/12/1940, p.3.

<sup>240</sup> Ver a ficha técnica da revista em anexo ( Anexo 1).



“fantasia regional” para se tornar “um reclamo vivo e movimentado do formoso distrito”<sup>241</sup> e das suas tradições. O Grupo Cénico do Clube dos Galitos chegou mesmo a ser considerado talvez o melhor do país, como “propagandista do folclore nacional”<sup>242</sup>, assumindo a orientação política da Exposição de Belém que visava a criação de uma imagem nacional baseada na etnografia rural, ou pelo menos provinciana. Era a expressão de um patriotismo que a ideologia política assentava na exaltação de um amor profundo à sua terra - neste caso conhecido como aveirismo - e que pretendia contribuir para o seu prestígio. Na cidade, arredada do programa comemorativo nacional, o Grupo Cénico do Clube dos Galitos procurou demonstrar o seu intuito de bem servir a região através de uma revista regional e amadora, conseguindo dar “uma lição de bairrismo” em Lisboa ao mesmo tempo que contribuía para o engrandecimento da sua cidade<sup>243</sup>. Mas, simultaneamente, não deixava de estar presente nesta obra o patriotismo nacional baseado na assunção de um passado marítimo glorioso. De entre todos os números, a imprensa deu conta que o fado da “nau Portugal”, evocando Vasco da Gama e os “séculos de fama” que legou ao país, merecera a maior ovação da noite de estreia<sup>244</sup>. Mais do que isso, o «Molho de Escabeche» ecoou a pretensão política, manifestada ao longo das comemorações dos centenários, de Portugal continuar a ocupar, na história universal, um lugar de destaque quando, nesse mesmo fado, se afirmava que “Nossa história é patriotismo/ É ânsia de conquistar”<sup>245</sup>.

É importante constatar que, na linha das orientações políticas do poder salazarista, o retrato do distrito apresentado nessa fantasia regional centrava-se exclusivamente no seu povo, trabalhador e sofrido mas paradoxalmente alegre. São os pastores da Serra da Freita, “a penar”; as empilhadeiras de sardinha da beira-mar; o pescador a quem o mar tantas vezes “ceifa a vida” e deixa o “lar sem pão”; o amolador; o padeiro que trabalha “sem sequer descansar”; o rapaz que descarrega o moliço, “foito e ligeirinho”; o “pobre Chico”, trabalhador no estaleiro da nau Portugal; o “humilde cavador”, cuja árdua tarefa é “dor sacrossanta”; a vindimadeira e o seu fadário, que consiste em ansiar “Por ter depressa / A cesta cheia”; o maquinista, no seu “rude mourejar, / Sem parar”. Mas, em todos os casos, o

---

<sup>241</sup> “O «Molho de Escabeche» no Coliseu dos Recreios de Lisboa”, *O Século*, in: *O Democrata*, Aveiro, nº1661, 4/1/1941, p.1.

<sup>242</sup> “A fantasia Regional «Molho de Escabeche»”, *O Povo de Aveiro*, Aveiro, nº665, 26/1/1941, p.5.

<sup>243</sup> “O grande triunfo do Molho de Escabeche em Lisboa – e o que ele representa para Aveiro e o Clube dos Galitos”, *O Democrata*, Aveiro, nº1664, 18/1/1940, p.1.

<sup>244</sup> “Molho de Escabeche”, *O Democrata*, Aveiro, nº1633, 15/6/1940, p.4.

<sup>245</sup> *Molho de Escabeche- Fantasia regional*, Quadro XIX, pág. inúmeradas.

trabalho, maioritariamente ligado à ruralidade, é apregoado como benéfico e vivido com alegria. Apesar da vida rude na Freita, a serrana desterrada tem saudade da sua serra; a empilhadeira é alegre porque “é destreza/ E maravilha/ (a sua) arte de empilhar”; a gente do mar, humilde, vê no mar o seu “ganha pão” e aceita a sua valentia como uma “lição da natureza”; o padeiro, “Com garbo e ligeireza”, corre pelas ruas “Não mostrando tristezas”; um coro aconselha o lavrador a cavar a terra com amor e a ouvir “a mais linda toada”, a da enxada; as vindimadeiras trabalham “Rindo e cantando / à desgarrada”, porque o seu “lidar/ Não dá cansaço,/ Mas dá beleza/ Aos (seus) braços...”; a alegoria da indústria informa os operários que “o (seu) trabalho enobrece”. Esta referência única ao mundo industrial encerra o espectáculo de forma inesperada numa fantasia toda ela artística e regional. Como que assumindo o papel de um dirigente político, é a indústria que, repercutindo a preocupação da missão de Portugal no mundo revelada nos discursos dos centenários, indica o caminho a seguir à sociedade portuguesa e europeia, aludindo subrepticamente ao conflito bélico em que se encontrava mergulhada: “[...] o trabalho com ardor,/ Com alegria e com amor,/ Faz a Paz Universal”. Parece evidente que esta revista regional, de iniciativa local, absorveu a ideologia nacional veiculada nas comemorações centenárias e voltava a ser fonte de propaganda. Tinha-se conseguido mobilizar a sociedade em torno de estereótipos patrióticos como o valor do mundo rústico, do seu povo esforçadamente trabalhador, ignorante, pobre mas feliz, o valor da religião nas suas manifestações litúrgicas e populares, a exaltação de um passado glorioso e o papel civilizador que Portugal era chamado a desempenhar de novo num mundo desorientado.



**Figura 22 : Laura Albuquerque, a Empilhadeira e a Tricana antiga, e Virgínia Calisto, a Tricana moderna, no “Molho de Escabeche”.**

Assim, no contexto das comemorações centenárias, foi criada uma imagem de Aveiro que valorizava a sua beleza natural provinda da ria e do mar e as suas tradições populares a ela ligadas ou às manifestações religiosas. Procurava-se demonstrar que a cidade e o distrito ofereciam singularidades advindas da simbiose existente entre o meio natural e a vida económica e social, dignas de atrair forasteiros e de ocupar um lugar privilegiado no turismo nacional. Deste modo pensava Tavares de Almeida, do Secretariado de Propaganda Nacional, quando informou a Câmara Municipal de Aveiro que faria “todo o possível para recomendar Aveiro como um dos centros turísticos mais interessantes do País, lugar que lhe pertence pela beleza natural e sentido progressivo (...) imprimido a muitas iniciativas recentes”<sup>246</sup>. Na imprensa nacional, declarava-se que, em 1940, “Aveiro (era) uma cidade para ver, admirar e louvar”<sup>247</sup>. Aveiro conseguia desta forma responder ao desejado e apregoado desenvolvimento do turismo, uma das grandes preocupações da propaganda política durante as comemorações centenárias, ao mesmo tempo que reclamava a sua participação destacada nesta área, arvorada por António Ferro numa indústria nacional importante. No entanto, Aveiro confirmava também, através da imagem que criara e difundia reflectindo a ideologia política, que o turismo, tal como o definira o presidente do SPN, conseguia ser “um meio seguríssimo não só de alta propaganda nacional como de simples propaganda política”<sup>248</sup>.

## 7. A adesão às festas centenárias e à sua ideologia em Aveiro

António Ferro admitia a existência de alguma resistência, nomeadamente económica, aos festejos da Fundação e da Restauração da nacionalidade, oferecida por contestatários que denominou “os críticos frívolos dos Centenários”<sup>249</sup>. Eram apresentados como sobreviventes da “mentalidade negativista e dissolvente” que o Estado Novo procurou combater e terão justificado a já referida intensa exortação à mobilização e colaboração de todos os portugueses. Foram envidados esforços propagandistas para que todos pudessem desfrutar da alegria que supostamente todos ajudaram a criar. É óbvio que se tratava antes

---

<sup>246</sup> Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro, carta dos Serviços de Turismo do SPN, datada de 7/10/1940, assinada por A. Tavares de Almeida.

<sup>247</sup> *O Século - número comemorativo do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal*, Lisboa, Junho 1940.

<sup>248</sup> António Ferro, *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa, SNI, 1949, p.35.

<sup>249</sup> António Ferro, “Faltam quatro meses”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 8/2/1940, p.1.

de criar as condições que permitissem uma difusão alargada da ideologia nacionalista que servisse a legitimação política do regime.

Embora com a consciência plena das dificuldades da tarefa, parece-nos interessante indagar, nesta altura do trabalho, do êxito das comemorações do Duplo Centenário em Aveiro no cumprimento do seu objectivo político e ideológico, tentando descortinar o grau de envolvimento da população nas manifestações festivas implementadas ao longo das comemorações quer em Lisboa quer na província.

Nalguns casos, revela-se simplesmente impossível saber se a participação popular ou da edilidade foi sentida e de adesão voluntária aos valores ideológicos apregoados. Como comprovar que o cruzeiro erigido na Gafanha da Encarnação, mediante subscrição pública, foi fruto da adesão dos subscritores aos ideais que ele simbolizava ou resultado da campanha propagandística que os meios de comunicação social lhe dedicaram? Parece-nos claro, no entanto, que, noutros casos, ela foi o fruto de um forte aparelho de propaganda política central que pôs em acção inúmeros meios para a conseguir, mesmo em locais afastados da capital e arredados das comemorações como Aveiro.

Algum envolvimento efectivo estava previsto no programa nacional das comemorações, que obrigava as entidades oficiais locais ao seu cumprimento. Foi o caso do Museu de Aveiro ou da Santa Casa da Misericórdia, que foram chamados a colaborar com a cedência provisória de haveres para as diferentes exposições, ou da câmara municipal, que teve que assegurar a realização das sessões solenes da inauguração e encerramento.

Será difícil concluir sobre a adesão ou antipatia à ideologia das comemorações por parte da edilidade aveirense dado que a sua participação era inerente às funções que desempenhava. É no entanto digno de registo que não foram encontradas referências a outras intervenções ou iniciativas da Câmara Municipal de Aveiro que as estritamente exigidas pelo poder central no programa das comemorações, ao contrário do que sucedeu com outras câmaras. Na mesma linha, não se verificou nenhuma expressão de glorificação do presidente do Conselho nos discursos do Dr. Lourenço Peixinho, enquanto presidente da câmara, ou louvor à sua acção ímpar na concretização dos festejos centenários, como frequentemente se verificava nas alocações dos seguidores do regime. Porém, estas constatações não são, em si, suficientes para aferir uma posição clara.

Noutros casos ainda, tudo foi feito para efectivar a realização de festividades e a participação da população. Foi intensa a correspondência dos serviços responsáveis pelas comemorações com as diversas entidades locais para apelarem à sua colaboração. A Comissão Nacional dos Centenários dirigiu-se à Comissão de Iniciativa e Turismo da Câmara de Aveiro para que fossem tomadas providências de forma a que a região não faltasse à cerimónia de Guimarães, com a entrega de flores nas estações de comboio; enviou-lhe para divulgação cinquenta programas das cerimónias de Sagres; a Exposição do Mundo Português remeteu-lhe mil e quinhentos folhetos para que promovesse a maior propaganda possível para essa manifestação fulcral localizada em Lisboa; a Sociedade de Geografia de Lisboa pediu-lhe incentivo para a Semana das Colónias. Por forma a que toda a população fosse sensibilizada, e reconhecendo a importância da Igreja na sociedade da época, o comissário-geral da Exposição de Belém, sublinhando a união da igreja e da pátria no alargamento da fé e do império, dirigiu uma carta ao bispo de Aveiro para que recomendasse a representação histórica dessa realidade quer ao clero quer aos diocesanos<sup>250</sup>; Armando de Matos, responsável pela realização da Exposição Etnográfica do Douro Litoral, pediu ainda ao dignitário da igreja local para que se fizesse, “à hora da missa dominical, a possível propaganda da mais importante das comemorações centenárias no Porto”<sup>251</sup>.

O efeito da propaganda verificou-se ainda na organização de excursões à Exposição do Mundo português, com a colaboração e sob a direcção dos governadores civis e delegados do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. Em Agosto, dos concelhos de Anadia, Mealhada e Oliveira do Bairro partiram cerca de quinhentas pessoas, em comboio especial, sob o impulso das respectivas câmaras municipais<sup>252</sup>. A excursão distrital de Aveiro apenas se realizou a 19 de Outubro, acompanhada pelo governador civil, José de Almeida de Azevedo, pelo rancho das Vindimadeiras da Bairrada e pelo grupo folclórico de Estarreja.

---

<sup>250</sup> A carta foi publicada em *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº490, 17/8/1940, p.3.

<sup>251</sup> “Comissão executiva dos Centenários – delegação do Porto”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº494, 14/9/1940, p.3.

<sup>252</sup> Os promotores da excursão da região da Bairrada foram recebidos pelo engenheiro Sá e Melo, comissário adjunto da Exposição e entregaram a Fausto Sampaio, seu conterrâneo, um pergaminho saudando-o pelos seus trabalhos na Exposição.



(a) (b)  
 Figura 23: Cartaz (a) e Rancho de vindimeiras de Anadia (b) à chegada à  
 Exposição do Mundo português.

Deslocaram-se mil e quatrocentas pessoas em dois comboios especiais de Aveiro e Espinho. Em Novembro, realizou-se outra excursão, desta vez promovida pelo Grémio dos Motoristas. Pela ausência de outras excursões, julga-se que a adesão não terá sido grande, apesar dos custos reduzidos das viagens efectuados pelos comboios portugueses. Pelo menos não se verificou nenhuma excursão espontânea, organizada por particulares ou associações, como aconteceu no Carregado ou em Setúbal em que um empresário, no primeiro caso, e o Grémio dos Industriais de Conservas, no segundo, fretaram um comboio a expensas próprias para levarem os trabalhadores e os mais desfavorecidos das respectivas terras a visitar a Exposição. Nem a publicidade que *O Correio do Vouga* lhes dedicou fez frutificar tais exemplos em Aveiro.

Noutras situações, foram autorizados subterfúgios financeiros para permitir a realização de cerimónias comemorativas. Para a colaboração da Câmara Municipal de Aveiro no catálogo oficial da Exposição Etnográfica do Douro Litoral, que visava a propaganda do concelho, foi dada a possibilidade de a despesa ficar para liquidar pelo orçamento de 1941<sup>253</sup>. Para a manifestação ao Presidente do Estado, à passagem por Aveiro em comboio especial com destino a Guimarães, foram autorizadas despesas sem ter em consideração as disponibilidades do orçamento do Governo Civil, tendo sido posteriormente solicitada uma comparticipação através do orçamento do Ministério do Interior para obviar à deficiência

<sup>253</sup> Correspondência da Câmara Municipal de Aveiro, Carta de Hernâni da Costa dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Porto, 2/9/1940.

de verba<sup>254</sup>. Tratava-se de uma posição inédita numa época de crise económica que tinha justificado o cancelamento de outras iniciativas do programa oficial e que apenas procurava favorecer a todo o custo a realização de uma manifestação patriótica de grande impacto por envolver muita população no início das comemorações.

Contudo, é justo referir que iniciativas houve de livre e espontânea adesão às comemorações nacionais, por integrarem os seus valores ideológicos ou concordarem com a sua dimensão patriótica. O Sport Club Beira-Mar afirmou não poder alhear-se das festas centenárias e exprimiu o dever de tomar a iniciativa de realizar a parada escolar e cívica do dia 4 de Junho para evidenciar a sua “comunhão no mesmo elevado ideal de Pátria” que as festas traduziam<sup>255</sup>, tanto mais que a cidade não integrava o programa oficial dos centenários. Quanto aos promotores da excursão da Bairrada, quando decidiram visitar a Exposição do Mundo Português, fizeram-no de forma patriótica e alinhada. Era seu objectivo que o povo bairradino compreendesse “mais uma vez e por maneira absolutamente impressionante, que o dever dos Portugueses, para si, (era) o de colaborar com o Regime, porque este precisamente trabalh(ava) para assegurar mais séculos de liberdade e dignidade para Portugal!”<sup>256</sup>. A própria realização da revista «Molho de Escabeche», que nunca foi integrada nas comemorações, não deixou de reflectir os centenários e de absorver os ideais nacionalistas da propaganda oficial. Mas foi sobretudo o órgão diocesano, *O Correio do Vouga*, que de forma mais clara se associou aos festejos, exaltando sobremaneira a participação religiosa no passado áureo da pátria. Em tudo colaborou, publicando o programa-calendário, dando conta das manifestações comemorativas, pugnando pela divulgação das iniciativas de propaganda. Apenas se distanciou da posição oficial no que tocou ao atentado perpetrado contra o bispo da diocese e na análise que dele foi feita. O jornal aveirense recriminou a alegada insistência das entidades oficiais em apontar o criminoso como irresponsável pelos seus actos, menosprezando o real motivo do atentado. Para este órgão católico, o atentado fora premeditado e visava o cardeal patriarca como representante máximo do pensamento cristão e nacional, procurando atingir o “verdadeiro Chefe moral e espiritual do Portugal” de então<sup>257</sup>. Este atentado seria a prova de que “no silêncio e na sombra se (forjavam) a

---

<sup>254</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo do Ministério do Interior, Correspondência recebida, carta confidencial nº130 de 19/6/1940 do governador civil de Aveiro ao ministro do Interior.

<sup>255</sup> *O Correio do vouga*, Aveiro, nº479, 1/6/1940, p.3.

<sup>256</sup> Gervásio Ribeiro, Joaquim Cruz, op. cit..

<sup>257</sup> “Pensamentos e Obras – o atentado”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº504, 23/11/1940, p.3.

desordem, o crime e a morte”, e não era compreensível a atitude oficial de tolerância que, se não era anticlerical, seria pelo menos “a expressão de fraqueza ou a abdicação de poder”<sup>258</sup>.

Contudo, a oposição à orientação ideológica dos festejos em Aveiro, embora limitada, verificou-se essencialmente no silêncio a que outros órgãos da imprensa local votaram o programa dos centenários e os acontecimentos comemorativos, matérias predilectas dos principais representantes da imprensa nacional que preenchiam quase na exclusividade as primeiras páginas, ao lado da informação sobre o conflito europeu. Destaca-se obviamente o *Povo de Aveiro*, que sempre se afirmou um jornal republicano e adverso à política vigente. Apenas se limitou a referir, na edição da semana da inauguração das festas dos centenários, que se associava a elas “naquilo que (pudessem) ter de grande e útil para o país”, manifestando alguma reserva quanto aos intuítos políticos do regime e demarcando bem as suas prioridades ideológicas: um Portugal “independente e livre”, sem fome nem miséria<sup>259</sup>. Depreende-se que não acreditava que para ele contribuíssem as comemorações dos centenários.

A oposição à ideologia do regime levou ainda ao desaparecimento, em Aveiro, no mês da inauguração dos festejos centenários, de uma revista mensal de educação e ensino e extensão cultural intitulada *Labor*. Fundada em Janeiro de 1926 por José Pereira Tavares e Álvaro Sampaio, ela supria a nível nacional, com reconhecido valor, a falta de uma revista oficial para o ensino liceal à semelhança do que acontecia com o órgão *Escola Portuguesa* para o ensino primário<sup>260</sup>. Apesar de se associar às comemorações na sua evocação patriótica dos heróis da Fundação e da Restauração da nacionalidade, José Pereira Tavares não chegou a exprimir a veneração ao presidente do Conselho que perpassava fortemente nos discursos oficiais. No seu último número, o reitor do Liceu de Aveiro limitou a sua contribuição para as comemorações à publicação de um artigo que valorizava a acção dos juristas para a restauração da independência, subalternizada pelas solenidades

---

<sup>258</sup> Ibidem.

<sup>259</sup> “As Festas dos Centenários”, *O Povo de Aveiro*, Aveiro, nº636, 9/6/1940, p.1.

<sup>260</sup> A revista aveirense espelhava a evolução das correntes pedagógicas, da organização curricular e gestão de programas, dos meios e métodos de ensino, da avaliação e exames. Recolheu a colaboração das mais variadas personalidades ligadas à educação e ao ensino liceal. Mas também promoveu a reorganização da fragilizada associação de professores liceais e a realização dos Congressos do Ensino Secundário. O primeiro decorreu em Aveiro em Junho de 1927. Ver: José Pereira Tavares, *Exame de Consciência*. Aveiro, Col. Vida e Letras, Ed. Labor, Associação Cultural de Professores, Centro de formação José Pereira Tavares, 1999.



comemorativas à acção militar dos nobres<sup>261</sup>. Ainda nesse número, apresentou a extinção da revista como o resultado das lides da imprensa. Perante a concorrência criada pelo início da publicação, por parte do Ministério da Educação, do *Boletim de Acção Educativa do Ensino Liceal*, em Maio de 1940, José Pereira Tavares capitulou, reconhecendo a incapacidade económica dos professores, exiguamente remunerados, para suportarem a assinatura das duas revistas<sup>262</sup>. Porém, parece-nos difícil não encarar motivos políticos nesta situação, mesmo que de forma subliminar. Com efeito, José Pereira Tavares sempre assumira publicamente a sua posição republicana e liberal e reclamara a independência de juízos e de opiniões para a revista. Não deixa de ser relevante verificar que para a sua nomeação de reitor do Liceu de Aveiro para o ano lectivo 1939-1940 foram impostas condições políticas: ou saía da direcção da revista ou ela declarava que apoiava incondicionalmente a política pedagógica do Governo<sup>263</sup>. Acrescentava-se à condenação da oposição política e ideológica de José Pereira Tavares, segundo o mesmo, a antipatia que Carneiro Pacheco nutria pelo Liceu de Aveiro. Facto é que a nomeação não aconteceu nesse ano e que a revista deixou de ver a luz dos prelos com o início das comemorações oficiais dos centenários, e por um longo período de onze anos, como sintoma da vontade política de tudo manobrar através de um movimento centralizador inexorável.

No entanto, a voz que sistematicamente ousou opor-se à orientação da propaganda nacional dos festejos foi, sem dúvida, a de Homem Cristo, fazendo-se ouvir todas as semanas na tribuna de *O Povo de Aveiro*, em que era redactor principal. Fiel, também ele, aos ideais republicanos, e apesar das limitações a que o obrigavam a censura, a sua oposição à ideologia vigente foi significativa. Enquanto silenciava por completo o programa das comemorações, intensificou durante esse período festivo uma campanha de denúncia das fraquezas do país, que contrastava com o fervor entusiástico das comemorações relatado nas primeiras páginas dos principais periódicos nacionais. Reafirmava como preocupação nacional, prioritária e urgente, a erradicação efectiva do analfabetismo e da miséria. Numa altura em que a retórica discursiva oficial clamava

---

<sup>261</sup> Tratava-se da tradução do opúsculo *Carta que a un Señor de la Corte de Inglaterra escribió...sobre el manifiesto, que por parte delRey de Castilla publicó su chronista D. Joseph Pellizer*, Lisboa, 1941. Nele se referia a acção do jurista António de Sousa de Macedo na defesa dos direitos de D. João IV ao trono. É importante referir que, durante as comemorações, a homenagem aos juristas se resumiu a uma tímida Exposição Bibliográfica da Restauração na Biblioteca Nacional e a uma sessão restrita de louvor à obra dos juristas e diplomatas do Portugal Restaurado, na Academia das Ciências.

<sup>262</sup> José Pereira Tavares, "Ponto Final", *Labor*, Aveiro, nº110, Junho 1940, pp.637-638.

<sup>263</sup> José Pereira Tavares, op.cit., pp.129-131.

trabalhar em prol da elevação da cultura popular e bom-gosto nacionais, Homem Cristo declarava que os programas políticos de desenvolvimento do ensino popular continuavam a ser insuficientes para a criação de uma nova mentalidade. Denunciou a ineficácia da instrução primária, a situação calamitosa do ensino técnico e os prejuízos para alunos e docentes das condições contratuais dos professores provisórios<sup>264</sup>. Desafiando a posição oficial que recusava qualquer influência do estrangeiro, citava exemplos europeus como modelos eficazes para melhorar o sistema de educação nacional e consequentemente o nível de vida social e cultural. Acusou a inutilidade do Congresso Nacional de Ciências da População por se ter ficado pelo diagnóstico de problemas havia muito conhecidos, quando o que era necessário era passar aos actos para a sua resolução<sup>265</sup>. Recusou participar no Congresso Beirão por considerar que servia a vaidade e interesses dos seus promotores e não resultados práticos. Escudando-se na perspectiva de Bissaia Barreto, presidente da Junta de Província da Beira Litoral, criticou a orientação excessivamente festiva das comemorações, geradora de desperdício financeiro<sup>266</sup>.

A acção crítica de Homem Cristo incidiu também sobre as práticas regionais que se regeram pela matriz oficial das comemorações. Recriminou obviamente o enorme consumo de foguetes, o grandioso fogo-de-artifício que encerrou a Feira de Março e os gastos festivos supérfluos quando na cidade se faziam sentir necessidades prementes. O matadouro acabava de ruir, a falta de um sistema de abastecimento de água para a cidade e a ausência de uma rede de esgotos geravam problemas de insalubridade pública e impediam a pavimentação das ruas, cujas poeiras os serviços municipais se viam obrigados a regar com a água salgada e pestilenta do canal central<sup>267</sup>. Enquanto se exaltavam as pescas aveirenses como um sector em franca expansão na economia local e nacional, Homem Cristo alertava para as beneficiações necessárias no porto de Aveiro que continuavam por realizar<sup>268</sup>. A exiguidade de fundos que se registava ainda em frente à

---

<sup>264</sup> “Analfabetismo”, *O Povo de Aveiro*, Aveiro, nº640, 7/7/1940, p.1; “Os grandes problemas”, ibidem, nº641, 14/7/1940, p.1; “O ensino técnico e os professores provisórios”, ibidem, nº654, 10/11/1940, p.3. O concurso dos professores provisórios, em número maioritário nas escolas, era válido apenas por oito meses e obrigava-os a entrar ao serviço quase dois meses depois do início do ano lectivo.

<sup>265</sup> “Congresso Nacional de Ciências da População”, ibidem, nº647, 22/9/1940, p.1.

<sup>266</sup> “Muito bom critério! Bom exemplo!”, ibidem, nº648, 29/9/1940, p.1. Bissaia Barreto, numa entrevista ao *Diário de Notícias*, reprovou os gastos supérfluos e exagerados em ornamentações, música, fogos de artifício, declarando limitá-los nas comemorações que decorreram em Coimbra em proveito de obras de beneficência social.

<sup>267</sup> “O mistério de um projecto”, ibidem, nº649, 6/10/1940, p.5; nº651, 20/10/1940, p.3; nº653, 3/11/1940, pp.1-2.

<sup>268</sup> “O matadouro municipal”, ibidem, nº650, 13/10/1940, p.1.

barra forçava os barcos de maior tonelagem a descarregar parte da sua carga no Douro, comprometendo o progresso de toda a região. Foi veementemente condenada a ausência de uma feição cultural e educativa da edição da Feira de Março e o seu fraco desempenho como mostruário da região. Foi alvo de crítica o facto do pavilhão distrital de turismo ter sido reduzido a uma “casa de chá” onde todos as noites decorreu um concerto dirigido pelo violonista aveirense João Lé, em vez de ser aproveitado para divulgação cultural, económica e industrial do distrito<sup>269</sup>. Na verdade, a câmara municipal não acedeu a um pedido para a montagem de uma exposição náutica relativa aos concelhos de Aveiro e Ílhavo no pavilhão da feira, alegando não poder privar o público de “ter uma casa onde pudesse descansar (...) e tomar qualquer bebida (...) sem que tivesse de recorrer à taberna”<sup>270</sup>. Era a vitória, em Aveiro, do “jazz-band” e “bom gosto” apregoados por António Ferro.

Finalmente, baseando-se na análise crítica que fez à revista o «Molho de Escabeche», alguma imprensa aproveitou para relembrar o gosto aveirense pela liberdade, nela silenciado, numa atitude de irreverência para com os estereótipos nacionalistas do poder político. Não é de todo estranho que o diário *A República* aproveitasse a oportunidade da cobertura da revista regional para recordar a eloquência, a bondade e o cavalheirismo de José Estêvão, “o grande”, e que sublinhasse que o seu culto era forçosamente perene numa população “profundissimamente liberal”<sup>271</sup>. Foi afirmado que Aveiro, representado no seu Grupo Cénico do Clube dos Galitos, tinha um sentido próprio da arte dramática que podia contribuir para o desenvolvimento da cultura nacional, pela capacidade demonstrada de fugir à banalidade e à monocromia dos espectáculos lisboetas. Censurava-se assim a orientação cultural do país centralizada no Secretariado de Propaganda Nacional, denunciava-se a falta de apoios oficiais à equipe amadora aveirense<sup>272</sup> e sugeria-se mesmo uma inversão da transmissão da cultura. Em vez de descerem da capital à província, desafiavam-se os agentes culturais a aprender com a “universidade teatral de Aveiro – a ver se desemburravam”.

---

<sup>269</sup> Lauro Corado, “O pavilhão de Aveiro na Feira de Março”, *ibidem*, nº648, 29/9/1940, p.3; nº649, 6/10/1940, p.3 e 5. Foram sugeridas, entre outras, exposições de sal, de pesca, de cerâmica artística das inúmeras fábricas locais, de folclore.

<sup>270</sup> Acta de sessão camarária de 25/1/1940, pp.78-79. O pedido fora apresentado pelo capitão do Porto Mário Costa.

<sup>271</sup> Artur Inês, “Molho de Escabeche”, *A República*, in: *O Democrata*, Aveiro, nº1661, 28/12/1940, p.3.

<sup>272</sup> Artur Inês, “Molho de Escabeche”, *A República*, in: *O Povo de Aveiro*, Aveiro, nº661, 29/12/1940, p.5. Foi despendida a avultada soma de noventa contos que a equipe tentou salvar com as representações em Lisboa.

Contudo, é claro que estas críticas pouco reflexo teriam, com a crescente centralização da vida política e cultural, o desaparecimento do incansável panfletário aveirense, em 1943, e a censura cada vez mais impiedosa a silenciar as vozes discordantes minoritárias. A visão estereotipada da sociedade portuguesa propagandeada nas comemorações centenárias de 1940 não só acabou obviamente por vencer em Aveiro como perdurou ao longo de dezanove anos para reaparecer rediviva em 1959, nas comemorações locais do Primeiro Milenário da sua existência histórica e do Segundo Centenário da sua elevação a cidade.

## II

### AS COMEMORAÇÕES DO PRIMEIRO MILENÁRIO DA EXISTÊNCIA HISTÓRICA DE AVEIRO E DO SEGUNDO CENTENÁRIO DA SUA ELEVAÇÃO A CIDADE

Passada a Segunda Grande Guerra, num mundo diferente que analisaremos de forma sucinta, o nacionalismo português tentou continuar a afirmar os mesmos princípios ideológicos, na exaltação de uma respeitável portugalidade. Contudo, impunha-se uma nova preocupação. Tratava-se de garantir a manutenção do Império Ultramarino, posto em causa pelos princípios orientadores da nova ordem internacional<sup>1</sup>. À medida que o regime previa cada vez mais claramente o seu fim fazia um uso extremo dos instrumentos da propaganda, acentuando a utilização das exposições e comemorações, numa tentativa de mostrar a pujança cultural e económica do país. É neste contexto que podemos fazer uma leitura das comemorações de 1959 do Primeiro Milenário da existência histórica da cidade de Aveiro e do Segundo Centenário da sua elevação a cidade.

Numa conferência de imprensa do governador civil, Dr. Francisco do Vale Guimarães, em Outubro de 1957, estes acontecimentos foram apresentados como de alto significado histórico, aparentemente sem nada de político ou ideológico, e deveriam ser comemorados com manifestações culturais e com actos inaugurativos de melhoramentos de grande projecção<sup>2</sup>. Podemos, porém, descortinar no programa das comemorações a afirmação de uma identidade local, a qual não deixou de assumir os estereótipos ideológicos da identidade nacional criada pelo Estado Novo e que o discurso político já propagandeara nas comemorações nacionais de 1940. Ao longo do trabalho, tentaremos demonstrar essa continuidade ideológica estabelecendo o paralelismo entre as comemorações locais e as comemorações de 1940, por terem constituído o momento de apogeu da propaganda do Estado Novo.

Certos eventos destas comemorações ultrapassaram ainda a mera afirmação de valores de identidade nacional para atingir momentos de altíssimo fervor patriótico, que levantaram algumas críticas, embora ténues.

---

<sup>1</sup> Luis Oliveira Andrade, *História e memória – A restauração de 1640: do Liberalismo as Comemorações Centenárias de 1940*. Coimbra, edições Minerva Coimbra, 2001, p.103.

<sup>2</sup> *Litoral*, Aveiro, nº157, 5/10/1957, Suplemento.

## 1. Um Estado Novo com sinais de fragilidade

Depois da Segunda Guerra Mundial, a oposição ao Estado Novo fazia-se sentir, tanto externa como internamente. Deu-se início ao processo de descolonização na Ásia e na África do Norte, pelos fins dos anos 40 e início dos anos 50. A Índia portuguesa foi reivindicada pela União Indiana de Nehru e ficou comprometida a pretensão de Portugal a Nação multirracial e pluricontinental<sup>3</sup>. Por iniciativa dos novos países afro-asiáticos e dos países da Europa de Leste, a Assembleia Geral da ONU condenou por várias vezes – embora sem consequências práticas – a atitude de intransigência do Estado Novo português no que se referia à situação dos seus territórios coloniais. Em 1953, num esforço cosmético de adaptação às novas exigências internacionais, o Estado Novo substituiu o “Império Colonial Português” pela nova terminologia “Províncias Ultramarinas”. Internamente, a propaganda deixou de insistir no 1º de Dezembro, símbolo da Restauração que servira de base às comemorações de 1940. O símbolo por excelência da Nação, a partir de 1952, passou a ser o 10 de Junho, “dia da Raça”. Entendeu-se que se devia investir na exaltação do génio colonizador português e nos feitos gloriosos dos Descobrimentos<sup>4</sup>.

No plano nacional, a oposição ao Estado Novo avolumava-se de ano para ano. Em 1945, foi criado, em Lisboa, o Movimento de Unidade Democrático (MUD) de forma a conjugar os esforços entre as diversas correntes da oposição. Exigia-se inicialmente a instauração de um regime democrático – lembramos as candidaturas à Presidência da República de Norton de Matos em 1949 e do general Humberto Delgado em 1958 – mas foram-se generalizando protestos de vários sectores da sociedade em prol de melhores condições de vida. Em 1957, ocorreram greves comemorativas do Dia do Trabalhador, nas quais foram apresentadas reivindicações atinentes a salários, horários de trabalho, segurança social, liberdade sindical e política. Começava a sentir-se algum distanciamento de certos sectores católicos em relação ao regime. Em 1958, D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, escreve a Oliveira Salazar criticando diversos aspectos de realidade política, social, cultural e religiosa portuguesa. Como resposta a esta iniciativa, em 1959, o prelado foi obrigado a exilar-se ao ser impedido de entrar em Portugal quando regressava

---

<sup>3</sup> Luís Andrade de Oliveira, *História e Memória – a Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*. Coimbra, Edições Minerva, 2001, p.103.

<sup>4</sup> Idem, p.101.

de uma viagem a Roma. Ainda em 1959, quarenta e cinco personalidades dos sectores católicos enviaram, ao presidente do Conselho de Ministros, uma carta aberta na qual denunciavam e condenavam as violências e crimes cometidos pela PIDE<sup>5</sup>. Os signatários foram processados. Nesse mesmo ano, Humberto Delgado e Henrique Galvão, oriundos das fileiras do regime, conseguem abandonar o país depois de um longo conflito que os opusera ao Governo de Salazar. Dada as tradicionais fraudes eleitorais, e apesar do maciço apoio popular, o “General sem medo” perdera as eleições à Presidência da República no ano anterior, a favor do almirante Américo Tomás. Henrique Galvão, o organizador do Grande Cortejo Imperial do Mundo Português, uma das peças essenciais das comemorações centenárias de 1940, apoiara a candidatura da oposição de Humberto Delgado e conseguiu fugir do Hospital de Santa Maria, onde se encontrava detido.

Em Aveiro, a actividade política de oposição era fértil no seio da Tertúlia do Trianon, que orbitava em torno de Mário Sacramento<sup>6</sup>, e foi particularmente activa desde 1949 até ao 3º Congresso da Oposição. As grandes manifestações da resistência do povo português durante o Estado Novo passaram por Aveiro. A 9 de Fevereiro de 1949, o encerramento da Campanha Eleitoral de Norton de Matos teve lugar no Cine-Teatro Avenida. Em Estarreja, fora criada a Comissão Distrital e em Aveiro fora constituída uma Comissão Independente de Apoio de Propaganda da Candidatura do General pelo grupo activíssimo constituído por Mário Sacramento, Costa e Melo, João Sarabando, Moreira Lopes, entre outros. Esta iniciativa marcou a força política dos aveirenses que se iria manifestar alguns anos mais tarde, com a organização do 1º Congresso republicano<sup>7</sup>. Realizou-se a 6 de Outubro de 1957, com a autorização do governador civil, Dr. Vale Guimarães. Este congresso nacional, que pôs fim a um interregno de mais de três décadas, permitiu a afirmação de um ideal de democracia. A 14 de Maio de 1958, Aveiro exprimiu a sua obstinação em conduzir o povo português à liberdade quando recebeu entusiasticamente o general Humberto Delgado, candidato às eleições presidenciais.

Paradoxalmente, passado pouco mais de um ano, o povo de Aveiro concentrou-se nos cais da cidade para receber triunfalmente a seu adversário eleito, o almirante Américo

---

<sup>5</sup> João Medina ( direcção), *História Contemporânea de Portugal, “O Estado Novo”*. Volume II, Camarate: SIG-SOC. Ind. Gráfica, Edições Mutilus, 1988, pp.122-126.

<sup>6</sup> Mário Sacramento, médico e ensaísta, cedo se afirmou como opositor à política do Estado Novo. Foi militante no Partido Comunista Português e esteve sempre presente nos Congressos de Oposição Democrática realizados em Aveiro.

<sup>7</sup> Oliveira Rosa Maria, *O Discurso da Cidade – Leituras da Avenida Lourenço Peixinho*. Aveiro, Ed. Câmara Municipal de Aveiro, 2001, pp.96-102.

Tomás, aquando da sua visita oficial às comemorações do jubileu duplo em que se celebraram mil anos da história de Aveiro e dois séculos de cidade. Mas o paradoxo não escapou à imprensa local, que entendeu justificar a gentileza e o respeitoso acolhimento dispensado ao Presidente da República. Foi uma recepção cívica, sempre devida ao supremo magistrado da nação, “à margem e para além de qualquer específico sentir ideológico”<sup>8</sup>. Apesar deste distanciamento, reflexo dos sinais da oposição ao regime político, as comemorações não deixaram de ecoar algumas características ideológicas sedimentadas nas comemorações nacionalistas de 1940.

## 2. A génese das comemorações

### 2.1. Os eventos comemorados

As festas comemoradas em Aveiro em 1959 foram originadas por eventos de índole histórica: o primeiro milenário da sua existência e o segundo centenário de elevação a cidade. Tal como as comemorações nacionais de 1940, Aveiro celebrava as duas efemérides em simultâneo, “redobrando os motivos para o (...) júbilo e as suas exteriorizações”<sup>9</sup>. Em Aveiro, punha-se em relevo a sua antiguidade e o percurso evolutivo da sua história.

A comemoração da fundação é mais uma similitude entre os festejos de 1940 e os de Aveiro. E, se não foi livre de discussão a escolha da data da fundação da Nação, também o não foi a fixação da data do nascimento de Aveiro. Na cidade da ria, o milenário não marcava propriamente o aparecimento da povoação, mas garantia indubitavelmente a sua antiguidade. O milenário contou-se a partir da data em que a condessa Mumadona, viúva do conde Hermenegildo, fez doação de larguíssimos haveres ao Mosteiro de Guimarães<sup>10</sup>. A própria doação, documento em que se encontra a primeira referência escrita conhecida a Aveiro, alatinada em Alavario<sup>11</sup>, confirma a existência anterior de um povoado. Com efeito, inicialmente, Aveiro terá sido uma aldeia de pescadores ou castro

---

<sup>8</sup> *Litoral*, Aveiro, nº246, 11 de Julho de 1959, p.1.

<sup>9</sup> Eduardo Cerqueira, “O Milenário de Aveiro e o Bicentenário da sua Elevação a Cidade”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol. XXV, 1959, p.247.

<sup>10</sup> Idem, p.248

<sup>11</sup> António Gomes da Rocha Madaíl, *Milenário de Aveiro – Colectânea de Documentos Históricos*, I, (959-1516). Aveiro, Ed. Câmara Municipal de Aveiro, 1950, p.7.



dos povos neolíticos<sup>12</sup>. O documento foi lavrado aos sete dias das Calendas de Fevereiro da era de 997. Convertida da era de César para a de Cristo, a data corresponde ao dia 26 de Janeiro de 959<sup>13</sup>. A comemoração apenas atestou a idade louvável da cidade, digna das maiores honras, sem pretensão de marcar o momento exacto do seu aparecimento.

Estes mil anos representavam um passado suficientemente longo para criar tradições comerciais e marítimas numa terra que nasceu de uma laguna salgada e em permanente contacto com o mar. As actividades foram enriquecendo a vila e proporcionaram o seu incremento populacional. No século XV, Aveiro orgulhava-se de ser a maior vila do litoral entre os rios Douro e Mondego<sup>14</sup>. Aveiro aspirou desde muito cedo a elevação a cidade, mas foi alternando épocas de desenvolvimento e de decadência ao sabor da instabilidade da barra. Só veria a sua aspiração concretizada por D. José I, através da carta régia de 25 de Julho de 1759, de acordo com o Alvará de 11 de Abril do mesmo ano. Embora a população da vila houvesse diminuído, foi a forma encontrada pelo monarca para agradecer o protesto solene da população aveirense contra o atentado de 3 de Setembro de 1758 de que ele fora alvo e em que participara indignamente o duque de Aveiro, D. José de Mascarenhas. A 6 de Janeiro de 1759, a câmara prestou juramento de fidelidade ao monarca e recusava continuar a ter por donatário “o homem que havia atentado contra a vida do seu rei e senhor”<sup>15</sup>. Embora não fosse unânime a sua culpabilidade, urdiu-se uma conspiração para que o duque de Aveiro, os marqueses de Távora e outros implicados no suposto atentado fossem condenados à morte<sup>16</sup>. Nesse mês, em Belém, eram executados, com suplícios horrendos. Esta sentença serviu de terrível exemplo para a nobreza, que se convenceu da impossibilidade de impedir a restrição dos seus privilégios, levada ferozmente a cabo pelo poderoso Marquês de Pombal.

Em seguimento da elevação a cidade, foi confiada ao capitão-mor João de Sousa Ribeiro da Silveira a missão de, “por esta graça, beijar a mão do soberano, em nome da

---

<sup>12</sup> Manuel Barreira, “O largo do Côjo, azenhas e ilhote”, *Boletim Municipal de Aveiro*, nº27, 1996, p.9.

<sup>13</sup> Eduardo Cerqueira, ob. cit. p. 248.

<sup>14</sup> João Gonçalves Gaspar, *Aveiro na História*, ed. Câmara Municipal de Aveiro, 1997, p.87.

<sup>15</sup> Francisco Ferreira Neves, “A Elevação da Vila de Aveiro a Cidade em 1759”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol. I, 1935, pp.21-27.

<sup>16</sup> José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot, na obra *Aveiro: Aveirenses Notáveis*, escreveu que “Hoje, à luz da razão, reconhece-se que tal conspiração não passou de um amontoado de mentiras; e a própria sentença, cheia de incoerências e de contradições, bem prova que não se engana quem assim o entende”. In: João Gonçalves Gaspar, *Aveiro na História*, ed. Câmara Municipal de Aveiro, 1997, p.169.

Câmara, nobreza e povo, e assim, lhe significar o mais vivo reconhecimento”<sup>17</sup> e de lhe pedir dispensa do pagamento dos direitos da mercê. O evento foi festejado com grande júbilo, à medida da sua importância e significado. O Marquês de Pombal procurou criar novas condições de prosperidade com a introdução de melhorias da barra e do fabrico do vidro e da seda. Contudo, os esforços foram vãos: um desastre natural obstruiu a barra e a cidade conheceu novamente uma fase de retrocesso económico e de diminuição da população. Só nos inícios do século XIX a cidade viria a recuperar e a alcançar o desenvolvimento económico e a expansão que se celebraram em 1959.

## 2.2. Um contributo do Governo: a estátua de João Afonso de Aveiro

Em 1955, muito antes da elaboração de qualquer anteprograma festivo, o Dr. Álvaro Sampaio, na sua qualidade de presidente da câmara, dirigiu uma carta ao ministro das Obras Públicas para solicitar que a cidade fosse contemplada, como já sucedera com outras cidades portuguesas, com uma estátua mandada erigir pelo Governo<sup>18</sup>. Depois da Exposição do Mundo Português, o Governo continuou a encomendar aos artistas obras, essencialmente estatúárias, mais para lhes dirigir o trabalho artístico do que para fomentar o gosto pela arte, e sobretudo para continuar a tarefa iniciada em 1940: esculpir na pedra ou no bronze pedaços escolhidos da história que pudessem servir de exemplo aos vindouros. Alberto Souto apontava como possível data de inauguração o ano de 1959, quando Aveiro celebrava o seu centenário. Perante a aquiescência do Governo, foi pedido à Comissão de Arte e Arqueologia da câmara municipal que indicasse a personagem a consagrar. Estava dado o primeiro passo para a projecção das festas milenárias.

Reunida em 22 de Dezembro desse ano, a Comissão deu continuidade à ideologia subjacente à exposição de Belém de 1940 e, valorizando a época áurea dos Descobrimentos, fixou a sua preferência no navegador quatrocentista aveirense João Afonso. Foram equacionados outros nomes da história e do devotamento a Aveiro, mas todos foram preteridos. A figura histórica da princesa Santa Joana já estava consagrada nos altares aveirenses; José Estêvão, os Mártires da Liberdade, Manuel Firmino Maia, Ferreira Pinto Basto, Lourenço Peixinho e o sacrifício do povo sintetizado no Soldado

<sup>17</sup> Eduardo Cerqueira, ob. cit. p.250.

<sup>18</sup> Arquivo da Câmara Municipal de Aveiro, “Monumento a João Afonso de Aveiro”, Arqº Pº - 5/21/1, Cx 61- A.

Desconhecido já tinham a sua estátua; o infante D. Pedro, avô da princesa, dera o nome ao parque da cidade; já se haviam envidado esforços para perpetuar os nomes de Jaime Magalhães Lima e Egas Moniz e, mais tarde ou mais cedo, dariam fruto. A Comissão poderia ter optado por consagrar a condessa Mumadona, D. José I ou João de Sousa Ribeiro, ligados às efemérides então celebradas; ou Luís Gomes de Carvalho<sup>19</sup>, que fixara, por fim, a barra no princípio do século XIX; ou poderia ter aproveitado para erigir finalmente o monumento aos três Queirozes ou a estátua da Liberdade, obras desejadas desde as comemorações do centenário do movimento liberal de Aveiro, em 1928<sup>20</sup>, mas inconcluídas. É claro que a conjuntura política do Estado Novo o não teria admitido e dirigiu, indubitavelmente, o critério que presidiu à preferência de João Afonso de Aveiro: “o nome a escolher e sugerir teria de destacar-se na primeira linha do panteão das nossas glórias”<sup>21</sup>. Ora, desde 1940, os Descobrimentos ocupavam o lugar primacial da história da nação. João Afonso apenas era uma figura “grande como aveirense” e “grandemente portuguesa” porque ligava, embora indirectamente, a história local à epopeia nacional da descoberta do caminho marítimo para a Índia. Não chegou ao Oriente, nem dobrou o Cabo das Tormentas mas, com a sua chegada ao reino do Benim em 1486 ao serviço do rei D. João II, obteve informações que davam conta da existência do lendário reino oriental do Preste João. Foram estes relatos apontados como determinantes para convencer o monarca a enviar redobrado número de navios para explorar a costa africana, que culminariam com a efectiva chegada à Índia.

De qualquer forma, na face principal do pedestal sobre o qual se colocou a estátua, executada por Euclides da Silva Vaz, e representando um capitão de navios, em pé, com uma espada à cinta e um astrolábio na mão esquerda, aparece a seguinte legenda:

« A JOÃO AFONSO DE AVEIRO  
UM DOS HOMENS DE D. JOÃO II

---

<sup>19</sup> Nesse ano, Eduardo Cerqueira considerou-o um dos maiores benfeitores de Aveiro e merecedor de “mais desvelada atenção” por parte dos aveirenses. In: *Catálogo da Exposição Industrial nas Comemorações do Milenário*. Aveiro, Lusitânia, 1959, pág. inúmeras.

<sup>20</sup> Homem Cristo havia sugerido, em 1928, a respeito do projecto de uma estátua da Liberdade, que ela deveria consagrar os “três Queirozes, avô, pai e filho”, referindo-se a Joaquim José de Queirós, pai de Eça de Queirós e avô de J. José de Queirós. Nenhuma das estátuas se concretizou por falta de fundos. In: José Tavares, “Primeiro centenário do Movimento Liberal de Aveiro de 1828”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.35, 1969, p.11.

<sup>21</sup> Alberto Souto, *O Navegador quatrocentista João Afonso de Aveiro e o seu Monumento*. Anadia, Cisial, 1956, p.4.

## QUE DESVENDARAM OS SEGREDOS DA TERRA E DO MAR NO CAMINHO DA ÍNDIA»

A inauguração da estátua deu-se efectivamente a 5 de Julho de 1959, na presença do Chefe do Estado.

### 2.3. O Mastro do Milenário

Tal como as festas nacionais de 1940 suscitaram uma nota oficiosa de Salazar, também as comemorações aveirenses de 1959 foram anunciadas com muita antecedência, pelo presidente da câmara da altura, Dr. Alberto Souto, que dirigiu uma mensagem à população um ano antes para apelar à participação e ao trabalho árduo de “todos os aveirenses por nascimento, adesão ou afinidade!”<sup>22</sup>. Para assinalar esse primeiro dia do advento da solenidade, foi ao mesmo tempo inaugurado um mastro monumental, denominado o Mastro do Milenário, concebido e realizado a preceito pelo mestre Manuel Maria Mónica. À falta de velas, guarneceram-se as vergas de luz a desenharem as palavras «1959», «Milenário» e «Centenário». Foi levantado frente à Ponte-Praça e junto à Ponte da Dobadoura e estrada da Barra, na confluência do Canal Central com o Canal das Pirâmides e Canal do Paraíso.

Ele era ao mesmo tempo ornamento, símbolo da mastreação dos últimos veleiros transatlânticos e da tradição mareante aveirense, demonstração do arrojo técnico do consagrado mestre de navios da Gafanha da Nazaré, “proclame permanente” para o público que visitava Aveiro e um “altissonante brado” a chamar ao “concílio” da comemoração<sup>23</sup>. Nele, subiram a bandeira do município, as insígnias ou galhardetes das irmandades e associações religiosas, dos clubes de recreio, cultura e desporto, das bandas e escolas musicais, da Mocidade Portuguesa, dos estabelecimentos de ensino, dos ranchos, grémios e sindicatos profissionais, na expressão simbólica da mobilização de toda a sociabilidade local para este evento. Desejava-se que a policromia resultante das suas bandeiras fosse o reflexo da unidade do povo aveirense e conseguisse solidarizar as

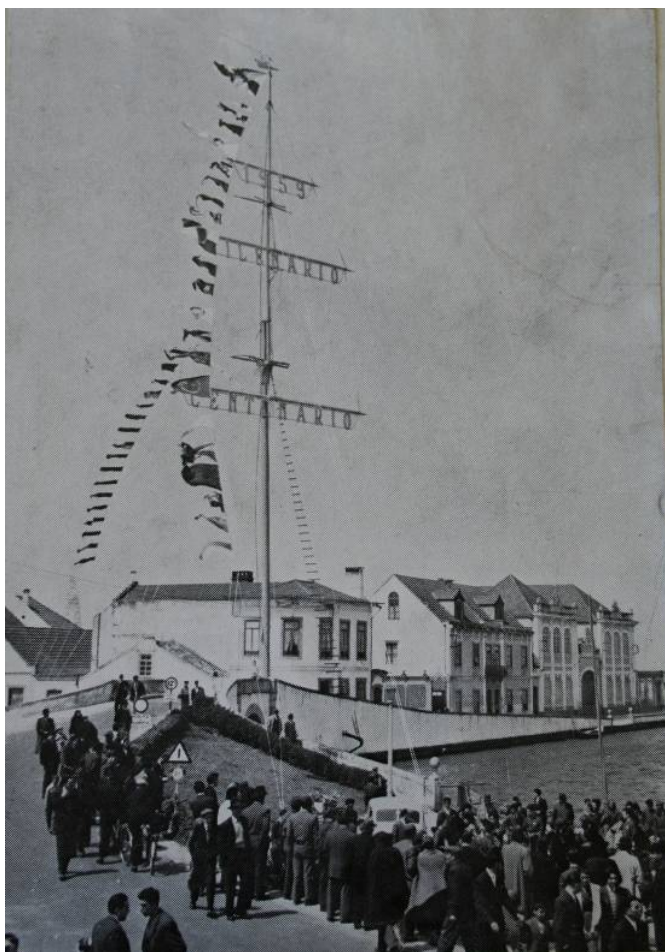
---

<sup>22</sup> Alberto Souto, *Mensagem aos Aveirenses sobre o Primeiro Milenário de Aveiro e o Segundo Centenário da Cidade*. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 13 de Abril de 1958, p.6.

<sup>23</sup> Idem, ibidem, p.7.

diversas classes e diversas opiniões em torno do mesmo projecto e ideologia, num ressurgir distrital do conceito salazarista de “família” apregoado em 1940.

Ele foi a primeira manifestação das grandes festas milenárias e constituiu a abertura dos trabalhos preparatórios. Nesse mesmo mês, foram nomeadas as comissões que se encarregaram dos diferentes números do programa das comemorações.



*Figura 24: Mastro do Milenário.*

### 3. O programa das comemorações de 1959

Estes eventos históricos exigiam uma comemoração que se pretendia essencialmente cultural e com sessões inaugurativas.

As festividades desenrolaram-se de 27 de Junho a 23 de Outubro de 1959. Contudo as actividades concentraram-se em Junho e Julho e poucas houve em Agosto, nenhuma em Setembro e apenas o Rally Internacional de Automóvel a 22 e 23 de Outubro. O apogeu

situou-se entre 27 de Junho e 6 de Julho com a procissão de Santa Joana no domingo 28 de Junho e a visita do Chefe do Estado de 4 a 6 de Julho. Foram os dois pontos culminantes das comemorações: “o primeiro pelo seu significado espiritual e o último pela sua transcendência cívica”<sup>24</sup>.

O programa<sup>25</sup> compreendeu, com efeito, actividades culturais e inaugurativas mas também religiosas, que, apesar de algumas vozes discordantes e dos sinais de descontentamento da população contra a situação política e social vivida, perpassaram alguns valores que o discurso político vinha afirmando como identitários dos portugueses desde 1940.

### 3.1. Uma festa para todos

O programa assentava em actividades que procuravam o envolvimento de todos os sectores da sociedade local, tal como Salazar desejara à escala nacional com a exposição de 1940: que fosse uma “festa para todos os portugueses do Mundo e em que todos (podiam) e (deviam) colaborar de maneira efectiva”<sup>26</sup>. Também António Ferro pedira esforço “a todos os portugueses” – “homens, crianças e mulheres” que designara como “operários das comemorações de 1940”<sup>27</sup>. Em Aveiro, quase vinte anos mais tarde, Alberto Souto voltou a apelar à participação activa de todos, porque “nem só os adultos válidos e valiosos (tinham) lugar e representação, mas os velhos, os jovens e as próprias crianças (...) haviam de ter seu quinhão, seu posto, seu cabimento”<sup>28</sup>. A imprensa noticiou a azáfama de preparativos que se verificava pela cidade e era “particularmente significativo e consolador o empenho e o brio dos aveirenses – dos pobres, dos remediados, dos ricos, de todos os aveirenses – posto no arranjo das fachadas das suas casas”<sup>29</sup>. Já a nível distrital, os povos ribeirinhos prepararam com grande entusiasmo a Festa da Ria, programada para 5 de Julho, organizando excursões e os ranchos que se deslocariam até à Torreira, nesse dia<sup>30</sup>. Para que

---

<sup>24</sup> *Litoral*, Aveiro, n.º244, 27 de Junho de 1959.

<sup>25</sup> Segue o trabalho em anexo (Anexo 2).

<sup>26</sup> Nota oficiosa da Presidência do Conselho, *Diário de Notícias*, Lisboa, 27/3/1938, ponto 13, p.2.

<sup>27</sup> António Ferro, “Carta Aberta aos Portugueses de 1940”, *Revista dos Centenários*, Lisboa, n.º1, Janeiro 1939, pp.19-24.

<sup>28</sup> Alberto Souto, *Mensagem aos Aveirenses sobre o Primeiro Milenário de Aveiro e o Segundo Centenário da Cidade*. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, Abril 1958, p.6.

<sup>29</sup> *Litoral*, Aveiro, n.º243, 20/6/1959, p.1.

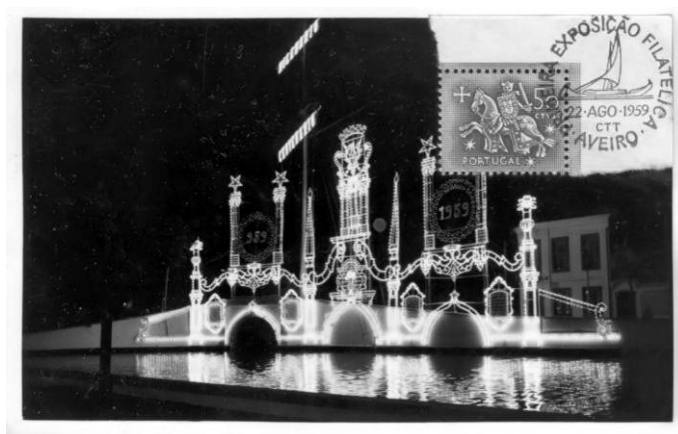
<sup>30</sup> *Litoral*, Aveiro, n.º244, 27/6/1959, p.3.

todos pudessem comparecer, mesmo quando a velocidade da embarcação o não permitisse, foram postos à disposição rebocadores a sair a hora definida de vários cais do distrito.

O envolvimento da população também se verificou na diversidade de entidades que participaram nos festejos. Para os concertos, foram chamadas as bandas locais: Amizade e Aveirense, da Vista-Alegre, Vaguense e Visconde de Salreu, de Albergaria-a-Velha, do Loureiro, e Oliveira de Azeméis, de Pessegueiro do Vouga e de Eixo, de S. Tiago de Ribai-Ul e de Ílhavo, do Pinheiro da Bemposta. A nível do desporto, o Sporting Clube de Aveiro organizou a final da Taça de Portugal em ténis de mesa, regatas populares, e o Concurso Internacional de Pesca com a colaboração da Secção de Pesca do Clube dos Galitos, no qual participaram meio milhar de pescadores desportivos. A Secção Náutica do Clube dos Galitos organizou a Primeira Jornada dos Campeonatos Nacionais de Remo e as Regatas Internacionais de Remo; o Sport Clube Beira-Mar fomentou o Encontro Internacional de Natação Portugal – Marrocos e a Semana da Vela na Costa Nova. O Clube dos Galitos organizou um Festival Desportivo com exibição de uma classe de ginástica, jogos de andebol de sete, hóquei em patins e uma parada de atletas. Todos os comerciantes puderam participar na Exposição-Concurso de Montras promovida pelo Grémio do Comércio. O Grémio da Lavoura de Aveiro e Ílhavo, em parceria com outras entidades, promoveu o Primeiro Concurso Distrital de Tractoristas. Ranchos e conjuntos etnográficos vieram de todo o distrito dar o seu contributo ao longo dos festejos. Para a Festa da Ria, a uma semana do acontecimento, já estava confirmada a participação de dezanove ranchos<sup>31</sup>. A Secção de Campismo do Clube do Galitos promoveu ainda um acampamento na pista do Rio Novo do Príncipe. Quer se pertencesse ou não a uma colectividade local, foi ainda criada a possibilidade de todos participarem nos tipos de manifestação privilegiados, bem ao gosto popular: exposições e cortejos.

---

<sup>31</sup> Ibidem.



*Figura 25: Postal com as iluminações nocturnas pelo Milénário.*

### 3.2. As exposições

Estiveram patentes as Exposições Agro-Pecuária, Industrial, Filatélica e o Salão Internacional da Fotografia, as duas últimas promovidas pela Secção Filatélica e Numismática e pela Secção Fotográfica do Clube dos Galitos, respectivamente. Para cada uma delas foi sublinhada na imprensa a grande afluência e informou-se que no dia de inauguração da Exposição Industrial estiveram presentes cerca de dez mil visitantes.

É interessante notar que a exposição filatélica foi considerada uma das mais interessantes realizações das festas do Milénário<sup>32</sup>. Numa época em que o coleccionamento estava em voga, a filatelia era muito praticada e ocupava um lugar de destaque. Mas foi a partir desta data, e através da jovem secção do Clube dos Galitos<sup>33</sup>, que Aveiro viria a notabilizar-se nesta modalidade quer a nível nacional quer internacional. Impulsionada por uma direcção presidida por José da Purificação Morais Calado, a secção viria a empreender realizações filatélicas de grande envergadura que contribuíram para a renovação da filatelia nacional. Entre elas, inclui-se a I Exposição Filatélica de Aveiro, integrada nas comemorações do Milénário e Bicentenário, e que se destacou por duas conferências sobre as “características, tendências e valor da filatelia” e sobre as “Marcas postais do Distrito de Aveiro no século XIX”<sup>34</sup>. Tinha por objectivo primordial divulgar o coleccionamento de

<sup>32</sup> “I Salão Filatélico de Aveiro”, *Litoral*, Aveiro, nº265, 21/11/1959, p.4.

<sup>33</sup> A pedido da direcção do Clube dos Galitos, a secção filatélica fora criada a 26 de Agosto de 1956 por José da Purificação Morais Calado, Carlos Leitão e Paulo Seabra.

<sup>34</sup> Foram proferidas por A.J.de Vasconcelos de Carvalho, presidente do Clube Filatélico de Portugal, e por António Fragoso, filatelista do distrito de Aveiro, respectivamente.



selos “como instrumento de cultura, de passatempo agradável e meio sociológico para formação de sãs amizades”<sup>35</sup> por forma a estimular o interesse dos jovens coleccionadores. Foi sobremaneira vincado que o carácter competitivo estava arredado desta iniciativa. A Exposição procurou iniciar a dignificação da filatelia nacional, combatendo o conceito antiquado do coleccionador isolado dos outros e das preocupações da época e valorizando a influência que o selo podia ter na vida social da nação e junto de outros povos, como manancial de cultura em vez de fonte de usura. Contou com as participações oficiais da Administração Geral dos C.T.T. e do Ministério do Ultramar. Em Aveiro, dariam continuidade a esta árdua tarefa de desenvolvimento e regeneração da filatelia a I Exposição Filatélica Portuguesa, em 1965, e sobretudo o I Congresso Nacional e a I Exposição Filatélica Nacional Temática, em 1966.

Na Exposição Industrial, é justo registar a ausência da representação dos afamados estaleiros de construção naval do mestre Manuel Bolais Mónica, que tanto relevo tiveram no sector pesqueiro da indústria local e nacional e nas comemorações centenárias de 1940. Inicialmente, o mestre Mónica exprimiu a intenção de colaborar com um pavilhão, na secção da indústria da construção naval. Porém, acabou por declinar o convite de participação alegando as dificuldades com que os estaleiros se debatiam, determinadas pela supressão das encomendas dos tradicionais bacalhoeiros em madeira, que se viam preteridos por modernas construções metálicas, mas também como forma de manifestar o seu repúdio pela falta de apoio dos sectores oficiais na crise que atravessavam, uma vez que lhe recusaram a autorização para converter os estaleiros às novas técnicas da construção naval em aço<sup>36</sup>. O certame ficou porventura empobrecido por não apresentar a única indústria do género no distrito. Inconformados e claramente agarrados à exposição do passado e à sua ideologia, e como que numa reclamação desesperada do valor de Aveiro na indústria naval, os organizadores expuseram simbolicamente uma miniatura da nau Portugal.

---

<sup>35</sup> *Regulamento da I Exposição Filatélica de Aveiro*. Aveiro, Lusitânia Aveiro, Julho 1959, pág. inúmeradas.

<sup>36</sup> Manuel Mónica acusava as entidades oficiais de lhe negar o apoio para uma vital adaptação às técnicas modernas de construção naval em benefício de outros industriais mais modernos que muito menos contribuíram para o desenvolvimento da economia nacional. Ver: Carta de Manuel M. Bolais Mónica dirigida à Comissão de Exposição das Indústrias das Festas, datada de 19/1/1959, Correspondência da Câmara Municipal de Aveiro- As Festas do Milenário de Aveiro, 1959, CT- 2324. Segue o trabalho em Anexo 3. Datavam de 1957 as diligências junto dos representantes do poder político, incidindo particularmente sobre Américo Tomás, para que se conseguissem os apoios necessários à dotação de um apetrechamento actualizado para a construção em ferro, evitando assim o risco de fechar os estaleiros.

Manuel Mónica viria a falecer a 16 de Julho, em plenas comemorações milenárias. Mas a imprensa local conferiu-lhe, incompreensivelmente, pouco destaque por “não (ser esse) o momento propício”<sup>37</sup> e não consta que lhe tenha sido prestada homenagem no certame industrial. Numa confirmação da previsão do “pioneiro da construção naval portuguesa”<sup>38</sup>, como ele próprio se intitulava, a sua empresa não suportaria a crise, iniciando um lento mas inexorável ocaso<sup>39</sup>.

### 3.3. O êxito dos cortejos

As comemorações foram prolíferas em cortejos quer religiosos quer civis na tradição do Grande Cortejo Imperial do Mundo Português em 1940. Henrique Galvão, o seu organizador, assumira este tipo de desfile como um “acontecimento capital” pensado para agradar à “grande massa da população”<sup>40</sup>. E, em Aveiro, o público não faltou ao apelo.

A abertura do Milenário aveirense deu-se a 27 de Junho com uma procissão das velas, da Igreja de Santo António para a Igreja da Vera Cruz, e no dia seguinte com a Soleníssima Procissão de Santa Joana Princesa que, para integrar o programa do Milenário, foi transferida mais de um mês depois da data a que se reportava. Incorporaram-na várias irmandades e pela primeira vez os “Pagens da Santa Princesa Dona Joana de Portugal”. Sob o pátio, desfilaram os arcebispo de Cízico, bispo do Algarve e bispo-auxiliar do Porto e o bispo da diocese, D. Domingues da Apresentação Fernandes, seguidos do chefe do distrito, do presidente da câmara, de alguns vereadores, de entidades civis, judiciais e militares, da Banda Amizade, de representantes de várias ordens e organismos religiosos, e

---

<sup>37</sup> “Mestre Manuel Maria Bolais Mónica”, *Litoral*, Aveiro, 18/7/1959, p.2.

<sup>38</sup> Carta de Manuel M. Bolais Mónica dirigida à Comissão de Exposição das Indústrias das Festas, datada de 19/1/1959, Correspondência da Câmara Municipal de Aveiro- As Festas do Milenário de Aveiro, 1959, CT-2324 ( Ver Anexo 3 ).

<sup>39</sup> No último semestre de 1959, os estaleiros começavam a apresentar prejuízos e, sem qualquer contrato para a pesca do bacalhau ou costeira, iniciou o despedimento de pessoal. Em 1966, foi-lhes novamente negada a autorização para ampliação para construções e reparações navais metálicas. Desapareceriam em 1981, absorvidos pela empresa Navalria – Docas, Construções e Reparções Navais, SARL. Ver: António Vítor Nunes de Carvalho, *Os Estaleiros Mónica: da Aurora ao Ocaso da Construção Naval em Madeira na Gafanha da Nazaré 1889- 1981*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Dissertação de Mestrado em História Económica e Social Contemporânea, 2003, pp.169-212.

<sup>40</sup> *Portugal 1940. Álbum Comemorativo das Festas dos Centenários de Guimarães, do Cortejo do Mundo Português e da Secção Colonial da Exposição do Mundo Português*, texto de Henrique Galvão, Ed. da Litografia Nacional, Porto, s.d. (1940). In: Luís Oliveira Andrade, *História e Memória – a Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*. Coimbra, Edições Minerva, 2001, p.254.

de muitos fiéis. Estas solenidades religiosas, segundo o fascículo nº 467 da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, atingiram um brilhantismo tão raramente alcançado em Portugal que foram uma das causas para a difusão e reacendimento do culto de Santa Joana Princesa<sup>41</sup>. No dia 12 de Agosto, houve ainda uma Grande Concentração Diocesana na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, à qual afluíu um elevadíssimo número de participantes. Seguiram em extensíssimo cortejo em direcção ao Estádio Mário Duarte onde se celebrou uma missa campal presidida pelo bispo de Aveiro.



*Figura 26: Procissão de Santa Joana*

A nível civil, contaram-se três desfiles. O primeiro, a Marcha das Freguesias<sup>42</sup>, decorreu no sábado 11 de Julho, pelas 22 horas, na Avenida Lourenço Peixinho. Foi apreciado por uma densa multidão. O segundo desfile, a Marcha Milaneza, decorreu no sábado 25 de Julho, à noite. Esta marcha foi anunciada como um dos grandes números das festas de rua<sup>43</sup>, embora fosse um acontecimento sem tradições locais. Caracterizou-se por integrar carros de propaganda comercial e industrial que deviam, impreterivelmente,

<sup>41</sup> *Litoral*, Aveiro, nº250, 8/8/1959, pp.1,4.

<sup>42</sup> Contavam as freguesias da Glória, Vera-Cruz, Esgueira, Aradas, Eixo, Requeixo, Cacia, Eirol, Oliveirinha e São Jacinto.

<sup>43</sup> *Litoral*, Aveiro, nº249, 1/8/1959, p.3.

apresentar-se iluminados. O cortejo saiu da parada do Quartel de Cavalaria 5, encabeçado por ruidosos zés-pereiras seguidos por três arautos a cavalo. Depois, um grupo vistoso de “marechalinas”, alunas da Escola Técnica de Aveiro, agitava bandeiras brancas e vermelhas e era seguido pelos carros representativos de empresas e associações da região. Por ordem, apareciam o “Foguetão” da Rabor, o “Aços” da firma F. Ramada, o “Outro Sol” da Neolux, o “Bom-Sucesso” da empresa de madeiras de João Nunes da Rocha, o “Cerâmica” das fábricas Aleluia, o “Ciência e Trabalho” da Escola Industrial e Comercial, o “Sempre Prontos” dos Bombeiros Voluntários de Aveiro, “O mais jovem” do Clube Naval de Aveiro, o “Leão e Ria” do Sporting Clube de Aveiro, o “Se Aveiro quiser...” do Sport Clube Beira-Mar, o “Despertar” do Clube dos Galitos, e finalmente o “Mar e Ria”, carro da Comissão de Festas dedicado à cidade e precedido de um grupo de tricanas de várias épocas e salineiras. Entre os carros, desfilavam bonecos caricaturais iluminados, os grupos folclóricos da Casa do Povo de Esgueira, das Salineiras de Aveiro e as bandas Aveirense e Amizade, encerrando esta o cortejo. Particularmente na Ponte-praça e ao longo da Avenida, dezenas de milhares de espectadores apreciaram esta marcha luminosa, pouco usual em Aveiro, cujos componentes queimavam sem cessar fogos de Bengala e jogavam serpentinas<sup>44</sup>.

Apesar deste enorme brilhantismo, a Marcha Milaneza revelar-se-ia apenas como o ensaio do grande Cortejo de Municípios, que passou a designar-se por Cortejo Distrital. Realizou-se na tarde do dia seguinte e trouxe à cidade uma multidão nunca antes vista<sup>45</sup>. O desfile era precedido por três arautos, a cavalo, seguidos pelos estandartes dos dezanove concelhos do distrito, pelas viaturas das duas corporações de bombeiros de Aveiro, pela Banda Amizade, pelo Carro da Comissão das Festas, pelas representações dos concelhos e das freguesias de Aveiro, pelos estandartes das diversas colectividades e os mesmos carros alegóricos que haviam participado na Marcha Milaneza. Foi um desfile “brilhante”, “grandioso”, uma “parada de pujança”<sup>46</sup> que agradou a todos e permitiu dar a conhecer a muitos a diversidade e a riqueza da etnografia, do folclore e dos elementos de trabalho do vasto, variadíssimo e populoso distrito de Aveiro. Este desfile pretendia valorizar a cultura popular e ser a prova do entendimento entre o povo do distrito.

---

<sup>44</sup> Ibidem, pp.1-3.

<sup>45</sup> Ibidem.

<sup>46</sup> Ibidem, p.1.





*Figura 27: O Carro Distrital, que encerrava o Cortejo Distrital.*



*Figura 28: A representação de Ovar no Cortejo dos Municípios.*



(a)

(b)

**Figura 29: Cortejo Distrital – (a) Carro do Grémio do Sal; (b) Carro da Fábrica Ramada de Ovar.**

### 3.4. O lugar da História

Mas tal como se havia anunciado, e tal como fora o objectivo das comemorações de 1940, pretendia-se que os festejos se fundassem na exaltação da História: “O passado ia entrando pelas casas a dentro, através das crónicas dos autores já conhecidos pela sua obra histórica (...), recordando origens, feitos e lembranças de lugares e figuras que refrescavam a memória e articulavam um presente fracturado e cansado de fracturas”<sup>47</sup>. Em 1940 destacaram-se Rocha Martins, Leitão de Barros e João Barreira com publicações, respectivamente, na revista *Arquivo Nacional* e nos jornais *O Século*, *Diário da Manhã* e *Diário de Notícias*. Em Aveiro, o semanário *Litoral* iniciou a secção “Efemérides Aveirenses” em 5 de Abril de 1958, coordenados pelo Dr. António Cristo, como forma de colaborar com a Comissão de História do Milenário de Aveiro e do Segundo Centenário da sua elevação a cidade. A secção despertou algum interesse e a sua publicação foi suspensa quando a Comissão manifestou o desejo de coligir os apontamentos num volume. Mas a demora em tipografar o trabalho, e o desejo de continuar a satisfazer o interesse dos leitores do *Litoral*<sup>48</sup> levou à retoma, no semanário, em Setembro, da publicação interrompida.<sup>49</sup>

É notória, pois, neste capítulo, a vontade de transmissão de uma identidade nacional assente na valorização do passado. Em Aveiro, para celebrar os momentos históricos da sua fundação e da sua elevação a cidade, escolheram-se dois vultos – Santa Joana e João Afonso de Aveiro – sobre a biografia dos quais a imprensa da época se debruçou.

<sup>47</sup> Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p.32.

<sup>48</sup> *Litoral*, Aveiro, n.º254, 5/9/1959, p.1.

<sup>49</sup> As notícias históricas da autoria de António Cristo seriam editadas pela C.M.A. com o título “Mil anos de História – Efemérides Aveirenses”, em Dezembro de 1959.

A 27 de Junho de 1959, o dia antecedente à procissão de Santa Joana Princesa, o *Litoral* dedicou a primeira página exclusivamente à padroeira de Aveiro, com um artigo e um retrato.



**Figura 30:** Primeira página do *Litoral* de 27/6/1959, dedicada a santa Joana Princesa.

A filha do rei D. Afonso V e irmã do rei D. João II escolheu a vila de Aveiro, que chamou a sua “Lisboa a pequena”, para se dedicar à clausura. Neste artigo, refere-se que “o fogo que andava na alma (da princesa), ao sopro das suas austeridades, tornou-se labareda e fez-se clarão, a queimar e a iluminar de Caridade – que é amor de Deus e dos homens – toda a vila e o reino todo”. Valorizavam-se as suas “muitas bondades”, a sua virtude, a sua religiosidade católica, a sua presença dignificante, e o seu amor pelos valores universais e intemporais da Verdade, do Bem, da Justiça. Ao recordar-se a princesa Santa Joana nas festas jubilares, pretendia-se evocar um auge espiritual e impor o exemplo das virtudes da padroeira, como um meio de alcançar a “restauração universal pela elevação dos homens”.

A segunda personagem histórica evocada foi João Afonso de Aveiro. A obscuridade que envolve a sua biografia gerou na imprensa local alguma polémica suscitada por um estudo do Dr. Francisco Ferreira Neves, publicado em 1957 no *Arquivo do Distrito de Aveiro* sob o título “Naturalidade e família de João Afonso de Aveiro, navegador e poeta do século XV”<sup>50</sup>. Defendia a tese de que houvera apenas um só João

<sup>50</sup> *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXIII, 1957, pp.65-84. Francisco Ferreira Neves, natural de Aveiro, era professor liceal licenciado em Ciências Matemáticas. Foi um dos fundadores da revista *Arquivo do Distrito de Aveiro* e dedicou-se à cultura local publicando inúmeros estudos.



Afonso de Aveiro, navegador e poeta do *Cancioneiro Geral*, que, contrariamente ao que o apelido indiciava, tendo induzido em erro muitos historiadores, era natural de Coimbra. Tão pouco teria descoberto o reino de Benim, atendendo a que, segundo alguns historiadores, já o rei D. Afonso V lá tivera feitores<sup>51</sup>. O Dr. António Cristo deu estas afirmações como infundadas, contrapondo que o navegador João Afonso e o poeta do mesmo nome seriam indivíduos diferentes, sendo muito frequente, no século XV, pessoas diversas e contemporâneas usarem os mesmos nomes e apelidos<sup>52</sup>. O Padre António Brásio também veio defender as origens aveirenses de João Afonso alegando que ainda não tinha aparecido nenhum documento que comprovasse que o navegador não fosse natural de Aveiro<sup>53</sup>, embora fosse crível que algum ou alguns dos seus ascendentes fossem aveirenses. O próprio presidente da câmara, Dr. Alberto Souto, debruçou-se sobre o assunto para amenizar a polémica e sublinhou o que considerava relevante: na impossibilidade documental de comprovar a sua origem, o que importava era a certeza de ele ter sido um dos homens de D. João II que contribuiu para a descoberta do caminho marítimo para a Índia, ao ter empreendido “patrióticas” expedições pelo sul do Atlântico<sup>54</sup>. João Afonso partiu em 1485, navegou pela Guiné, entrou pelo Rio Formoso e descobriu o reino de Benim. Este facto, segundo Alberto Souto, bastava ao povo de Aveiro para fazer a “ligação histórica” dessa terra “à história das glórias imortais que Portugal conquistou pelos mares”<sup>55</sup>.

Como anteriormente ficou referido, para imortalizar esta gesta, foi oferecida, pelo Governo, uma estátua de João Afonso de Aveiro à cidade. A personagem a imortalizar foi proposta pelas entidades locais a despeito de não se relacionar directa e historicamente com o milenário da fundação da cidade ou com o segundo centenário da sua elevação a cidade. Foi escolhido João Afonso de Aveiro por ser um vulto ligado aos Descobrimentos e porque simbolizaria simultaneamente a acção marítima dos aveirenses<sup>56</sup>.

---

<sup>51</sup> Francisco Ferreira Neves cita João de Barros, que deu conta do feitor Afonso Cerveira, e António Galvão, que atribui a descoberta do Benim a Siqueira. João Afonso teria redescoberto o reino e fundado uma feitoria no porto de Gató, que servia a capital. In: “Para a história da estátua de João Afonso de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXV, 1959, pp.280-285.

<sup>52</sup> *Litoral*, Aveiro, n.º242, 13/6/1959, pp.1-4.

<sup>53</sup> *Litoral*, Aveiro, n.º253, 29/9/1959, pp.1-2.

<sup>54</sup> *Litoral*, Aveiro, n.º247, 18/7/1959, p.1.

<sup>55</sup> “Discurso proferido pelo presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. Alberto Souto, no Acto da Inauguração da Estátua de João Afonso de Aveiro, no dia 5 de Julho de 1959”, in: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXV, p. 269.

<sup>56</sup> Francisco Ferreira Neves, “Para a História da Estátua de João Afonso de Aveiro”, in: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXV, p. 280.



Por estranho que possa parecer, as comemorações jubilares consagraram dois vultos históricos que pouco ou nada tiveram a ver com as efemérides. Além disso, as duas datas históricas que motivaram as comemorações jubilares não foram assinaladas. Nada aconteceu no dia 26 de Janeiro, em que a condessa Mumadona, no ano de 959, assinou o testamento, nem tão-pouco no dia 11 de Abril, em que D. José, no ano de 1759, deu foros de cidade à antiga vila.

### 3.5. As inaugurações

Depois da história, as inaugurações foram apresentadas como o segundo pilar das comemorações. Em 1957, projectaram-se imensas obras para serem inauguradas em 1959. Antes do início dos festejos, o publicista Jorge Mendes Leal, numa crónica deliciosa, denunciou as deficiências duma programação precipitada e megalómana. Entrando ironicamente no campo da ficção científica, admitiu a invenção próxima de uma máquina capaz de captar fotos “retrospectivas” que causariam desilusões “como a que (esperaria) algum aveirense do ano 2200 que, acicatado pelo majestoso programa lido nuns bafientos periódicos de 1958, (resolvesse) servir-se da estranha máquina para fotografar umas tais comemorações milenárias ocorridas em 1959”<sup>57</sup>. Tardiamente, o Dr. Manuel da Costa e Melo veio à praça pública apelar a uma “campanha de bom-senso e equilíbrio, de proporções e de confronto prévio” entre o que se desejava e o que era possível, para evitar cair em exageros e incumprimentos<sup>58</sup>.

O certo é que no programa de 1959 se publicitaram muito menos inaugurações que as projectadas e anunciadas em 1957 pelo governador civil, e tal desfasamento entre as promessas e as realizações não escapou aos reparos dos mais atentos<sup>59</sup>. Constaram apenas

---

<sup>57</sup> Jorge Mendes Leal, “O Grande Invento”, *Litoral*, Aveiro, nº243, 20/9/1959, pp.1,7. Jorge Mendes Leal era primeiro-sargento e colaborador do jornal *Litoral*, tendo integrado vários suplementos literários como *Companha*, do mesmo semanário, ou do *Independência de Águeda*. Era referenciado pela PIDE como um colaborador “dessas actividades subversivas a que preside o Dr. Mário Sacramento”. In: A.N.T.T., Fundo PIDE/DGS, NT-4588, PI 10566 – João E.V. Sarabando, pp. 61-62.

<sup>58</sup> Manuel da Costa e Melo, “O sentido das proporções”, *Litoral*, Aveiro, nº243, 20/6/1959, pp.1,7.

<sup>59</sup> Numa nota publicada no *Litoral* de 5 de Outubro de 1957, assegurava-se que durante as comemorações milenárias seriam inauguradas, além de outras, a nova ponte da Gafanha, o pavilhão para tuberculosos, as novas cozinhas e lavandaria do hospital, o bairro de casas económicas a construir pela câmara, os novos salões do Museu Regional, a casa dos magistrados, o edifício para a “Gota de Leite”, e outro para a “Sopa dos Pobres”, a variante para a supressão das passagens de nível de Esgueira e de São Bernardo, a pista de remo no Rio Novo do Príncipe, o novo edifício das “Florinhas do Vouga”, a igreja do Seminário, a estátua da Imaculada Conceição, um novo bairro do “Património dos Pobres”. Um assinante do jornal reclamava, dois

as inaugurações das instalações da Comissão Municipal de Turismo, da estátua já referida, das obras da barra, das instalações petroleiras da Sacor, do edifício da loja do pescado e da rede telefónica automática. As entidades responsáveis explicariam que as suas intenções se viram limitadas por insuficiência dos fundos disponíveis<sup>60</sup>.

### 3.6. A iconografia

À semelhança do que sucedeu em 1940, foram aproveitados motivos que simbolicamente exprimissem, de forma imagética, as comemorações celebradas. Porém, mais do que a síntese dos eventos comemorados, eles remetiam para a identificação da cidade jubilar. Os C.T.T. editaram sobrescritos do Primeiro Dia de Circulação com representações de moliceiros mas, como em 1940, privilegiaram a emissão de selos. O desenho é de Álvaro Duarte de Almeida e reproduz as armas da cidade: uma águia estendida de prata, armada e bicada de vermelho, acompanhada de um sol de ouro e de uma lua de prata e carregada de um escudo das quinas. As armas estão encimadas por uma coroa mural de cinco torres e cercadas pelo Colar da Ordem de Torre e Espada. Os selos, um de um escudo e outro de cinco escudos, entraram em circulação a 30 de Agosto e apenas referenciavam o milénário. Constituíam o modo mais relevante de assinalar as comemorações e de lhes assegurar uma ampla projecção não só no país como no estrangeiro, difundindo e documentando as duas datas históricas celebradas muito para além das datas festivas já que circularam até 31 de Outubro de 1961.

Como em 1940, também a Comissão das Festas do Milénário promoveu um concurso de cartazes alusivos às comemorações. A obra escolhida, da autoria de Júlio Resende, socorreu-se da forma estilizada e elegante da proa de um moliceiro, símbolo tradicional da cidade, com as inscrições «Aveiro», «Mil anos de História», «Dois séculos de Cidade». De forma discreta, aparece ainda uma composição que sugere e mescla elementos representativos de características de Aveiro: o mar e os barcos, a ria e os montes de sal, os fornos das fábricas e a cerâmica, a religiosidade, as pontes... Este elemento do cartaz, pelo tamanho reduzido que lhe foi dedicado no conjunto da composição e pelo seu

---

anos mais tarde, que os responsáveis deviam dar explicações públicas sobre os incumprimentos. In: *Litoral*, Aveiro, nº235, 25 de Abril de 1959, pp.1,3.

<sup>60</sup> Jorge Mendes Leal, “Compensação do Futebol nas Comemorações Jubilares”, *Litoral*, Aveiro, nº239, 23/5/1959, p.1

aspecto algo confuso, foi alvo de uma caricatura de Hipólito Andrade, deixando subentender que a escolha não terá sido apreciada por todos.



(a) (b)  
**Figura 31: (a) Cartaz “Mil Anos de Aveiro”. (b) – Caricatura do cartaz das Festas do Milenário.**



(a) (b)  
**Figura 32: Postais Alegóricos do Milenário, com aposição do selo comemorativo de um escudo e do carimbo do 1º Dia de Circulação, editados pelos CTT.**

Já a I Exposição Filatélica de Aveiro recordava, no seu cartaz de divulgação, a figura de Santa Joana Princesa, embora alheia aos motivos justificativos das comemorações, através da reprodução do selo editado em 1953, por ocasião do V

centenário do seu nascimento. Foi este cartaz qualificado como um dos mais sugestivos das festas e mais bem sucedido na propaganda do Milenário.



*Figura 33: Vinheta com a reprodução do cartaz da Primeira Exposição Filatélica de Aveiro.*

Em todos os casos, aparecia a inscrição “Milenário”, por vezes acompanhada da referência ao “Bicentenário”, e sobre a qual viria a prevalecer. O mesmo aconteceu com o documentário a cores sobre a cidade, realizado por Miguel Spiguel, com o subsídio do Fundo Nacional de Cinema. Veio a intitular-se tão-somente «Aveiro – Terra Milenária”.

### 3.7. As excursões

À imagem do que sucedera nas comemorações nacionais de 1940, também Aveiro foi contemplada pela visita de excursões organizadas por entidades de outros distritos.

Destaca-se a participação de Guimarães que se considerava ligada a Aveiro “por laços íntimos e comuns”, que a obrigavam a tomar parte nas festas. Com efeito, os vimaranenses tiveram presente que a condessa de Mumadona, poucos anos após a fundação de Guimarães, fundara Aveiro, onde tinha propriedades. Homenagearam-na em Guimarães, erguendo-lhe estátua na praça pública, e em Aveiro, visitando cordialmente a cidade no ano áureo da sua fundação. Por iniciativa do Vitória Sport Clube, as forças vivas locais deslocaram-se a Aveiro em grande número<sup>61</sup>.

<sup>61</sup> *Notícias de Guimarães*, Guimarães, nº1425, 19/4/1959, in: *Litoral*, Aveiro, nº235, 25/4/1959, pp.1,3.

Em Julho, por iniciativa da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra, viveu-se mais uma jornada de solidariedade com a entrada, na Avenida Lourenço Peixinho, de mais de mil e quinhentos conimbricenses. Esta embaixada foi recebida por deputações de associações culturais e desportivas locais, pelos bombeiros e outros organismos corporativos, por ranchos e pela Banda Amizade. Em cortejo, desfilaram até à câmara onde se realizou uma sessão solene de boas-vindas e a cerimónia de entrega do pergaminho que Coimbra, por intermédio da sua câmara, ofereceu a Aveiro, numa manifestação das relações amistosas existentes entre as duas cidades. Depois, o cortejo dirigiu-se ao Monumento aos Mortos da Grande Guerra onde guardou um minuto de silêncio e depositou ramos de flores<sup>62</sup>. Seria uma reminiscência de outra excursão coimbrã a Aveiro, ocorrida em 1906, por ocasião da qual os visitantes depositaram, em nome dos liberais de Coimbra, uma coroa de flores junto ao pedestal da estátua de José Estêvão, e que a imprensa local não deixou de reavivar<sup>63</sup>? Para todos os efeitos, e curiosamente, esta foi a única e singela homenagem prestada aos mortos durante a celebração de dez séculos de história.

#### 4. A afirmação de uma identidade regional

Estas comemorações permitiram a repetição dos estereótipos da identidade nacional criada ao longo dos anos pelo nacionalismo do Estado Novo, mas, pelo seu âmbito regional, favoreceram ainda a afirmação e consolidação de uma consciência regional, que se queria que entroncasse na identidade nacional propagandeada.

A vontade de definir os caracteres específicos de cada povo nasceu no século XIX, pela consciência recente de existência de uma identidade nacional. Em Aveiro, em 1956, essa preocupação também se manifestou. A criação de um museu etnográfico foi vista como a possibilidade de fixar os elementos diferenciadores em que a região abundava, nomeadamente a nível etnográfico, dadas as suas características geográficas que levaram o aveirense a ser pescador, marnoto, lavrador ou mineiro. Achava-se que o museu figuraria bem na agenda do Milenário a par do Congresso Etnográfico e Folclórico já programado

---

<sup>62</sup> Eduardo Cerqueira, “Estreitando Laços duma Velha Amizade”, *Litoral*, Aveiro, nº248, 25/7/1959, pp.1,6.

<sup>63</sup> “Coimbra - Aveiro: a excursão de 26 de Agosto de 1906”, *Litoral*, Aveiro, nº248, 25/7/1959, p.6. Trata-se da transcrição integral das notícias publicadas em 1906 no n.º 5579 do *Campeão das Províncias*.

para a ocasião comemorativa<sup>64</sup>. Nenhuma destas previsões se concretizou. No entanto, as manifestações constantes do programa e das suas imagens noticiosas permitem-nos auferir alguns aspectos da identidade aveirense nessa época.

#### 4.1. O povo

Na imprensa<sup>65</sup>, o povo era qualificado de “bom”; podia ser pobre mas era “honrado”, carinhoso no receber, com “brio”, “côncio dos seus deveres e das suas responsabilidades”, o que se patenteou “nos zelos do fidalgo anfitrião”. Ao longo dos relatos jornalísticos das festividades, foi constantemente focada a sua “alegria sã” e destacados “o sorriso simpático e alegria comunicativa das raparigas de Aveiro”, como se de um cartaz simbólico de Aveiro se tratasse. Aveiro era a “cidade dos canais e das tricanas”<sup>66</sup>. A confirmá-lo empenhava-se a imprensa local que, no retrato que traçava do povo aveirense, sempre deu primazia ao elemento feminino, representado essencialmente pelas tricanas. Caracterizadas pelo uso do xaile preto e pela beleza e porte garboso, elas entravam em todos desfiles.



*Figura 34: Tricana. Jornal Litoral, Aveiro.*

<sup>64</sup> *Litoral*, Aveiro, nº101, 8/9/1956, pp.1,7.

<sup>65</sup> Foram tidos em conta os números do semanário *Litoral* publicados entre 20/6/1959 e 8/9/1959, período em que se concentraram a maioria das actividades festivas.

<sup>66</sup> “Aveiro foi grande no passado e será ainda maior no futuro”, *Diário de Notícias*, Lisboa, nº33532, 5/7/1959, p.1.

Foi também reforçada a ideia do “entendimento entre os povos da zona aveirense”, ainda que o distrito englobasse, forçosamente, vivências variadíssimas por se estender do Atlântico aos altos cumes serranos da serra da Freita e do Caramulo. Este povo díspar constituía uma grande família que vivia na “casa ribeirinha da Ria e do Vouga”. Trata-se da adaptação local da visão metafórica que Salazar tinha dos portugueses e do país<sup>67</sup>. O povo foi mais uma vez apresentado como trabalhador mas feliz, pacífico e unido, à imagem da ideologia nacional. O próprio Sumo Pontífice João XXIII, numa mensagem autógrafa, datada de 14 de Julho e dirigida ao bispo da diocese de Aveiro, formulou votos de prosperidade cristã ao “seu laborioso povo”<sup>68</sup>.

#### 4.2. A região

Nas mesmas publicações, a cidade foi apresentada como bela, gentil, luminosa, arejada e limpa e, numa comparação com as tricanas de Aveiro, foi tida como donairoza e digna. Aveiro também era um poderoso centro populacional, numa vasta região onde vivia e trabalhava meio milhão de portugueses<sup>69</sup>.

##### 4.2.1. A predominância da ria e a vocação marítima

A nível geográfico, foram destacados a inconfundível ria e o seu aspecto marítimo, nomeadamente através da etnografia patente na Festa da Ria. Decorreu a 5 de Julho, e consistiu numa grande concentração de embarcações da ria (moliceiros, mercantéis, mas também de recreio motorizadas e à vela) à passagem do Presidente da República no seu passeio fluvial à Ria. Na Torreira, o Chefe do Estado desembarcou e o bispo de Aveiro fez a bênção dos barcos. Foi um espectáculo “típico”, que reuniu cerca de 1500 embarcações da faina aquática da região<sup>70</sup>. A ria era, materialmente, o ganha-pão para o aveirense ribeirinho, quer fosse marnoto, pescador ou agricultor. Mas ela alcançava também uma

---

<sup>67</sup> Nota oficiosa da Presidência do Conselho, *Diário de Notícias*, Lisboa, 27/3/1938, ponto nº5, p.1: os portugueses eram uma família que devia preparar sua “casa” para acolher quem os visitasse.

<sup>68</sup> *Litoral*, Aveiro, nº246, 11/7/1959, p.1.

<sup>69</sup> “Discurso proferido pelo Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. Alberto Souto, no Acto da Inauguração da Estátua de João Afonso de Aveiro, no dia 5 de Julho de 1959”, in: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXV, p.272.

<sup>70</sup> *Litoral*, Aveiro, nº246, 11/7/1959, p.4.

dimensão identitária do próprio povo de Aveiro. Como que fomentava a sua elevação espiritual e permitia atingir uma plenitude transcendente. Parecia ser o instrumento de comunicação com Deus quando se afirmava que a ria “é, também, espírito. É luz, é asa e é vela – horizonte permanente do nosso colóquio com a beleza. (...) Do nosso colóquio com Deus”<sup>71</sup>.

O próprio Mastro do Milenário foi o símbolo escolhido para manifestar que “a grandeza de Aveiro (tinha) as suas raízes no mar”<sup>72</sup> e que nele depositava o seu futuro. A chegada do Presidente da República a Aveiro pela via marítima também foi significativa. Foi uma forma simbólica de valorizar a ria, confirmando-a finalmente como porta de entrada estável e sempre possível para a cidade, nomeadamente a embarcações com quilhas maiores<sup>73</sup>. Foi o sinal visível da segurança, regularidade e eficiência da barra, desejadas desde tempos longínquos. Afirmava-se a certeza de que havia de ser o mar a fazer da cidade o centro da região mais progressiva do país.

#### 4.2.2. A economia pujante

Aveiro foi ainda apresentada como o centro, no distrito, duma vitalizante, variada e rica economia. Para comprovar o papel preponderante do distrito na economia nacional, estiveram patentes as Exposições Industrial, no Rossio, e Agro-Pecuária, no recinto do Liceu. Ambas foram inauguradas pelo Presidente da República, a 5 e 6 de Julho respectivamente.

Na Exposição Industrial, estiveram presentes cento e sessenta e sete firmas expositoras, com sede ou representação em quarenta e seis localidades do distrito, apresentando cento e seis modalidades industriais, numa mostra orgulhosa de “todo o eclectismo das pujantes indústrias distritais”<sup>74</sup>. Entre outras, foram dados os exemplos da celulose, do amoníaco, da chapelaria, das máquinas de costura, dos lacticínios, da vidraria,

---

<sup>71</sup> Discurso do Governador Civil de Aveiro, Dr. Jaime Ferreira da Silva, in: *Diário de Notícias*, 5/7/1959, p.7. Foi proferido na recepção ao Chefe do Estado.

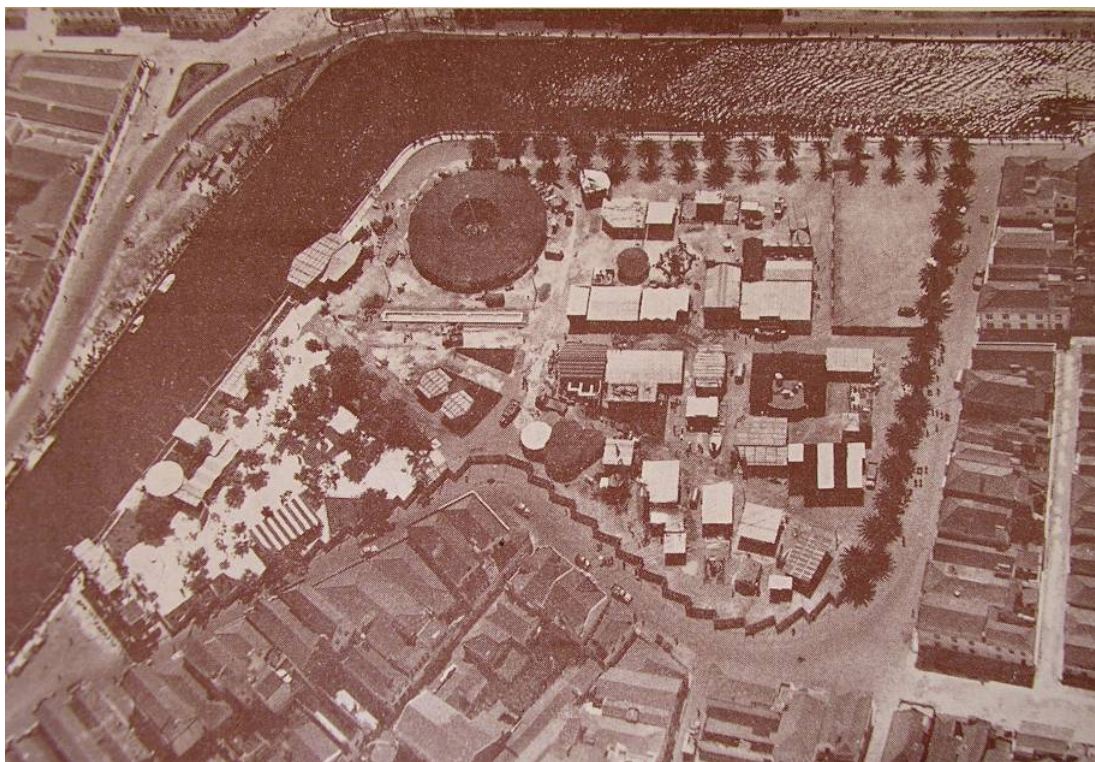
<sup>72</sup> Amadeu Cachim, “o Mastro Grande”, *Litoral*, Aveiro, nº184, 19/4/1958, p.1.

<sup>73</sup> “Discurso proferido pelo Senhor Presidente da Junta Autónoma do Porto de Aveiro, Coronel Gaspar Inácio Ferreira, no Acto de Inauguração das Obras do Porto de Aveiro, no dia 5 de Julho de 1959” in: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXV, pp.273-279.

<sup>74</sup> *Litoral*, Aveiro, nº251, 15/8/1959, pp.1,4.



da vinicultura<sup>75</sup>. Esta exposição visava servir de incentivo para uma produção cada vez maior e cada vez melhor. Numa altura em que Salazar procurava transmitir uma imagem modernizada do país, Aveiro vinha provar que sabia servir esse intento.

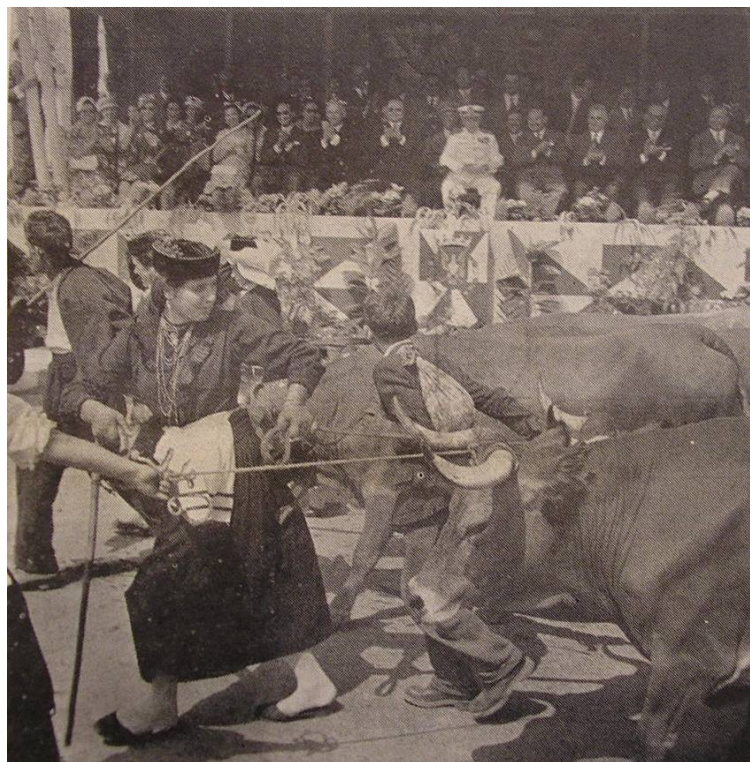


*Figura 35: Vista aérea da Exposição Industrial do Distrito de Aveiro, no Rossio.*

Contudo, por maior que fosse o desejo de progresso, Salazar insistia em manter um país rural assente nos valores do campo. E, em Aveiro, apesar de se pretender comemorar a existência de uma cidade com duzentos anos, foi dada uma importância quase anacrónica à agricultura, não tanto com a Exposição Agro-Pecuária, mas com o desfile de gado que foi trazido ao Concurso Pecuário Distrital e que visava estimular e incitar a lavoura na produção. Nos terrenos juntos ao Liceu, diante da tribuna presidencial, desfilaram, no dia 6 de Julho, trezentas e cinquenta cabeças de gado das setecentas trazidas a concurso, conduzidas pelos donos e criados da lavoura. Como em todas as manifestações populares, foram envergados os trajes característicos da região e das diferentes fainas.

---

<sup>75</sup> “Discurso proferido pelo ministro das Comunicações, engenheiro Carlos Gomes da Silva Ribeiro, no Acto de Inauguração das Obras do Porto de Aveiro, no dia 5 de Julho de 1959, in: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol. XXV, pp. 259-266.



*Figura 36: Concurso Pecuário.*

O Presidente da República visitou ainda a Colónia Agrícola da Gafanha, situada em plena estrada Ílhavo-Costa Nova e tida como uma obra que era “o orgulho dos aveirenses”<sup>76</sup>. Ela fora o fruto de estudos iniciados em 1937, pela Junta de Colonização Interna, que permitiram transformar em férteis quatrocentos e quarenta e um hectares de terrenos incultos. Por fim, neste capítulo, no dia 12 de Julho, realizou-se o insólito primeiro Concurso Distrital de Tractoristas, no recinto do Liceu de Aveiro. Compareceram trinta e seis concorrentes em representação de catorze concelhos e, durante o almoço de distribuição de prémios, a iniciativa foi apontada pelos oradores como útil, típica e preciosa para o desenvolvimento e modernização da lavoura do distrito<sup>77</sup>.

#### 4.2.3. O progresso irreversível

Em todas estas manifestações, o aspecto preponderante que se quis salientar como identitário de Aveiro foi o progresso. Reconhecidamente impulsionado pelos poderes centrais, ele foi sublinhado pelas inaugurações que constavam do programa.

<sup>76</sup> “Regressou a Lisboa o Presidente da República”, *Diário de Notícias*, Lisboa, nº33534, 7/7/1959, p.1.

<sup>77</sup> *Litoral*, Aveiro, nº 247, 18/7/1959, p.7.

Com os melhoramentos do porto inaugurados pelo Presidente da República a 5 de Julho, a marcha do progresso em Aveiro era irreversível. Foram inauguradas as obras exteriores do porto de Aveiro, as instalações do porto de pesca, a lota e as primeiras grandes instalações industriais do porto, as da Sacor, que vieram contribuir para a desconcentração desses serviços, até então centralizados em Cabo Ruivo. Um obelisco comemorativo foi erigido na Barra para assinalar a concretização destas obras vitais e tão esperadas pelos aveirenses. A frota bacalhoeira do porto de Aveiro era, naquela época, a primeira do país; tratava-se do terceiro porto pesqueiro logo a seguir a Lisboa e Leixões e o volume de mercadorias estava a aumentar de ano para ano, nomeadamente ao nível dos combustíveis líquidos; por conseguinte, era necessário o desenvolvimento da parte comercial. Estas obras vieram dar maior facilidade à entrada e saída de navios e esperava-se assim alcançar um novo surto de progresso que se reflectiria na economia das Beiras e do Norte do país. Aveiro viria assim assumir um papel supra-regional.



(a)

(b)

**Figura 37: (a) Lota do porto de pesca costeira e (b) Obelisco na Barra inaugurados a 5/7/1959.**

A cidade seria também chamada a progredir no plano de uma nova riqueza, já valorizada na exposição de 1940: o turismo. Com as suas características naturais ímpares, já que aliam águas tranquilas, praias, termas e montanhas, Aveiro poderia afirmar-se nesta “nova cruzada”<sup>78</sup>. Na Festa da Ria, a presença das embarcações desportivas já havia pretendido demonstrar as capacidades que a ria oferecia para a prática de desportos náuticos.

A própria Administração-Geral dos C.T.T. interpretou a inauguração do serviço telefónico automático como um contributo de interesse actual mas também futuro para o

<sup>78</sup> Discurso proferido pelo ministro das Comunicações, engenheiro Carlos Gomes da Silva Ribeiro, no Acto de Inauguração das Obras do Porto de Aveiro, no dia 5 de Julho de 1959, in: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol. XXV, pp. 259-266.

“glorioso devir”<sup>79</sup> da cidade, numa visão prospectiva do seu desenvolvimento. As novas ligações telefónicas, advindas de um investimento em sistemas mais modernos e de maior eficiência, aumentavam a capacidade da rede local e regional de mil e duzentos para seis mil assinantes, sem interferência de telefonistas, e criavam assim as condições necessárias para o incremento das grandezas milenares de Aveiro.

Para criar uma identidade baseada na ordem social e no progresso, havia cerca de vinte anos que o poder central insistia em evidenciar o acabamento de obras antigas e em investir em obras públicas, criar infra-estruturas e acabar projectos dos bairros sociais<sup>80</sup>. Em Aveiro, embora não se tivessem concretizado todas as obras desejadas, relembrou-se o contributo do poder central na rede de águas potáveis e de electricidade, no grande Liceu totalmente novo, na Escola Comercial e Industrial, no serviço de autocarros<sup>81</sup>. Era a forma encontrada para atenuar ou fazer desaparecer bruscamente as misérias, uma vertente entre as múltiplas que revestia o nacionalismo.

## 5. As comemorações locais ao serviço da propaganda política nacional

### 5.1. A jornada de fervor patriótico

Mas foram eminentemente a chegada e a visita do chefe da Nação que deram a dimensão de “grande jornada de fervor patriótico” às comemorações. Assim foram noticiadas no *Diário de Notícias* de 5 de Julho de 1959.

Foi dado relevo à multidão que acompanhou o draga-minas “Graciosa”, onde viajava o almirante Américo Tomás, desde o porto de Leixões até aos cais fronteiriço à Rua José Rabumba, no Canal Central, em Aveiro. Foram exaustivamente nomeadas as unidades que escoltaram e prestaram a guarda de honra à embarcação presidencial: uma flotilha da força naval do continente constituída pelas unidades Corte Real, Pedro Escobar, Lima, Vouga, Narval, Neptuno, Ponta Delgada, Santa Cruz, Vila do Porto, S. Pedro, submersível Narval, Patrulhas Santo Antão, Santa Luzia e S. Nicolau. A sua entrada na barra foi descrita como apoteótica. O povo ornamentara os moliceiros e, delirante,

---

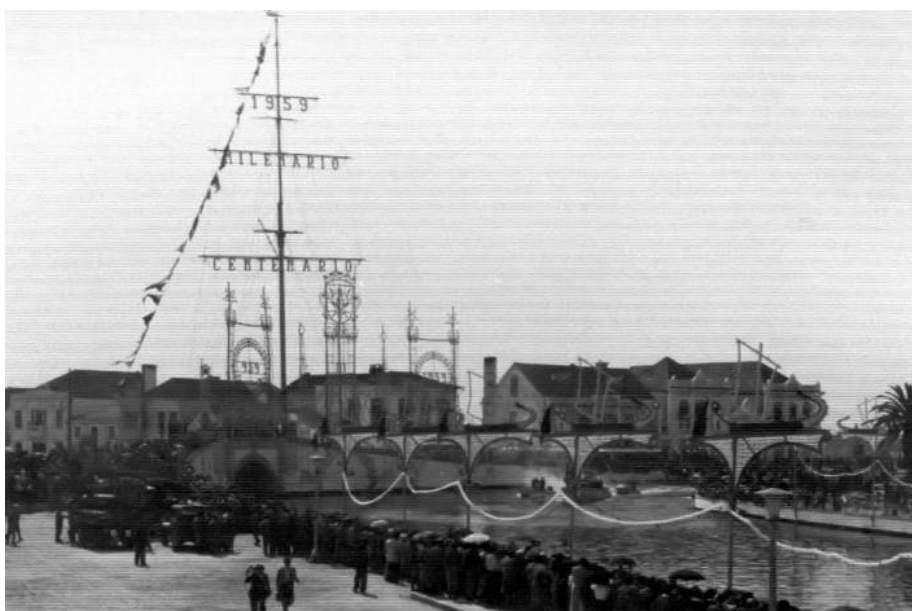
<sup>79</sup> Os CTT associando-se às Comemorações Milenárias e Bicentenárias de Aveiro inauguram o Serviço Telefónico Automático do Grupo de redes com sede nesta Cidade. Serviços Culturais dos CTT, execução gráfica de Ramos, Afonso & Moita, Lda, Julho 1959, pág. inúmeras.

<sup>80</sup> Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa, Livros Horizonte, 1998, pp.29-33.

<sup>81</sup> *Diário de Notícias*, Lisboa, 4/7/1959, p.1.



aclamava o Presidente de República; “as suas bocas não se cansavam de vitoriar os nomes do Chefe do Estado e do presidente do Conselho”<sup>82</sup>, apesar de este não estar presente. Foram intermináveis as aclamações quando entrou no Canal das Pirâmides e no Canal Central. Milhares de pessoas, especialmente grupos de trabalhadores de todo o distrito, acorreram à cidade, apesar de ser sábado, dia de trabalho. Por entre esse “mar” de gente, distinguiam-se “as crianças das escolas e de outras instituições, empunhando flâmulas e dísticos patrióticos, (...) vitoriando o Chefe do Estado”<sup>83</sup>. As ruas estavam garridamente engalanadas com galhardetes, festões, verduras; as janelas e as varandas ornamentadas com colchas vistosas e flores viçosas. No percurso do cais para a câmara, uma “chuva” de flores e papéis caiu sobre o carro presidencial. Na Praça da República, era esperado por milhares de pessoas, organismos culturais, recreativos e desportivos, sindicatos, grupos folclóricos, crianças das escolas, estudantes do Liceu Nacional e da Escola Comercial, legionários e filiados na Mocidade Portuguesa. Nem as autoridades nos seus discursos nem a população na sua recepção regatearam agradecimentos ao Governo pelas suas obras no porto de Aveiro desde 1933. Para possibilitar esta enorme afluência à recepção ao Presidente da República, a direcção do Grémio do Comércio, excepcionalmente, solicitou o encerramento do comércio durante a tarde. Nesse momento, tudo foi feito para que as comemorações estivessem ao serviço da afirmação do poder político.



*Figura 38: Chegada do Senhor Presidente da República no Canal Central.*

<sup>82</sup> *Diário de Notícias*, Lisboa, 5/7/1959, p.7.

<sup>83</sup> *Ibidem*.



*Figura 39: “O Senhor Presidente da República após a sessão de boas vindas dirige-se aos aposentos no Hotel Arcada”.*



*Figura 40: A população de Aveiro na Ponte Praça, saudando Sua Ex.a o Presidente da República.*

## 5.2. A dimensão nacional e nacionalista das comemorações

As comemorações do Milenário e do Bicentenário foram regionais e apresentadas como acentuadamente históricas. Contudo, alguns dos seus momentos mais marcantes foram essencialmente nacionalistas e extravasaram as fronteiras locais. Para tal contribuíram a imprensa nacional e a Radiotelevisão Portuguesa, esta ao serviço da propaganda e enquadramento ideológico desde que dera início às emissões regulares, em 1957. Revejamos alguns desses momentos.

Na ocasião da inauguração da estátua de João Afonso de Aveiro, o monumento foi visto como um símbolo das tradições marítimas de Aveiro e como o monumento do mar que lhe faltava. Mas a figura quatrocentista extrapolou os limites do aveirismo para integrar a cidade na epopeia nacional dos Descobrimentos. Passava a lembrar todos os heróis que contribuíram, com os seus sacrifícios e o seu valor, para a edificação do Portugal Ultramarino, o Portugal Africano que ainda nos restava depois de tantos séculos<sup>84</sup>, mas que se pressentia ameaçado. Vários vultos aveirenses teriam sido dignos de uma consagração histórica, mas foi sem dúvida a conjuntura local e nacional da época que levou a indicar um navegador humilde, pouco conhecido na plêiade dos navegadores portugueses, e cuja naturalidade aveirense nem sequer era indiscutida. A figura de João Afonso de Aveiro permitia valorizar mais uma vez as glórias marítimas nacionais e reivindicar, na hora em que Portugal era ferido “pela insolência da cobiça indiana”, o papel pioneiro dos portugueses na descoberta dos mares, reafirmando-os como “povo que deu novos mundos ao mundo”<sup>85</sup>. O momento foi de patriotismo português e, ao contrário das comemorações da Restauração de 1940, serviu não para evidenciar “a solidez e a eternidade da (...) independência”<sup>86</sup> da nação mas para evocar os perigos que corria o Portugal do além-mar numa época de críticas e pressões internacionais sobre a política portuguesa das colónias. Era a hora de exortar a Mocidade Portuguesa, que assistiu ao descerramento da estátua, e de lhe lembrar que o seu “dever sagrado (era) de tudo (fazer)

---

<sup>84</sup> “Discurso proferido pelo Senhor Presidente da Câmara de Aveiro, Dr. Alberto Souto, no Acto de Inauguração da Estátua de João Afonso de Aveiro, no dia 5 de Julho de 1959”, in: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXV, p.271.

<sup>85</sup> Alberto Souto, *João Afonso de Aveiro e o seu Monumento*. Anadia, Cisal, 1956, pp.8-9.

<sup>86</sup> Nota oficiosa da Presidência do Conselho, *Diário de Notícias*, 27/3/1938, ponto nº2, p.1.

para que sempre ficasse e permanecesse em nossas mãos”<sup>87</sup> o Império Ultramarino. Para Aveiro e para a nação, devia recomeçar um ciclo novo do mar, apregoado desde 1940.

A própria obra, analisada somente sob o ponto de vista estético, foi descrita pelo padre António Brásio como “uma figura máscula, arrancada aos painéis do Infante, do Museu das Janelas Verdes”<sup>88</sup>. Integrava-a assim no modelo oficializado da escultura nacional cujo representante fora Francisco Franco, que procurou inspiração “nos valores antigos da pintura de Nuno Gonçalves”<sup>89</sup>. São evidentes as semelhanças entre a estátua aveirense de João Afonso e a representação madeirense de João Gonçalves Zarco, que Francisco Franco esculpira havia mais de trinta anos e se impusera como modelo da estatuária comemorativa portuguesa. Aveiro alcançava assim o nível estético de um dos símbolos da nossa identidade cultural e artística da época. Acreditava-se que contribuía com essa obra para um claro enriquecimento do património artístico local mas também nacional<sup>90</sup>.



**Figura 41: (a) Estátua de João Afonso de Aveiro. (b) Estátua de João Gonçalves Zarco.**

<sup>87</sup> “Discurso proferido pelo Senhor Presidente da Câmara de Aveiro, Dr. Alberto Souto, no Acto de Inauguração da Estátua de João Afonso de Aveiro, no dia 5 de Julho de 1959”, in: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXV, p.271.

<sup>88</sup> *Litoral*, Aveiro, n.º253, 29/8/1959, p.1.

<sup>89</sup> José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX: 1911-1961*. 3ª ed., Venda Nova, Bertrand Editora, 1991, p.122.

<sup>90</sup> *Litoral*, Aveiro, n.º253, 29/8/1959, p.1.



A presença do almirante Américo Tomás em Aveiro serviu ainda para reavivar um conceito chave da propaganda salazarista desde 1940: o ressurgimento da nação. A Exposição Industrial, embora de carácter distrital, tinha por objectivo arvorar “uma flagrante e concludente demonstração do valor do distrito” mas desejou-se que constituísse simultaneamente uma afirmação do progresso nacional, numa clara absorção da propaganda central<sup>91</sup>. Nesse intuito, e à semelhança do que se realizou nos centenários de 1940, foram mais uma vez expostos dados estatísticos globais das actividades mais representativas do país, onde se evidenciava o valor da Aveiro. No acto inaugural das instalações petrolíferas da Sacor, o Presidente da República referiu-se ao valor que elas revestiam para a região, incluindo-as no “surto de progresso que se verifica[va] por todo o país”<sup>92</sup> e o qual justificava, por todo o país, que obras recentemente inauguradas rapidamente se revelassem insuficientes.

Os actos inaugurais reflectiram, de forma evidente, um cunho patriótico com a assimilação do discurso de Salazar. Aquando da Exposição Internacional de Paris em 1937, falara no início de uma “nova era”<sup>93</sup>. Pois, Alberto Souto afirmou, na inauguração da Exposição Industrial, que “o novo Portugal” (podia) “contar com o “novo” distrito de Aveiro!”, numa clara adesão à identidade nacional definida pela ideologia salazarista. Na solene inauguração do parque de armazenamento e distribuição de produtos petrolíferos construídos pela Sacor, o ministro das Comunicações, Carlos Ribeiro, reafirmou os pilares e as prioridades da política do regime, na saudação que dirigiu ao Presidente da República. Com efeito, ele foi apresentado como “exemplar chefe de família, símbolo da unidade nacional e do futuro indivisível da (...) pátria, espalhada por vários continentes”<sup>94</sup>. Por fim, assegurou que os portugueses continuariam “a estudar com calma e a realizar com fé, seguindo a lição do Sr. Presidente do Conselho, o homem que criou as condições políticas e financeiras indispensáveis à realização desta obra”. O Presidente da República foi mais além no preito a Oliveira Salazar. Ele apresentou as comemorações do Milenário, pela importância das inaugurações que realizou, como um agradável cumprimento do “dever de gratidão para com o português ilustre que tornou possível o ressurgimento em Portugal”<sup>95</sup>.

---

<sup>91</sup> Carta do secretário-geral das festas dirigida ao director do Instituto Nacional de Estatística, datada de 24/2/1959. Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro, “Festas do Milenário de Aveiro”, CT- 2324.

<sup>92</sup> “A Viagem presidencial a Aveiro”, *Diário de Notícias*, Lisboa, nº33533, 6/7/1959, p.7.

<sup>93</sup> Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p.35.

<sup>94</sup> “A Viagem presidencial a Aveiro”, *Diário de Notícias*, Lisboa, nº33533, 6/7/1959, p.7.

<sup>95</sup> *Ibidem*.

Assim, como em 1940, muito embora tenham sido de índole local e não tenham tido a participação de Oliveira Salazar, as comemorações aveirenses culminaram numa homenagem ao presidente do Conselho, expressa através do almirante Américo Tomás, e numa consolidação do culto que se devia prestar ao chefe mas que vinha a perder adeptos, mesmo entre os homens oriundos das fileiras do regime.

## 6. Algumas reacções à orientação ideológica e política dos festejos

Alguma rebeldia, muitas vezes dissimulada, foi passando ao lado das colunas que exaltavam o patriotismo, na imprensa local, confirmando a tradicional “independência” aveirense.

Parece ter havido a preocupação de criar algum distanciamento, ainda que ténue e por vezes dissimulado, com a imagem errónea que se dava do povo e da realidade. Não se aludiria à tradição oposicionista aveirense, vincada em acontecimentos bastante recentes e já referidos, quando se afirmou que a “saúde mental do aveirense sempre e tradicionalmente se tem revelado por uma invulgar independência crítica”<sup>96</sup>? Ou quando se insistiu em sublinhar a “independência no saudar, (...) timbre dum povo ao qual alguém jamais impôs ou imporá outra tutela que não seja a da coerência com os seus próprios e espontâneos sentimentos”<sup>97</sup>, logo na edição que relatou a visita do Chefe do Estado?

Esta reivindicação aveirense baseava-se em fundamentos políticos e culturais. Embora silenciados, eles eram do conhecimento da população aveirense. A cidade, desde a revolução do 16 de Maio de 1828, em que aclamou a Carta Constitucional e a rainha D. Maria II, perdendo pelo facto seis dos seus filhos, ufanava-se de ser o “berço da Liberdade”, onde apareceu de facto o primeiro grito de insurreição contra as pretensões absolutistas de D. Miguel. A nível cultural, o Clube dos Galitos era, desde 1904, uma colectividade acarinhada pelos aveirenses e o paradigma da sua independência moral. Em 1959, ele era o símbolo da própria cidade. Nascera de um acto de rebeldia de um grupo de jovens que decidiu abandonar a Sociedade Recreio Artístico, de que eram sócios, por não se lhes aceitarem as críticas, e adoptou, como símbolo, um galo em atitude de cantar, pisando com uma das patas uma rolha e tendo por legenda “nunca a mordança se põe à

---

<sup>96</sup> *Litoral*, Aveiro, n.º243, 20/6/1959, p.1.

<sup>97</sup> *Ibidem*, n.º246, 11/7/1959, p.1.

consciência humana”<sup>98</sup>. Estava afirmado o desejo de independência e a vontade de não permitir atropelos ou ingerências.



*Figura 42: Símbolo do Clube dos Galitos, na fachada da sede, na Praça Joaquim de Melo Freitas.*

Mas outros reparos mais directos houve às comemorações do Milenário. Vários artigos extensíssimos de Manuel Lavrador, publicista aveirense, e de Carolina Homem Cristo, directora da revista *Eva*, vieram insurgir-se contra a ingratidão verificada nas comemorações do Milenário de Aveiro. As obras interiores do porto inauguradas em 1959 não se ficaram só a dever ao Governo. Elas exigiram uma luta árdua e longa travada pelo pai de Carolina, o eminente aveirense Homem Cristo, enquanto ocupou o cargo de presidente da Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro, apoiado pelo comandante Rocha e Cunha e pelo engenheiro Von Haffe. Foram uma pujante campanha no jornal *O Povo de Aveiro*, de que Homem Cristo era director, e um artigo publicado num *Diário de Notícias* de 1924 ou 1925, pela filha, que suscitaram o interesse do poder central pelo problema das obras do porto de Aveiro<sup>99</sup>. Nas comemorações, apenas o ministro das Comunicações referiu o nome destes “grandes obreiros” do porto de Aveiro.

Para Manuel Lavrador, alguns momentos importantes do Milenário “decorreram perante uma significativa frieza da assistência” e explica esse facto pela ingratidão a que foram votados alguns aveirenses ilustres<sup>100</sup>. Um artigo seu intitulado “Falta fazer justiça à acção de dois aveirenses ilustres: Homem Cristo e Rocha e Cunha”, publicado no jornal

<sup>98</sup> Francisco da Encarnação Dias, *Teatro Aveirense – História e Memórias*. Aveiro, Ed. Fedrave, 1999, p.110. Numa assembleia geral, as críticas dos jovens foram depreciativamente recebidas pelos sócios mais velhos com a indagação “onde há galos de fama, que vêm galitos cá fazer?”, levando à fundação do “Clube dos Galitos”.

<sup>99</sup> *Litoral*, Aveiro, n° 250, 8/8/1959, pp.1,7 e n° 252, 22/8/1959, pp.1,7.

<sup>100</sup> *Ibidem*, 22/8/1959, p.7.

*República*, foi adaptado a folheto<sup>101</sup> e impresso em mil exemplares em Aveiro, em Agosto desse ano. Mencionava um “extra-programa das festas” e apelava a uma romagem aos túmulos dos dois homens que tanto se bateram pela obra do porto, de grande alcance na economia regional e nacional, e que se viam agora injustiçados porque esquecidos pelas autoridades oficiais.

Fugindo ao campo das festas, Manuel Lavrador aproveitou esse folheto para tecer outra crítica ao poder político: recriminou o facto de se ter retirado a Rua 5 de Outubro da toponímia aveirense.

Mas foi Jorge Mendes Leal quem regularmente teceu notas críticas sob forma de crónicas. À ingratidão, preferiu discursar sobre a gratidão. Numa abordagem intemporal e impessoal, com alguns exemplos históricos estrangeiros e portugueses, acentuou o facto de a gratidão ser muitas vezes “um espírito de hipócrita aquiescência a uma ética tradicional”<sup>102</sup>. Não foi mera coincidência se, poucos dias depois da visita de Américo Tomás, ele considerou que o entusiasmo manifestado pelas multidões a um apelo público para um evento histórico se justificava por um “comodismo emoliente” ou por uma incapacidade de distinguir quem ou o que realmente é merecedor de homenagem<sup>103</sup>.

Aliás, Mendes Leal concluiu dolorosamente que as comemorações fracassaram no seu nobre desígnio de possibilitar um “suprimento oportuno”<sup>104</sup>: a elevação cultural do vulgo português. Para tal, teriam contribuído as entidades promotoras das comemorações que, alegando a desculpa financeira como forma de camuflar o seu comportamento abúlico e improdutivo, efectuaram um “corte substancial” nas manifestações culturais do programa. Elas passaram a “rojar-se humildemente pelos baldios da dúvida e do improviso” enquanto apenas eram garantidos os “subfestejos tipo romaria”. Mendes Leal acusou os responsáveis das comemorações de ludibriar as expectativas anunciadas, arquitectando um programa apequenado que ficou muito aquém dos anseios da população e da solenidade que os próprias datas comemoradas exigiam. Considerou que noventa por cento das comemorações não passaram de “miragem desfeita”. É certo que o programa, supostamente baseado na história, acabou por privilegiar o desporto. No entender do

---

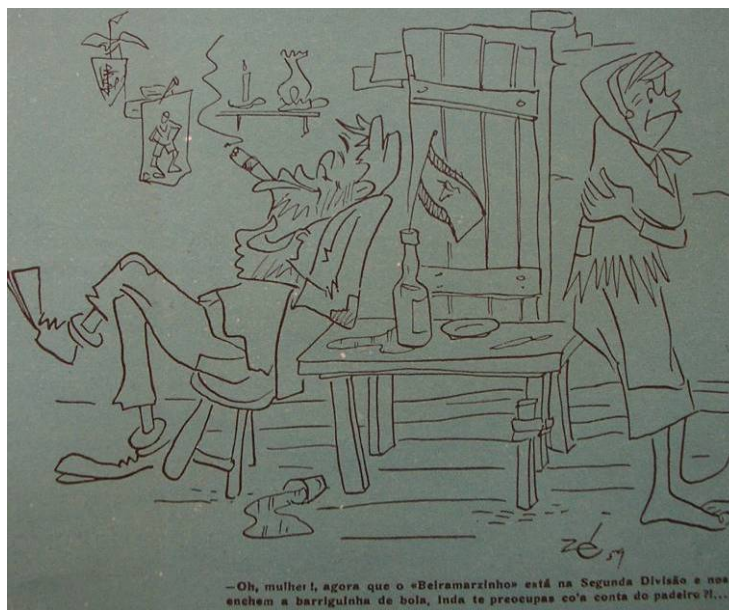
<sup>101</sup> “Falta fazer justiça à acção de dois Aveirenses ilustres: Homem Cristo e Rocha e Cunha”, Aveiro, Imp. Universal, Agosto de 1959. Segue em Anexo 4.

<sup>102</sup> Jorge Mendes Leal, “Psicologia da Gratidão”, *Litoral*, Aveiro, nº247, 18/7/1959, pp.1,4.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p.4.

<sup>104</sup> Jorge Mendes Leal, *Litoral*, “Compensação do Futebol nas Comemorações Jubilares”, nº 239, 23/5/1959, pp.1,3.

jornalista, esse facto terá gerado uma “suave e narcotizada conformação” do público e a sua perda de entusiasmo como cidadãos da urbe pelo desígnio celebrativo que rapidamente trocou pelo acompanhamento do presumível triunfo dos futebolistas do clube local, os quais, após anos de insucessos, se afirmaram capazes de passar à segunda divisão. Na ausência de uma programação comemorativa digna, o público voltou-se “para o caudal inesgotável das emoções desportivas”.



**Figura 43: Caricatura alusiva à entrada do Sport Clube Beira-Mar na 2ª Divisão.**

**Legenda:** “Oh Mulher !, agora que o « Beiramarzinho » está na Segunda Divisão e nos enchem a barriguinha de bola, inda te preocupas co’a conta do padeiro ?!..

As celebrações de Aveiro tinham a pretensão de rememorar os acontecimentos históricos do Milenário da sua fundação e do Bicentenário da sua elevação a cidade. Mas acabaram por se distanciar dos objectivos iniciais para adquirir uma dimensão política. Elas foram a afirmação de uma identidade local, específica nalguns aspectos – nomeadamente a sua ligação à ria e ao mar – mas integradora de estereótipos ideológicos nacionais noutros. À identidade regional e aos festejos de acontecimentos locais, sobrepuseram-se as imagens patrióticas de um povo assumidamente participativo, com uma existência alegre, tranquila e pacífica, ligado ao campo, mas simultaneamente ávido do progresso que as obras do porto de Aveiro, inauguradas nessa ocasião, viriam incrementar. Foi ainda exaltada a identidade nacional que o Estado Novo vinculava à glorificação do passado áureo dos Descobrimentos. Escolheu-se valorizar Santa Joana Princesa e João Afonso de Aveiro, que em nada se relacionavam com as efemérides

celebradas. Foi finalmente imposto o valor nacionalista da manutenção das colónias, num mundo em que a ordem internacional já o não admitia.

Mas esta imagem construída era gritantemente incompatível com a realidade vivida e alguns espíritos aveirenses atentos não calaram as suas vozes de discordância, num prenúncio de ruptura com esta identidade propagandeada durante décadas. Lenta mas seguramente, a cidade de Aveiro viria a assumir novamente o seu papel de defensora da democracia e de opositora ao regime do Estado Novo. Adormecida por esta jornada patriótica, ela acordaria dez anos mais tarde, recebendo entusiasticamente o 2º Congresso Republicano, e o 3º Congresso da Oposição Democrática pouco antes da queda da ditadura. Antes, em 1962, ela não esqueceria de rememorar um dos seus filhos mais queridos e símbolo da luta pela liberdade: José Estêvão.

Mas a comemoração do centenário da sua morte revelaria, com acuidade, as limitações impostas pelo regime a iniciativas conotadas com a exaltação da democracia e da liberdade, mesmo que patrióticas. Muito embora fosse autorizada, só lhe foi permitido o que o era para toda a oposição democrática: a liberdade condicionada que o fascismo de Salazar julgava necessária “para se mascarar o regime no baile da política internacional do tempo”<sup>105</sup>.

---

<sup>105</sup> Costa e Melo, *Antes e Depois de Abril*. Aveiro, Ed. Câmara Municipal de Aveiro, 1999, p.17.

### III

## AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA MORTE DE JOSÉ ESTÊVÃO COELHO DE MAGALHÃES

No panorama nacional, entre as comemorações centenárias das grandes individualidades e dos grandes acontecimentos históricos, que tiveram início no final do século XIX, destacam-se as festividades em honra de José Estêvão, tanto pela recorrência inusitada com que foi surgindo a evocação da sua memória, como pela veneração que suscitou e perdurou ao longo das gerações na sua cidade natal. Também se destacam pela singularidade das intenções e orientações com que foi rememorado este grande homem defensor da liberdade, ao longo de um século marcado por um regime de ditadura.

Em 1962, em pleno Estado Novo, com um aparelho de censura consolidado, esperavam-se grandes comemorações em Aveiro, anunciadas com dois anos de antecedência, tal como os centenários de 1940, como forma de sublinhar a importância da efeméride para a cidade. Contudo, as expectativas seriam logradas. Para melhor evidenciar os constrangimentos políticos impostos às comemorações de 1962, importa sobremaneira recordar a relação privilegiada que sempre ligou a personagem à sua terra natal bem como reavivar as comemorações que lhe foram dedicadas anteriormente, destacando as características, singularidades e alcance dos seus programas.

#### 1. Homenagens estevanianas anteriores

##### 1.1. José Estêvão e a sua relação com a cidade de Aveiro

José Estêvão empolgou a nação inteira. Basta lembrar ter sido caso único na história nacional a merecer, por unanimidade na Câmara dos Deputados, a honra de uma estátua em frente ao Palácio de S. Bento, por ter sido o maior naquele cenáculo. Mas, em Aveiro, existiu sempre uma imperturbável veneração quer por parte dos seus contemporâneos quer pelas gerações seguintes. Augusto de Castro afirmava, cem anos após a morte do insigne orador, que algo “no génio e na alma de José Estêvão (pertencia) ao génio, à natureza e à alma da terra aveirense”, que terá absorvido durante a sua infância, e que “por todos os títulos do nascimento, das origens familiares, do sangue e da vocação,

José Estêvão foi um aveirense, e até à morte ficou português de Aveiro”<sup>1</sup>. Francisco do Vale Guimarães, quanto a ele, lembrava que, em Aveiro, “o seu retrato, em fotografia e em desenho e em gravura e sobretudo em louça decorativa, ocupava lugar de honra em centenas de casas, mormente nesses inconfundíveis lares dos (...) pescadores, marnotos e mercantéis”<sup>2</sup>. Foi em Aveiro que brotaram, sobretudo postumamente, espontâneas homenagens, na sua maior parte providas das classes populares.



*Figura 44: Casa onde nasceu José Estêvão a 26 de Dezembro de 1809, na Rua dos Mercadores.*

Nascido do povo, numa casa de modesta aparência da Rua dos Mercadores, a 26 de Dezembro de 1809, José Estêvão era filho do médico Luís Cipriano Coelho de Magalhães<sup>3</sup> que, ao exercer a sua profissão em Aveiro com filantropia, bondade, caridade e desinteresse, conquistou “o mais entranhado amor e o mais profundo respeito dos seus conterrâneos” e assim ficou cercado “para sempre o seu nome duma verdadeira auréola de lenda”<sup>4</sup>. Fruto do meio familiar e da influência do seu pai, por quem nutriu uma grande paixão, José Estêvão soube conjugar um excepcional leque de predicados morais: “a

<sup>1</sup> Discurso do Dr. Augusto de Castro, *in*: José Tavares, “Primeiro Centenário do Falecimento de José Estêvão (4 de Novembro de 1862 – 4 de Novembro de 1962)”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.38, 1962, p.305.

<sup>2</sup> Discurso do Dr. Francisco do Vale Guimarães, *in*: *ibidem*, p.300.

<sup>3</sup> Casou com Clara Miquelina de Azevedo, filha de negociantes aveirenses.

<sup>4</sup> *José Estêvão, Estudo e Colectânea*. Edição da Comissão do Centenário, Câmara Municipal de Aveiro, 1962, p.26.



bondade, a magnanimidade, a nobreza, a bravura, o desinteresse, a coerência, a hombridade, o pundonor, o civismo, a candura idealista”<sup>5</sup>. Deu continuidade à intervenção política do seu pai<sup>6</sup>, lutando incansavelmente pela liberdade ora com a espada como soldado intrépido<sup>7</sup> ora com a palavra quando o substituiu como representante de Aveiro nas Constituintes, em 1837. Na sua actividade de deputado, impôs-se como orador unanimemente aplaudido e, em Aveiro, “como expoente de dedicação à sua terra”<sup>8</sup>. Foi sobejamente reconhecido “o extremoso afecto e dedicado patriotismo” com que José Estêvão “pugnou sempre e energicamente pelo engrandecimento da cidade e distrito de Aveiro”<sup>9</sup>. Na memória dos aveirenses seus contemporâneos, estiveram sempre presentes as causas que o intrépido deputado abraçou e as suas diligências junto dos membros do Governo na procura constante de incluir esse “adorado torrão natal” “na partilha de todos os benefícios do desenvolvimento moral e material do país”<sup>10</sup>. Os contributos alcançados, como a construção do liceu e de um asilo para a infância desvalida, a passagem da via férrea por Aveiro, a abertura de vias de comunicação entre Aveiro e a Costa Nova e os melhoramentos da barra de Aveiro, representaram efectivas prosperidades materiais que o elevaram a “patrono cívico”<sup>11</sup> da cidade e que permaneceram gravadas no mármore do pedestal da estátua erigida em pleno centro de Aveiro para não serem olvidadas pelas gerações futuras.

O amor que José Estêvão votava à cidade que lhe foi berço, que nunca esqueceu nos seus combates políticos e que escolheu para ser sepultado<sup>12</sup>, junto do seu pai, gerou por

---

<sup>5</sup> Ibidem, p.23.

<sup>6</sup> Luís Cipriano era íntimo do desembargador Joaquim José de Queirós e terá participado nas reuniões da loja maçónica que ocorriam em Verdemilho e que prepararam a revolução de 16 de Maio de 1828. Teve de se homiziar no Porto para evitar o cárcere e, depois do restabelecimento do Governo liberal, foi eleito deputado por Aveiro às Câmaras de 1834. Ver: Marques Gomes, *José Estêvão – Apontamentos para a sua biografia*. Porto, tip. Ocidental, 1889, pp.12-13.

<sup>7</sup> Lutou contra o absolutismo de D. Miguel em 1828, interrompendo os seus estudos; exilado em Inglaterra, desembarcou nos Açores e participou na defesa do Porto, feitos que lhe valeram a condecoração com dois graus da Ordem de Torre e Espada em 1832 e 1833. Em 1846, organizou as forças revolucionárias contra a ditadura cabralista.

<sup>8</sup> Eduardo Cerqueira, “Como Lisboa comemorou o Centenário do Nascimento de José Estêvão”, *Litoral*, Ano VIII, nº393, 5/5/1962, p.1.

<sup>9</sup> “À cidade e distrito de Aveiro”, manifesto da Grande Comissão dos Festejos da inauguração da estátua de José Estêvão, Aveiro, 4/7/1889.

<sup>10</sup> Discurso que o Dr. Luís de Magalhães proferiu em Aveiro, por ocasião da inauguração da estátua de José Estêvão, a 12 de Agosto de 1889, in: Homenagem do Arquivo do distrito de Aveiro a José Estêvão Coelho de Magalhães, *Separata do Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol.28, Aveiro, 1962, p.27.

<sup>11</sup> Eduardo Cerqueira, “José Estêvão e os seu fecundo aveirismo”, *Aveiro e o seu distrito*, nº2, 1966, p.38.

<sup>12</sup> O corpo do tribuno chegou a Aveiro no dia 16 de maio de 1864 em comboio especial e foi sepultado no cemitério da cidade.

sua vez o amor e o respeito de uma população inteira que o alargou à família do seu filho mais distinto e que o soube preservar do esquecimento.

Mais de um quarto de século depois do fatídico desaparecimento de José Estêvão, o seu filho, Luís de Magalhães, considerou todos os aveirenses seus irmãos, e a cidade de Aveiro o seu lar, conquanto vivesse no Porto. Um século após o seu falecimento, seria a vez de uma sua neta, D. Joana Inês de Lemos Coelho de Magalhães, recordar as amizades aveirenses, “profundas, dedicadas”, que a acompanharam pela vida fora e os laços que sempre a ligaram a Aveiro, “tão sensíveis” que ousava afirmar-se aveirense. Ela testemunhou que, cem anos volvidos sobre a sua morte, José Estêvão ainda era designado na cidade como “o maior dos seus filhos, o que melhor e mais devotadamente a amou e serviu” e que “nunca deixou de ser o ídolo (dessa) terra, em que nasceu”<sup>13</sup>.

Ele assumiu entre os aveirenses o estatuto de figura de culto, o qual se prolongou muito para além da sua morte, transmitido de geração em geração. Dir-se-ia que a amizade que o rodeara em vida redobrava de afecto depois do seu desaparecimento. A tal ponto que, muito embora o não tenha conhecido em vida<sup>14</sup>, Jaime de Magalhães Lima afirma que, em Aveiro, ele continuara a exercer um “profundo e absoluto império”, uma tutela perfeita em todas as decisões dos seus contemporâneos, desde as mais simples às mais graves, tendo-os deixado paradoxalmente “escravos do seu próprio domínio”, ele que pugnara pela liberdade<sup>15</sup>. A idolatria do povo pela sua memória evidenciou-se claramente na forma como ele expulsou as Irmãs da Caridade do Hospital de Aveiro, atestando a enorme influência que José Estêvão exercia ainda sobre a cidade vinte sete anos depois da sua morte<sup>16</sup>.

A sua memória também foi mantida viva com a publicação recorrente de vinte e quatro artigos no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, «revista trimestral para publicação de

---

<sup>13</sup> Discurso da Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Joana Inês de Lemos Coelho de Magalhães, in: José Tavares, “Primeiro Centenário do Falecimento de José Estêvão (4 de Novembro de 1862 – 4 de Novembro de 1962)”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.38, 1962, p.305.

<sup>14</sup> Quando morrera José Estêvão, Jaime de Magalhães Lima tinha 3 anos.

<sup>15</sup> Jaime de Magalhães Lima, *José Estêvão*. Coimbra, Editor França Amado, 1909, pp.10-11.

<sup>16</sup> Três irmãs deram entrada no hospital em 1888, contrariando o Decreto-Lei de 9 de Agosto de 1833 que proscivera todas as ordens religiosas no país. A inauguração da estátua, prevista para 24 de Julho desse ano, foi adiada, para não “poluir o nome de José Estêvão e desonrar a (sua) memória”. A população de Aveiro não esquecera que o seu filho predilecto era “inimigo das Irmãs da Caridade” e, movida por uma campanha de *O Povo de Aveiro*, conseguiu a sua expulsão. Ver: José Estêvão, *Discursos Parlamentares*. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1983, pp.239-292.

documentos e estudos relativos ao distrito», ao longo dos seus mais de quarenta anos de publicação ininterrupta<sup>17</sup>.

Esta veneração aveirense ultra-tumular foi cíclica e espontaneamente rememorada em solenidades cívicas, sempre com a presença dos seus descendentes. Mas, para melhor compreender a última manifestação de 1962, como é o intuito deste capítulo, é necessário regressar no tempo para recordar o que foram, retrospectivamente, as comemorações a José Estêvão após o seu desaparecimento.

## 1.2. Uma rememoração periódica

### 1.2.1. A inauguração da estátua em 1889

A primeira grande homenagem prestada em Aveiro realizou-se de 11 a 13 de Agosto de 1889, com o propósito de inaugurar a estátua de José Estêvão, inscrevendo-se no padrão das comemorações centenárias que se multiplicaram a partir da década de oitenta do século XIX<sup>18</sup>.

As solenidades iniciaram-se com um bodo distribuído a quatrocentos pobres da cidade. Contaram com um cortejo cívico, o ritual de maior impacto e projecção pública<sup>19</sup> das comemorações nacionais anteriores, que mobilizou toda a população aveirense e que terminou com a inauguração da estátua no Largo Municipal, o monumento mais comum dos programas dos centenários. Houve ainda uma romagem ao cemitério, com a deposição de uma coroa nos túmulos de José Estêvão e de Mendes Leite e no Monumento dos Mártires da Liberdade, e um passeio fluvial até à Barra, evento que foi bastante popular

---

<sup>17</sup> A revista saiu do prelo entre 1935 e 1976. Os artigos eram quase invariavelmente da autoria de Francisco Ferreira Neves, José Pereira Tavares e Eduardo Cerqueira. Ver: Maria Teresa Sousa Bagão, *Quando a «memória não se deixa render»: José Estêvão nas páginas do Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro, Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Cultura, 2005, texto policopiado.

<sup>18</sup> Fernando José de Almeida Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal: 1865-1911*. 2 vols., Coimbra, Serviço de Documentação e Publicações da Univ. Coimbra, 1988, p.984. Foi nesta altura que foi festejado o tricentenário da morte de Camões (1880) e que ganhou força a ideia de se levantar um monumento a Pombal, no seu centenário (1882), tornando-se a partir de então a produção estatutária citadina mais significativa.

<sup>19</sup> Maria Isabel João, *Memória e Império – Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, FCT, 2002, p.322. No préstito, o rei D. Luís foi representado pelo general Malaquias de Lemos.

nos centenários por recordar a gesta dos Descobrimentos<sup>20</sup>, duas touradas e um sarau literário no Teatro Aveirense<sup>21</sup>.

Não obstante a evidente inserção destas festas estevanianas na onda comemoracionista dos Grandes Homens, elas foram palco de alguma singularidade.

Não se tratou do centenário de uma figura histórica imortalizada mas da homenagem a uma figura contemporânea, transcorridos apenas vinte e sete anos sobre a sua morte, e era expressão de uma já velha aspiração dos aveirenses<sup>22</sup>. Tão-pouco a edificação desta estátua visava a reactualização do passado como forma de adquirir simultaneamente uma função paidética<sup>23</sup>, expondo intencionalmente os grandes exemplos ao povo<sup>24</sup>. Os seus promotores não pretendiam que a estátua alcançasse essencialmente um significado simbólico mas que fosse antes de mais um anelo de nobilitação do grande homem que fora José Estêvão. A comissão da estátua mandou distribuir um manifesto pelo distrito em que se declarava “resgatar-se da dívida sagrada de íntimo reconhecimento e fervorosa gratidão” que devia ao seu “nobre cidadão”<sup>25</sup>.

Nos centenários até então celebrados, acontecia que o povo, muitas das vezes, assistia às manifestações criadas por uma elite intelectualizada, sem as compreender, e a sua participação advinha mais do contágio entusiasmante da festa do que da compreensão do seu significado. Houve mesmo quem viesse propor que, antes de comemorar, se deveria educar, dando a conhecer a história do símbolo antes de o inaugurar<sup>26</sup>. Em Aveiro, em 1889, tal procedimento não se cumpriu nem se teria justificado. Com a inauguração da estátua, tratava-se de “(saldar) uma enorme dívida”<sup>27</sup> e exprimir o “sentimento de gratidão e respeito” que habitava, como foi visto, “em todos os corações aveirenses” pelos “serviços”<sup>28</sup> que José Estêvão prestara à sua terra natal. Nesta manifestação aveirense, a parte histórica elucidativa e pedagógica era desnecessária porque era do conhecimento de

---

<sup>20</sup> Ibidem, p.336. Em 1880, o desfile no estuário do Tejo realizou-se para transportar os restos mortais de Camões e Vasco da Gama para a Igreja de Santa Maria de Belém.

<sup>21</sup> O programa da inauguração da estátua encontra-se em Anexo 5.

<sup>22</sup> A primeira homenagem pública prestada em Aveiro a José Estêvão foi a inauguração do seu retrato no Liceu a 21 de Outubro de 1866. Ver: Freitas Oliveira, “O Deus da Palavra. A José Estêvão”, Discurso acerca de José Estêvão em 1866, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.35, nº140, 1939, pp.262-272.

<sup>23</sup> Fernando José de Almeida Catroga, op.cit. pp.984-987.

<sup>24</sup> Sérgio Carneiro de Campos Matos, *Memória e Nação: Historiografia Portuguesa de Divulgação e nacionalismo (1846-1898)*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p.519.

<sup>25</sup> “À cidade e distrito de Aveiro”, manifesto da Grande Comissão dos Festejos da inauguração da estátua de José Estêvão, Aveiro, 4/7/1889.

<sup>26</sup> Júlio Augusto Martins, “Centenários”, *Alma Nacional*, 1ª série, nº12, 1910, pp.177-178.

<sup>27</sup> Marques Gomes, “José Estêvão – Apontamentos para a sua biografia”. Porto, tip. Ocidental, 1889, p.7.

<sup>28</sup> “Aveiro – José Estêvão”, “*O Povo de Aveiro*”, Aveiro, nº398, 4/8/1889, p.1.

toda a população antes das comemorações. Aliás, atesta-o perfeitamente a própria organização da homenagem a José Estêvão, que fugiu mais uma vez à regra. Enquanto as grandes consagrações eram geralmente iniciadas e regulamentadas pela autoridade e o culto cívico dos grandes homens era transformado num rito de estado, inibindo a espontaneidade e o entusiasmo popular, em Aveiro, a iniciativa foi de uma comissão eleita pelo povo, e nem a câmara municipal nem a Junta Geral do distrito deram qualquer contributo, abstendo-se de participar quer na subscrição pública que permitiu a realização da estátua quer na preparação dos festejos.



*Figura 45: Membros da Comissão da Inauguração da estátua de José Estêvão.*

Mas, como é fácil concluir, a estátua do grande tribuno foi inaugurada no meio do mais vivo entusiasmo. Apesar das dificuldades, foi toda a cidade de Aveiro que se ergueu “como um só homem, num único sentir e em brado uníssono”<sup>29</sup>. As festas circunscreviam-se ao distrito mas milhares de forasteiros também se deslocaram a Aveiro, em número nunca antes visto, ultrapassando as capacidades de acolhimento da cidade e chegando alguns a dormir na rua<sup>30</sup>. As celebrações foram assim uma apoteose ardente e fecunda de democracia antecipada, um frémito majestoso e espontâneo de exuberância popular.

Estas comemorações distanciaram-se ainda dos centenários anteriores pela ausência do fomento de um unanimismo patriótico, para o qual eles estavam vocacionados. Neles

<sup>29</sup> Fernando de Aquino, “Reacção e protesto”, *O Povo de Aveiro*, Aveiro, n.º399, 11/8/1889, p.8.

<sup>30</sup> *Novidades*, Lisboa, n.º1601, 13/8/1889, p.2.

existia sempre a intenção de religar os indivíduos dispersos recorrendo sempre mais “à manutenção da situação mental existente do que à promoção de uma efectiva e radical ruptura”<sup>31</sup>.

Mas nas comemorações aveirenses, o propósito de uma convergência política não se verificou. Se a comissão organizadora não introduziu intenção política, desejando a associação de todos os aveirenses aos festejos, já o programa dificilmente ocultou a festa liberal com a romagem ao monumento dos Mártires da Liberdade. O semanário *O Povo de Aveiro*, esse, foi feroz na tentativa de dar uma orientação democrática e republicana à efeméride. Deu conta que o meio das comemorações era democrático e de forma tão abertamente hostil à monarquia que os oradores dos partidos monárquicos “tiveram de fazer afirmações republicanas para ser aplaudidos”<sup>32</sup> enquanto as ovações aos oradores republicanos eram constantes. Longe de procurar estabelecer um clima unanimista de convergência nacional, as comemorações foram usadas para criticar o poder monárquico, corrupto e sem valores, bem como os partidos e o poder local que o sustentavam, avessos à liberdade. Baseando-nos no discurso que o filho de José Estêvão pronunciou por ocasião da inauguração, podemos afirmar sem receio que ela se converteu numa crítica aberta ao poder político e ao poder capitalista de então. Primeiro, apontaram-se os vícios da época: “o termo Pátria (era) um sinónimo de Orçamento”, “os partidos (...) associações de interesse” que se deixavam facilmente corromper. A finança, nova dominadora, fez nascer um quinto poder do Estado, o mais poderoso: o poder capitalista. Depois, fez-se o retrato da nação. Era um meio dissoluto e egoísta, uma “estagnação pútrida, onde (fermentavam) as últimas energias políticas”, uma “inércia”, um “abandono”, uma “letargia”, um “sono cataléptico de que (pareciam) não querer despertar”. A classe política tinha esquecido as tradições de exaltação patriótica, de empenho cívico desinteressado, de abnegação política, apanágio da geração liberal de José Estêvão. Tinha triunfado a decadência e o rebaixamento moral<sup>33</sup>. Assim, estas comemorações converteram-se no reavivar do espírito democrático e liberal da população aveirense e podem ser consideradas um marco

---

<sup>31</sup> Fernando José de Almeida Catroga, op.cit., p.992.

<sup>32</sup> “José Estêvão”, *O Povo de Aveiro*, Aveiro, nº 400, 18/8/1889, p.1. O próprio ministro da Justiça terá sido levado a pronunciar um discurso profundamente liberal no acto da inauguração. Entre os oradores liberais contaram-se Sebastião de Magalhães Lima, Latino Coelho, José Elias Garcia, Manuel de Arriaga, Sousa Brandão, Consiglieri Pedroso e António Cândido.

<sup>33</sup> Discurso que o Dr. Luís de Magalhães proferiu em Aveiro, por ocasião da inauguração da estátua de José Estêvão, a 12 de Agosto de 1889, in: Homenagem do *Arquivo do Distrito de Aveiro* a José Estêvão Coelho de Magalhães, *Separata do Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 28, Aveiro, 1962, pp.29-31.

significativo na afirmação da doutrina republicana em Aveiro, entre outros, que permitiram o advento da república em 1910.

Finalmente, elas consubstanciaram e perpetuaram a memória de José Estêvão no mármore e no bronze. Constituída em lugar de memória, foi em redor da estátua que, a partir dessa data e de forma recorrente, ressurgiria a expressão da veneração do povo aveirense pelo seu patrono cívico e defensor da liberdade.



(a)



(b)

**Figura 46: (a) Estátua de José Estêvão, no exterior da Assembleia da República  
(b) Estátua de José Estêvão, na Praça da República, em frente à Câmara Municipal de Aveiro.**

#### 1.2.2. O centenário do nascimento em 1909

Apenas vinte anos mais tarde, em 1909, voltou-se a preitear o mesmo tribuno, o que é pouco comum em comemorações que costumavam subordinar-se a intervalos de cem anos. Desta feita, o objectivo era assinalar o primeiro centenário do nascimento de José Estêvão Coelho de Magalhães, o que, de per si, constituía mais uma singularidade no panorama nacional dos centenários. Desde o final do século XIX, quando se começara a festejar os centenários dos grandes homens, que se escolhera a data da sua morte por se

entender que era ela que lhes abria as portas para a imortalidade e que os consagrava para a posteridade<sup>34</sup>.

O programa das comemorações concentrou-se em dois dias, a 26 e 27 de Dezembro, mas nem por isso deixou de ser intenso e fortemente participado.

Iniciou-se com um bodo aos pobres. Seguiu-se-lhe o tradicional cortejo cívico que desfilou pelas ruas da cidade, terminando em frente da estátua, no Largo Municipal, algumas horas mais tarde, após o cumprimento de várias solenidades simbólicas: foram descerradas as lápides que deram à Escola da Vera Cruz o nome de Luís Cipriano Coelho de Magalhães, à Escola Central da Freguesia da Glória o de Manuel José Mendes Leite e ao mercado do peixe o nome de José Estêvão; no jardim da Praça do Comércio, foi inaugurado o obelisco erigido pelo Clube dos Galitos, comemorativo de todos os aveirenses que combateram pela liberdade, com uma largada simbólica de pombas; na Avenida Conselheiro Albano de Melo, alunos de todas as escolas primárias do distrito plantaram a árvore do centenário. Ainda antes de dispersar o cortejo, foi deposta, no pedestal da estátua de José Estêvão, uma coroa de bronze<sup>35</sup>. Neste cortejo, verificou-se a participação de autoridades, das representações das municipalidades do país, de entidades privadas como o Grémio Lusitano de Lisboa, associações económicas e recreativas aveirenses, corporações locais e de fora, escolas do distrito, estudantes de escolas superiores, representantes da família do homenageado e a comissão do monumento inaugurado a 12 de Agosto de 1889.

No dia 27 de Novembro, realizaram-se outras iniciativas como testemunho do reconhecimento “dos munícipes aos serviços relevantes prestados pelo ilustre filho de Aveiro à cidade, ao concelho, ao distrito e ao país”<sup>36</sup>. Do Largo Municipal, saiu um cortejo em romagem ao jazigo onde a Câmara Municipal de Aveiro depôs uma coroa de bronze; no Liceu, inaugurou-se a Caixa Escolar José Estêvão<sup>37</sup> e descerrou-se uma lápide indicadora de que aquele grandioso edifício era fruto da iniciativa do cidadão aveirense.

---

<sup>34</sup> Até então, haviam-se apenas festejado os centenários dos nascimentos do infante D. Henrique (1894) e de Santo António (1895), mas com cinco e sete séculos de intervalo, respectivamente.

<sup>35</sup> Na árvore do centenário, uma lâmina de cobre tinha gravado “ Esta árvore (...) em comemoração do centenário de José Estêvão, fica entregue à guarda do público em geral e, mencionadamente, da mocidade das escolas”. Nessa ocasião, os orfeões do Liceu nacional e das escolas centrais entoaram o hino de José Estêvão. A coroa de bronze foi oferta da *Sociedade Recreio Artístico*.

<sup>36</sup> José Tavares, “Aveiro e o primeiro centenário do nascimento de José Estevão”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.38, 1962, p.253.

<sup>37</sup> Tratava-se da associação de professores e alunos do mesmo liceu.



Dos festejos populares, contou-se um concerto de bandas musicais, iluminações e fogo de artifício.

Mas, como em 1889, a população esteve presente e participou em todos os actos, em concorrência enorme e com grande entusiasmo<sup>38</sup>, por vontade expressa da comissão organizadora das festas. Ela publicara um manifesto em que convidava “todos os aveirenses”, “sem distinção alguma de classe, crenças ou opiniões”<sup>39</sup> para assistir às reuniões diárias da Comissão Executiva.

Como em 1889, estas comemorações do nascimento foram a oportunidade de reafirmar a adesão aveirense à doutrina liberal, aproveitando-as não somente para homenagear José Estêvão mas também para as alargar à rememoração de outros vultos liberais, em nada implicados, à primeira vista, nos motivos da efeméride. Com efeito, a direcção do *Clube dos Galitos* decidiu, em sessão de 6 de Dezembro de 1909, associar-se às festas do centenário do grande orador erigindo um obelisco em “memória dos aveirenses que sofreram pela Liberdade, no exílio, nas prisões, na forca, nos combates e revoluções.”<sup>40</sup> O obelisco foi descerrado no dia do nascimento de José Estêvão pelo conselheiro ministro de Estado honorário, o par do reino José Estêvão de Moraes Sarmento e pelo Dr. Joaquim de Melo Freitas, representantes directos de dois soldados da liberdade<sup>41</sup>, fundido assim a memória da Revolução de 1828 e a do paladino da liberdade num só acto, muito embora José Estêvão não tivesse participado na revolução que eclodiu em Aveiro a 16 de Maio de 1828<sup>42</sup>.

---

<sup>38</sup> “Centenário de José Estêvão”, *A Lucta*, Lisboa, nº1446, 28/12/1909, p.2. Afirma-se que houve “vivas e palmas que por vezes se tornaram delirantes”.

<sup>39</sup> José Tavares, “Aveiro e o primeiro centenário do nascimento de José Estêvão”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.38, 1962, p.247.

<sup>40</sup> Marques Gomes, *Aveirenses que morreram, sofreram e combateram pela liberdade – Monumento levantado à sua memória pelo Club dos Galitos*. Aveiro, Tip. Campeão das Províncias, 1909. No dia 19 de Dezembro iniciaram-se os trabalhos de construção, tendo sido lavrado um auto que foi colocado dentro de um cofre, juntamente com duas moedas de prata do reinante da altura (D. Manuel II) e um exemplar de cada periódico que se publicava na época na cidade (*Aveirense*, *Beira-Mar*, *Campeão das Províncias*, *Correio de Aveiro*, *Democrata*, *Povo d’Aveiro*, *Progresso d’Aveiro*, *Sucessos e Vitalidade*). De seguida, foi colocado num cavouco e sobreposta a primeira pedra do monumento.

<sup>41</sup> No dia 7 de Maio de 1829, foram degolados no Porto nove homens por terem participado na revolução de 16 de Maio, entre os quais seis aveirenses: Francisco Manuel Gravito da Veiga Lima, Manuel Luís Nogueira, Clemente da Silva Melo Soares de Freitas, Francisco Silvério de Carvalho Magalhães Serrão; a 9 de Outubro, mesma sentença sofreram Clemente de Moraes Sarmento e João Henriques Ferreira Júnior.

<sup>42</sup> Estava em Aveiro e alistou-se poucos dias depois no Batalhão Académico mas não figurou na Revolução de 16 de Maio. Ver: Marques Gomes, *José Estêvão – Apontamentos para a sua biografia*. Porto, tip. Ocidental, 1889, p.13.



*Figura 47: Obelisco em memória dos mártires da Liberdade na Praça Melo Freitas.*

Todos os actos se encontravam profundamente imbuídos do ideário liberal de José Estêvão. Em papéis volantes amplamente distribuídos pela cidade e no discurso pronunciado, mais uma vez, pelo seu filho<sup>43</sup>, foi brevemente recordada a vida gloriosa do “mais estrênuo defensor” da liberdade, sublinhando de forma evidente quer a sua feição revolucionária nos campos de batalha quer o tribuno defensor da justiça e dos oprimidos. Foram exaustivamente citadas todas as datas do combate pela revolução liberal em que se envolveu e os discursos emblemáticos em defesa da liberdade tida não como um sentimento faccioso ou sectário mas como uma paixão pelo primeiro dos Direitos do Homem, contemplador da fraternidade e da justiça<sup>44</sup>.

Mais do que uma função de memória, estas comemorações revestiram um aspecto político. Luís de Magalhães, no seu discurso, deu-lhes um alcance ainda maior. Para ele, o escorço da vida do seu pai traçado nessa ocasião visava um fim: “o poder tirar dele uma conclusão de moralista”<sup>45</sup>. No seu pai, não só eram dignos de admiração o seu heroísmo de

<sup>43</sup> *Homenagem do Arquivo do Distrito de Aveiro a José Estêvão Coelho de Magalhães no primeiro centenário do seu falecimento – 4 de Novembro de 1862 / 4 de novembro de 1962*. Aveiro, Separata do Arquivo do Distrito de Aveiro, 1962, pp.33-39.

<sup>44</sup> Refere-se o seu alistamento no Batalhão Académico em 1826 e 1828, as revoluções de 1836, 1844, 1846, a participação no movimento da Regeneração em 1851. Cita-se o *Portugal Velho*, discurso parlamentar em que defendeu o jornal miguelista, e o *Charles et Georges*, em que verberou a ousadia da França perante o aprisionamento do navio.

<sup>45</sup> *Homenagem do Arquivo do Distrito de Aveiro a José Estêvão Coelho de Magalhães no primeiro centenário do seu falecimento – 4 de Novembro de 1862 / 4 de novembro de 1962*. Aveiro, Separata do Arquivo do Distrito de Aveiro, 1962, p.38.

soldado e o seu génio fulgurante de tribuno mas sobretudo a sua grandeza moral e o seu elevado sentimento de humanidade. Terão sido estas virtudes que fizeram brotar o amor incondicional à sua memória, volvido adoração sem reservas em Aveiro.

Contudo, durante a ditadura e enquanto tal foi possível, a evocação da memória de José Estêvão apareceria mormente associada à afirmação política da liberdade.

### 1.2.3. O primeiro centenário do Movimento Liberal de Aveiro em 1928

O preito de 1928 pretendia assinalar o primeiro centenário do movimento liberal contra o absolutismo de D. Miguel que eclodiu em Aveiro a 16 de Maio de 1828 e valeu à cidade, na esfera nacional, o epíteto de *berço da liberdade*. Prestava-se finalmente a homenagem havia muito ensejada às vítimas aveirenses desse grito de revolta e ao desembargador Joaquim José de Queirós, a alma e o chefe da malograda revolução.

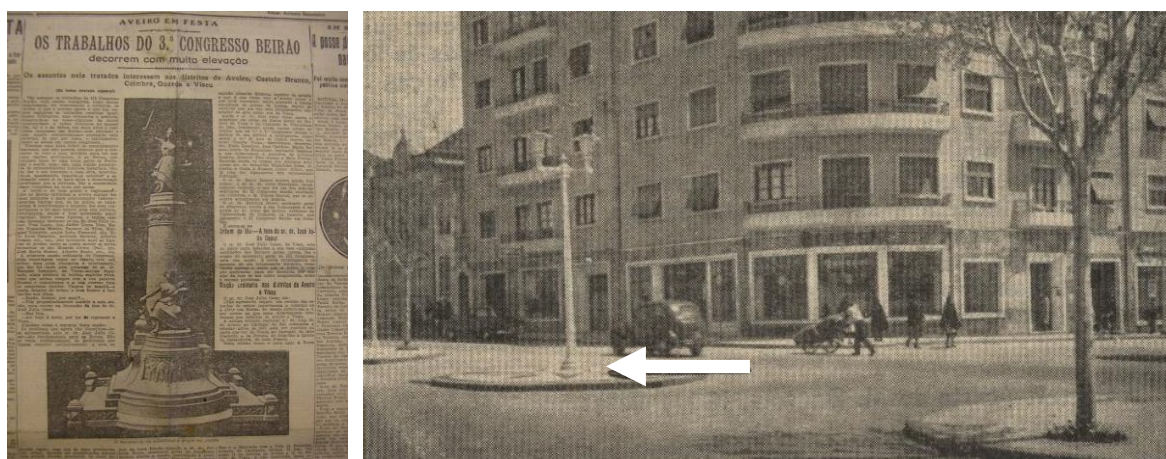
Em Janeiro de 1928, à semelhança do que acontecera nas efemérides anteriores, foi distribuído pela cidade um manifesto<sup>46</sup> a convidar os cidadãos para eleger uma comissão que dirigisse as projectadas festas. Foram eleitas as entidades promotoras dessa primeira reunião, muito concorrida, – a Junta Geral do Distrito, a câmara municipal, as juntas de freguesia da cidade, a Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro e a Associação Comercial e Industrial - com o poder de agregar outras entidades. O programa devia honrar a intenção de assinalar uma das mais gloriosas datas da história de Aveiro com todas as pompas possíveis. Por isso, seguiram-se várias reuniões, sempre com a presença de numeroso e entusiasmado público, e a primeira resolução foi a de propagandear os festejos por meio de conferências no Teatro Aveirense, intituladas “O 16 de Maio de 1828. Sua integração na História Pátria” e “Absolutismo e Democracia”<sup>47</sup>. É notável ainda que, assim como se soube congregar entidades diversas na sua organização, o programa tenha tido a particularidade única de se prolongar por uma semana, de 13 a 20 de Maio, e de integrar uma grande variedade de acontecimentos: a festa de Santa Joana, o III Congresso das

---

<sup>46</sup> Foi subscrito por: Dr. Lourenço Peixinho, presidente da Câmara; Carlos Baptista Guimarães, presidente da Junta Geral de Distrito; Albino Pinto de Miranda, presidente da Associação Comercial e Industrial; José Maria da Costa Monteiro, presidente da Junta da Freguesia da Vera-Cruz; Manuel Vicente Ferreira, presidente da Junta da Freguesia da Glória; Francisco Manuel Homem Cristo, presidente da Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro.

<sup>47</sup> José Pereira Tavares, “Primeiro Centenário do Movimento Liberal de Aveiro de 1828”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.35, 1969, pp.3-13. A primeira foi pronunciada por José Pereira Tavares e a segunda por André dos Reis.

Beiras, com uma Feira-Exposição de produtos da indústria, arte e agricultura das Beiras, a recordação da memória de José Estêvão, um cortejo cívico ao cemitério junto do monumento que encerra as cabeças dos mártires de 1828, a colocação da primeira pedra para o Monumento à Liberdade, na Avenida Nova<sup>48</sup>, uma visita à casa e à sepultura de Joaquim José de Queirós, em Verdemilho, uma grandiosa marcha milanesa, pela primeira vez vista em Aveiro<sup>49</sup>.



(a) (b)  
**Figura 48: (a) Projecto do Monumento à Liberdade e  
 (b) local previsto na Avenida Lourenço Peixinho (indicado por uma seta).**

Numa época em que já se erguiam vozes contra a jovem ditadura nascida em 1926 do golpe militar liderado por Gomes da Costa, era evidente o propósito político deste programa. Sendo a capital de um distrito ainda bastante ignorado, Aveiro afirmava-se como cidade moderna, de trabalho e progressiva, ao mesmo tempo que prestava homenagem aos seus filhos mártires pela liberdade e confirmava o direito histórico de se intitular o “berço da liberdade”. Nesta “festas de Liberdade”, como as intitulou o *Diário de Notícias*<sup>50</sup>, Aveiro não podia esquecer o grande caudilho liberal que foi José Estêvão.

Embora alheio à efeméride efectivamente festejada, foi rememorado com a deposição, no pedestal da estátua, de uma lápide em mármore decorada a bronze, oferecida pela Sociedade Recreio Artístico, em homenagem à comissão que a erigira. Nessa ocasião, foi pronunciado mais um discurso de Luís de Magalhães na defesa que o regime

<sup>48</sup> Hoje, Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Este ambicionado monumento à Liberdade, cuja primeira pedra foi colocada a 17 de Maio com a maior cerimónia e solenidade, nunca veio a ser concretizado.

<sup>49</sup> O programa comportou ainda récitas e um sarau de gala no Teatro Aveirense, iluminações e festival na ria, um campeonato distrital de ténis, um desafio de futebol para a disputa da taça comemorativa do centenário, uma batalha de flores na Avenida das Tílias, no Parque Municipal.

<sup>50</sup> “As festas da Liberdade em Aveiro”, *Diário de Notícias*, Lisboa, nº22376, 14/05/1928, p.1.

monárquico português era tradicionalmente representativo desde as origens da nacionalidade<sup>51</sup>, aproveitando para corrigir que o “16 de Maio” não fora propriamente uma revolução, na verdadeira acepção do termo, mas um “acto de resistência legalista” contra o golpe de estado absolutista que viera, esse sim, trair os princípios constitucionais da monarquia vigente e alterar a ordem política estabelecida, substituindo-a pelo autoritarismo. Com o 16 de Maio, Aveiro iniciara a restauração da tradição representativa do estado, e eram merecedores da honra prestada os primeiros heróis de 1828 bem como todos os seus dignos herdeiros aveirenses – entre os quais se contava o seu pai - que, posteriormente, consolidaram a batalha pela liberdade.

Não ficou por aqui a alusão a José Estêvão. Foi ainda evocado por António José de Almeida que, na primeira página do suplemento comemorativo do *Diário de Notícias*<sup>52</sup> dedicado a este centenário, referenciou Aveiro como a “terra sagrada da liberdade”, berço de heróis e patriotas de “fama quase lendária”. Citou Joaquim José de Queirós e José Estêvão como símbolos da acção e da voz da liberdade constitucional.

Esta clara afirmação da adesão da sociedade aveirense, através das comemorações, ao liberalismo e do seu repúdio à tirania em plena Ditadura Militar poderia, retrospectivamente, causar algum espanto. Mas importa ter presente que o 16 de Maio era o feriado municipal da cidade<sup>53</sup>, o que contribuiu para a extraordinária afluência aos actos comemorativos desse dia, e que o regime autoritário apenas ensaiava os seus primeiros passos. Só este facto, segundo José Pereira Tavares, permitira a realização destas comemorações, de mais a mais com a colaboração activa e a participação das autoridades locais<sup>54</sup>.

---

<sup>51</sup> Em Portugal, os princípios liberais, como a constituição representativa do estado e a soberania da nação, estariam em germen desde o início da nacionalidade, na convocação das Cortes. Ter-se-iam perdido com D. Pedro II, que convocou pela última vez as cortes em 1697, e instaurou o absolutismo até à revolução de 1820. Ver: “Discurso de Dr. Luís de Magalhães – «O 16 de Maio - uma página de História»”, in: José Pereira Tavares, “Primeiro centenário do Movimento Liberal de Aveiro de 1828”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.35, 1969, pp.13-26.

<sup>52</sup> Este número extraordinário, todo ele alusivo ao “Primeiro Centenário da Revolta Liberal de 16 de Maio de 1828” e ao “III Congresso e Exposição das Beiras”, foi o primeiro número especial do jornal, apenas justificado por se ter considerado a efeméride “um facto fora do vulgar e de alto significado histórico”, aliado ao propósito de intensificar a acção regionalista. In: *Diário de Notícias*, Lisboa, nº22372, 10/5/1928, p.1.

<sup>53</sup> Fora instituído pela primeira vez em sessão ordinária da Câmara Municipal de Aveiro a 27 de Abril de 1911.

<sup>54</sup> José Pereira Tavares, *Exame de Consciência*. Aveiro, Vida e Letras, Ed. Labor, Associação Cultural de Professores, Centro de Formação José Pereira Tavares, 1999, pp.98-99. Na sua conferência já citada, procedera a leitura quase integral dos Direitos do Homem.





Figura 49: Primeira página do suplemento comemorativo do Diário de Notícias de 16 de Maio de 1928.



Figura 50: O êxito das comemorações do Centenário da Revolução Liberal em Aveiro.

Passados pouco mais de trinta anos, é fácil verificar que a ditadura amadurecida levou a uma orientação radicalmente diferente da última comemoração estevaniana do século XX.

## 2. As comemorações do centenário da morte em 1962

### 2.1. Os motivos da homenagem

Desta feita, em 1962, a efeméride pretendia assinalar o centenário da morte de José Estêvão. O projecto datava de 1957 quando, no Congresso Republicano do Distrito de Aveiro, foi aprovada a proposta de se criar uma Casa-Museu de José Estêvão, com vista às comemorações do centenário da sua morte<sup>55</sup>.

Todavia, numa altura particularmente crítica da vida política do país, em que os interesses nacionais eram atacados nos territórios indianos e a ditadura ia sofrendo as pressões da Comunidade Internacional contra a sua política colonialista, a censura redobrava a sua acção opressora. As próprias manifestações estevanianas viram-se submetidas a alguns constrangimentos políticos.

Nesse ano, a finalidade da efeméride restringiu-se efectivamente a ser a expressão da secular veneração da população aveirense ao seu patrono cívico. Uma proclamação dos organizadores distribuída à população aveirense apenas justificou os festejos pela “necessidade moral” de exprimir as homenagens “devidas” à memória de um cidadão digno de “gratidão e respeito”<sup>56</sup> pelos benefícios que a cidade lhe ficou a dever.

Valorizou-se a figura moral, o papel glorioso de “patrono cívico” da cidade e foi definido despir os festejos de qualquer feição ideológica, tendo sido determinantemente expresso que a comemoração seria absolutamente isenta de carácter político<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup> A.N.T.T., Fundo PIDE/DGS, NT-2638, Proc.595/49 – João E.V.Sarabando, pp. 57-59.

<sup>56</sup> Arquivo da CMA, acta n.º 15 da reunião da Comissão Municipal de Cultura, 11/08/1962, Arqº Pº 9-54-1, 1957-1967, Cx. 166.

<sup>57</sup> Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro, Livro de minutas de actas, acta da reunião de 2/11/1962, CT-1953.

## 2.2. O programa

### 2.2.1. Uma comissão oficial nomeada

Assim sendo, e a despeito da existência de iniciativas espontâneas por parte do Clube dos Galitos, da Casa-Museu José Estêvão (em organização) ou do cidadão Agnelo Regala<sup>58</sup>, a Câmara Municipal de Aveiro estipulou que devia promover as comemorações e deliberou, em sessão de 19 de Janeiro de 1962, que o seu programa fosse organizado pela Comissão Municipal de Cultura, a ela subordinada, arredando definitivamente a sua conjectura inicial de nomear uma comissão constituída por individualidades que melhor levassem a tarefa a cabo. Centralizou-se assim a preparação dos festejos, sob a alçada da autoridade municipal, que, após a nomeação oficial da comissão, apenas aceitou, com satisfação, o apoio oferecido pela família do preiteado.

As actividades comemorativas decorreram durante dois dias, a 3 e 4 de Novembro. A primeira reunião de trabalho de Comissão Municipal de Cultura, para a elaboração do programa, ocorreu em Fevereiro de 1962<sup>59</sup>. Estando presente José Pereira Tavares, vogal dessa comissão e simultaneamente presidente da Assembleia Geral do Clube dos Galitos, informou que aquele clube pretendia igualmente comemorar a data, tendo lido o plano que para tal fim fora projectado. Este foi aceite pela Comissão Municipal de Cultura na generalidade e foi ampliado. Assentou-se que compreenderia uma publicação, um número especial do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, dedicado à comemoração, uma exposição biobiblioiconográfica, uma sessão solene no Teatro Aveirense, uma homenagem com descerramento de lápide junto da estátua sita na Praça da República, uma romagem ao cemitério seguida de missa, e, possivelmente, um ciclo de conferências sobre o homenageado. Só na reunião seguinte foi convidado Mário Gaioso Henriques, presidente da direcção do Clube dos Galitos, a fim de colaborar na elaboração do programa. Este foi

---

<sup>58</sup> Agnelo Regala, escrivão de Direito, sugeriu alguns números comemorativos e propôs uma comissão composta por Fernando Moreira, conservador do Registo Civil; António Cristo, publicista e investigador; Luís Regala, poeta; José Sarabando, da Casa-Museu em criação; e ele próprio, como último representante do *Campeão das Províncias*, jornal local em que José Estêvão colaborou.

<sup>59</sup> Eram vogais da Comissão Municipal de Cultura António Manuel Gonçalves, Álvaro da Silva Sampaio, José Pereira Tavares, Carlos de Pinho das Neves Aleluia, João Artur Trindade Salgueiro, Luís Regala, monsenhor Aníbal Marques Ramos, presididos por Orlando Oliveira.



definitivamente assente com o concurso da família de José Estêvão, que se deslocou a Aveiro durante o Verão<sup>60</sup>, e foi publicado nas edições dos jornais locais a 13 de Outubro.

Assim, tendo sido afastada a participação da população da sua génese, facilmente se compreende que o programa tenha sido sujeito a reparos por parte de alguns cidadãos, nomeadamente no que respeita ao cortejo. Só bem tardiamente, na reunião de 19 de Outubro desse ano, perante o grande descontentamento na cidade, a Comissão Municipal de Cultura resolveu finalmente levar a efeito, na câmara municipal, uma reunião nesse sentido, com o convite formulado não aos cidadãos mas às “forças vivas” da cidade a fim de se exporem todos os problemas suscitados pelas comemorações<sup>61</sup>. Das sugestões apresentadas, ficaram aprovadas as seguintes: realizar um percurso mais longo do que o inicialmente previsto, com concentração à porta do cemitério; incluir um discurso a pronunciar pelo Dr. Francisco do Vale Guimarães; promover a impressão de um catálogo que documentasse a exposição a levar a efeito no museu da cidade; criar uma comissão de honra durante as comemorações, composta pelo embaixador Augusto de Castro, as individualidades condecoradas com a medalha da cidade<sup>62</sup> e as pessoas da família de José Estêvão. Foi organizado novo programa, diferente do anterior pelo cortejo, que se organizaria junto do Mercado Municipal, e pela distribuição dos diferentes números festivos nos dois dias previstos. Foi ainda retida a proposta de Luís Regala de publicar um impresso com um incitamento ao povo de Aveiro, no sentido de participar nas comemorações. Este apelo insólito a um povo impregnado de admiração pelo seu filho mais glorioso e que sempre participou com devoção, entusiasmo e iniciativa própria nas celebrações da sua memória poderá ser um indício da assunção do divórcio que a câmara estabelecera com a população nestas comemorações da morte de José Estêvão.

---

<sup>60</sup> Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro, Acta nº13 da Comissão Municipal de Cultura, 3/10/1962, Arqº Pº 9-54-1, 1957-1967, Cx. 166.

<sup>61</sup> Estiveram presentes os dirigentes das agremiações desportivas e culturais, organismos corporativos dos corpos de bombeiros e bandas de música.

<sup>62</sup> Respeitava apenas aos Drs. Francisco do Vale Guimarães e Álvaro Sampaio, únicas individualidades condecoradas.

### 2.2.2. Uma comemoração concelhia

Com muita antecedência, fora expressa, para esta honrosa efeméride, a ambição de festas nacionais. Em 1959, Alberto Souto, então edil da cidade, sublinhava que José Estêvão era “glória de Aveiro e de Portugal”<sup>63</sup>, subentendendo a vontade de uma homenagem nacional. Contudo, a câmara municipal aprovou por unanimidade, na reunião de 10 de Novembro de 1961, que as comemorações fossem “realizadas com carácter municipal”.

Em Março de 1962, era a vez do cidadão Agnelo Regala insistir numa perspectiva alargada, ao sugerir à câmara, entidade promotora do evento, o convite ao Presidente da República bem como aos ministros, devendo eles dar entrada pela barra. Nesta medida, pretendia-se conferir à memória de José Estêvão as honrarias que mereceram as efemérides de 1959. Impunha-se mormente o convite ao ministro das Finanças, seguramente aceite por ser ele natural da Murtosa<sup>64</sup>. O próprio Luís Regala, vogal da Comissão Municipal de Cultura, quando consultado sobre a minuta de uma notícia que a comissão pretendia enviar à imprensa, deu conta desta aspiração. Sugeriu que nela se introduzisse uma alteração, acrescentando a intenção da Comissão “dar às comemorações a projecção nacional a que (tinha) direito a memória do maior tribuno português de todos os tempos”<sup>65</sup>.

A posição da Comissão Municipal de Cultura foi inflexível, alegando não poder “alhear-se da ideia inicial de as referidas comemorações serem realizadas com âmbito municipal”<sup>66</sup>. Apenas foi aceite uma excepção a esta posição oficial com o convite dirigido à família de José Ferreira Pinto Basto, fundador da Fábrica da Vista Alegre, justificado pela relação excepcional de amizade que o ligou a José Estêvão<sup>67</sup>.

---

<sup>63</sup> Alberto Souto, *Mensagem aos Aveirenses sobre o Primeiro Milenário de Aveiro e o Segundo Centenário da Cidade*. Câmara Municipal de Aveiro, Abril 1958, p.9.

<sup>64</sup> Arquivo da CMA, Carta de Agnelo Regala dirigida à Câmara Municipal de Aveiro, datada de 21/3/1962, Arqº Pº 9-37-2, Cx. 148. Ver uma cópia em anexo (Anexo 6).

<sup>65</sup> Arquivo da CMA, Carta de Luís Regala dirigida ao presidente da Comissão Municipal de Cultura, datada de 19/04/1962, Arqº Pº 9-54-1, 1957-1967, Cx. 166.

<sup>66</sup> Ibidem, Carta da Comissão Municipal de Cultura em resposta a Agnelo Regala, datada de 16/8/1962.

<sup>67</sup> Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro, Livro de minutas de actas, acta da reunião de 2/11/1962, CT-1953. Contudo, a cortesia foi declinada e José Ferreira Pinto Basto foi representado pelo administrador da fábrica, engenheiro Luís de Azevedo Coutinho.

### 2.2.3. A sessão solene e os discursos



*Figura 51: Homenagem a José Estêvão no primeiro centenário da sua morte.*

A sessão solene e os discursos ocorreram no Teatro Aveirense, tendo usado da palavra, em primeiro lugar, o presidente da câmara municipal. Aproveitou para sublinhar que, para além do âmbito municipal imposto às comemorações do centenário da morte de José Estêvão, competira ao município “respeitar a (sua) memória”, introduzindo outra restrição, desta vez política, ao imprimir-lhes:

«uma orientação puramente de exaltação dos seus méritos e evitando toda e qualquer especulação que a versatilidade da sua vida política poderia propiciar, desvirtuando o significado básico da iniciativa municipal. Nem mesmo qualquer outro objectivo seria de admitir em comemoração de âmbito municipal já que só isenta de especulação ou tendência política poderia englobar e representar o pensamento e o sentir de todo o povo do concelho»<sup>68</sup>.

O engenheiro Henrique de Mascarenhas traduzia assim a grande novidade destes festejos estevanianos: a vontade de uma comemoração paradoxalmente apolítica da memória de um homem cuja vida foi marcada pela política, sempre norteadas por ideais

---

<sup>68</sup> “O centenário de José Estêvão”, *Diário de Notícias*, Lisboa, n.º 36729, 5/11/1962, p.7.

liberais, e que até então fora evocada, prioritariamente, na sua dimensão eminentemente ideológica. Desta vez, porém, seriam exaltadas as suas virtudes intelectuais e humanas.

Assim, não foi por acaso que se escolhera um homem de letras, e simultaneamente um homem do regime instalado, para dissertar sobre a figura de José Estêvão. Tratou-se de Augusto de Castro, o qual congregava ainda a particularidade de uma relação afectiva com Aveiro, por ser também ele natural do concelho, onde passou a sua infância<sup>69</sup>, facto que lhe conferia, segundo o próprio, a sensibilidade para compreender e evocar o que no génio e na alma de José Estêvão foi inspiração da natureza, da paisagem e da alma da sua terra natal. No seu discurso, de forma inédita, metamorfoseou o tribuno até então liberal em “o grande tribuno romântico de Portugal”<sup>70</sup>, valorizando o seu “génio oratório”, após ter reduzido a oratória a uma forma literária ou estética. Mais do que recordar o seu ideário, Augusto de Castro esforçou-se por recriar, apelando à imaginação, o cenário emotivo de alguns momentos históricos no Parlamento, visualizando a soberba cabeça do tribuno, o seu olhar, o seu fulgor, a sua figura majestosa. Dos seus discursos parlamentares, limitou-se a recordar a tarde de 13 de Fevereiro de 1840, que o impusera definitivamente como a maior voz do seu tempo - sem frisar qualquer ideia do discurso que surgiu como resposta a Garrett -, e as suas patrióticas intervenções do *Porto Pireu* e do *Charles et Georges*, elogiando, numa, a ordem, e atacando violentamente, na outra, a afronta francesa.

Para a evocação, muito ténue, dos seus ideais, foram criteriosamente escolhidos os momentos em que José Estêvão defendeu a pátria e os seus interesses insurgindo-se contra a afronta estrangeira. Não choca, obviamente, a ausência da referência à sua admirável tolerância, ilustrada na magistral defesa do jornal legitimista *Portugal Velho*, acusado do crime de abuso de liberdade de imprensa, indissociável até então dos discursos anteriores na caracterização do tribuno, uma vez que nele a sua voz vibrou na luta pela liberdade, tão vilipendiada e agrilhoada pela ditadura vigente.

Em suma, na exaltação da memória de José Estêvão pronunciada por Augusto de Castro, transcorreu essencialmente a evocação da sua empolgante e genial eloquência, das raízes que sempre o prenderam a Aveiro e da sua formação ideológica eminentemente

---

<sup>69</sup> Apesar de não ter sido a sua terra de nascimento, era neto, filho e sobrinho de ilustres aveirenses da freguesia de Oliveirinha. Augusto de Castro dedicou a sua obra *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade Nacional* “à pequena capela duma aldeia do Vouga onde (aprendeu) a amar Deus com modéstia, a Pátria com orgulho e a Vida com alegria”.

<sup>70</sup> Discurso do Dr. Augusto de Castro, in: José Pereira Tavares, “Primeiro centenário do falecimento de José Estêvão (4 de Novembro de 1862 – 4 de Novembro de 1962)”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.38, 1962, pp.304-312.

patriótica, num “discurso de fino recorte literário”<sup>71</sup>, olvidando o seu combate político pela liberdade e pela justiça.

Esta alocução foi seguida dos agradecimentos de D. Joana Inês de Lemos Coelho de Magalhães, neta de José Estêvão, pela homenagem mais uma vez prestada em Aveiro. Mas, ao contrário dos discursos do seu pai em semelhantes ocasiões, a intervenção de Joana Inês limitou-se a ser uma enumeração de sentimentos e recordações enternecidas, despojada de qualquer sombra política. É importante relembrar que os discursos proferidos por Luís de Magalhães tiveram sempre uma feição fortemente ideológica.

Como já foi apontado noutro momento deste trabalho, em 1889, Luís de Magalhães converteu a comemoração numa crítica aberta ao poder político e ao poder capitalista da época. Tinha chegado a hora de Luís de Magalhães apelar ao protesto e à resistência<sup>72</sup>. Em 1889, as comemorações permitiram que as virtudes de um homem com ideais altos e justos fossem recordadas e fora pedido que a sua defesa alastrasse de novo pelo país. Em 1909, confessou que apenas traçou o quadro dos princípios liberais do seu pai para poder tirar dele uma lição. Desejara explicar que a sua glória fora fruto não tanto do seu génio e do seu heroísmo mas sobretudo da sua isenção moral profunda e de um elevado sentimento de humanidade.

Em 1962, coarctando as comemorações estevanianas de uma tendência ideológica, pretendia-se, pela primeira vez na história de Aveiro, uma uniformidade de pensamento e de sentir, conseguindo assim a sua convergência com a matriz ideológica inicial das comemorações centenárias que estavam vocacionadas para a criação de um sentimento patriótico unanimista. O próprio governador civil substituto, Fernando Marques, último interveniente na sessão solene, serviu-se da evocação de José Estêvão para lhe atribuir, sem receios, a póstuma vontade de ver o povo aveirense unido, mormente no contexto internacional desfavorável que a nação enfrentava. Lembrou a necessidade de todos compreenderem que os uniam uma origem e um destino comuns, e apelou para que nem “velhos rancores e ambições” turvassem as relações nem “localismo político” reduzisse os horizontes nacionais<sup>73</sup>. Era o ressurgir do ideal de missão apregoado em 1940 e o voto de unidade do povo na sua concretização.

---

<sup>71</sup> “O centenário da morte de José Estêvão”, *Diário de Notícias*, Lisboa, n.º 420, 10/11/1962, p.6.

<sup>72</sup> Discurso que o Dr. Luís de Magalhães proferiu em Aveiro, por ocasião da inauguração da estátua de José Estêvão, a 12 de Agosto de 1889, in: *Homenagem do Arquivo do Distrito de Aveiro a José Estêvão Coelho de Magalhães, Separata do Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 28, Aveiro, 1962, p.32.

<sup>73</sup> “O centenário de José Estêvão”, *Diário de Notícias*, Lisboa, n.º 36729, 5/11/1962, p.7.

Apenas o discurso pronunciado pelo Dr. Francisco do Vale Guimarães, inserido na romagem ao cemitério e proferido junto da estátua de José Estêvão<sup>74</sup>, assumiu a feição doutrinária do tribuno aveirense, integrando-a na visão global do professor, advogado, jornalista, militar e político, e afirmou, à parte a validade intemporal das suas concepções, a actualidade do seu ideário nos mais variados campos – do político ao sociológico passando pelo económico e administrativo<sup>75</sup>. No entanto, pôs em relevo a premência dos princípios de liberdade por que havia mais de cem anos ele se batera, e pelos quais o ocidente se envolvera em duas guerras mundiais e continuava a lutar e a sofrer. Declarou-o então “arauto de uma doutrina eterna”: a da liberdade, mas sempre associada à ordem.

Neste quadro genérico de persistente e sempre actual defesa da liberdade, base do pensamento político de José Estêvão, Vale Guimarães englobou sub-repticiamente Portugal. Contrariamente aos restantes discursos do centenário, ele citou abundantemente discursos e manifestos menos conhecidos do tribuno para ilustrar as suas afirmações, seleccionando trechos que se assumiam claramente contra a tirania e exprimiam o desejo velado de inauguração da democracia<sup>76</sup>. É óbvio que o *Portugal Velho* foi referido, para evocar a sua pureza de princípios e a nobreza do sentimento de tolerância, tão maltratado naqueles anos opressores. Também reproduziu uma afirmação, em nada inocente, do presidente Kennedy<sup>77</sup>, incitando à defesa da liberdade, para concluir, dirigindo-se aos aveirenses, que José Estêvão continuava vivo na sua lição patriótica e que pedia, a todo o momento, que se amasse a tolerância, a generosidade, a paz, a ordem, e a liberdade. A importância atribuída a esta palavra e o alcance político, embora sub-reptício, que se pretendia podem depreender-se do facto de ela ser a última a ser pronunciada no discurso, como culminar de uma enumeração. Num tempo em que era proibida, ela foi heroicamente repetida dez vezes ao longo da intervenção, enquanto Augusto de Castro apenas a mencionou três vezes.

---

<sup>74</sup> Estiveram presentes na cerimónia as quatro netas do grande aveirense: D. Margarida, D. Joana Inês, D. Maria da Conceição e D. Maria José. Foi esta quem, no final da oração, descerrou a lápide comemorativa, na qual se pode ler: «A José Estêvão Coelho de Magalhães – no centenário da sua morte – homenagem do povo de Aveiro e seu município. 1862-1962».

<sup>75</sup> Discurso do Dr. Francisco do Vale Guimarães, in: José Pereira Tavares, “Primeiro centenário do falecimento de José Estêvão (4 de Novembro de 1862 – 4 de Novembro de 1962)”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.38, 1962, pp.296-303.

<sup>76</sup> Citou, por exemplo: “Pertengo à seita da mocidade – (...) a que a Europa deve tudo que tem de grandeza, de civilização e de liberdade - seita cujos princípios eu defenderei sempre, mesmo depois de as cãs me alvejarem na cabeça”; ou “O sacrifício das massas é tirania”; ou ainda “Por uma lei constante, a democracia marcha à conquista de todas as instituições sociais”.

<sup>77</sup> “O preço da liberdade foi sempre muito caro”. Esta afirmação teria sido pronunciada duas semanas antes.

A posição política aparece mais claramente expressa por Vale Guimarães quando afirmou que os aveirenses, em 1962, continuavam tão “embebidos nas ideias do tribuno” como os seus contemporâneos as haviam vivido em plenitude. Teceu ainda uma rápida e vaga crítica à impossibilidade “inexplicável” de comemorar o centenário do nascimento de Homem Cristo, incansável opositor à ditadura, três anos antes, como haviam desejado os aveirenses. Revelou finalmente alguma intervenção política ao exigir que a estátua do exímio parlamentar fosse reposta no exterior do Palácio de S. Bento, em Lisboa, de onde fora retirada em 1935<sup>78</sup>.



*Figura 52: Homenagem a José Estêvão no centenário da sua morte. Praça da República, Aveiro.*

#### 2.2.4. As manifestações populares pouco participadas

Entre os números cívicos exteriores, destaca-se o préstito. A concentração da romagem, inicialmente prevista para a avenida que conduz ao portão do cemitério, originou descontentamento entre a população e foi, na versão final do programa, transferida para o Largo do Mercado, obrigando a aumentar a sua extensão e a incluir o discurso pronunciado pelo Dr. Vale Guimarães. Habitado a que estava o povo a longos cortejos nas comemorações estevanianas, foi visto como uma afronta reduzir a homenagem a uma visita à capela-jazigo.

---

<sup>78</sup> Na remodelação que o largo fronteiro ao Parlamento sofreu, foi colocada primeiramente no jardim interior, nas traseiras do antigo Convento de S. Bento, e pouco tempo depois foi removida para o interior do edifício. Presentemente, encontra-se no exterior, colocada do lado direito.

Abria o cortejo a Banda da Vista Alegre, sempre presente nas comemorações estevanianas ao longo de um século, seguindo-se o estandarte municipal, o governador civil substituto, Fernando Marques; o presidente da câmara; o antigo governador civil, Francisco do Vale Guimarães; o antigo presidente do município, Álvaro Sampaio; a vereação; o comandante Pires Cabral, capitão do porto; o coronel Evangelista Barreto, comandante do Regimento de Infantaria 10; António Rodrigues, presidente da Junta Distrital; Orlando de Oliveira; Amadeu Cachim, director da Escola Industrial; José Pereira Tavares; desembargador Jaime de Melo Freitas; António Gonçalves, director do Museu; e outras entidades oficiais. Desfilaram depois as corporações de bombeiros, a Banda Eixense, os estudantes do Liceu e da Escola Técnica, colectividades de recreio e desporto, filiados da Mocidade Portuguesa Feminina, ranchos folclóricos, populares, e, por fim, a Banda Amizade. Contudo, este préstito continuou a manter-se o mais breve<sup>79</sup> mas também o menos participado de sempre. Embora se tivesse reconhecido que as comemorações não foram indignas, e que o préstito teve ordem e compostura, faltou-lhes a multidão imensa que costumava preitear desde havia uma centúria quem tanto legado deixou à cidade. A participação limitou-se ao possível, numa tarde de sábado em que os estabelecimentos comerciais continuaram abertos e a classe piscatória e os restantes trabalhadores não viram as suas actividades profissionais suspendidas<sup>80</sup>.

Ao começo da noite, a cerimónia de inauguração da iluminação da estátua foi “singela”; quanto à missa de sufrágio celebrada pelo reitor do Seminário Diocesano, não parece ter sido muito concorrida, tendo os periódicos mencionado a assistência das autoridades aveirenses, as netas e bisnetas de José Estêvão, e “outras pessoas”<sup>81</sup>. É importante registar que foi inédita a introdução de uma manifestação religiosa numa comemoração estevaniana. E talvez se possa interpretar a pouca afluência do povo de Aveiro a esta cerimónia como atitude probatória da sua inalterável fidelidade ao ideário do tribuno. Era sabido que, apesar de José Estêvão se ter afirmado católico, ele subordinava a religião à tradição da família e por isso foi inimigo das Irmãs da Caridade, que considerava

---

<sup>79</sup> Recorda-se que os desfiles de 1889 e 1909 foram organizados nas imediações da estação de caminho de ferro e na parada do Quartel de Infantaria 24, respectivamente, tendo percorrido um número maior de ruas.

<sup>80</sup> *Jornal de Notícias*, Lisboa, n.º 154, 4/11/1962, p.1.

<sup>81</sup> “O centenário de José Estêvão”, *O Litoral*, Aveiro, nº420, 10/11/1962, p.6.



um ataque ao princípio da família<sup>82</sup>, e do ensino religioso. Era ainda sobejamente conhecido que José Estêvão ocupara o cargo de grão-mestre da maçonaria, movimento profano oficialmente condenado pela Igreja e pelo poder político salazarista, que não viam o cristianismo estevaniano como totalmente aceitável<sup>83</sup>. A população demarcava-se assim desta posição oficial, mostrando perfilhar incondicionalmente o pensamento do seu mais notável filho ou, pelo menos, exprimindo uma reacção natural à politização dos festejos, que transpareceu para a rua. Eram, com efeito, do conhecimento público as reduções políticas impostas às comemorações que, intoleráveis ao espírito de independência aveirense, suscitaram atitudes de repúdio<sup>84</sup> contra a situação anti-liberal.

#### 2.2.5. O sucesso da exposição biobiblioiconográfica

Conseguida essencialmente com peças cedidas pela família de José Estêvão e com o acervo que a Casa-Museu José Estêvão alargara lançando um apelo à população, a exposição foi, decerto, a manifestação que menos truncou a figura estevaniana<sup>85</sup>. A sua vida e as suas actividades estiveram patentes através de retratos e quadros, fotografias, cerâmica, jornais, livros, autógrafos seus ou que destacados vultos da época lhe dirigiram, manuscritos, objectos de uso pessoal como a sua espada e pistolas, a cama onde faleceu e a urna onde a esposa guardou durante anos o seu coração, os diplomas que lhe concederam as duas ordens da Torre e Espada, a circular enviada por Costa Cabral que pôs a sua cabeça a prémio por um conto de réis, estudos de Columbano para o painéis dos Passos Perdidos da Assembleia Nacional... Por pressão do Governo Civil, outros elementos ficaram por expor, obrigando a que a exposição não tivesse a amplitude que estava inicialmente prevista<sup>86</sup>.

---

<sup>82</sup> José Estêvão, *Discursos Parlamentares*. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1983, p.261. Considerava inaceitável afastar as filhas dos pais em nome da religião, como inaceitável fora a actuação da Inquisição em seu nome.

<sup>83</sup> “José Estêvão, o homem e o mito”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº 1623, 3/11/1962, p.8. O Grémio Lusitano foi formalmente dissolvido pela Portaria de 21 de Janeiro de 1937 e a Lei nº1950 ditou a entrega dos seus bens à Legião Portuguesa.

<sup>84</sup> Interpretação confirmada nos depoimentos de Francisco Fernando da Encarnação Dias e Mário Gaioso Henriques.

<sup>85</sup> A exposição foi organizada pelo director do Museu, António Manuel Gonçalves, coadjuvado por José Pereira Tavares e Álvaro Sampaio. Algumas peças provieram ainda dos Museus de Aveiro e de Viseu, do Liceu de Aveiro, do Clube dos Galitos, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aveiro, da Fábrica Aleluia, e de particulares.

<sup>86</sup> Depoimento de Mário Gaioso Henriques.

Porém, não deixou de ser considerada uma “evocação excepcionalmente expressiva e elucidativa” que terá ajudado a compreender, mais do que os discursos crivados, a vida agitada do lutador intrépido e do tribuno popular, tanto pelo número como pela natureza e variedade das espécies apresentadas<sup>87</sup>. Não admira pois que este certame documental tenha efectivamente despertado grande interesse. A enorme afluência de visitantes de todas as condições sociais justificou que a exibição prevista para quinze dias fosse alargada até ao fim desse ano<sup>88</sup>.

### 2.3. O painel de José Estêvão



**Figura 53: Painel mural com a representação de José Estêvão, no Tribunal de Aveiro.**

<sup>87</sup> “O centenário de José Estêvão”, *O Primeiro de Janeiro*, nº305, 5/11/1962, p.1.

<sup>88</sup> “Centenário de José Estêvão”, *O Correio do Vouga*, nº1625, 17/11/1962, p.2 e “Exposição do centenário de José Estêvão”, *ibidem*, nº1626, 24/11/1962, p.2.

Foi pintado pelo artista aveirense Martins Barata<sup>89</sup> numa das salas de audiência do novo tribunal de Aveiro. Ao contrário do que *a priori* se poderia pensar, não foi integrado no programa do centenário, embora tenha sido realizado no mesmo ano e inaugurado poucos meses antes, a 8 de Julho, por Antunes Varela, ministro da Justiça. Contudo, Vale Guimarães inseriu-o na homenagem ao considerá-lo um “contributo inestimável”<sup>90</sup> para as comemorações do centenário da morte de José Estêvão, oferecido pelo ministro, na medida em que terá sido dele a sugestão de tomar o tribuno para tema da obra.

Prefigurar-se-ia uma representação em atitude declamatória e movimentada, inspirada no seu génio oratório, a faceta mais conhecida, como a consagrada para a eternidade na estátua de bronze da Praça da República de Aveiro. Porém, Martins Barata não considerou este aspecto o mais relevante. Escolheu retratá-lo numa atitude mais calma e segura, envergando com requinte o traje de gala da época, de que fazia parte a cinta, e no qual não era habitual representar o tribuno. Para servir de modelo à cabeça de José Estêvão, reproduziu o retrato que sua esposa teve sempre por mais fiel e que as suas netas cederam. A rodear a figura de José Estêvão, aparece uma resenha simbólica da sua vida. O artista assinalou os grandes serviços prestados à cidade: a passagem do caminho-de-ferro por Aveiro, a construção da estrada, pelo meio da ria até à Costa Nova, as obras do porto, a construção do liceu; evocou o palheiro da Costa Nova, que ofereceu como prenda de casamento à sua mulher; retratou com fidelidade o Batalhão Académico das lutas liberais, respeitando a farda realmente usada pelos seus soldados. Ao centro do fresco, surge o cabeçalho do jornal *O Portugal Velho*, símbolo do seu entranhado amor à liberdade para todos; finalmente, três cintas recordam mais três notáveis discursos: *Porto Pireu*, *Charles e Georges* e *Irmãos da Caridade*.

Esta representação espartilhada, elegante mas pouco frequente, causou decerto surpresa para que Vale Guimarães sentisse a necessidade de a justificar como a tentativa de evitar um parcelamento da personalidade de José Estêvão para privilegiar a procura do “homem inteiro”. Concluiu que o artista conseguira evidenciar “o poder íntimo que a gigantesca figura de José Estêvão conteve e não a sua imagem em momento fugaz”<sup>91</sup>.

---

<sup>89</sup> Martins Barata fora co-autor do projecto da nau «Portugal» e era consultor artístico da Administração Geral dos CTT. Não se apurou o motivo da escolha do artista para esta obra. Sabe-se, contudo, que substituiu Almada Negreiros, com quem existiu um contrato, anulado em Maio de 1961. Arquivo da Câmara Municipal de Aveiro, “Execução dum painel na sala de audiências 1960-61”, Cx1 - Arqº-Pº 2/5/9.

<sup>90</sup> F. Vale Guimarães, “Vai inaugurar-se o Palácio da Justiça”, *Litoral*, Aveiro, nº400, 23/6/1962, p.2.

<sup>91</sup> F. Vale Guimarães, “Impressões duma visita”, *Litoral*, Aveiro, nº402, 7/7/1962, p.6.

Contudo, parece evidente que, se não fora intenção relegar para segundo plano a figura mitificada do tribuno, o facto é que o seu aspecto ideológico foi mais uma vez, de forma inédita e em consonância com a orientação oficial das comemorações do centenário, subalternizado à evocação do homem, numa documentação da moda requintada da sociedade da época.

Não deixa ainda de ser curiosa esta inauguração à margem do centenário da morte, a um intervalo tão curto de tempo. Quando existiu vontade política, em 1940, retardaram-se ou anteciparam-se acontecimentos. Recorde-se que, em Aveiro, quer em 1940 quer em 1959, as festas de Santa Joana celebraram-se mais de um mês depois da data da efeméride. Em 1962, nada explica que a inauguração do tribunal não ocorresse quatro meses mais tarde ou que o Presidente Américo Tomás não comparecesse ao centenário da morte de José Estêvão senão a vontade política de o despir de cariz ideológico e de diminuir, em época particularmente autoritária, o impacto político que sempre exerceu na população aveirense. A todo o custo, evitou-se desfraldar o estandarte da liberdade e tudo se fez para que os ideais não fossem espargidos a toda a nação. Que mais explicaria que, somente um mês depois das comemorações, a 9 de Dezembro de 1962, Américo Tomás se deslocasse a Aveiro, numa visita presidencial, para fazer inaugurações<sup>92</sup>?

O capítulo seguinte tem como objectivo discernir a intenção política que existiu de, sob a capa de um discurso apregoadamente apolítico, legitimar o sistema político antiliberal, nacionalista e conservador, tal como ocorreu nas comemorações de 1940 e 1959, anteriormente estudadas. Pretende-se ainda dar conta das reservas expressas, cada vez mais veladas, e das formas usadas, cada vez mais subtis, à medida que a censura crescia em eficácia e impiedade e deixava de novo marcas indeléveis em Aveiro.

### 3. A instrumentalização política das comemorações

Não obstante a posição de não inserir qualquer tendência política nas comemorações e de ter nomeado uma comissão, banindo a já tradicional e democrática participação do povo nas homenagens estevanianas, o município também por várias vezes

---

<sup>92</sup> “Visita Presidencial”, *Litoral*, Aveiro, nº425, 15/12/1962, pp.1,3. Inaugurou o bairro «Américo Trindade Salgueiro», para pescadores, e o centro social «D. Manuel Trindade Salgueiro – Bispo do Mar»; prestou homenagem ao Eng. Duarte Abecassis, descerrando uma placa com o seu nome numa nova draga; visitou a Ponte da Varela, na Torreira.

expressiu o desejo de trabalhar em harmonia com toda a população interessada. De facto, como ficou demonstrado em ponto anterior deste trabalho, verificou-se a aceitação de algumas sugestões. Contudo, foram sistematicamente arredadas as diligências movidas por entidades conotadas com a oposição ao regime.

### 3.1. A oposição abafada

É interessante verificar que, em Aveiro, existia uma comissão de organização das manifestações democráticas. Como não se pretendia que estas comemorações seguissem esse trilho, não foi obviamente contactada. Curioso ainda é verificar que os jornais deram notícia da formação de uma comissão denominada “promotora das comemorações do centenário de morte de José Estêvão” que decidiu dar início às comemorações no dia 16 de Maio, associando mais uma vez José Estêvão e a luta pela liberdade. Chegou a convidar o democrata Cunha Leal para proferir, em Aveiro, nesse dia, uma conferência sobre o grande tribuno e a Revolução de 1828<sup>93</sup>. É óbvio que tal evento não chegou a realizar-se. Os serviços de censura impediram a publicação da notícia redigida com vista à divulgação do programa comemorativo desse dia<sup>94</sup>.

Outro caso deu-se com um grupo de pessoas que, numa carta peticionária entregue a 19 de Outubro na câmara municipal por João Sarabando<sup>95</sup>, primeiro signatário, apresentou propostas para a celebração do centenário, mas as viu rejeitadas por se intitulem “democratas” e não “municípes”. Reclamavam que um representante dos democratas portugueses fosse autorizado a discursar no cemitério e na sessão solene e que uma delegação dos democratas aveirenses pudesse depor uma placa comemorativa na estátua<sup>96</sup>. Recorda-se que, em todas as comemorações estevanianas, grandes vultos da

---

<sup>93</sup> “Comemorações do centenário da morte de José Estêvão Coelho de Magalhães”, *Litoral*, nº391, 21/4/1962, p.4. Os democratas aveirenses, a 14 de Março de 1958, assinaram o manifesto “Unidos e organizados até às urnas, apoiemos o Sr. Eng. Cunha Leal, o candidato da oposição democrática”.

<sup>94</sup> Ana Clara Correia, *História e Comemoração – Aveiro e a memória da Revolução de 16 de Maio*. Aveiro, Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Cultura, 2005, texto policopiado, p.33.

<sup>95</sup> João Evangelista Vieira Sarabando, em clara oposição ao regime, integrou o Movimento de Unidade Democrática e defendeu um clima de liberdade na ordem e um humanismo solidário e fraterno. Foi colaborador na imprensa local e nacional.

<sup>96</sup> Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro, Livro de minutas de actas, acta da reunião de 19/10/1962, CT-1953. Um mês depois dos festejos, a 4 de Dezembro, foram presos quinze democratas aveirenses, acusados de exercer actividades contra a segurança do Estado, em seguimento de um jantar comemorativo do 5 de

época, fiéis à causa da democracia<sup>97</sup>, usaram da palavra. Neste ano, mais se justificava a pretensão dos democratas que se viam privados, desde 1935, da representação de Luís Magalhães, filho de José Estêvão, o seu maior admirador e adepto da mesma doutrina liberal, que reafirmara em todas as efemérides.

O último e mais paradigmático caso prendeu-se com a criação polémica da Casa-Museu. *A priori*, e embora se encontrasse em fase de organização, teria sido a instituição mais vocacionada para impulsionar as comemorações. Pelo menos, depois da nomeação oficial da comissão municipal, a assembleia geral mostrou o intento de colaborar definindo o seu contributo na reunião de 24 de Março de 1962<sup>98</sup>. Resolveu que promoveria a exposição bioblioiconográfica, uma visita guiada ao histórico palheiro de José Estêvão, na Costa Nova, o prémio «Casa-Museu» de José Estêvão, a atribuir pela primeira vez pelo centenário ao melhor aluno dos estabelecimentos de ensino da cidade, mas destinado a ser perpétuo, e finalmente os “Jogos Florais Comemorativos do Centenário”.

Perante estas deliberações e programação de actos comemorativos, Jaime Ferreira da Silva, chefe do distrito de Aveiro, esclareceu de imediato num comunicado de imprensa que “a denominada «Casa-Museu de José Estêvão» não (tinha) existência legal”<sup>99</sup>. Mais ainda, inviabilizou a sua legalização requerida poucos dias depois, ao indeferir o pedido de aprovação dos seus estatutos. Por um lado, alegou a redundância da instituição uma vez que as suas finalidades culturais estavam já a ser cumpridas pela Câmara Municipal de Aveiro, com a organização do programa do centenário e com o desejo – que nunca se veio a concretizar - de criar uma “Sala de José Estêvão”, provisoriamente instalada no Museu Regional e posteriormente transferida para o futuro edifício da Biblioteca Municipal. Por outro lado, o governador civil acusou um propósito de acção com sentido político através da tentativa de apropriação da figura do tribuno como “símbolo de um pensamento doutrinário”<sup>100</sup>. Na verdade, as autoridades acusavam os elementos da Casa-Museu de serem adversos à situação política. Para a delegação da PIDE em Coimbra, a Casa-Museu

---

Outubro ( João Sarabando, Manuel das Neves, Manuel da Costa e Melo, Júlio Correia da Rocha Calisto, entre outros).

<sup>97</sup> Entre outros, referem-se Manuel de Arriaga, António Cândido, Joaquim de Melo Freitas, Sebastião e Jaime de Magalhães Lima, em 1889. Estes três últimos oradores voltaram a intervir em 1909.

<sup>98</sup> “Centenário de José Estêvão – Participação da Casa-Museu nas comemorações”, *Litoral*, nº388, 31/3/1962, p.4. Nessa reunião foram aprovados os estatutos e eleitos os corpos gerentes. Constavam, entre outros, Álvaro de Seça Neves, João Sarabando (da direcção), Pompeu Cardoso, José Morais Calado, Armando Seabra (da assembleia geral).

<sup>99</sup> “Centenário de José Estêvão – um esclarecimento do Governo Civil”, *Litoral*, nº389, 7/4/1962, p.4.

<sup>100</sup> “A Casa-Museu de José Estêvão- Despacho proferido pelo Governo Civil de Aveiro”, *Litoral*, Aveiro, nº390, 14/4/1962, p.5.

não passava “de um disfarce, utilizado pelos elementos oposicionistas para fins puramente políticos”<sup>101</sup>.

Em Aveiro, não deixa de ser paradoxal esta atitude por parte de quem proclamava querer dignificar a memória de José Estêvão e ao mesmo tempo pretendia retirar não somente às comemorações mas sobretudo à própria figura do homenageado a sua vertente ideológica e doutrinária, quando, ao longo de uma centúria, ela fora já recordada como o paradigma da luta pela liberdade. Será talvez oportuno, neste momento do trabalho, fazer uma breve análise da cor política de José Estêvão e registar a polémica que sempre a envolveu.

### 3.2. A cor política de José Estêvão

Ele próprio se afirmou “doutrinário” e expôs a sua doutrina, de forma a que “por ninguém (fosse) desfigurada”: a Constituição devia consagrar o princípio da soberania popular e garantir a ordem e a liberdade<sup>102</sup>. Antevendo as apropriações políticas dessas afirmações, declarou-se monárquico e deixou bem claro que não era “republicano nem esse nome (era) de apeteecer no nosso país”<sup>103</sup>.

Esta questão fora já levantada por ocasião da inauguração da estátua, em 1889. Perante a ausência de significação política nas festas por parte da comissão organizadora, o jornal *O Povo de Aveiro* não hesitou em publicar que “José Estêvão, se (...) fosse vivo (...), seria franca e abertamente republicano”<sup>104</sup>. Para este semanário, José Estêvão apenas foi monárquico porque não podia ser outra coisa na evolução política e social do país. Lembrou que nessa época, em França, estava triunfante a reacção monárquica e, sobre a república, pesava ainda a herança terrorista de 1793. O momento histórico não era favorável à expansão dos ideais republicanos nem à libertação das calúnias que cercavam os republicanos. Eram mal conceituados<sup>105</sup>. Nesse contexto, já se compreende a

---

<sup>101</sup> A.N.T.T., Fundo PIDE/DGS, Delegação de Coimbra, NT-4762, PI-28129, p.11.

<sup>102</sup> Discurso sobre o projecto da Constituição de 1838, in: José Estêvão, *Discursos Parlamentares*. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1983, pp.2-3. O papel que ele reservava à realeza era humilhantíssimo: tirava-lhe todas as prerrogativas, todos os direitos, toda a influência e deixava-lhe unicamente a dotação e os palácios para habitar.

<sup>103</sup> Ibidem, p.9. José Estêvão afirmou, depois de expor a sua doutrina: “talvez amanhã se diga que sou republicano (...). Mas eu não sou republicano”.

<sup>104</sup> Fernando de Aquino, “Reacção e Protesto”, *O Povo de Aveiro*, n°399, 11/8/1889, p.8.

<sup>105</sup> Abílio David, *O Povo de Aveiro*, n°400, 18/8/1889, p.8.

preocupação de José Estêvão em negar ser republicano apesar de sustentar princípios em extremo democráticos, que ele sabia susceptíveis de levar a pensar o contrário. As suas aspirações eram profunda e incontestavelmente republicanas mas brotaram num tempo que lhes era hostil e que obrigou José Estêvão a alguma flutuação política. Mais tarde, viria a declarar: “Eu pertença ao partido histórico (...). Pertença ao partido regenerador (...). Para o futuro pertencerei de certo ao partido que começa a formar-se (...)”<sup>106</sup>.

Contudo, *O Povo de Aveiro* explicitou que a cor das festas de 1889 devia ser essencialmente democrática e não republicana. O jornal não se cansou de reiterar que as festas de 12 de Agosto eram “a consagração da liberdade”, quer quisessem quer não, “as festas da democracia portuguesa”, “do grande partido da civilização e do progresso”, “de todo o país liberal”<sup>107</sup>.

Essa conotação política de José Estêvão perdurou ao longo do século já que, em 1962, era a vez do Partido Comunista Português reclamar, através da direcção da Organização Regional do Norte, a comemoração do 16 de Maio em frente à estátua de Aveiro, símbolo da causa pela liberdade. Apelou às massas operárias da Vista Alegre, de Cacia, da Gafanha, de São Jacinto, ao lado das populações de todo o distrito, a manifestarem pela liberdade, pela paz e pela democracia em volta da estátua<sup>108</sup>.

Nas comemorações de 1962, perante a impossibilidade de negar o que cem anos sedimentaram, as autoridades, para além de anularem a vertente doutrinária de José Estêvão, procederam a uma releitura do seu ideário, na tentativa de uma desmitificação.

### 3.3. A releitura do ideário político estevaniano

O aspecto ideológico, quando abordado, foi sempre subalternizado às qualidades intelectuais e humanas do homenageado ao mesmo tempo que foi contextualizado na sua época, como forma de minimizar o culto que a distância e a admiração constante mitificaram em Aveiro.

---

<sup>106</sup> Manifesto aos Srs. Eleitores do Círculo de Aveiro, Aveiro 21 de Abril de 1861, assinado por José Estêvão. Impresso no Porto, na Tip. Comercial, Rua de Bellmonte, 19.

<sup>107</sup> “Aveiro – Falemos claro”, *O Povo de Aveiro*, Aveiro, nº387, 28/5/1889, p.1 e “Aveiro – Arreda Canalha!”, *O Povo de Aveiro*, Aveiro, nº388, 2/6/1889, p.1.

<sup>108</sup> Esta manifestação seria também proibida pelo Governo Civil.



Alinhado na revisão oficial que o salazarismo fizera do século XIX, e como que a pretexto de ilibar as opções políticas erróneas de José Estêvão, Augusto de Castro sublinhou que ele vivera num período histórico “generoso, romanesco e dramático”, imbuído dos ideais exclusivos da liberdade e da pátria, e pertencera às gerações que ficaram marcadas por “percalços”, “sombras”, “erros”, e “quimeras”. Numa intenção depreciativa e redutora, não hesitou em inseri-lo num “ambiente de excessos” e ilusões, em que se defendiam as ideias “de capa e espada”, e em que “a liberdade por que eles se bateram foi por vezes apaixonada e mais verbal do que profunda e consciente”<sup>109</sup>.

*O Correio do Vouga*, semanário católico da diocese de Aveiro, viria reforçar esta minimização do idealismo liberal estevaniano. Para este órgão de imprensa, o José Estêvão anticlerical, republicano e democrata popular foi, na sua grande parte, um mito criado pelas gerações posteriores. Embora lhe reconhecesse a reprovável faceta de ardente defensor do liberalismo e algumas afirmações menos ortodoxas, atribuí-a-as à contaminação e à desorientação que “os erros liberais introduziram então na mentalidade portuguesa”<sup>110</sup>. E, como forma de repúdio pela doutrina liberal, recordou ainda as suas dramáticas responsabilidades históricas na luta que então “dividiu a Europa e o mundo civilizado” e o perigo que constituía por juntar “à chama incendiária dos seus postulados fundamentais (...) a utópica ingenuidade de tantas das suas aspirações”.

Mas o poder político não se limitou a desvalorizar o ideário político estevaniano contextualizando-o na sua época e apontando as influências e limitações do liberalismo. Procedeu ainda à apropriação de alguns ideais para os re-interpretar à luz da ideologia do regime conseguindo, numa nítida instrumentalização, que eles servissem a legitimação do poder salazarista.

Augusto de Castro procurou salientar as semelhanças que aproximariam os seus contemporâneos aveirenses da geração de José Estêvão ao estabelecer um paralelismo entre as duas épocas, atenuando assim a diferença gritante de falta de democracia e de empenho na sua conquista. Recordou que ambos os momentos se caracterizavam por um

---

<sup>109</sup> Discurso do Dr. Augusto de Castro, in: José Tavares, “Primeiro Centenário do Falecimento de José Estêvão (4 de Novembro de 1862 – 4 de Novembro de 1962)”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.38, 1962, p.309.

<sup>110</sup> “José Estêvão, o homem e o mito”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº1623, 3/11/1962, p.1. Jaime de Magalhães Lima, em 1909, discordara desta teoria de influências ao afirmar que um dos sinais mais evidente da robustez moral de José Estêvão fora justamente o de ter conseguido libertar-se dos “erros românticos do seu tempo”, das “flutuação e fraquezas próprias daquela época”. In: Jaime de Magalhães Lima, *José Estêvão*. Coimbra, Editor França Amado, 1909, p.83.

forte ataque estrangeiro: num caso, foram os exércitos ingleses e franceses que invadiram Portugal; no outro, eram as pressões internacionais e a recente invasão do território nacional pela Índia. Num prolongamento dos ideais políticos apregoados em 1940, ao qual não faltou a alusão à nau como metáfora de Portugal, Augusto de Castro lembrou que o país, mercê da sua alma nacional, sempre venceu as batalhas, escrevendo a história universal. Como outrora, era imperioso lutar pela independência. José Estêvão foi apresentado com “um dos artífices dessa alma que sempre (...) restituiu Portugal a Portugal”, na certeza de que saberia defender, nessa ocasião em que era novamente ultrajada a pátria, a sua honra e os seus direitos, “se ainda pudesse fazer-se ouvir”<sup>111</sup>. Mais ainda, considerou que nessa hora de provocação estrangeira, a voz de José Estêvão, imortalizada nos seus discursos *Charles et Georges* e *Porto Pireu*, exortava de novo os portugueses de 1962 à defesa da pátria.

A instrumentalização do seu ideário levou Augusto de Castro a citar o seu manifesto aos eleitores de Aveiro, em que definia o seu credo político poucos meses antes de morrer, e indicava o partido «que começa[va] a formar-se» como aquele a que se propunha pertencer<sup>112</sup>. Na interpretação de um homem do regime salazarista, este partido passou a ser, em 1962, o “da união e da concórdia”, cujo combate supremo visava prioritariamente servir a pátria. Segundo Augusto de Castro, a pátria fora “a grande chama” do génio de José Estêvão e “a razão” por que ele vivera. Enquanto as comemorações anteriores transformavam a homenagem a José Estêvão em festas da liberdade, Augusto de Castro subalternizou nele a liberdade ao patriotismo, ao apresentá-lo como um defensor da pátria e ao fazê-lo simultaneamente perfilhar o nacionalismo exacerbado que caracterizou o Estado Novo<sup>113</sup>. Quanto ao seu projecto de filiação num novo partido que não se parecesse com nenhum dos partidos existentes era então visto não como uma ruptura política mas como um apelo mais do que nunca actual à mobilização da consciência nacional, entroncando assim no imperioso unanimismo reclamado por Salazar,

---

<sup>111</sup> Discurso do Dr. Augusto de Castro, in: José Tavares, “Primeiro Centenário do Falecimento de José Estêvão (4 de Novembro de 1862 – 4 de Novembro de 1962)”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.38, 1962, pp.308-311.

<sup>112</sup> Nesse manifesto, escrito em Abril de 1861, José Estêvão declarava: “esse partido será a ligação de todas as capacidades prestáveis para a governação pública, tendo por intuito comum a civilização do País, em todas as suas formas.”

<sup>113</sup> O título da primeira página do *Diário de Notícias* de 5 de Novembro de 1962, em letras garrafais, era a frase do discurso de Augusto de Castro: “A Pátria foi a grande chama do seu génio e a razão por que esse génio palpitou”.

desde 1940, para a regeneração do país. Rejeitava-se qualquer dissidência liberal que pudesse refugiar-se à sombra dos ideais de José Estêvão.

Deste modo, o poder oficial acusava os democratas de usurpação da figura de José Estêvão, ao transformá-lo em ídolo doutrinário, mas adoptava o mesmo comportamento, ocultando ou minimizando a parcela do seu carácter que o levou a pugnar pela liberdade e pela justiça. A instrumentalização da figura estevaniana foi ainda mais longe com a tentativa de uma desmitificação.

### 3.4. A desmitificação do “mito” José Estêvão

Os centenários sempre visaram homenagear grandes homens, erigindo-os em exemplos para a posteridade. Embora Augusto de Castro conferisse esse estatuto a José Estêvão, não deixa de ser singular o facto de o ter também reduzido a «um homem»<sup>114</sup>, valorizando a sua simplicidade humana. Esta desmitificação, pouco vulgar numa comemoração centenária votada a uma personalidade a quem se prestou um verdadeiro e constante culto durante um século, seria continuada e clarificada na imprensa local.

Na verdade, o mito de José Estêvão baseava-se essencialmente na sua exaltação como revolucionário, soldado e tribuno eloquentíssimo na defesa da liberdade e tinha até então servido interesses políticos democráticos ou anti-salazaristas. Por isso, não repugnava evidentemente aos seguidores do regime adoptar uma atitude iconoclástica, mormente na terra onde José Estêvão era incondicionalmente idolatrado. É que, como mito, a evocação de José Estêvão era fonte de divisão entre os seus adoradores e os que dele divergiam. Como homem, tão-somente podia gerar a união dos aveirenses, enraizada na admiração e orgulho que suscitavam as suas qualidades invulgares, o seu patriotismo exemplar e a sua benemerência pela terra natal<sup>115</sup>.

Outra tentativa de, se não diminuir o respeito pela sua memória, reduzir pelo menos o seu culto residiu na estranha polémica que se gerou no semanário *Litoral*, com o propósito pouco habitual de esclarecer, a cem anos de distância, as condições materiais de

---

<sup>114</sup> Discurso do Dr. Augusto de Castro, in: José Tavares, “Primeiro Centenário do Falecimento de José Estêvão (4 de Novembro de 1862 – 4 de Novembro de 1962)”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.38, 1962, p.310.

<sup>115</sup> “José Estêvão, o homem e o mito”, *O Correio do Vouga*, Aveiro, nº1623, 3/11/1962, pp.1, 4, 8.

José Estêvão à data da sua morte<sup>116</sup>. Ao longo de um século, quer nos centenários celebrados a muitas pessoas ilustres, quer em comemorações estevanianas, nunca tal pergunta fora feita.

Com intenção ou por inadvertência, certo é que foi pormenorizadamente recordado que José Estêvão morreu pobre e que os seus escassos bens foram vendidos em praça pública para saldar as dívidas contraídas. Na hora da celebração do centenário, alguns admiradores de José Estêvão insurgiram-se contra esta exposição que consideraram pouco respeitosa da memória de José Estêvão por a julgarem “dura, fria, cortante” e inexacta de factos que foram públicos e que, de resto, em Aveiro, poucos ignoravam<sup>117</sup>. Houve necessidade de justificar a situação económica de José Estêvão pela sua patriótica e desinteressada abnegação, pela sua lendária generosidade, pela sua agitada vida política, entrecortada de revoluções e exílios. Estes defensores da memória do grande tribuno, receando a sua dignidade atingida pela recordação de um episódio frio e lacónico da sua história, numa hora que devia ser de glorificação, viram-se reduzidos a lembrar que “a pobreza não é vergonha” e que o “nome honrado, venerado e amado” que legou à família e à nação foi mais valioso que qualquer bem material<sup>118</sup>.

Não é de crer que a desmitificação visasse a depreciação da memória de José Estêvão, inaceitável em Aveiro, mas centrou certamente a matriz discursiva nos seus valores humanos. Consequia-se assim diminuir o símbolo mitificado da luta pela democracia, fazendo-o descer do seu pedestal e transformando-o em exemplo unificador de virtudes humanas e cívicas.

---

<sup>116</sup> A polémica surgiu da pergunta “José Estêvão morreu rico?”, apresentada na secção “O leitor tem a palavra ... Aveiro através de perguntas e respostas” do nº381 do *Litoral*, de 10/2/1962, p.7, e da resposta assinada por um senhor X. Invocando a obra *Subsídios para a História de Aveiro*, de Marques Gomes, alterou o texto original transcrevendo “José Estêvão morreu tão pobre que até a sua espada gloriosa foi vendida em leilão, conjuntamente com as próprias camisas, a requerimento dos credores” em vez de “fizeram com que José Estêvão morresse pobre, e tão pobre que até a sua espada gloriosa...”

<sup>117</sup> “Aveiro através de perguntas e respostas”, *Litoral*, Aveiro, nº382, 17/2/1962, p.4. e “José Estêvão”, *ibidem*, nº386, 17/3/1962, pp.1, 3. Tomaram parte na polémica o desembargador Jaime de Melo Freitas, a redacção do jornal, e os autores dos artigos assinados J.M. e L.V.

<sup>118</sup> Cita-se a quadra do poeta aveirense Fernando de Vilhena, proferida pelo próprio no Teatro Aveirense a 1 de Maio de 1881, num recital em benefício da estátua aveirense: «Avassala tudo aquela voz potente / Escrava da consciência imaculada e nobre! / E, como galardão ao seu poder ingente,/ Tem um laurel eterno – é ter morrido pobre».

### 3.5. Um programa supostamente cumprido

Enquanto no final das comemorações centenárias em geral e das comemorações estevanianas em particular era frequente os títulos dos jornais concluírem do brilhantismo dos festejos, no centenário de 1962, a imprensa aveirense, curiosamente, informa: “Cumpriu-se o programa do centenário de José Estêvão”<sup>119</sup>. Para um leitor desatento, o título poderia ter apenas parecido pouco interessante ao mesmo tempo que dava simplesmente conta de um acontecimento desprezível. Mas, para o leitor avisado, ele era uma proclamação de vitória quando se sabe que, no dia 2 de Novembro, véspera do início das comemorações, o *Jornal de Notícias* e *O Primeiro de Janeiro* anunciavam ter recebido a informação da comissão organizadora de que, “não sendo possível realizar o programa previsto, foi decidido adiar essas comemorações para data a marcar oportunamente”<sup>120</sup>.

A comissão, reunida nesse próprio dia, protestou nada ter a ver com essas notícias, absolutamente falsas. Na impossibilidade de ripostar por escassez de tempo, decidiu imprimir e distribuir um folheto ao povo aveirense esclarecendo que a informação era de origem clandestina e destituída de veracidade e reiterando o convite à sua participação. Se não se conhecem os autores desta falsa notícia, ocorrência única na história das comemorações, já era evidente o seu fim, sem dúvida político, de prejudicar as comemorações que se queriam apolíticas. O título aveirense constituía a resposta a quem quisera lesar o centenário estevaniano. Contudo, embora se tivesse apregoado o cumprimento do programa, seria faltar à verdade não registar que ele pôs de parte vários números politicamente indesejáveis pelo poder oficial.

Sob proposta da Secção Filatélica e Numismática do Clube dos Galitos, a câmara, na sua qualidade de entidade oficial promotora das comemorações, solicitou aos C.T.T. a emissão de um selo ou selos dedicados ao centenário da morte de José Estêvão, confiante que não seria negada. Essas edições comemorativas eram habituais e haviam marcado outros centenários. Supõe-se que este pedido da cidade de Aveiro fora bem recebido mas, paradoxalmente, os Correios também terão alegado ser contra “selos individuais isolados” preferindo integrá-lo “numa série dedicada a alguns dos mais eminentes oradores

---

<sup>119</sup> “Cumpriu-se o programa do centenário de José Estêvão”, *Litoral*, Aveiro, nº420, 10/11/1962, p.1.

<sup>120</sup> “Comemorações do centenário da morte de José Estêvão”, *Jornal de Notícias*, Lisboa, nº152, 2/11/1962, p.3.

portugueses”<sup>121</sup>. Embora não se tenha tido acesso a qualquer outra justificação, certo é que o selo não foi editado nem de forma isolada nem integrado numa série. É plausível, porém, conjecturar um motivo político. É que, se o selo não veio a prelo, o presidente da Secção Filatélica e Numismática do Clube dos Galitos, quanto a ele, não escapou, pouco tempo depois, à interdição imposta pela Direcção dos Serviços de Censura de assumir as funções de director do Boletim “Selos e Moedas”, apesar do mesmo boletim ficar dispensado de censura prévia<sup>122</sup>.

Não deixa de ser digno de registo, ainda, o facto de não se ter efectuado, como previsto no programa das comemorações, a publicação de um catálogo que documentasse a exposição biobiblioiconográfica, como era, aliás, prática comum, criando uma memória de tantos testemunhos pela primeira vez juntos e exibidos ao público. Embora não se tenha tido acesso a qualquer indicação de uma inviabilização por motivos políticos, também não se encontrou, estranhamente, qualquer referência ao assunto, parecendo contudo improváveis razões orçamentais. Na verdade, importa ter presente que tanto existia a possibilidade de atribuição de subsídios para o efeito, por parte quer do Instituto de Alta Cultura<sup>123</sup> quer do Secretariado Nacional de Informação, o qual, aliás, custeou a grande parte de *José Estêvão*, a publicação incluída no programa, como a família do homenageado tinha dado mostras de alguma disponibilidade financeira<sup>124</sup>.

Parece óbvio que estas omissões programáticas de tudo quanto poderia constituir memória do centenário, reactualizando e projectando por conseguinte a memória de José Estêvão no tempo e fora de Aveiro, terão tido uma motivação política. Estas comemorações estevanianas, que se desejaram absolutamente privadas de orientação político-ideológica, justificando mesmo a omissão do carácter doutrinário essencial na

---

<sup>121</sup> V.C., “Os próximos selos de Portugal continental”, *Diário de Lisboa*, Lisboa, 14/10/1962, p.19.

<sup>122</sup> Carta do Director dos Serviços de Censura dirigida à Secção Filatélica e Numismática do Clube dos Galitos, datada de 8/1/1963. O director era José da Purificação Morais Calado, assumidamente republicano. Cumpria pena de prisão no Aljube em 1936, por distribuição de propaganda subversiva, e foi também vogal da Casa-Museu José Estêvão, em organização. Era considerado como um “dos republicanos históricos” e um elemento activo da oposição em Aveiro. A.N.T.T., Fundo PIDE/DGS, NT-4762, PI-28129, pp. 1-4.

<sup>123</sup> Poucos meses antes do evento, o Instituto de Alta Cultura remetera à câmara a importância considerável de cinquenta contos, como subsídio para despesas com as publicações comemorativas do Milenário e Centenário da cidade, tendo sido, em consequência, deliberado proceder à continuação da publicação *Colectânea de Documentos Históricos*, três anos após a efeméride. In: Arquivo da Câmara Municipal de Aveiro, Acta nº12 da Comissão Municipal de Cultura, 11/8/1962, Arq.º Pº 9-54-1, 1957-1967, Cx.166.

<sup>124</sup> Ofertou quatro contos para serem distribuídos pelos pobres da cidade. In: ibidem, Arq.º Pº 9-37-2, Cx. 148.

personalidade homenageada, foram paradoxalmente as mais politicamente instrumentalizadas pelo poder autoritário instalado.

Apesar da posição oficial dos festejos, alinhada nos princípios ideológicos do Estado Novo, e das conhecidas limitações do direito à expressão, algumas reservas foram timidamente esboçadas, por parte de individualidades insuspeitas pelo poder central mas que se afastariam cada vez mais das suas opções ditatoriais. A oposição depreende-se mais propriamente do que ficou por dizer do que do que foi dito.

#### 4. Algumas reservas à orientação dos festejos

##### 4.1. A acção isolada de Eduardo Cerqueira

A menos de um mês da celebração do centenário da morte, consciente das limitações das comemorações oficiais, Eduardo Cerqueira<sup>125</sup> estranhava que os aveirenses se conservassem “quedados e mudos” diante do acontecimento colectivo ímpar que deviam preparar, e advertia que não era possível “abdicar no vizinho ou numa abstracção e lamentar depois o pouco que se (houvesse) dito ou feito”<sup>126</sup>. Exortava os aveirenses a vencerem a “aparente indiferença” que votavam aos festejos, seguro que não correspondia ao “sentimento profundo de veneração” que a população sempre nutrira pelo maior filho da terra. Expressava o desalento de se encontrar “quase desacompanhado” no que julgava ser “uma obrigação cívica” de evocar a memória de José Estêvão e acusava “a condicional e discreta acção das entidades responsáveis pelas comemorações”<sup>127</sup>. Limitado pela vigilância da censura que tudo visava, propôs-se dar a conhecer, teimosamente, factos ou escritos que revelassem a estatura simbólica e exemplar de um José Estêvão venerado, sem escamotear a parte ideológica e política.

A evocação da sua amizade para com a ilustre família aveirense Ferreira Pinto Basto foi o pretexto para insistir na sua apresentação como uma individualidade excepcional, um lutador intrépido ao serviço de um ideário. Ele continuava a ser um “paradigma de inteireza e isenção moral”, “a personalização simbólica de um ideal”, “um

---

<sup>125</sup> Eduardo Ala Cerqueira era funcionário público, tendo assumido cargos de responsabilidade em associações e comissões cidadinas, entre os quais a presidência da Junta Autónoma do Porto de Aveiro (de 1971 a 1977).

<sup>126</sup> Eduardo Cerqueira, “José Estêvão visto por contemporâneos”, *Litoral*, Aveiro, nº415, 6/10/1962, p.1.

<sup>127</sup> *Ibidem*, p.5.

prosélito e apóstolo de uma causa que apaixonadamente serviu e exaltou”<sup>128</sup>. O mesmo propósito serviu a proximidade da data do aniversário da sua morte com a do Dr. Alberto Souto, grande admirador de José Estêvão a quem dedicara vários artigos. Foram citados aqueles que glorificavam o apoio do tribuno à obra de fomento da chamada regeneração e que, a par da sua virtuosa eloquência, valorizavam as suas práticas capacidades políticas e governativas e a solidez do seu pensamento em prol da liberdade<sup>129</sup>. Insistentemente se reafirmou que o caudilho liberal “teve um partido, que foi o da democracia e o da liberdade” e que defendeu extrema e incorruptivelmente as regalias populares e o sufrágio universal. A colectânea dos depoimentos pouco conhecidos dos contemporâneos de José Estêvão incidiu mais uma vez sobre a sua vida revolucionária e pública para o atestar como “um grande homem”, inextinguível na simpatia que votou à gente do povo e na luta pelos seus direitos. Foi louvado como “o imortal defensor da liberdade”, “o leão da liberdade” ou como “o democrata de costumes simples”<sup>130</sup>. Para evitar um procedimento anacrónico, Eduardo Cerqueira apenas o definiu como monárquico mas também como “precursor do regime republicano”.

Neste quadro político, não podia faltar a reconstituição pormenorizada da inimizade que José Estêvão nutria por Costa Cabral, antigo amigo partidário, e o lendário e iníquo episódio em que a perseguição cabralista pôs a cabeça do guerrilheiro evadido da Praça de Almeida a prémio. Numa época em que reinava o medo da PIDE e eram frequentes as prisões políticas dos opositores ao regime, não parece inocente esta denúncia de falta de independência política de António Bernardo de Costa Cabral, que abandonou a oposição para ocupar o cargo de ministro da Justiça, e da sua falta mesquinha de lealdade<sup>131</sup>, quando transformou uma amizade em perseguição odiosa.

Eduardo Cerqueira reiterou, por fim, o domínio absoluto que José Estêvão exerceu na população aveirense, observado e descrito em 1909 por Jaime de Magalhães Lima e

---

<sup>128</sup> Eduardo Cerqueira, “José Estêvão e os Ferreira Pinto Basto”, *Litoral*, Aveiro, nº391, 21/4/1962, p.1.

<sup>129</sup> Idem, “José Estêvão e Alberto Souto”, *Litoral*, Aveiro, nº419, 3/11/1962, p.1. Alberto Souto falecera a 23 de Outubro de 1962.

<sup>130</sup> Idem, “José Estêvão visto por contemporâneos”, *Litoral*, Aveiro, nº415, 6/10/1962, pp.1,5. Foram transcritos trechos de Ricardo Guimarães e Henrique das Neves e citados Bulhão Pato, Rebelo da Silva, Magalhães Lima, Freitas Oliveira e Marques Gomes.

<sup>131</sup> Em 1837, quando José Estêvão iniciou a sua vida parlamentar na oposição, Costa Cabral, então a figura proeminente da fracção mais irrequieta do partido setembrista, exerceu sobre ele influência e suscitou a sua amizade. Chegaram a ser parceiros na Sociedade Patriótica Lisbonense, conhecida pelo *Clube dos Camilos*. Em Julho de 1840, num discurso de ataque ao Governo, José Estêvão, consternado, recriminaria Costa Cabral por se haver transviado, lançando o fermento de rancores terríveis. In: Eduardo Cerqueira, “A reivindicta de um antigo amigo – José Estêvão e Costa Cabral”, *Litoral*, nº 423, 1/12/1962, pp.1,5 e nº 425, 15/12/1962, p.1



referido em ponto anterior deste trabalho, e avisou que a influência efectiva do seu espírito continuava a exercer-se de forma idêntica, em 1962, “como perpétua fonte de inspiração”<sup>132</sup>. Lembrou que essa quase idolatria pela memória de José Estêvão não se confinou aos seus conterrâneos e, para o demonstrar, recorreu a uma retrospectiva das comemorações apoteóticas do primeiro centenário do seu nascimento, em Lisboa, a 26 de Dezembro de 1909.

Não será muito errado concluir que esta alusão ao passado, no mínimo curiosa no ano em que a primazia devia ser dada às comemorações do centenário da sua morte, terá provavelmente servido outros intentos que não uma intenção probatória da sobrevivência da admiração por José Estêvão, para além da sua morte, fora de Aveiro, a qual quase parece um propósito impertinente ou ocioso numa comunidade onde ele sempre foi idolatrado, e onde o próprio Eduardo Cerqueira reconheceu que não era de todo necessário “ensinar” José Estêvão. Incontestável é que esta comemoração reavivada permitiu, por um lado, realçar o seu cariz ideológico e acentuar a ausência dele no programa de 1962. Eduardo Cerqueira escolheu transcrever trechos dos discursos do professor Dr. Egas Moniz e de Alexandre Braga em que encararam José Estêvão no seu aspecto de “agitador”, “revolucionário” e amante da liberdade e em que recordaram todos os episódios políticos da sua vida, desde o ingresso no Batalhão Académico em 1828 ao regresso do seu exílio em Paris, em 1846. Apreciavam-no como lutador incansável contra o absolutismo, propugnador contra o ensino religioso, e defensor tolerante da liberdade para todos, “para aqueles mesmo que a haviam combatido”.

Por outro lado, se este artigo não foi uma crítica assumida, pelo menos sublinhou, por contraste, o despropositado e reduzido localismo dos festejos previstos para esse ano e a modéstia das cerimónias programadas. Em 1909, em Lisboa, estiveram presentes um representante do Governo, figuras de relevo como o conselheiro Ferreira do Amaral, Consiglieri Pedroso, Agostinho Fortes e Egas Moniz e participaram inúmeras entidades, envolvidas em sessões diversas<sup>133</sup>.

---

<sup>132</sup> Eduardo Cerqueira “Como Lisboa comemorou o centenário do nascimento de José Estêvão”, *Litoral*, Aveiro, n.º393, 5/5/1962, pp.1, 3.

<sup>133</sup> O Governo foi representado por Henrique Schindler. Decorreram sessões solenes no Asilo de S. João, fundado por José Estêvão, no Salão nobre da Câmara Municipal de Lisboa, por iniciativa da Associação de Socorros Mútuos José Estêvão; no Grémio Lusitano; no Centro Escolar José Estêvão onde foram criados dois prémios pecuniários para os alunos com melhor aproveitamento. Ver: *A Lucta*, Lisboa, n.º 1442 a 1446, 23/12/1909 a 25/12/1909.

A mais de seis meses da realização das comemorações, este artigo, publicado em Maio, não conseguiu, por sugestão, alterar o projecto traçado pela Câmara Municipal de Aveiro. Tão-pouco o apelo lançado mais tarde por Vale Guimarães, no mesmo sentido, conseguiria qualquer desvio à matriz programática inicial. De forma mais incisiva, o antigo governador civil de Aveiro declarava que seria lastimável que “as comemorações ao menos não se aproximassem do nível brilhantíssimo que atingiram, em 1909, as do centenário do nascimento”<sup>134</sup>. Ficaram muito aquém.

#### 4.2. A ausência lastimável de Alberto Souto

Para além das limitações políticas impostas, Eduardo Cerqueira e Vale Guimarães foram uníssonos em considerar outro factor para a sobriedade dos festejos de 1962: a ausência de Alberto Souto.

Toda a sua vida, dedicara uma admiração constante a José Estêvão, e exaltara-o ao longo de mais de meio século de vida pública. Desde 1907, chamara a atenção para a importância de comemorar o centenário do nascimento e, como preparação para o ambiente das comemorações, proferiu uma conferência sobre o pensamento e acção política de José Estêvão, focando o seu espírito de tolerância e independência. E, desde Abril de 1958, na qualidade de presidente da câmara, previra que se promovesse o centenário da morte pelo menos da forma condigna como liderou as festas do Milenário da cidade e com a condição que exprimira para os festejos de 1909, e que Eduardo Cerqueira reavivou em 1962, em plenas comemorações:

“Se o povo de Aveiro sublimasse a memória de José Estêvão simplesmente atendendo aos materiais benefícios que ele lhe conseguiu, desprezando a acção política e social (...), esquecendo a sua vida de sacrifícios e a sua dedicação ao bem público, à prosperidade da pátria (...), daria uma prova bem triste de inferioridade intelectual, de fraqueza moral, de ausência de educação cívica”<sup>135</sup>.

---

<sup>134</sup> Francisco Vale Guimarães, “Vai inaugurar-se o Palácio da Justiça”, *Litoral*, nº400, 23/6/1962, p.2.

<sup>135</sup> Eduardo Cerqueira, “José Estêvão e Alberto Souto”, *Litoral*, Aveiro, nº419, 3/11/1962, p.1.

Se tivesse assistido às comemorações do centenário da morte, as suas expectativas teriam sido decerto goradas e a decepção grande. Alberto Souto falecera em Outubro de 1961 mas, através de uma demissão forçada por motivos políticos e administrativos, o poder salazarista já o havia afastado da presidência da câmara em Junho desse ano. Embora abraçasse o ideal republicano, ele depositara esperanças nas realizações do novo regime e, sendo uma personalidade reconhecidamente idónea no campo da política e prestigiada na área da investigação, conquistara até então a confiança do poder salazarista<sup>136</sup>. A vereação, confrontada, incrédula, com a sua obrigação de pedir a exoneração do cargo de presidente da câmara, aprovou por unanimidade que fossem enviados telegramas ao presidente do Conselho, ao ministro do Interior e ao governador civil a solicitar a sua manutenção, em virtude de não encontrar “razão palpável para que o Município (fosse) sacrificado com a sua saída”<sup>137</sup>. Vale Guimarães qualificou a sua perda para Aveiro como “irreparável” e a sua falta para as comemorações do centenário como “enorme”<sup>138</sup>. É que, para Vale Guimarães, não se podia falar de José Estêvão sem se falar das suas ideias. E para o fazer com entusiasmo, apenas o conseguiria quem as perfilhasse. Por isso, Alberto Souto teria sido a pessoa indicada. Não somente era tido como o maior orador aveirense, com Cunha e Costa, depois de José Estêvão, como também seria convictamente inspirado “pela sua formação democrática”, já que “perfeitamente integrado nas ideias do tribuno”.

Numa afirmação da sua postura parcimoniosa e crítica face à orientação política do poder<sup>139</sup>, Vale Guimarães, que sempre manteve uma relação de diálogo e respeito com as forças opositoras aveirenses, anunciou a intenção de publicar um folheto em que analisava as razões da demissão de Alberto Souto, com a previsão de “arestas contundentes” para o Governo Civil, e pediu celeridade à câmara municipal para que se erigisse a estátua de homenagem ao “símbolo e apóstolo do conteúdo ideológico do aveirismo”, segundo “procurador inexcedível da terra e do povo”<sup>140</sup>. Finalmente recriminou a total ausência de

---

<sup>136</sup> Segundo informações do seu neto portador do mesmo nome, Alberto Souto foi afastado da Câmara por ter participado numa reunião conspiratória da campanha de Craveiro Lopes, em 1961.

<sup>137</sup> Livro de Actas da Câmara Municipal de Aveiro, reunião ordinária de 14/7/1961, p.103.

<sup>138</sup> F. Vale Guimarães, “Urge erguer o monumento ao que foi símbolo e apóstolo do aveirismo”, *Litoral*, nº418, 27/10/1962, p.5.

<sup>139</sup> Vale Guimarães também viria a cair em certa suspeição política por parte do Governo devido a uma acção de moderação desenvolvida enquanto governador civil face à pressão salazarista, que permitiu a realização dos Congressos da Oposição Democrática em Aveiro.

<sup>140</sup> Idem, ibidem. A publicação do folheto foi suspensa por ter coincidido com a morte do governador civil, Jaime Ferreira da Silva, e por se ter assim considerado o momento impróprio. A iniciativa da homenagem ao

um acto camarário que assinalasse o primeiro aniversário do falecimento do seu antigo presidente, realçando-o como “cidadão que ajudou a implantar a República” e livrou Aveiro das perseguições até ao momento em que as instituições seculares foram substituídas.

Também Eduardo Cerqueira juntou a memória dos dois ilustres aveirenses numa mesma evocação e, suplantando timidamente a lacuna pedagógica das comemorações do centenário, apontou-os a ambos, cada um no seu âmbito, como “fontes constantes e inexauríveis de inspiração e incitações”. Porque se vivia em momentos particularmente difíceis da ditadura, Eduardo Cerqueira fizera um apelo velado a incitações que, coarctado, não mencionou.

#### 4.3. A intervenção de Vale Guimarães

Ao publicar dois artigos sobre a inauguração do Tribunal de Aveiro na imprensa local, Vale Guimarães teve o mérito de não deixar passar incólume o painel de José Estêvão, da autoria de Martins Barata, porque, não tendo sido integrado no programa do centenário, não lhe foi dado qualquer relevo. Procedeu a uma descrição completa, sendo mais uma oportunidade para divulgar todas as facetas de José Estêvão: os benefícios que legou a Aveiro, as suas glórias como soldado defensor da liberdade, os seus discursos empolgantes, o seu espírito de tolerância e amor inexcedível à liberdade, a sua independência moral. E sob o elogio e gratidão dirigidos a Antunes Varela, ministro da Justiça, que possibilitou a construção do tribunal e a pintura do fresco, foi a ocasião para acusar a diferença abismal que separava o regime salazarista do ideal de democracia e liberdade de José Estêvão bem como, subtilmente, censurar a sua ainda mais grave falta de tolerância e abuso de autoridade, que ficara mais uma vez nitidamente marcada em Aveiro, poucos meses antes, com a interdição de se constituir a Casa-Museu José Estêvão. Adoptando um discurso modal supérfluo mas ao mesmo tempo politicamente cauteloso, Vale Guimarães conjectura que:

---

Dr. Alberto Souto foi do Clube dos Galitos. A câmara pediu que se aguardasse algum tempo para se estudar a melhor localização para a estátua, que viria a ser inaugurada a 29 de Novembro de 1970.

“Pode o ministro não conceder ao problema da liberdade a audiência e o amor que lhe dispensou José Estêvão. Pode, na hierarquia dos valores, colocá-la abaixo da autoridade, quando para o tribuno uma e outra eram valores do mesmo nível, que se completavam para que, na ordem real, um deles não subjugasse o outro. (...) Mas se o for, o Dr. Varela, ao eleger o príncipe dos oradores para figurar em nobre salão do tribunal, prestigiou-se, porque se mostrou isento e respeitador das ideias que informaram José Estêvão. Foi tolerante.”<sup>141</sup>

Mais ainda. Vale Guimarães acaba por converter esta benevolência tolerante do ministro em “homenagem ao espírito aveirense”, considerando-se que José Estêvão foi o seu maior representante. Com efeito, a escolha de tomar José Estêvão como tema do fresco não foi vista apenas pela sua naturalidade ou profissão, mas porque “a personalidade do imortal aveirense (se quadrava) com a finalidade do Palácio de Justiça, pois toda a sua acção – de militar, de advogado, de professor e de parlamentar – mais não foi do que luta sem tréguas pela justiça”. É difícil não ver aqui a evocação subtil de um seguidor dos Mártires da Liberdade, que deram a vida em troca de um ideal que consideravam justo, associando-os indissolivelmente ao espírito aveirense e ecoando o que já apregoara Homem Cristo em 1889: o povo aveirense era “altivo, livre como o mar que o cerca, não (admitia) despotismos”<sup>142</sup>.

Na opinião de alguns contemporâneos<sup>143</sup>, não se teriam realizado as comemorações sem Vale Guimarães. O pouco que se conseguiu esquivar ao freio da censura política se deveu à influência e destaque que Vale Guimarães granjeou nos quadros do regime e que lhe possibilitaram, em virtude da sua formação liberal, imprimir alguma moderação na pressão autoritária do Governo. Ficaram-se-lhe a dever, numa época particularmente autoritária do regime, estes festejos democráticos, embora modestos, e, enquanto desempenhou o cargo de governador civil do distrito<sup>144</sup>, a realização de dois congressos republicanos, em 1957 e em 1969, e o Congresso da Oposição Democrática, em 1973. Vale Guimarães assumira publicamente, numa homenagem que lhe fora dirigida em 1960, que

---

<sup>141</sup> Francisco Vale Guimarães, “Vai inaugurar-se o Palácio da Justiça”, *Litoral*, n.º400, 23/6/1962, p.2.

<sup>142</sup> “12 de Agosto de 1889”, *O Povo de Aveiro*, n.º 399, 12/8/1889, p.2.

<sup>143</sup> Baseamo-nos nos depoimentos de Francisco da Encarnação Dias e Mário Gaioso Henriques.

<sup>144</sup> Em 1962, Vale Guimarães ocupava um lugar de direcção nos C.T.T. Foi governador civil de 4/1954 a 1/1959 e de 11/1968 a 2/1974.

“era questão de consciência integrar a actuação política ao gosto local”, em que, segundo ele, predominava o ideal de liberdade<sup>145</sup>.

Mas longe ia o tempo da ousadia na expressão de um Homem Cristo que aproveitava a apoteose da inauguração da estátua, em 1889, para recordar e proclamar que Aveiro, a primeira a imolar atrozmente os seus filhos pela causa liberal, estava destinada a ser “farol das (...) liberdades públicas”<sup>146</sup>.

Em 1962, não foi possível indicar abertamente o caminho das reivindicações e das transformações que era urgente exigir. Todavia, as fissuras que lentamente fizeram periclitar o regime passaram por Aveiro.

---

<sup>145</sup> “A Homenagem ao Dr. Vale Guimarães”, *Litoral*, nº296, 25/10/1960, pp.1,9. Vale Guimarães sabia que “para a maioria dos aveirenses, depois da saúde, que agradecem a Deus, a liberdade é o maior bem que podem usufruir”.

<sup>146</sup> Freitas Oliveira, *José Estêvão – Esboço Histórico*. Lisboa, Soc. Tip. Franco-Portuguesa, 1863, p.29.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, fica patente o êxito propagandístico da comemoração áurea do Estado Novo em Aveiro, vista sob o prisma de uma tentativa evidente de legitimação ideológica e histórica do regime. A par da participação activa e efectiva da província, mesmo quando arredada do programa comemorativo, como se provou no caso de Aveiro e do seu distrito<sup>1</sup>, os centenários conseguiram que os seus ideais ecoassem quase vinte anos mais tarde, nas festas locais da celebração do Milenário e do Duplo Centenário de Aveiro.

Nesse evento, que se prolongou por vários meses, de forma inusitada e irrepetida na cidade lagunar, os discursos, as exposições, os cortejos repercutiram, a uma distância de vinte anos, a unidade dos arquétipos apregoados pelo poder político, reiterando e assumindo perante o auditório ou o espectador local a assunção das posições ideológicas do poder vigente. Afirmava-se uma política ruralista e colonialista de um Portugal multirracial e pluricontinental indivisível. Para o efeito, procurou-se fundamento na exaltação da história pátria mitificada, com a valorização de períodos áureos do passado, mormente dos Descobrimentos, e na afirmação da existência de uma alma nacional portuguesa interpretada de acordo com os valores que se procuravam veicular. O passado assim recriado projectava a nação para a vanguarda da civilização universal, conferindo-lhe uma vocação civilizadora. No contexto europeu, e à medida que a ordem internacional se modificava com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Império português, ao invés dos restantes, era apresentado como uma herança histórica intrínseca da identidade nacional que justificava a negação do direito à autodeterminação dos povos colonizados. Em Aveiro, este propósito foi habilmente conseguido, numa demonstração clara de apropriação da ideologia do regime, com a inauguração da estátua de João Afonso de Aveiro que, apesar de não manter qualquer relação com as efemérides históricas celebradas, permitia a exaltação dos valores históricos desejados.

Ambas as comemorações foram marcadas pela presença das entidades ou representantes do poder central. Os ministros, os representantes locais, o Presidente da República eram aclamados independentemente das efemérides e personagens homenageadas, desviando as atenções das causas homenageadas. A sua presença, para além de gerar grande fervor patriótico, permitia que se prestasse culto a Salazar, mesmo

---

<sup>1</sup> Lamentavelmente, não conseguimos localizar outro estudo idêntico, relativo a outro distrito ou cidade, que nos possibilitasse concluir sobre a singularidade do distrito de Aveiro nesta matéria.

quando ausente, por ser tido como o grande responsável pelo progresso do país, em suma, como o salvador da pátria. Cultivava-se um nacionalismo autoritário em que a nação se confundia com o Estado e com o próprio regime estadonovista.

Em Aveiro, em 1959, esteve bem patente a dualidade do regime entre a mitificação do passado e da tradição e a demanda de modernidade. Ao mesmo tempo que se exaltavam acontecimentos históricos como o seu nascimento e a sua elevação a cidade, e se homenageavam figuras como D. João de Aveiro e Santa Joana Princesa, que remetiam ambas para o período áureo das conquistas do mar e do caminho marítimo para a Índia, também se afirmava a cidade como o pólo de um distrito dinâmico cujo progresso era definitivamente irreversível com a inauguração das obras do porto de Aveiro. Após décadas de luta, a barra era finalmente estável e navegável para embarcações com quilhas maiores e permitiria definitivamente o incremento de uma economia já pujante.

Embora o surto dos centenários iniciado no final do século XIX preconizasse a veneração das grandes figuras do passado, numa perspectiva evolucionista e laica da sociedade, no Estado Novo, as comemorações fizeram apelo à religião e aos seus representantes e à invocação das crenças para consolidar e legitimar oficiosamente o poder, não obstante a separação jurídica que o regime estabeleceu entre a Igreja e o Estado. As comemorações aveirenses estudadas perfilharam esta estratégia, integrando a tradicional procissão de Santa Joana nos festejos de 1940 e nos de 1959, apesar de não manter qualquer relação com as efemérides celebradas e mesmo que, para o efeito, em ambos os casos, se justificasse retardar a sua realização mais de um mês, passando-se a comemorar, de forma invulgar, o dia 12 de Maio a 16 e 28 de Junho, respectivamente. Embora de forma anacrónica, mas de acordo com a orientação política de promoção da religião e moral católicas, deu-se maior ênfase ao feriado religioso do que às datas históricas comemoradas: o dia do testamento e o dia de elevação a cidade. Nem a evocação do liberal José Estêvão, que se afirmava católico por tradição mas cujos discursos contra as Irmãs da Caridade denunciavam alguma falta de convicção, escapou a esta concepção. É elucidativo que tenha sido sob o regime salazarista, em 1962, inserida, pela primeira vez no programa dos festejos estevanianos, uma missa de sufrágio.

O estudo comparativo das comemorações aveirenses de 1959 e 1962 permite assinalar um aspecto contraditório na sua orientação: umas foram seguidoras da ideologia proclamada em 1940; as outras foram a tentativa de distanciamento em relação ao regime



que vigorava havia trinta anos através da afirmação do espírito liberal aveirense, em demanda de democracia.

As comemorações estevanianas em Aveiro apresentam algumas singularidades no panorama nacional das comemorações não regulares. José Estêvão não precisou da acção mitificadora do tempo e da história para que fosse erigido em patrono cívico da cidade pelos seus contemporâneos. De forma excepcional, a primeira homenagem consubstanciou-se decorridos apenas vinte sete anos sobre o seu desaparecimento com a inauguração de uma estátua, na Praça da República, em frente à câmara municipal. Enquanto as comemorações, no seu propósito positivista inicial, pretendiam revestir a função pedagógica de venerar um grande homem tornando-o exemplo para a população, os preitos estevanianos mais não eram que a manifestação do dever de gratidão de um povo aveirense cónscio das beneficências que ao seu patrono devia.

As suas rememorações, longe ainda de procurarem a unidade patriótica que outras visavam, serviam fundamentalmente o intuito de afirmar a liberdade, causa que José Estêvão defendera durante toda a vida, quer pelas armas, como revolucionário, quer pela palavra, como político e deputado, e que em Aveiro, terra da liberdade desde os primeiros mártires liberais, dispensava qualquer sensibilização pedagógica. Ao invés do que era habitual em eventos comemoracionistas, José Estêvão seria apontado como exemplo virtuoso a seguir não pela população, que o idolatrava, mas pelos dirigentes políticos. À sombra da sua estátua, constituída lugar de memória, congregar-se-iam as várias homenagens que lhe foram dirigidas e as limitadas manifestações democráticas anti-salazaristas<sup>2</sup>.

Simultaneamente, ao confrontar as comemorações estevanianas de 1962 com as que anteriormente foram consagradas ao tribuno e com as manifestações nacionalistas de 1940 e 1959, conseguem-se avaliar, com particular acuidade, as transformações ideológicas e políticas introduzidas no processo comemorativo instaurado pelo Estado Novo.

Todas as manifestações estevanianas anteriores ao Estado Novo foram da iniciativa de uma comissão eleita pelo povo aveirense, para o efeito convocado. O poder político dava apenas o seu apoio financeiro e fazia-se representar nos diferentes actos públicos.

---

<sup>2</sup> Em Março de 1962, a direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português distribuiu uma manifesto clandestino em que apelava “operários e intelectuais, estudantes e mulheres, empregados e pescadores” a manifestarem-se em frente à estátua de José Estêvão “pela liberdade, pela paz e pela democracia” como forma de recordar em Aveiro o 16 de Maio.

Mas, em 1962, à semelhança do que acontecera com a celebração dos centenários da fundação da nacionalidade e da cidade de Aveiro, as manifestações foram concentradas na organização do poder político, que substituiu a iniciativa dos cidadãos ou das associações culturais e cívicas. A câmara municipal, com o dever de sujeição à ideologia do regime, passou a ser a promotora oficial e centralizadora, impondo a uniformização ideológica salazarista. Assim, paradoxalmente, o povo era convocado a participar mas, na verdade, converteu-se cada vez mais em espectador passivo ou em actor de encenações decididas pelo poder político central ou local<sup>3</sup>. Mais não se tratava que de uma campanha propagandística.

O mesmo sucedia com a vontade expressa de promover comemorações apolíticas, com o alegado objectivo de congregar todos os cidadãos em torno do projecto comemorativo e de conseguir a almejada unidade do espírito nacional, reavivando o amor patriótico e orientando as energias cívicas. É paradoxal verificar que as comemorações que se desejavam apolíticas foram claramente instrumentalizadas pelo poder central. Em todos os casos estudados, a memória celebrada serviu um objectivo ideológico e tornou-se num instrumento de conservação do poder. Até as celebrações estevanianas de 1962, que por essência histórica, sempre se revestiram de um cariz liberal, foram usadas para defender desesperadamente o regime autoritário e a soberania nacional e para resistir à queda do império. Quando deflagravam as guerras de independência nas colónias indianas e africanas, era renegado o liberal e doutrinário José Estêvão para se preferir evocar o patriótico defensor da nação contra as intromissões inglesas e francesas. O passado liberal, votado ao ostracismo a nível nacional pelo regime, não escapou, em Aveiro, à manipulação ideológica para ser colocado ao serviço dos fins presentes do Estado.

As iniciativas democráticas, que se escudavam no bronze inerte da estátua ou se valiam das efemérides estevanianas para brotarem, eram apelidadas de “traição dos contemporâneos”<sup>4</sup> à memória de José Estêvão e justificaram o condicionamento político das comemorações da sua morte. Foram restringidas a um âmbito municipal; proibidas as intervenções dos democratas aveirenses; indeferida a criação da Casa-Museu José Estêvão e a edição de um selo comemorativo com a sua efígie; limitada a envergadura desejada das

---

<sup>3</sup> Maria Isabel João, *Memória e Império – Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, FCT, 2002, pp.194, 708.

<sup>4</sup> “A Casa-Museu de José Estêvão – Despacho proferido pelo Governo Civil de Aveiro”, *Litoral*, nº390, 14/4/1962, p.5.

manifestações e a participação de cidades exteriores ao distrito, como Guimarães e Viana do Castelo que, perante a politização dos festejos, cancelaram as suas visitas; afastados os homens conotados com a democracia de lugares de chefia ou de cargos políticos; e, obviamente, esteve ausente qualquer representante do poder central.

Esta intromissão centralizadora e a orientação uniforme e censória, se não foi um estrangulamento ao desenvolvimento cultural em Aveiro, constituiu-lhe pelo menos alguns entraves. Com a *Política do Espírito* concebida e levada a cabo por António Ferro na direcção do Secretariado de Propaganda Nacional, e ao contrário do que ele inicialmente deixava prever<sup>5</sup>, a política deixou de apoiar a cultura para ser a cultura a servir a política nacionalista definida por Salazar. Embora sujeitos à limitação imposta pelos elementos que nos foi possível compilar, é fácil verificar que todos os momentos comemorativos foram marcados por baixas culturais, embora subordinadas a motivos políticos, que valerá a pena sublinhar.

Em 1940, desapareceu a revista *Labor*, cuja actividade cultural e pedagógica apenas ressurgiria em Março de 1951, após um longo interregno de onze anos; em 1959, os gastos dispensados às comemorações justificaram a falta de apoio a actividades culturais; o suplemento literário, artístico e científico *Companha*, do semanário *Litoral*, saído a prelo em Setembro de 1959, sucumbiu após três números, em Novembro do mesmo ano. Para a sua suspensão, terá pesado a falta de publicidade que o suportasse financeiramente mas também, possivelmente, a pressão política do regime sobre o director do periódico, David Cristo, e sobre os mentores do novo órgão jornalístico, todos democratas movidos pelo ideal da liberdade de expressão<sup>6</sup>. Em 1962, coarctou-se a possibilidade de criar a Casa-Museu José Estêvão, projecto irremediavelmente perdido com o desaparecimento paulatino dos seus mentores, e que nem a constituição penosa do Museu da República ainda hoje reparou.

Porém, ao longo de todas as comemorações, nunca deixou de se exprimir alguma oposição à ideologia que elas pretendiam divulgar, mesmo que obrigada a adoptar as formas mais ou menos subtis ditadas por uma censura apertada. Em Aveiro, entre 1940 e

---

<sup>5</sup> António Ferro, “Política do Espírito”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 21/11/1932, p.1.

<sup>6</sup> Projectado por Mário Sacramento, *Companha* recebeu a colaboração de João Sarabando, Costa e Melo, Pinto da Costa, Jorge Mendes Leal, entre outros. In: Rosa Maria Oliveira, *O Discurso da Cidade – Leituras da Avenida Lourenço Peixinho*. Aveiro, Ed. Câmara Municipal de Aveiro, 2001, pp.91-93.

1962, assiste-se, através do movimento comemorativo, à consolidação do regime mas também à lenta contestação que o conduziria a um inexorável declínio.

Ela foi expressa essencialmente pelos democratas de Aveiro, ligados designadamente ao ensino e ao jornalismo.

A visão crítica manifestou-se, em 1940, pelo silêncio a que o jornal *O Povo de Aveiro* votou o programa e os acontecimentos comemorativos e pela campanha que nele o seu redactor, Homem Cristo, promoveu para denunciar as fragilidades económicas, sociais e culturais do país, as insuficiências da educação e os gastos supérfluos nos festejos.

Em 1959, desaparecido o indomável panfletário, cuja garra jornalística e vida dedicada ao protesto à margem dos interesses partidários e dominantes lhe valeu uma vida atribulada e o cognome de *Dragão de Aveiro*<sup>7</sup>, destacaram-se Manuel Lavrador e Jorge Mendes Leal. Um reclamou um contra-programa para homenagear Homem Cristo e Rocha e Cunha que, apesar de tanto terem lutado pelas melhorias do porto de Aveiro, então inaugurado, foram esquecidos nas homenagens. O segundo denunciou a reduzida dimensão cultural do programa, em crónicas veladas que eram editadas no jornal *Litoral*, ao lado da informação dos acontecimentos comemorativos.

Em 1962, a oposição democrática foi ostracizada dos festejos. O repúdio perante a politização redutora das comemorações da morte do filho predilecto da cidade manifestou-se mediante a reacção natural da população. Apesar de arredada da organização do programa, indignada, ela obrigou a algumas alterações, como o prolongamento do cortejo e a introdução de discursos, ou simplesmente desistiu da sua participação.

Em todos os casos, foi criada uma imagem estereotipada de Aveiro, que obedecia aos cânones nacionais. Era uma cidade, mas com características ruralistas, tradições religiosas e uma vocação marítima que lhe permitia aspirar a desempenhar um papel preponderante numa região que se queria moderna. O seu povo era laborioso, heterogéneo mas unido. Paradoxalmente, a minoria que expressava alguma oposição nunca deixou de lhe atribuir um espírito de independência, que ele soube acusar nas comemorações de 1962.

A dicotomia existente na identidade de Aveiro, entre a tradição exacerbada pelo regime e o espírito de independência, perdurou ao longo dos anos, consubstanciada na problemática recorrente da definição do feriado municipal. Baseou-se sempre no confronto

---

<sup>7</sup> Carlos Braga, *Homem Cristo Jornalista*. In: *Estudos Aveirenses*, nº1, 1993, pp.23-41.

entre o 12 e o 16 de Maio, isto é na alternância entre Santa Joana e os liberais. Se ao longo do Estado Novo se preteriu, evidentemente o 16 de Maio, em 1975, ele voltou a ser considerado feriado<sup>8</sup>. Mas, desde 1978, após uma acesa discussão da Assembleia Municipal<sup>9</sup>, comemora-se o 12 de Maio. Com esta última alteração, a memória dos Mártires da Liberdade, que marcou todo o movimento anti-salazarista, ficou esquecido pela grande maioria dos aveirenses. Também é cada vez mais ignorado que Aveiro, em tempos, foi apelidada de *berço da Liberdade*.

Este trabalho deixa claro que se justifica a revitalização da tradição democrática na memória da cidade. Ela teve consequências de dimensão nacional em momentos decisivos da história pátria: na implantação do liberalismo e do regime democrático. A imprensa nacional não regateia esse contributo, com a recente recordação da cidade como palco dos Congressos Democráticos<sup>10</sup>. A história comemoracionista do século passado, movida por fins políticos nacionais, ficou a dever-lhe uma estátua da Liberdade e a Casa-Museu José Estêvão. Cabe às entidades competentes e munícipes conscientes não deixar apagar da sua memória traço identitário tão assinalável.

Por fim, com esta análise do poder politico-ideológico das comemorações, esperamos suscitar a reflexão sobre o movimento comemoracionista presente, cada vez mais subordinado ao simples divertimento e desprovido de alcance cívico e cultural, que revela a crise das formas tradicionais de se legitimar e representar a memória nacional.

---

<sup>8</sup> Livro de actas da Câmara Municipal de Aveiro, reunião ordinária de 2/5/75. A reunião foi presidida pelo Dr. Flávio Ferreira Sardo.

<sup>9</sup> Reunião ordinária de 12 de Maio de 1978 da Assembleia Municipal de Aveiro, in: Rui de Barros, *Município de Aveiro – 1893-1993: 100 Anos da sua História*. Aveiro, 1995, pp.220-233. As opiniões dos vogais eram muito divergentes e Francisco da Encarnação Dias chegou mesmo a sugerir a realização de um referendo para resolver a questão.

<sup>10</sup> *Portugal: Mapa histórico-cultural, Visão*, Lisboa, nº662, 10/11/2005. No mapa ilustrado, Aveiro aparece assinalada pelos seus moliceiros mas também como a cidade que “acolheu importantes reuniões oposicionistas no período final do «Estado Novo» (1969 e 1973) ”.

**DIRECÇÃO MUSICAL DE**  
**JOÃO LÉ**

**REALIZAÇÃO E ENSCENAÇÃO DE**  
**ANTÓNIO JOSÉ FLAMENGO**

---

Ponto: João Evangelista de Campos  
 Contra-regra: Natividade e Silva  
 Montagem: Belmiro Amaral  
 Aderescista: Mário Teles Júnior

---

Caracterizações e cabeleiras de  
**António Monteiro do Amaral** (de Lisboa)

---

Efeitos de luz: Laurélio Guimarães (cabine),  
**Mário Belmonte Pessoa** e **António T. Ferreira**  
 (palco)

---

Cenários de  
**REINALDO MARTINS**

---

contribuindo **Luís Salvador** (de Lisboa) com as  
 cenas «Empilhadeiras» e «Sonho de Luar».

---

Cortina executada por **Amílcar Torres**

---

**Orquestra privativa composta por 28 figuras**

---


O guarda-roupa, que é propriedade do Grupo,  
 foi expressamente confeccionado pelos  
 costureiros de Lisboa

**Isaura de Paiva** e **Laiert Neves**  
 sobre figurinos de

**Laiert Neves** e **Anibal Ramos**

**TEATRO**  
**AVEIRENSE**

---



Considerado de Utilidade Pública e  
Cavaleiro da Ordem de Beneficência

---

EM  
**26 DE JUNHO DE 1940**  
 PELAS **21.30 HORAS**

---

O  
**GRUPO CÉNICO DO**  
**CLUBE DOS GALITOS**

---

APRESENTA  
 EM 3.<sup>a</sup> REPRESENTAÇÃO  
**FANTASIA REGIONAL**

---

**Molho de Escabeche**

---

ORIGINAL DE  
**António José Flamengo** (POEMA) **Dr. Luís Carlos Regala** (VERSOS)

---

COM MÚSICA DE  
**JOÃO LÉ**  
 E UMA VALSA DE  
**NÓBREGA E SOUSA**

---

III

---

30 — NÚMEROS DE MÚSICA — 30

**PREÇOS**

---

Camarotes de frente . . . .	70\$00
» de lado . . . . .	60\$00
» de boca . . . . .	50\$00
Frisas . . . . .	50\$00
Fauteuils de orquestra . . . .	14\$00
» simples . . . . .	12\$00
Cadeiras . . . . .	10\$00
Galerias numeradas . . . . .	6\$00
» avulso . . . . .	5\$00

---

Bilhetes à venda no estabelecimento do Sr. Augusto Carvalho (aos Arcos).

Gráfica Aveirense, Lda — Aveiro — 26-5-940 — 500 ex.

## DISTRIBUIÇÃO

Mirôa . . . . .	2.ª Onda . . . . .	Democracia Graça
Mascarilha negra . . . . .	Rapariga das Flores . . . . .	
3.ª onda . . . . .		
Chale moderno . . . . .	Chale antigo . . . . .	Maria da C. Gamelas
Micas . . . . .	Vindimadeira . . . . .	
Sonho de Luar . . . . .		
Indústria (Apoteose) . . . . .	Um sorriso (Chefe de quadro) . . . . .	Maria Celeste Matos
Vendedeira de gare (Chefe de quadro) . . . . .		
Amolador . . . . .	Turista . . . . .	Abel Costa
Padeirinho . . . . .		
Ponte Futura (Chefe de quadro) . . . . .	O velho Pescador . . . . .	Mário Teles
Lua . . . . .	Rita . . . . .	Firmino Costa
Serrano . . . . .	Mirão . . . . .	Domingos Moreira
1.ª Empilhadeira . . . . .	Sôr Atóino . . . . .	
Tricana antiga . . . . .		
Rapaz dos Molinhos . . . . .	Mercantil . . . . .	José Duarte Vieira
Magala . . . . .	Parceiro . . . . .	
	Sôr Amérco . . . . .	
2.ª Empilhadeira . . . . .		
Maria Sanhuda . . . . .	Quitéria . . . . .	Agnelo Coelho
	Rei Carnaval . . . . .	
3.ª Empilhadeira . . . . .	Tipos aveirenses (imitações) . . . . .	
4.ª Empilhadeira . . . . .	Pastor . . . . .	Sebastião Amaral
	Boémio . . . . .	
Parceira . . . . .	Moliceiro . . . . .	
	Pintor . . . . .	
	Maquinista . . . . .	
Escabeche . . . . .		
Zé Murtosêro . . . . .	Fidalgo . . . . .	António J. Flamengo
	Homem de mar . . . . .	
	Amador de cacos . . . . .	
	Cavador . . . . .	
Serrana . . . . .	Altino . . . . .	F. Morais Sarmento
1.ª Onda . . . . .		
Padeirinha de Vale de Ilhavo . . . . .		
Chico da Nau . . . . .		
Sopeirinha . . . . .		

## CORPO CORAL

Estefânia Pires, Suzana Pires, Aidé Pires, Alice Picado, G-orgina Lourenço, Conceição Costa, Silvina Freire, Antonieta Carvalho, Noémia Miranda, Maria da La-Salette, Guilhermina Pinho, Estrêla Castro, Maria Adelaide Ferreira Trindade, Maria Arroja, Isaura Silva, Maria da Conceição Silva, Emília Albuquerque e América Rodrigues.

Florentino Maia, Carlos Rodrigues, Jaime Mourisca Simões, João Moreira, António M. Borrego, Jaime Magalhães, Manuel de Oliveira e Silva, António José Rodrigues, Alberto Pires, Guilherme Maia, Manuel Arroja, Luis António, Jaime Andias, Gilberto Nogueira e Carlos Gamelas.

## Títulos dos Quadros

1.º — Aveiro!... Aveiro!...; 2.º — Os que chegam; 3.º — Serra Bendita; 4.º — Cênas da Beira-Mar; 5.º — Empilhadeiras; 6.º — Era uma vez...; 7.º — Quando o Natal chega; 8.º — Noite de Folia; 9.º — Turbilhão Carnavalesco; 10.º — Nos domínios do Escabeche; 11.º — Uma lição da natureza; 12.º — Sinfonia das Ondas; 13.º — Gente do Mar (Apoteose).

14.º — Presunção e água benta...; 15.º — Chales de Aveiro; 16.º — Manilhas de Sol; 17.º — Cisnes da Ria; 18.º — A alegria das Festas; 19.º — Nau Portugal; 20.º — Ao longe... Aveiro!; 21.º — Sonho de luar; 22.º — Romaria do São Paio da Torreira; 23.º — Não queremos voltar p'rá Serra; 24.º — Canção que a terra canta; 25.º — Ouro da Bairrada; 26.º — É dever nosso (Apoteose).







## Junho

### DIA 27 — SÁBADO:

- 1 — às 17 horas, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho: Inauguração das novas instalações da Comissão Municipal de Turismo
- 2 — às 21,30 horas, no salão de festas das Fábricas Aleluia: Final da Taça de Portugal em Ténis de Mesa, organizada pelo Sporting Clube de Aveiro
- 3 — às 21,45 horas: Abertura das iluminações das ruas, canais e praças ornamentadas
- 4 — às 22 horas: Procissão de Velas, da Igreja de S.to António para a Igreja da Vera Cruz

### DIA 28 — DOMINGO:

- 1 — às 8 horas, nas principais ruas da cidade: Alvoreada, pelas Bandas Amizade e Aveirense
- 2 — às 11 horas, na Sé Catedral: Solene Pontifical em honra de Santa Joana Princesa, celebrado pelo Venerando Bispo de Aveiro, D. Domingos da Apresentação Fernandes, com oração proferida pelo Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo Auxiliar de Braga, D. Francisco Maria da Silva
- 3 — às 18 horas: Soleníssima Procissão de Santa Joana Princesa
- 4 — às 22 horas, Iluminações
- 5 — às 22 horas, nos coretos da cidade: Concertos pelas Bandas Amizade e Aveirense.
- 6 — às 24 horas: Sessão de fogo de artifício — (Pirotécnico — José Maria Fernandes, de Lanheles, Minho)

### DIA 29 — SEGUNDA-FEIRA:

- 1 — às 21,45 horas: Arruada Popular, que percorrerá as principais artérias da cidade
- 2 — às 22 horas, no Mercado José Estêvão e Bairro da Beira Mar: Arraial da Noite de S. Pedro
- 3 — às 22 horas e até às 24: Iluminações

## Julho

### DIA 2 — QUINTA-FEIRA:

- 1 — às 21,30 horas: Abertura da Exposição-Concurso de Montras, promovida pelo Grémio do Comércio, a qual se prolongará até ao dia 12
- 2 — às 21,45 horas, na Praça da República: Concerto pela Banda da Polícia de Segurança Pública do Porto
- 3 — Das 22 às 24 horas: Iluminações

### DIA 3 — SEXTA-FEIRA:

- 1 — às 21,45 horas, no Teatro Aveirense: Estreia do Grupo Experimental de Teatro da página «Vae Victis», do «Litoral», com peças de Luís Francisco Rebelo e Tchekow
- 2 — às 21,45 horas, no coreto da Praça Dr. Melo Freitas: Concerto pela Banda da Força Aérea

### DIA 4 — SÁBADO:

- 1 — às 14,30 horas: Entrada na Barra do navio de guerra que conduz Sua Excelência o Presidente da República e dos navios de escolta
- 2 — às 16,30 horas, no Canal Central: Desembarque de Sua Excelência o Chefe do Estado
- 3 — às 17,30 horas, nos Paços do Concelho: Sessão de Boas Vindas a Sua Excelência o Presidente da República
- 4 — às 21 horas, no Teatro Avenida: Banquete de Gala em honra do Chefe do Estado



- 5 — às 21,45 horas, no coreto da Praça Dr. Melo Freitas: Concerto pela Banda da Força Aérea
- 6 — às 24 horas: Sessão de fogo de artifício. (Pirotécnico: Libânio Joaquim Fernandes, Lanhelas - Minho).

**DIA 5 — DOMINGO :**

- 1 — às 10 horas, no Rossio: Inauguração da Estátua de João Afonso de Aveiro e da Exposição Industrial por Sua Excelência o Senhor Presidente da República
- às 11,30 horas: Partida de Sua Excelência o Senhor Presidente da República para o passeio fluvial, com embarque no Porto Bacalhoeiro
- 2 — às 12 horas, no Canal de S. Jacinto-Torreira: Grande concentração de embarcações da Ria à passagem de Sua Excelência o Senhor Presidente da República no seu passeio fluvial à Ria do Norte
- 3 — às 13 horas, na Torreira: Desembarque de Sua Excelência o Senhor Presidente da República e Bênção dos barcos pelo Venerando Prelado da Diocese.
- 4 — às 16,30 horas, na Barra: acto solene de entrega das Obras da Barra pelo Senhor Ministro das Obras Públicas ao Senhor Ministro das Comunicações com a presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da República. Descerramento do obelisco comemorativo
- 5 — às 18 horas: Visita à Lota e descerramento da placa comemorativa
- 6 — às 18,30, na Avenida do Dr. Lourenço Peixinho: Parada Militar. Desfile Aéreo
- 7 — às 21,45 horas, no Teatro Aveirense: Concerto pela Orquestra Sinfónica Nacional, dirigida pelo maestro Pedro de Freitas Branco e oferecido à Cidade pela Fundação Gulkenkian
- 8 — às 22 horas, nos coretos da cidade: Concerto pelas Bandas «Vaguense», de Vagos, e «Visconde de Salreu»
- 9 — às 24 horas: Sessão de fogo de artifício (Pirotécnico — Gomes da Costa & F. L.da — Ponte da Barca)

**DIA 6 — SEGUNDA-FEIRA :**

- 1 — às 10 horas: Inauguração da rede telefónica automática
- 2 — às 15 horas, no recinto do Liceu: Inauguração da Exposição Agro-Pecuária por Sua Excelência o Senhor Presidente da República
- 3 — às 15,45 horas: nos terrenos junto do Liceu: Concurso Pecuário Distrital — Desfile de gado
- 4 — às 17 horas: Cumprimentos de despedida ao Venerando Chefe do Estado
- 5 — às 21,45 horas: no recinto da Exposição Agro-Pecuária: Exibição dos Ranchos das «Salineiras» de Aveiro e da Casa do Povo de Esgueira
- 6 — das 22 às 24 horas: Iluminações

**DIA 8 — QUARTA-FEIRA :**

- 1 — às 21,45 horas, no Rínque do Parque: Festival Desportivo organizado pelo Sport Clube Beira-Mar

**DIA 9 — QUINTA-FEIRA :**

- 1 — às 21,45 horas, no recinto da Exposição Industrial: Concerto pela Banda da Vista-Alegre
- 2 — às 22 horas: Iluminações

**DIA 11 SÁBADO:**

- 1 — às 18 horas, no claustro do Convento de Jesus: Concerto pela «Polyphonia», agrupamento coral dirigido por Mário de Sampaio Ribeiro
- 2 — às 22 horas, na Avenida do Dr. Lourenço Peixinho: Desfile e exibição das Marchas das Freguesias — Glória, Vera-Cruz, Esgueira, Aradas e Requeixo
- 3 — às 22 horas: Iluminações

**DIA 12 — DOMINGO :**

- 1 — às 9,30 horas: Concurso Distrital de Tractoristas
- 2 — às 12 horas, no Clube dos Galitos: Inauguração do Salão Internacional de Fotografia, promovido pela Secção Fotográfica daquele Clube



- 3 — às 14 horas, na Avenida do Dr. Lourenço Peixinho: Grande Concentração Diocesana seguida de desfile em direcção ao Estádio Mário Duarte — Missa Campal celebrada pelo Venerando Bispo de Aveiro
- 4 — às 21,45 horas: em estrados colocados no Canal Central: Exibição dos Ranchos de Mangualde e Rio Maior
- 5 — às 22 horas: Iluminações

**DIA 13 — SEGUNDA-FEIRA:**

- 1 — às 21,30 horas, nos coretos da cidade: Concertos pelas Bandas Alba, de Albergaria-a-Velha, e do Loureiro, Oliveira de Azemeis
- 2 — às 21,45 horas: Serão Cultural promovido pelo Clube dos Galitos
- 3 — às 22 horas: Iluminações

**DIA 16 — QUINTA-FEIRA:**

- 1 — às 21,45 horas, no recinto da Exposição Agro-Pecuária: Concertos pelas Bandas de «Pessegueiro do Vouga» e de «Eixo»
- 2 — às 22 horas: Iluminações

**DIA 17 — SEXTA-FEIRA:**

- 1 — às 16,30 horas, na Pista do Rio Novo do Príncipe: I Jornada dos Campeonatos Nacionais de Remo, organizados pela Secção Náutica do Clube dos Galitos
- 2 — às 21,45 horas, no Rique do Parque: Festival Desportivo organizado pelo Clube dos Galitos, com exibição de uma Classe de Ginástica e jogos de Andebol de 7 e Hoquei em Patins e uma parada de atletas

**DIA 18 — SÁBADO:**

- 1 — às 16 horas, no Rio Novo do Príncipe: Inauguração do Acampamento promovido pela Secção de Campismo do Clube dos Galitos
- 2 — às 16,30 horas: II Jornada dos Campeonatos Nacionais de Remo. Campeonatos Nacionais de Remo da Mocidade Portuguesa
- 3 — às 22 horas, em estrados montados no Canal Central: Exibição dos Ranchos de «Caxinas», de Vila do Conde, e de «Rua de Além», de Agueda
- 4 — às 22 horas: Iluminações
- 5 — às 22 horas, no Teatro Aveirense: Baile de Gala

**DIA 19 DOMINGO:**

- 1 — às 10,30 horas: Recepção à excursão do Distrito de Coimbra
- 2 — às 12 horas, na sede do Clube dos Galitos: Recepção aos Clubes de Remo do País e equipas estrangeiras participantes nas Regatas Internacionais
- 3 — às 17 horas, na Pista do Rio Novo do Príncipe: Regatas Internacionais de Remo — Provas dos Campeonatos Nacionais da Mocidade Portuguesa
- 4 — às 21 horas, no recinto da Exposição Industrial: Exibição do Rancho da Póvoa do Varzim
- 5 — às 22 horas: Iluminações
- 6 — às 24 horas: Sessão de fogo de artifício

**DIA 20 — SEGUNDA-FEIRA:**

- 1 — às 18 horas, no Canal das Pirâmides: Regatas Populares, organizadas pelo Sport Clube Beira-Mar

**DIA 21 — TERÇA-FEIRA:**

- 1 — às 21,45 horas, no recinto da Exposição Agro-Pecuária: Concertos pelas Bandas de S. Tiago de Riba-Ul e dos Bombeiros Voluntários de Ilhavo
- 2 — Iluminações



**DIA 23 — QUINTA-FEIRA :**

- 1 — às 21,45 horas, no recinto da Exposição Industrial : Concertos pelas Bandas de Pinheiro da Bemposta e Vaguense

**DIA 25 — SÁBADO :**

- 1 — às 21,45 horas, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho : Desfile da Marcha à Milaneza
- 2 — às 22 horas : Iluminações

**DIA 26 — DOMINGO :**

- 1 — às 11 horas, nos Paços do Concelho : Recepção aos Municípios do Distrito
- 2 — às 15 horas : Cortejo Distrital
- 3 — às 19 horas, na Sé Catedral : Solene Te-Deum, com homilia por Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo de Évora, D. Manuel Trindade Salgueiro
- 4 — às 21,45 horas, no recinto da Exposição Industrial : Exibição dos Ranchos Infantis de Monção e de Aveiro
- 5 — às 22 horas : Iluminações
- 6 — às 24 horas : Sessão de fogo de artifício

## *Agosto*

**DIAS 8 (SÁBADO) e 9 (DOMINGO) :**

Na piscina do Beira-Mar : Encontro Internacional de Natação Portugal — Marrocos, organizado pela Federação Portuguesa de Natação e Sport Clube Beira-Mar

**DIAS 15 a 28 :**

Na Costa Nova : Semana da Vela organizada pelo Sporting Clube de Aveiro

**DIA 16 — DOMINGO :**

Na Barra : Concurso Internacional de Pesca, organizado pelas Secções de Pesca do Clube dos Galitos e Sport Clube Beira-Mar

**DIA 22 — SÁBADO :**

Às 21,45 horas, no edifício do Liceu Feminino : Inauguração da Exposição Filatélica, organizada pela Secção de Filatelia do Clube dos Galitos. Conferência pelo Ex.<sup>mo</sup> Senhor Dr. A. J. de Vasconcelos Carvalho, Presidente do Clube Filatélico de Portugal

**DIA 30 DOMINGO :**

Às 21,45 horas, no edifício do Liceu Feminino : Conferência pelo Ex.<sup>mo</sup> Senhor Dr. António Fragoso, Filatelista do Distrito de Aveiro, sobre marcos postais dos séculos XIX e XX do Distrito de Aveiro, com projecção luminosa. Encerramento da Exposição Filatélica



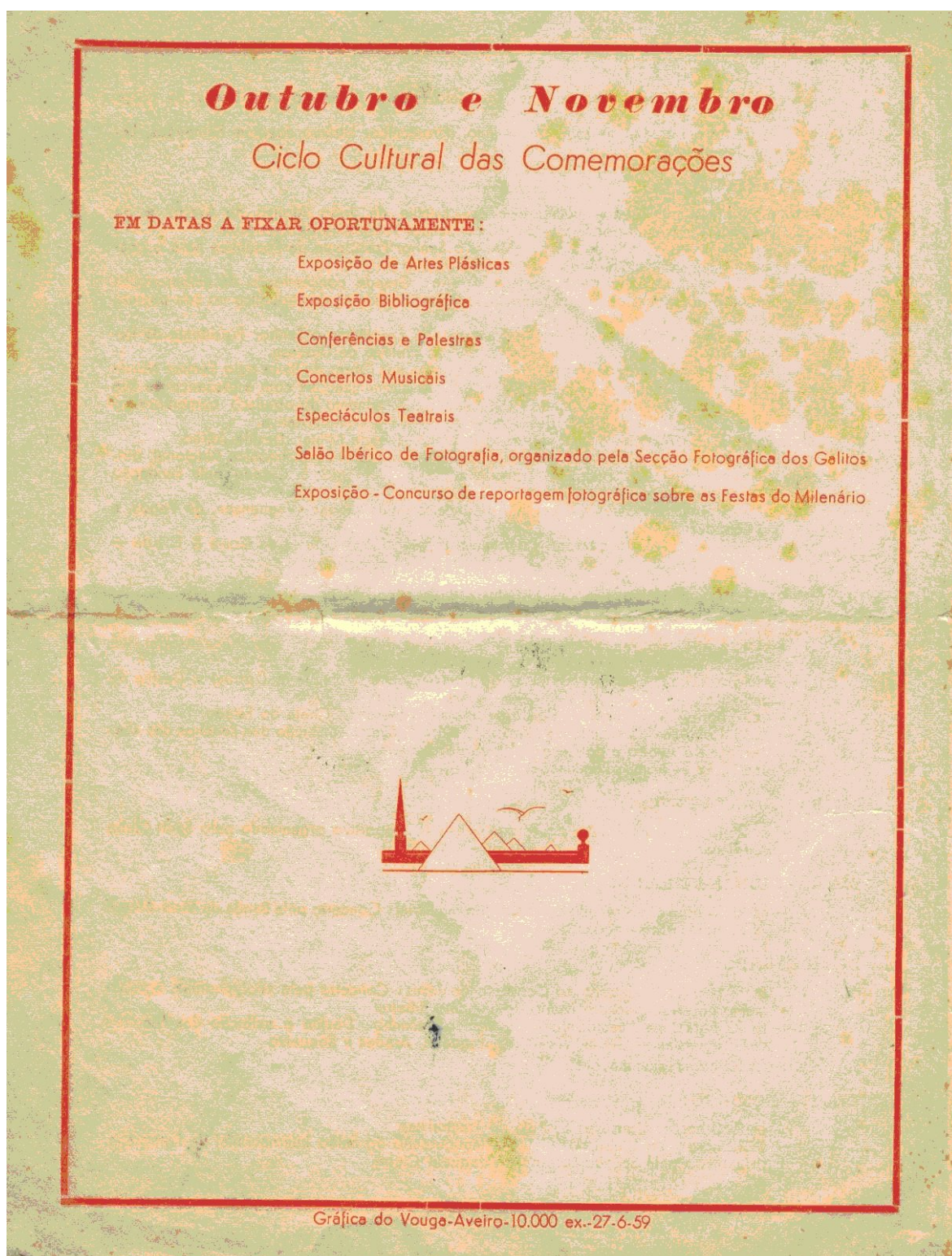
## *Outubro*



**DIAS 22 (QUINTA-FEIRA) e 23 (SEXTA-FEIRA) :**

Rally Internacional de Automóvel, organizado pelo Automóvel Clube de Portugal







ESTALEIROS  
**MÓNICA**

Manuel Maria Bolais Mónica & F.<sup>os</sup>, L.<sup>da</sup>  
GAFANHA—AVEIRO

TELEF. 142 P.P.C.

CONSTRUÇÕES NAVAIS • OFICINAS • DOCA FLUTUANTE • GUINDASTES

19 de Janeiro de 1959

A  
Comissão da Exposição das Indústrias das Festas do Milenário e do  
Bi-Centenário de  
A V E I R O

Exmos Senhores

Damos em n/poder a vossa presada circular datada  
de 10 do corrente, a que vimos dar resposta.

Como anteriormente lhes fôra comunicado, era nossa  
intenção colaborar na Exposição das Indústrias do Distrito de Avei-  
re com um pavilhão na secção da indústria da construção naval, dada a  
nossa posição em relação ao desenvolvimento do porto e da região de  
Aveiro desde 1890.

Infelizmente, e por falta de compreensão de alguns  
sectores oficiais relacionados com as indústrias de navegação e das  
pescas, estão estes estaleiros a atravessar uma crise que se deve acen-  
tuar num futuro muito próximo, visto não existir daquelas entidades  
qualquer estudo tendente á sua solução.

Sendo estes estaleiros os pioneiros da construção  
naval não só nesta região como em todo o País, apesar da n/insistência  
constante, tem-nos sido negado o seu apetrechamento para uma adaptação  
ás modernas técnicas da construção naval, com benefícios para outros  
industriais mais modernos e que em nada contribuíram para a formação  
e desenvolvimento desta indústria.

Assim, lamentamos ter de informar que não podemos  
colaborar com um pavilhão nessa feira, como tencionávamos. Daremos no  
entanto qualquer outra colaboração que oportunamente seja indispensá-  
vel.

M. B. MÓNICA & FILHOS, LIMITADA  
GAFANHA DA NAZARÉ-AVEIRO  
TELEF. 142

2

A  
Comissão de Exposição das Indústrias das Festas do Mile-  
nário e do Bi-Centenário  
A V E I R O

Apresentando a V.Excias. os nossos respeitosos  
cumprimentos, subscrevemo-nos

muito atentamente

MANUEL M. BOLAIS MÓNICA & F.<sup>os</sup>, L.<sup>da</sup>  
A. Gafanha

*Manuel M. Bolais Mónica*



# «FALTA FAZER JUSTIÇA

à acção de dois aveirenses ilustres:



## HOMEM CRISTO E ROCHA E CUNHA»



diz ao jornal «República» Manuel Lavrador, aveirense apaixonadamente amigo do progresso de sua terra

E é triste ter de acentuar, aqui, que faltou nele uma parte importante, cuja falta representa lamentável injustiça. Tendo-se procedido oficialmente à inauguração do porto de Aveiro, obra de grande alcance na economia regional — e até nacional — não se incluiu no programa das festas uma homenagem àqueles que por este grande melhoramento se bateram e lhe deram o melhor da sua inteligência, tendo sofrido dissabores provenientes de interesses pessoais, incompreensões e caprichos. Seria um acto da mais merecida justiça uma romagem às campas de Homem Cristo e do comandante Rocha e Cunha, que tanto trabalharam para a realização desta grande obra, e aos quais, em certa medida, os aveirenses a ficam devendo. É indesculpável esta falta e impõe-se aos aveirenses, sem distinção de credos políticos, repará-la durante este ano de festas, repudiando, assim, o feio princípio da ingratidão. Neste ponto, não posso deixar de lastimar um deslize do ilustre presidente da Câmara, sr. dr. Alberto Souto, meu correligionário de outros tempos e, hoje, bem respeitável adversário, que, pela segunda vez, e num vibrante discurso da sessão de boas-vindas ao chefe do Estado, cometeu a injustiça de omitir os nomes de dois ilustres aveirenses que tão bem scariam quando pronunciou com desassombro estas palavras, referindo-se ao renascimento do problema da obra do porto de Aveiro, em 1920 e 1921: **«o movimento não foi muito longe, mas previu uma era nova em Portugal e triunfou quando o honrado presidente da República, que foi António José de Almeida, após a sua assinatura no diploma que criou a Junta Autónoma da Ria de Aveiro»**. Aplaudimos sem reservas as palavras do sr. dr. Alberto Souto de homenagem «àqueles que» — em seu entender e no nosso — «o antecederam e trabalharam pelas augustas tradições que nos legaram a gratidão, o civismo, a bondade, a tolerância e a liberdade», palavras estas que não pude deixar de apontar, ao ouvi-las pela rádio.

«Não se veja, neste meu reparo à aludida omissão, qualquer má vontade contra o sr. dr. Alberto Souto. No meu tempo de «menino e moço», e com a eloquência de seus discursos, seduziu-me para fervoroso adepto da República e da Democracia, e sê-lo-ei até morrer. Conheci-o sempre uma pessoa digna. Nunca da sua boca ouvi palavras que revelassem ódio ao seu coração ou menos respeito pelos seus adversários, e surpreende-me, agora, um tal ressentimento. Mesmo discordando

de muitas das suas últimas atitudes, diz-me a consciência que lhe são devidas estas palavras. Não lhe nego o seu muito amor por tudo o que representa progresso da nossa querida cidade de Aveiro. Foi e é um «carola» em «aveirismo».

«Na primeira vez que o dr. Alberto Souto não quis aproveitar a oportunidade de prestar homenagem à obra de Homem Cristo e do comandante Rocha e Cunha, o sr. dr. Francisco do Vale Guimarães, antigo governador civil do distrito, reparou essa falta citando esses nomes ilustres com os merecidos louvores. No acto da inauguração do porto de Aveiro, o sr. ministro das Comunicações fez o mesmo.

—Caíram, assim, no esquecimento do povo de Aveiro os nomes do grande jornalista e do glorioso marinheiro?

—Não. Longe disso. Nas montras dos estabelecimentos mais centrais encontram-se expostos os retratos desses grandes aveirenses. E o jornal «Litoral» publicou, num dos seus últimos números, dedicado às festas, os nomes das figuras desta terra que trabalharam pelo porto de Aveiro: engenheiros Oudinot e Luis Gomes de Carvalho; José Estêvão, engenheiro Silvério Augusto Pereira da Silva, Gustavo Ferreira Pinto Basto, engenheiro Von Hafe, Homem Cristo, Rocha e Cunha. Todos discutiram, estudaram e trabalharam para essa grandiosa obra, razão fundamental da sua vida e do progresso de Aveiro. Assim o manifestou dignamente o sr. ministro das Comunicações, na inauguração da obra do porto.

«Como vê, meu amigo, em Aveiro não foram esquecidos estes homens. No extra-programa das festas, far-se-lhes-á — estou convencido — a demonstração indiscutível de gratidão dos seus conterrâneos, indo todos em romagem depor flores nas suas campas.

«Fora do campo das festas, parece-me digno de salientar o facto de, na toponímia aveirense, ter sido esquecido o nome de um antigo presidente do Município: Bernardo Torres, a quem Aveiro tanto deve, e com quem, noutros tempos, colaborou politicamente o sr. dr. Alberto Souto. Porque não se dará o seu nome a uma das ruas da cidade, e por que não se reporá o de 5 de Outubro noutra, donde foi injustamente retirado com os protestos do sr. dr. Alberto Souto?



# INAUGURAÇÃO

DO

## Monumento levantado na cidade d'Aveiro

À MEMORIA

DE

José Estevão Coelho de Magalhães

### PROGRAMMA GERAL DOS FESTEJOS

11, 12 e 13 d'agosto de 1889.

#### Dia 11

*Pelas 10 horas da manhã*, no edificio do Lyceu Nacional, distribuir-se ha um bode aos pobres da cidade.

*A's 11 horas* a camara municipal, acompanhada pela grande commissão dos festejos e por todas as auctoridades, funcionarios e cidadãos que se lhe quizerem aggregar, dirigir-se ha dos Paços do Concelho á rua de José Estevão, onde descobrirá uma lapide commemorativa na casa em que nasceu o grande orador.

Terminada esta cerimonia a grande commissão dos festejos dirigir-se ha ao cemiterio a depôr, em nome da cidade, uma corôa sobre o tumulo do tribuno e em seguida irá cumprimentar a familia de José Estevão.

*A' noite*. Illuminação no Largo Municipal e sarau litterario no theatro Aveirense, em que tomam parte os mais distinctos oradores do paiz.

#### Dia 12

Alvorada por differentes bandas de musica.

*A's 11 horas da manhã*, formará nas immedições da estação do caminho de ferro um cortejo civico que depois de percorrer varias ruas da cidade, convenientemente adornadas, assistirá no Largo Municipal á inauguração do monumento.

Este cortejo conduzirá differentes carros de flores e corôas e os seguintes carros allegoricos:

Bombeiros Voluntarios.

Commercio e Industria.

Artes.

Marinha e pesca.

Constituirão o cortejo a representação dos poderes constitucionaes do Estado, o governador civil do districto e mais auctoridades civis e militares, a junta geral do districto, a camara municipal de Aveiro e delegações das municipalidades do paiz que se fizerem representar, a representação de todas as repartições publicas d'Aveiro, delegações de differentes associações de Aveiro e de fóra, nomeadas para assistirem á inauguração, a imprensa, o commercio, a industria e as classes trabalhadoras d'Aveiro e do districto.

*Ao meio dia*. Jantar aos presos offerecido pelas tricanas d'Aveiro.

*De tarde e á noite*. Bailes populares no largo do Rocio.

*A' noite*. Illuminação geral na cidade e no caual que a divide.

#### Dia 13

*A's 10 horas da manhã*. Passeio fluvial á barra, em barcos preparados e vistosamente adornados, offerecido pela grande commissão dos festejos a todas as corporações e pessoas convidadas para assistirem á inauguração.

*A' noite*. Illuminação no Largo Municipal e na Fabrica de Louça da Fonte Nova, coroação do busto de José Estevão e recita por distinctos amadores no theatro Aveirense.



Ex.<sup>ma</sup> Senhor Presidente da Câmara Municipal.  
 A' Consideração  
 do Sr. Presidente da  
 C. M. de Cultura  
 Jaleau  
 3/4/62  
 CÂMARA MUNICIPAL DE JALEAU  
 ENTRADA  
 01351-22 MAR. 62  
 19 DE 9/37/2

Vamos já a correr para a época das  
 homenagens a José Estêvão, para o aniversário  
 da sua morte, que Vossa Excelência meritó-  
 riamente propôs à Câmara e que eu muito  
 louvo, sendo conveniente haver o menor numero  
 de esquecimentos e assim eu peço a Vossa Ex-  
 celência para lhe lembrar o seguinte:

Que a essas homenagens se dê carácter  
 oficial de festas Nacionais, convidando-se Sua  
 Excelência o Presidente da República bem como os  
 Ministros a assistirem. E como o Ministro das  
 Finanças é Azeiteiro, da morte, não deixará  
 de comparecer para as homenagens, devendo Sua  
 Excelência o Presidente da República e os Ministros  
 fazerem na maior projecção Nacional a entrada  
 em Aveiro pela Porta;

A publicação do jornal diário que será  
 enviado ao público num registo conveniente,  
 e também a emissão duma medalha  
 em bronze ou em prata comemorativa, tendo  
 no anverso a sugestiva estátua do José Estêvão  
 com os dizeres convenientes, à volta, e no reverso  
 com dois planos horizontais, a Ponte da Doba-  
 da do tempo álias do José Estêvão e a ma-

da com o mastro do Filarmas e no outro  
plano a baixo, possivelmente, as armas  
de Aveiro e as de Santa Joana.

Para isto tudo lembro uma comissão  
composta dos seguintes nomes: Dr. Fernando  
Moreira, conservador do Registo Civil, o Dr. Antó-  
nio Cristo, Publicista e Investigador, Dr. Luis Regalla  
distinto Poeta, José Surabando da casa do  
José Estêvão em criação na Rua do Dr. Luis  
Leopoldo Coelho de Magalhães, e possivel-  
mente eu, como ultimo Pedator sobrevivente  
do Velho Campeão das Províncias onde  
José Estêvão tanto colaborou.

Certo de que Vossa Excelência dará a  
sua atenção a estas minhas lembranças, solici-  
tando-me com toda a consideração,  
de Vossa Excelência

Muito atento e obrigado.

Por meu tio Agostinho Regalla estar im-  
possibilitado de escrever

Aveiro, 21 de Maio 1962 Lúcia Celeste Regalla



## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **I. ENTREVISTAS**

Dr. Alberto Souto, Fevereiro 2006.  
Sr. Carlos da Rocha Leitão, Novembro 2005.  
Sr. Francisco da Encarnação Dias, Janeiro 2006.  
Dr. Mário Gaiosio Henriques, Fevereiro e Abril 2006.

### **II. DOCUMENTOS MANUSCRITOS E DACTILOGRAFADOS**

Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro,  
- Correspondência da Comissão de Iniciativa e Turismo, 1939/1940.  
- Correspondência da Câmara Municipal de Aveiro, 1940.  
- Correspondência da Câmara Municipal de Aveiro- As Festas do Milenário de Aveiro, 1959.  
Arquivo da Câmara Municipal de Aveiro  
- Correspondência da Câmara Municipal de Aveiro, 1962.  
Arquivo Nacional da Torre do Tombo,  
- Fundo da Comissão Nacional dos Centenários, Caixas 14, 21-24, 28.  
- Fundo do Ministério do Interior, Correspondência recebida, 1940, Maço 513 – NT390.  
- Fundo da PIDE/DGS, Processos de João Sarabando e José Morais Calado.  
Livro das Actas das Sessões da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1936 a 1947, nº23.  
Livro das Actas das Sessões da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1880 a 1896, nº20.  
Livro de Actas da Câmara Municipal de Aveiro, 1940.  
Livro de Actas da Câmara Municipal de Aveiro, 1959.  
Livro de Actas da Câmara Municipal de Aveiro, 1961-1962.  
Livro de minutas de Actas da Câmara Municipal de Aveiro, 1962.

### **III. FONTES ICONOGRÁFICAS**

Arquivo de Fotografia de Lisboa.  
Arquivo fotográfico de *O Correio do Vouga*.  
Imagoteca Municipal de Aveiro.

### **IV. LEGISLAÇÃO**

Lei nº1971, de 15 de Junho de 1938.  
Portaria 9509 de 19 de Abril de 1940.  
Decreto-lei n.º 30389 de 20 de Abril de 1940.  
Portaria 9519 de 10 de Maio de 1940.

## V. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS: JORNAIS E REVISTAS

*A Lucta*, Lisboa, 1909 – n.º 1442 a 1446.

*Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro.

*A República*, Lisboa, Ano 30º: 1940.

*Diário da Manhã*, Lisboa, 1940.

*Diário de Lisboa*, Lisboa, 1962.

*Diário de Notícias*, Lisboa,

- Ano 64: 1928

- Ano 76: 1940

- Ano 95: 1959

- Ano 98: 1962.

*Jornal de Notícias*, Lisboa, Ano 75, 1962.

*Labor: Revista Trimestral de Educação e Ensino e Extensão Cultural*, Aveiro, Ano XIV: 1940.

*Liceus de Portugal, Boletim da Acção Educativa do Ensino Liceal*. Lisboa, Imp.Nacional de Lisboa, 1940.

*Litoral*, Aveiro,

- Ano II: 1956 – n.º 101

- Ano IV: 1957 – n.º 157

- Ano IV: 1958

- Ano V: 1959

- Ano VIII: 1962, n.º 381 a 425.

*Novidades*, Lisboa, n.º 1601, 1889.

*O Correio do Vouga*, Aveiro, Ano 1940 – n.º 469 a 507.

*O Democrata*, Aveiro, Ano 1940.

*O Povo de Aveiro*, Aveiro,

- Ano 1889 – n.º 398 a 400.

- Ano 1940 – n.º 631 a 665.

*O Primeiro de Janeiro*, Porto,

- Ano 72: 1940

- Ano 94: 1962.

*O Século Ilustrado*, 1940, nº133.

*Revista dos Centenários*, Lisboa, 1939-1940.

*Viagem, Revista de Turismo, Divulgação e Cultura*, Lisboa, Ano I, 1940.

*Visão*, Lisboa, 2005, nº662.

## VI. OBRAS VÁRIAS E DE REFERÊNCIA

### COMEMORAÇÕES

ACCIAIUOLI, Margarida, *Exposições de Estado Novo 1934-1940*. Lisboa, Livros Horizonte, 1998.

AMEAL, João, *História de Portugal: das Origens até 1940*. Porto, Livraria Tavares Martins, 7ª Ed., 1974.

ANDRADE, Luís Oliveira, *História e Memória – a Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*. Coimbra, Edições MinervaCoimbra, 2001.

CORREIA, Ana Clara, *História e Comemoração - Aveiro e a memória da Revolução de 16 de Maio*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2005, texto policopiado.

CATROGA, Fernando José de Almeida, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal: 1865-1911*. 2 vols., Coimbra, Serviço de Documentação e Publicações da Univ. Coimbra, 1988.

CUESTA BUSTILLO, Josefina Cuesta (Ed.), *Memoria e História*, «Ayer», 32, Marcial Pons, Madrid, 1998.

CUNHA, Luís, *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*. Porto, Edições Afrontamento, 2001.

JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império – Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, FCT, 2002.

MARTINS, Júlio Augusto, “Centenários”, *Alma Nacional*, 1ª série, nº12, 1910.

MATOS, Sérgio carneiro de Campos, *Memória e Nação: Historiografia Portuguesa de Divulgação e Nacionalismo (1846-1898)*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995.

NORA, Pierre, (Dir), *Les Lieux de Mémoire*. Paris, Gallimard, 1984-1993.

PINTO, Teresa de Jesus da Costa, *A Exposição do Mundo Português-1940 e as suas Arquitecturas*. Lisboa, Tese de Mestrado da Universidade Lusíada, 1999.

TORGAL, Luís Reis, *História da História em Portugal: Sec. XIX-XX*. Vol.1, Temas e Debates, SIG, Lisboa, 1998.

## COMEMORAÇÕES DE 1940

ALCÂNTARA, Maria Luísa Saldanha, *O Povo de Aveiro(1882-1941): Subsídios para a História de um Jornal*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses, Aveiro, 1998.

BRAGA, Carlos, *Homem Cristo Jornalista*. In: *Estudos Aveirenses*, nº1, 1993.

*Cortejo do Mundo Português: Roteiro*. Concepção e Realização de Henrique Galvão, Lisboa, Tipografia Neogravura, 1940.

CARVALHO, António Vítor Nunes de, *Os Estaleiros Mónica: da aurora ao ocaso da construção naval em madeira na Gafanha da Nazaré 1889- 1981*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Dissertação de Mestrado em História económica e Social Contemporânea, 2003.

CASTRO, Augusto de,

- *A Exposição do Mundo Português e a sua Finalidade Nacional*. Lisboa, [s.n.], 1940.
- *Guia da Exposição do Mundo Português*. Lisboa, Tip. da Empresa Neogravura, 1940.

CHAVES, Luís, *Roteiro do Centro Regional : Exposição do Mundo Português*. Lisboa, Secretariado de Propaganda Nacional, 1940.

Comemorações Nacionais de 1940. *Exposição de Os Primitivos Portugueses: 1450-1550 – Catálogo Guia*. 2ª ed., Bertrand, Lisboa.

*Cortejo do Mundo Português – Roteiro, 1940*. Concepção e realização de Henrique Galvão, Lisboa, Oficina Gráfica dos Artistas, 1940.

COSTA, Hernani da (Org), *A Exposição Etnográfica do Douro Litoral e II Feira das Colheitas: Livro oficial*. Porto, Hernani Carregal, 1940.

COSTA, Nuno Marques da, *Mais de Cem Anos de Honestidade e Trabalho*. Lisboa, Editorial Império, 1940.

- Discursos dos Centenários: um Livro de Interesse Histórico, 1140-1640-1940.* Lisboa, EPAL, 1940.
- FERREIRA, Henrique Vaz, *Onde Nasceu Portugal foi no Castelo da Feira.* Coimbra, Tip. Gráfica, 1940.
- FERRO, António,
- “Carta aberta aos Portugueses de 1940”, *Revista dos Centenários*, Lisboa, nº1, 1939.
  - *Panorama dos Centenários: 1140-1640-1940.* Lisboa, SNI, 1949.
  - “Política do Espírito”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 21/11/1932.
  - *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia.* Lisboa, SNI, 1949.
- GALVÃO, Henrique, *Exposição do Mundo Português: Secção Colonial.* Lisboa, Oficinas Gráficas da Neogravura, 1940.
- Guia da Exposição do Mundo Português.* Lisboa, Oficinas Gráficas da Neogravura, 1940.
- Independência de Portugal 1139-1640-1940: nota oficiosa da Presidência do Conselho.* Lisboa, Comissão Nacional dos Centenários, Editorial Império Lda, 1938.
- LEÇA, Armando, *Cancioneiro Músico-Popular.* Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha,
- *A Cruz Processional de Prata, da Igreja de Rocas.* In: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol.V, nº 19, Aveiro, 1939.
  - *Iconografia da Infanta Santa Joana.* In: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol.XXIII, nº 90, Aveiro, 1957.
- MATTOSO, António G.,
- *Compêndio de História de Portugal.* 6ª Ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1943.
  - “Os falsificadores de D. João IV”, *Revista dos Centenários*, Lisboa, nº21, 1940.
- MELO, Afonso de, *Povoamento Florestal da Bacia Hidrográfica do Rio Vouga.* Viseu, Tip. Notícias de Viseu, 1940.
- Molho de Escabeche- Fantasia regional,* Aveiro.
- Museu de Aveiro.* In: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol. 3, nº 9, 1937.
- NOGUEIRA, Salvador de Sá, *Nau Portugal.* In: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol.III, Aveiro, 1941.
- PEIXINHO, Lourenço, *No Limiar dos Centenários.* Aveiro, tip. Minerva Central, 1940.
- Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo.* Lisboa, S.N.I., 1948.
- REIS, André dos, “Costumes de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol.VI, 1940.
- REIS, Pedro Batalha, *A Exposição do Ouro a Bordo da Nau Portugal.* Separata dos nºs 28 e 29 da *Revista Municipal*, Lisboa, 1947.
- Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, cultura Popular e Turismo.* Lisboa, Edições SNI, 1948.
- Programa Oficial das Comemorações Nacionais, Ano de 1940.* Lisboa, 3ª edição (definitiva), Secção de Propaganda e Recepção, Editorial Império, 1940.
- Publicação Comemorativa das Festas Centenárias da Fundação de Portugal.* Porto, ed. lit. Alfredo Guimarães, 1940.
- Regulamento do VII Congresso Beirão.* Viseu, tip. Notícias de Viseu, 1940.
- REIS, André dos, *Costumes de Aveiro.* In: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol VI, Aveiro, 1940.

- REIS, Pedro Batalha, *A Exposição do Ouro a Bordo da nau Portugal*. Lisboa, Separata dos nºs 28 e 29 da *Revista Municipal*, 1947.
- RIBEIRO, Gervásio, CRUZ, Joaquim N., *Bairrada nas Festas dos Centenários de Portugal*. Anadia, Tip. Comercial, 1940.
- Roteiro do Centro Regional da Exposição do Mundo Português: Realização do Secretariado de Propaganda Nacional*. Lisboa, Sociedade Astória Lda., 1940.
- RODRIGUES, Vasco e SÉRGIO, Octávio (Dir.), *Memória e Descrição do Grande Cortejo do Trabalho: 1140-1640-1940*. Porto, Editor Hernani Carregal, 1940.
- SANTOS, Reinaldo dos, *Os Primitivos Portugueses, 1450-1550*. Lisboa, Academia Nac. de Belas Artes, 1940.
- SOUTO, Alberto,
- *Em Prol do Distrito*. Aveiro, Imprensa Universal, 1940.
  - *O Retrato da Princesa-Infanta Santa Joana e o Grande Enigma dos “Painéis de S. Vicente”*. In: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol XXIII, nº 92, Aveiro, 1957.
  - *O Retrato de Santa Joana do Museu de Aveiro*. In: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. III, nº 10, 1937.
- SOUTO, Dulce Alves, *Origens de uma Feira secular*. Aveiro, Trabalhos do Museu Regional de Aveiro, 1958, Separata do n.º 1398 do *Correio do Vouga*.
- TAVARES, Silva, *Ronda de Glória – Comentário ao Roteiro do Cortejo do Mundo Português*. 2ªed. Porto, Livraria Civilização-Editora, 1940.
- VIDAL, João de Lima, *Influência do Factor Moral e Religioso no Desenvolvimento da População*. In: *Extracto das Actas do Congresso Nacional de Ciências da População*, vol. II. Porto, Imprensa Portuguesa, 1940.

## COMEMORAÇÕES DE 1959

- Aveiro 1959: Programa do Primeiro Milenário da sua Existência Histórica e do Segundo Centenário de Elevação a Cidade*. Aveiro, Gráfica do Vouga, 27/6/1959.
- BARREIRA, Manuel, “O Largo do Côjo, azenhas e ilhote”, *Boletim Municipal de Aveiro*, nº27, 1996.
- BARROS, Rui de, *Município de Aveiro – 1893-1993: 100 Anos da sua História*. Aveiro, Ed. Câmara Municipal de Aveiro, 1995.
- Catálogo da Exposição Industrial nas Comemorações do Milenário*. Aveiro, Lusitânia, 1959.
- CERQUEIRA, Eduardo, “O Milenário de Aveiro e o Bicentenário da sua Elevação a Cidade”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXV, 1959.
- GASPAR, João Gonçalves, *Aveiro na História*. Aveiro, Ed. Câmara Municipal de Aveiro, 1997.
- CRISTO, António, *Mil Anos de História – Efemérides Aveirenses*. Aveiro, Ed. Câmara Municipal de Aveiro, 1959.
- DIAS, Francisco da Encarnação, *Teatro Aveirense – História e Memórias*. Aveiro, Ed. Fedrave, 1999.
- MADAÍL, António Gomes da Rocha, *Milenário de Aveiro – Colectânea de Documentos Históricos I (959-1516)*. Aveiro, Ed. Câmara Municipal de Aveiro, 1959.
- NEVES, Francisco Ferreira,
- “A Elevação da Vila de Aveiro a Cidade em 1759”, *Arquivo do Distrito de*



- Aveiro, vol. I, 1935.
- “Para a História da Estátua de João Afonso de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXV, 1959.
  - “Naturalidade e Família de João Afonso de Aveiro, Navegador e Poeta do Século XV, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXIII, 1957.
- OLIVEIRA, Rosa Maria, *O Discurso da Cidade – Leituras da Avenida Lourenço Peixinho*. Aveiro, Ed. Câmara Municipal de Aveiro, 2001.
- Os CTT associando-se às Comemorações Milenárias e Bicentenárias de Aveiro inauguram o Serviço Telefónico Automático do Grupo de redes com sede nesta Cidade*. Serviços Culturais dos CTT, execução gráfica de Ramos, Afonso & Moita, Lda., Julho 1959.
- Regulamento da I Exposição Filatélica de Aveiro*. Aveiro, Lusitânia Aveiro, Julho 1959.
- SOUTO, Alberto,
- *Mensagem aos Aveirenses sobre o Primeiro Milenário de Aveiro e o Segundo Centenário da Cidade*. Câmara Municipal de Aveiro, Abril 1958.
  - *O Navegador Quatrocentista João Afonso de Aveiro e o seu Monumento*. Anadia, Cisial, 1956.

## COMEMORAÇÕES DE 1962

- BAGÃO, Maria Teresa Sousa, *Quando a «memória não se deixa render»: José Estêvão nas páginas do Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro, Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Cultura, 2005, texto policopiado.
- CORREIA, Ana Clara, *História e Comemoração – Aveiro e a Memória da Revolução de 16 de Maio*. Aveiro, Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Cultura, 2005, texto policopiado.
- COSTA E MELO, *Antes e Depois de Abril*. Aveiro, Ed. Câmara Municipal de Aveiro, 1999.
- Discurso que o Dr. Luís de Magalhães proferiu em Aveiro, por ocasião da inauguração da estátua de José Estêvão, a 12 de Agosto de 1889, in: *Homenagem do Arquivo do Distrito de Aveiro a José Estêvão Coelho de Magalhães*. Separata do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 28, Aveiro, 1962.
- ESTÊVÃO, José, *Discursos Parlamentares*. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1983.
- GOMES, Marques, *José Estêvão – Apontamentos para a sua Biografia*. Porto, tip. Ocidental, 1889.
- Homenagem do Arquivo do Distrito de Aveiro a José Estêvão Coelho de Magalhães no primeiro centenário do seu falecimento – 4 de Novembro de 1862 / 4 de Novembro de 1962*. Aveiro, Separata do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 1962.
- José Estêvão, Estudo e Colectânea*. Edição da Comissão do Centenário, Câmara Municipal de Aveiro, 1962.
- LIMA, Jaime de Magalhães, *José Estêvão*. Coimbra, Editor França Amado, 1909.
- MAGALHÃES, Luís de, “Estudo”, in: José Estêvão, *Discursos Parlamentares*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1983.
- “À Cidade e Distrito de Aveiro”, Manifesto da Grande Comissão dos Festejos da inauguração da estátua de José Estêvão, Aveiro, 4/7/1889.
- NEVES, Francisco Ferreira, “Baptismo e Morte de José Estêvão”, in: *Homenagem do Arquivo do Distrito de Aveiro a José Estêvão Coelho de Magalhães*, Separata do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 28, Aveiro, 1962.

OLIVEIRA, Jacinto Augusto de Freitas,

- *José Estêvão – Esboço histórico*. Lisboa, Soc. Tip. Franco-Portuguesa, 1863.
- “O Deus da Palavra. A José Estêvão”, Discurso acerca de José Estêvão em 1866, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.35, nº140, 1939.

*Manifesto aos Srs. Eleitores de Círculo de Aveiro*. Aveiro 21 de Abril de 1861, assinado por José Estêvão. Impresso no Porto, na Tip. Comercial, Rua de Bellmonte, 19.

TAVARES, José Pereira,

- “A Estátua de José Estêvão, em Aveiro – Subsídios para a História do Monumento”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.5, nº18 e nº19, 1939.
- “Aveiro e o Primeiro Centenário do Nascimento de José Estêvão”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.38, 1962.
- “Discurso de Freitas Oliveira acerca de José Estêvão”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.35, nº140, 1939.
- *Exame de Consciência*. Aveiro, Vida e Letras, Ed. Labor, Associação Cultural de Professores, Centro de Formação José Pereira Tavares, 1999.
- “Primeiro centenário do falecimento de José Estêvão (4 de Novembro de 1862 – 4 de Novembro de 1962)”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.38, 1962.
- “Primeiro centenário do Movimento Liberal de Aveiro de 1828”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol.35, 1969.

## OBRAS DE REFERÊNCIA

BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (Coord.), *Dicionário de História de Portugal*. Vol.VII, Porto, 1999.

FRANÇA, José-Augusto,

- *A Arte em Portugal no século XIX*. Venda Nova, Bertrand Editora, 1990.
- *A Arte em Portugal no século XX : 1911-1961*. 3ª ed., Venda Nova, Bertrand Editora, 1991.

MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1992-1994. *O Estado Novo : das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*. Lisboa, Editorial Fragmentos, 1987. (Estudos ; 1, 2).

ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

VASCONCELOS, Flório de, *A Arte em Portugal*. 2ª ed. Lisboa, Verbo Juvenil, 1975.